



**RELATÓRIO DE
GESTÃO EXERCÍCIO
2016**

ANA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Lista de siglas e abreviações

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABHA	Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADESE	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó
AEB	Agência Espacial Brasileira
AGB	Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas
AGEVAP	Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
AUD	Auditoria Interna
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CEF	Caixa Econômica Federal
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CGU	Controladoria-Geral da União
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNARH	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPATIVA	Cooperativa Popular de Coleta Seletiva de Produtos Recicláveis com Formação e Educação Ambiental
COOPERNOES	Cooperativa de Material Reciclado e de Educação Ambiental Nova Esperança
COR	Corregedoria
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
CTPI	<u>Câmara Técnica de Planejamento Institucional</u>
DAE	Departamento de Água e Esgoto
DAEE	Departamento de Água e Energia Elétrica
DBO	Demanda Bioquímica de Oxigênio
DBR	Declaração de Bens e Renda
DIREC	Diretoria Colegiada
DN	Decisão Normativa
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas

DPVAT	Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GEEFI	Gerência de Execução Orçamentária e Financeira
GEGEP	Gerência de Gestão de Pessoas
GND	Grupo de Natureza de Despesa
GQ	Gratificação de Qualificação
IBio	Instituto BioAtlântica
IEA	Indicador de Eficiência Agrupado
IEEF	Índice de Eficácia da Execução Física
IEG	Índice de Eficácia do Gasto
IEI	Indicador de Eficiência Individual
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INTERÁGUAS	Programa de Desenvolvimento do Setor Água
ISO	International Organization for Standardization
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MF	Ministério da Fazenda
MFE	Meta Física Executada
MFP	Meta Física Prevista
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério do Planejamento
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
OCI	Órgão de Controle Interno
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programação de Aceleração do Crescimento
PAD	Programa Água Doce

PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PAP	Plano Plurianual de Aplicação
PCD	Plataforma de Coleta de Dados
PCJ	Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
PCPV	Plano de Controle de Poluição Veicular
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEG	Programa de Eficiência do Gasto
PGE	Procuradoria-Geral
PGI	Plano Gerencial Interno
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNQA	Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
PPP	Parceria Público Privada
Procel EPP	Programa Coleta Seletiva Solidária e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos
PRODES	Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas
PRODOC	Projeto de Cooperação Técnica Internacional
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAF	Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas
SAG	Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos
SANASA	Sociedade de Abastecimento e Saneamento
SBPV	Sociedade Brasileira de Preservação e Promoção da Vida
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SFI	Superintendência de Fiscalização
SGE	Secretaria Geral da Agência Nacional de Águas
SGH	Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica
SGI	Superintendência de Gestão da Informação
SIA	Setor de Indústria e Abastecimento
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAUDI	Sistema de Auditoria Interna

SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIP	Superintendência de Implementação de Programas e Projetos
SISAC	Sistema de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão
SISPLANA	Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão da Agência Nacional de Águas
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNIRH	Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos
SNISB	Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPR	Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos
SRE	Superintendência de Regulação
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUM	Superintendência de Usos Múltiplos
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UO	Unidade Orçamentária
UORG	Unidade Organizacional

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

- Quadro 1 – Identificação da UJ
- Quadro 2 – Identificação dos administradores
- Quadro 3 – Normas relacionadas à UJ
- Quadro 4 – Caracterização das Regiões Hidrográficas
- Quadro 5 – Acompanhamento da Arrecadação de Multas
- Quadro 6 – Estruturas de governança e macroprocessos
- Quadro 7 – Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos
- Quadro 8 – Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis
- Quadro 9 – Estruturas de governança e macroprocessos
- Quadro 10 – Acesso à Informação
- Quadro 11 – Situação de atendimento das demandas do TCU (posição 31/12/2016)
- Quadro 12 – Situação de atendimento das demandas da CGU
- Quadro 13 - Ação: 20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
- Quadro 14 - Ação: 2378 – Operação da Rede Hidrometeorológica
- Quadro 15 - Ação: 4926 – Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens
- Quadro 16 - Ação: 12DS – Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas
- Quadro 17 - Programação da despesa
- Quadro 18 – Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores
- Quadro 19 – Restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores
- Quadro 20 – LOA/2016 – Por Grupos de Despesas
- Quadro 21 – Comparação percentual: LOA/2016 e LOA/2015 – Por Grupos de Despesas
- Quadro 22 - Fontes de Recursos 2016 (Lei + Créditos)
- Quadro 23 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa
- Quadro 24 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa
- Quadro 25 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total
- Quadro 26 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários
- Quadro 27 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total
- Quadro 28 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários
- Quadro 29 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
- Quadro 30 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
- Quadro 31 – Despesas com Publicidade
- Quadro 32 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício Referência
- Quadro 33 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício Referência
- Quadro 34 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- Quadro 35 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- Quadro 36 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- Quadro 37 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
- Quadro 38 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
- Quadro 39 – Concessão de Suprimento de Fundos
- Quadro 40 – utilização de suprimento de fundos
- Quadro 41 – classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício referência
- Quadro 42 – PO 0001 - Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH
- Quadro 43 – PO 0002 – Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais

-
- Quadro 44 – PO 0003 – Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas
- Quadro 45 – PO 0004 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos
- Quadro 46 – PO 0006 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos
- Quadro 47 – PO 0007 – Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água
- Quadro 48 – PO 0008 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
- Quadro 49 – PO 0009 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas
- Quadro 50 – PO 000A – Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas – PRODES
- Quadro 51 – PO 000B – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos
- Quadro 52 – PO 000D – Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais – PNQA
- Quadro 53 – PO 0001 – Modernização da Rede Hidrometeorológica
- Quadro 54 – PO 0000 – Operação da Rede Hidrometeorológica
- Quadro 55 – PO 0001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens
- Quadro 56 – PO 0002 – Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens
- Quadro 57 – PO 0003 – Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água
- Quadro 58 – PO 0001 – Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
- Quadro 59 – PO 0002 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce
- Quadro 60 – PO 0003 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
- Quadro 61 – PO 0004 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
- Quadro 62 – PO 0001 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, da Ação 20WJ - Modernização da Gestão de Recursos Hídricos
- Quadro 63 – PO 0001 – Implementação da A3P nos Órgãos Públicos Federais, da Ação 20W8 - Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P
- Quadro 64 – Ação/PO 2000-0000 – Administração da Unidade
- Quadro 65 - Consolidado dos Indicadores de Eficiência Individual – IEIs das Rubricas Orçamentárias
- Quadro 66 - Consultores Contratados Na Modalidade “Produto” No Âmbito Dos Projetos De Cooperação Técnica Com Organismos Internacionais
- Quadro 67 - Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício
- Quadro 68 - Relação de membros do Conselho Deliberativo
- Quadro 69 - Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões
- Quadro 70 - Demonstração dos valores mensais repassados no exercício
- Quadro 71 - Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão
- Quadro 72 - Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão
- Quadro 73 - Relação dos membros da Comissão de Avaliação
- Quadro 74 - Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício
- Quadro 75 - Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão
- Quadro 76 - Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados
- Quadro 77 - Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão
- Quadro 78 - Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento
- Quadro 79 - Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada
- Quadro 80 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício
- Quadro 81 – Relação de membros do Conselho de Administração
-

-
- Quadro 82 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões
Quadro 83 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício
Quadro 84 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão
Quadro 85 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão
Quadro 86 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação
Quadro 87 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício
Quadro 88 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão
Quadro 89 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados
Quadro 90 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão
Quadro 91 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento
Quadro 92 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada
Quadro 93 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício
Quadro 94 – Relação de membros do Conselho de Administração
Quadro 95 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões
Quadro 96 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício
Quadro 97 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão
Quadro 98 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão
Quadro 99 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação
Quadro 100 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício
Quadro 101 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão
Quadro 102 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados
Quadro 103 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão
Quadro 104 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento
Quadro 105 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada
Quadro 106 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício
Quadro 107 – Relação de membros do Conselho de Administração
Quadro 108 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões
Quadro 109 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício
Quadro 110 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão
Quadro 111 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão
Quadro 112 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício
Quadro 113 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão
Quadro 114 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados
Quadro 115 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão
Quadro 116 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento
Quadro 117 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada
Quadro 118 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício
Quadro 119 – Relação de membros do Conselho de Administração
Quadro 120 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões
Quadro 121 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício
Quadro 122 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão
Quadro 123 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão
Quadro 124 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação
Quadro 125 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício
Quadro 126 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão
Quadro 127 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados
Quadro 128 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão
Quadro 129 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento
-

-
- Quadro 130 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada
Quadro 131 – força de trabalho da UJ
Quadro 132 – Distribuição da Lotação Efetiva
Quadro 133 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ
Quadro 134– Custos do pessoal
Quadro 135 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada
Quadro 136 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigaçāo de Entregar a DBR
Quadro 137 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e vigilância
Quadro 138 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
Quadro 139 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
Quadro 140 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ
Quadro 141 – Relação dos sistemas de informação e função de cada um deles
Quadro 142 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2016
Quadro 143 - Relação de necessidades de novos sistemas

Tabela 1 – Principais Receitas

Tabela 2 – Principais Despesas da ANA

Tabela 3 – Consolidado das Ações Orçamentárias do Programa 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Gráfico 1 – Principais Receitas da ANA

Gráfico 2 – Principais Despesas da ANA

Sumário

1- Apresentação.....	11
2- Visão geral da unidade prestadora de contas.....	12
2.1- Identificação da unidade.....	12
2.2- Finalidade e competências institucionais.....	13
2.3- Ambiente de atuação.....	13
3- Planejamento organizacional e resultados	25
3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos	25
3.2- Informações sobre a gestão.....	50
3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico	56
3.4- Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização.....	59
4- Governança, gestão de riscos e controles internos	61
4.1- Descrição das Estruturas de governança	61
4.2- Gestão de riscos e controles internos.....	64
5- Áreas especiais da gestão	67
5.1- Gestão ambiental e sustentabilidade	67
6- Relacionamento com a sociedade	68
6.1- Canais de acesso do cidadão.....	68
6.2- Carta de serviços ao cidadão	69
6.3- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	69
6.4- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade	69
7- Desempenho financeiro e Informações contábeis	70
7.1 Desempenho financeiro do exercício.....	70
7.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	72
7.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	72
7.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	73
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle.....	88
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	88
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	94
8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	98
9- Anexos e Apêndices	99
9.1- Quadros, tabelas e figuras complementares	99

1- Apresentação

O Relatório de Gestão da Agência Nacional de Águas – ANA reúne as principais informações sobre o desempenho da gestão institucional e os procedimentos afetos às responsabilidades da Agência no exercício de 2016. No âmbito do planejamento estratégico o posicionamento tático da Agência para o quadriênio 2016-2019 assume três pontos: promover a segurança hídrica; fortalecer os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH e; priorizar a atuação em bacias críticas.

No transcorrer do exercício de 2016 dentre as realizações que demonstram a promoção da segurança hídrica destacam-se a atuação da Agência na redução da vazão de retirada do Rio São Francisco que caiu de 1600 m³/s em 2013 para 700m³/s em 2016; a manutenção de restrições de usos para a irrigação e a aquicultura nos trechos do rio Piancó, a jusante (abaixo) do açude Curema, e no Piranhas-Açu; as ações emergenciais na Bacia do rio Piranhas-Açu que garantiram a perenidade do abastecimento urbano para os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte e; o processo de negociação da renovação da outorga do Sistema Cantareira que abastece a região metropolitana de São Paulo.

As realizações voltadas para o fortalecimento dos entes que ganham relevo são a celebração dos primeiros contratos com os Estados para a implantação do Programa de Fortalecimento dos Comitês de Bacias-PROCOMITÊS; do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas – QUALIÁGUA e a avaliação da implantação do Programa de Fortalecimento dos Órgãos Gestores Estaduais-PROGESTÃO.

Em relação à priorização da atuação em bacias críticas foram realizadas alocações negociadas de água em 34 açudes e barragens nos estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte; 49 campanhas de fiscalização de usos e segurança de barragens, que resultaram em 339 autos de infração e meio milhão de reais em multas; a aprovação dos planos de recursos hídricos das bacias do Paranapanema, Piranhas-Açu e revisão do São Francisco.

A principal dificuldade encontrada pela Agência para cumprir sua missão institucional foi o reduzido quantitativo de pessoal para a realização das atividades de fiscalização de usos, segurança de barragens e Tecnologia da Informação. Embora a Agência tenha realocado pessoal para essa atividade prioritária de fiscalização e constituído força tarefa para as situações de crise, o quantitativo de cargos providos atualmente impõe dificuldades nas operações das demais funções da ANA, especialmente nas atividades de campo.

O processo de elaboração e formatação deste Relatório atendeu ao disposto nos Normativos do Tribunal de Contas da União – TCU (Instrução Normativa nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa nº 72/2013; Decisão Normativa TCU nº 154, de 2016; Decisão Normativa TCU nº 156/2016; e Portaria TCU nº 321/2015) e do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (Portaria CGU nº 500/2016, que aprovou a Norma de Execução e as Definições destinadas a orientar tecnicamente os órgãos e entidades sujeitos ao Controle Interno do Poder Executivo Federal sobre os procedimentos relacionados à prestação de contas anual a ser apresentada ao Tribunal de Contas da União, na forma prevista na Instrução Normativa TCU nº 63/2010). As informações foram levantadas e consolidadas com base em consultas feitas, em especial, nos seguintes sistemas: i) Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP; ii) Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; iii) Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão da ANA – SISPLANA; e iv) Sistema do Tesouro Gerencial, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, além de informações complementares dos Coordenadores-Executivos de Ação do Plano Plurianual, dentre outros sistemas de governo.

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

ANA

Agência Nacional de Águas

Quadro 1 – Identificação da UJ

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Ministério do Meio Ambiente - MMA		Código SIORG: 1927
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: Autarquia Especial – Administração Indireta		CNPJ: 04.204.444/0001-08
Principal atividade: Regulação das atividades econômicas		Código CNAE: 8413-2
Código SIORG: 46876	Código LOA: 44205	Código SIAFI: 44205
Contatos		
Telefones/fax: 61 2109-5400 / 61 2109-5252		
Endereço postal: Setor Policial – SPO, Área 5 Quadra 3, Blocos B, L e M, 70.610-200, Brasília - DF		
Endereço eletrônico: saf@ana.gov.br		
Página na internet: http://www.ana.gov.br		
Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
443001	Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	
443004	Superintendência de Implantação de Programas e Projetos – SIP/ANA	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
44205	Agência Nacional de Águas	

Quadro 2 – Identificação dos administradores

Identificação dos administradores*				
Cargo	Nome	CPF	Período de gestão	
Diretor Presidente	Vicente Andreu Guillo	990.937.408-06	2014/2017	
Diretor da Área de Hidrologia	Ney Maranhão	027.889.007-59	2015/2018	
Diretor da Área de Gestão	Paulo Lopes Varella Neto	136.777.214-15	2013/2016	
Diretora da Área de Planejamento	Gisela Damm Forattini	450.261.147-68	2014/2017	
Diretor da Área de Regulação	João Gilberto Lotufo Conejo	610.794.488-53	2014/2017	

*não houve no exercício de 2016 vacância dos cargos de Diretor. A DIREC funcionou plenamente no exercício

2.2- Finalidade e competências institucionais

Missão	Visão de futuro	Valores
Implementar e coordenar a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regular o acesso à água, promovendo o seu uso sustentável em benefício da atual e das futuras gerações	Ser reconhecida pela sociedade como referência em gestão e regulação dos recursos hídricos e na promoção do uso sustentável da água	<ul style="list-style-type: none">• Compromisso• Transparência• Excelência Técnica• Proatividade• Espírito público

Quadro 3 – Normas relacionadas à UJ

Normas da UJ	Endereço para acesso
Constituição Federal, art. 21, XIX	www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
Lei 9.984, de 17/07/2000	www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9984.htm
Lei 9.433, de 8/01/1997	www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm
Lei 12.058, de 13/10/2009	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12058.htm
Lei 12.334, de 20/09/2010	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm
Decreto 3.692, de 19/12/2000	www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3692.htm
Lei 10.768, de 19/11/2003	www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.768.htm
Lei 10.871, de 20/05/2004	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.871.htm
Lei 10.881, de 9/07/2004	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.881.htm
Decreto 7.402, de 22/12/2010	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7402.htm
Regimento interno	http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2014/2020-2014.pdf
Outros documentos	Endereço para acesso
Organograma	http://arquivos.ana.gov.br/institucional/ana/Organograma_INTERNET.pdf

2.3- Ambiente de atuação

2.3.1- Ambiente de atuação da unidade

O cumprimento do conjunto de atribuições e papéis da ANA na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH e na coordenação do SINGREH constitui tarefa complexa, que envolve interações das mais diversas com todos os atores envolvidos – tanto dos setores público e privado, como de usuários –, além de atividades de naturezas distintas, que vão desde a regulação e fiscalização de serviços já implementados até a promoção, desenvolvimento e estímulo de políticas públicas. Para conciliar esse grupo heterogêneo de responsabilidades e deveres a cargo da Agência, a solução institucional encontrada foi organizar sua atuação em três dimensões ou vertentes:

- **VERTENTE DE REGULAÇÃO:** regulação do uso de recursos hídricos em corpos d’água de domínio da União, dos serviços públicos de irrigação e de adução de água bruta, das condições de operação de reservatórios e segurança de barragens, bem como a fiscalização do cumprimento das respectivas regras de uso, concessão de serviços e acesso;
- **VERTENTE DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS:** implementação da PNRH, por meio de seus instrumentos, bem como apoio e fortalecimento do SINGREH;

- **VERTENTE DE INDUÇÃO:** ações de fomento a programas e projetos indutores que visam a estimular o uso racional da água e o aumento da disponibilidade hídrica.

Na vertente da Regulação, o ambiente caracteriza-se por regiões em situação de escassez hídrica (situação na qual a demanda por recursos hídricos é maior que a disponibilidade), em especial as regiões Nordeste e Sudeste do país; infraestrutura hídrica insuficiente ou deficiente em determinadas regiões, exposição crescente a riscos climáticos (seja em decorrência da variabilidade natural ou de mudanças climáticas), crescimento das demandas por água, assimetria entre as capacidades dos entes do SINGREH – um arranjo de governança das águas complexo, especialmente no que se refere ao duplo domínio das águas (compartilhada entre União e Estados) –, e a necessidade de ampliação das capacidades de fiscalização.

Na vertente de Gestão, verifica-se assimetria entre as capacidades dos entes do SINGREH e o complexo arranjo de governança das águas. Há forte necessidade de articulação vertical (entre os níveis da federação) e horizontal (entre os setores usuários de recursos hídricos: agricultura, indústria, saneamento, energia, navegação, entre outros), para implementar os instrumentos da PNRH, ampliar as capacidades dos entes do SINGREH e garantir participação representativa da sociedade nesses entes, além de integrar dados, informações e sistemas de monitoramento hidrológicos. Uma série de estudos e ações encontra-se em curso para garantir efetiva articulação entre os atores envolvidos.

Na vertente de indução, verifica-se a necessidade de regulamentação do instrumento Pagamento por Serviços Ambientais - PSA (esse instrumento previsto no Código Florestal permanece sem regulamentação), bem assim de aporte de recursos humanos e financeiros para dar capilaridade ou atuar especificamente em áreas especiais para a gestão de recursos hídricos. Notam-se, ainda, dificuldades operacionais para o estabelecimento de parcerias no setor público que propiciem o desenvolvimento dos projetos em âmbito municipal (como exemplo, é possível citar a reduzida assistência técnica para acompanhamento dos projetos).

2.3.2- Ambiente de negócios por Regiões Hidrográficas

Na caracterização do ambiente de negócios por regiões hidrográficas, foram consideradas as informações dos relatórios de Conjuntura de Recursos Hídricos e os riscos indicados pela Portaria ANA nº 62/2013, que declara trechos de Especial Interesse para a Gestão de Recursos Hídricos, segundo o balanço hídrico quali-quantitativo e a base de dados do Atlas de Vulnerabilidade à Inundação.

Quadro 4 – Caracterização das Regiões Hidrográficas

Região Hidrográfica Amazônica
<i>Descrição geral</i> Divide-se em 29 unidades hidrográficas, e se estende por sete Estados (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Mato Grosso), abrangendo 313 Municípios, dos quais somente 24 possuem mais de 50.000 habitantes, com população aproximada de 9,7 milhões de habitantes. Essa região é caracterizada por extensa rede hidrográfica e grande disponibilidade hídrica, incidência de chuvas 25% superior à média nacional, vazão de retirada correspondente a apenas 3% da retirada nacional e volume máximo de reserva menor que a média per capita nacional. Região de grande importância no cenário hidroenergético brasileiro, em médio e longo prazos. Os usos preponderantes na região são a geração de energia elétrica e navegação, em maior grau, e a dessedentação animal e a irrigação, num grau menor. Em relação a eventos extremos da última década, em 30% dos Municípios foram decretados eventos de seca, e em 61%, eventos de cheias.
<i>Adversidades</i>

Aproveitamentos hidrelétricos instalados e previstos no Plano Decenal de Energia Elétrica na região do Rio Tapajós; conversão das áreas nativas para a implantação de atividades agropecuárias, especialmente nas bacias dos Rios Xingu, Tapajós e Madeira; irrigação nos Municípios do Alto Tapajós e Alto Xingu; alguns igarapés e cursos d'água de menor vazão próximos a regiões urbanas podem apresentar qualidade de água ruim.

Riscos

Caso o processo de planejamento do setor elétrico para a instalação dos aproveitamentos hidrelétricos não considere a garantia dos usos múltiplos das águas e não se construam eclusas para regularização dos níveis d'água, a navegação fluvial pode ser prejudicada e comprometer o desenvolvimento regional.

Área de Especial Interesse para a Gestão, segundo o balanço hídrico quali-quantitativo: Bacia Tacutu – trecho entre as fozes do igarapé Uanamara (afluente da margem direita) e do rio Pirara (afluente da margem esquerda) no rio Maú.

Há 447 cursos d'água ou trechos de rio com alta vulnerabilidade à inundações.

Estratégia de enfrentamento

Inicialmente, foi editada a Resolução ANA nº 463, de 3 de setembro de 2012, que estabelece as exigências dos projetos das eclusas a serem examinadas juntamente com a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH para o empreendimento hidroenergético. Posteriormente, foi editada a Lei nº 13.081, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis.

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias críticas no segundo semestre de 2016, com publicação prevista para o primeiro semestre de 2017.

Mudanças ocorridas

Houve o aperfeiçoamento do processo de trabalho das concessões de DRDH's, que passou a exigir que os projetos de construção das eclusas fossem examinados conjuntamente com a disponibilidade hídrica. Posteriormente, a lei definiu a quem compete a construção e operação das eclusas, permitindo à Agência determinar, também, a condicionante de construção da obra ao setor elétrico ou ao setor de transporte;

Em relação à Área de Especial Interesse para a Gestão, o estudo foi concluído no segundo semestre de 2016 e permitiu uma identificação mais representativa dos usos (estimativa de demandas) e integração com o cadastro de usuários, além de consolidar e refinar os estudos hidrológicos, calibrar os parâmetros de qualidade da água e o refinamento da modelagem, refinar a base hidrográfica (escala) e aperfeiçoar o sistema de balanço hídrico. Sua publicação ocorrerá no primeiro semestre de 2017.

Região Hidrográfica Atlântico Leste

Descrição geral

Divide-se em 8 unidades hidrográficas, e se estende por quatro Estados (Bahia (69%), Minas Gerais (26%), Sergipe (4%) e Espírito Santo (1%), abrangendo 491 Municípios, cuja população aproximada é de 15,1 milhões de habitantes. Grande parte da Região Hidrográfica (RH) está situada na região do semiárido nordestino, caracterizada por apresentar períodos críticos de prolongadas estiagens, resultado de baixa pluviosidade e alta evapotranspiração. A média de chuvas é menor que a média nacional. A vazão de retirada corresponde a 5% da retirada nacional e tem volume máximo de reserva bem menor que a média per capita nacional ($945/m^3$ - $3.607/m^3$). Os usos preponderantes na região são a irrigação (47%), abastecimento urbano (31%), indústria (10%) e dessedentação animal (8%). No que se refere ao balanço hídrico quali-quantitativo, aproximadamente 51% da extensão de seus principais rios encontram-se em situação satisfatória em termos de quantidade e qualidade para usos futuros (consumo para os diversos fins ou diluição de efluentes). A outra metade desses recursos, entretanto, apresenta situação de criticidade quantitativa (32%), qualitativa (3%) ou quali-quantitativa (14%), o que demanda ações de gestão para reverter esse quadro. Em relação a eventos extremos, em 58% dos Municípios, houve reconhecidas situação de emergência ou estado de calamidade pública, em decorrência de seca, e, em 4%, em razão de chuvas intensas.

Adversidades

A maior parte de seus rios está situada em região semiárida. Há baixa disponibilidade hídrica e grande quantidade de rios intermitentes. Boa parte da infraestrutura de abastecimento urbano de água na RH precisa ser ampliada ou melhorada, para atendimento satisfatório, até o ano de 2025. Dos Municípios da RH Atlântico

Leste, 10% requerem ampliação do sistema de abastecimento atualmente existente, e 63% requerem novo manancial para complementar o abastecimento de água.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: bacias do Córrego da Cruz e seus afluentes, Jequitinhonha e São Mateus.

Há 104 cursos d'água ou trechos de rio com alta vulnerabilidade à inundações.

Estratégia de enfrentamento

As adversidades são de origem natural (região semiárida e exposição aos riscos climáticos). Em relação à expansão da rede de abastecimento urbano de água e à necessidade de aprimoramento na infraestrutura de saneamento (rede de esgoto, drenagem pluvial, estações de tratamento de esgoto, procedimentos adequados de coleta e destinação dos resíduos sólidos), foram projetados no estudo Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água (ANA, 2010) -, constam do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB e foram complementados no estudo Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: tratamento de esgotos urbanos, concluído no exercício de 2016.

Nos conflitos de uso instalados, consolidaram-se processos de Alocação Negociada de Água em açudes e sistemas hídricos da região semiárida dos estados da Bahia e Minas Gerais, registradas em Termos de Alocação.

Foram realizadas campanhas de fiscalização do rio São Mateus (ES/MG).

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias críticas no segundo semestre de 2016, com publicação prevista para o primeiro semestre de 2017.

Mudanças ocorridas

Com os estudos desenvolvidos pela ANA e pelo PLANSAB, há mais elementos para auxiliar o processo decisório de investimentos, bem como na seleção, contratação e construção de empreendimentos. Essas obras visam a garantir o abastecimento urbano de água e a melhoria das condições das águas na região. Registre-se que essas intervenções não estão entre as competências da ANA.

Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental

Descrição geral

Divide-se em 5 unidades hidrográficas, e se estende por todo o Estado do Maranhão e parte do Pará, abrangendo 235 Municípios, cuja população aproximada é de 6,2 milhões de habitantes. A média de chuvas é pouco menor que a média nacional e a vazão de retirada corresponde a 1% da retirada nacional.

A RH se caracteriza pelo uso urbano da água, preponderante em relação aos demais usos (48%), no qual se destaca a região metropolitana de São Luís como uma das principais responsáveis por essa demanda. Apesar de pequena (7%), a demanda do setor industrial tem importância na RH em função da existência do Distrito Industrial de São Luís e dos projetos minero-metalúrgicos da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD - e da Alumínio do Maranhão - Alumar. A RH apresenta uma situação confortável quanto ao balanço hídrico quali-quantitativo, com 84% da extensão de seus rios em situação satisfatória.

Adversidades

Em grande parte das bacias costeiras da RH, observa-se o uso e manejo inadequado dos solos, principalmente em função de práticas agrícolas impactantes, que colaboram para a poluição dos recursos hídricos e acarretam processos erosivos, salinização e, em alguns casos, formação de áreas desertificadas. Na região metropolitana de São Luís e em alguns núcleos urbanos ribeirinhos, a contaminação das águas pelo lançamento de esgotos sem tratamento causa prejuízos e restringe a utilização para outros usos.

Riscos

Não foi identificado trecho de rio com balanço hídrico crítico nessa região que justificasse sua inserção nas Áreas de Especial Interesse para Gestão.

Há 48 cursos d'água ou trechos de rio com alta vulnerabilidade à inundações.

Estratégia de enfrentamento

Na área de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias críticas no segundo semestre de 2016, com publicação prevista para o primeiro semestre de 2017.

Mudanças ocorridas

Não é possível afirmar que houve mudanças na RH.

Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental

Descrição geral

Divide-se em 13 unidades hidrográficas e se estende por seis Estados (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), abrangendo 874 Municípios, cuja população aproximada é de 24,1 milhões de habitantes. Essa RH conta com 15 cidades com mais de 200.000 habitantes, e concentra-se, em sua quase totalidade, na região do semiárido nordestino, caracterizada por apresentar períodos críticos de estiagens, resultado da baixa pluviosidade e alta evaporação. A média de chuvas é menor que a média nacional e a disponibilidade hídrica superficial corresponde a 0,01% da disponibilidade superficial do país. A vazão de retirada corresponde a 11% da média nacional e tem volume máximo de reservação três vezes menor que a média per capita nacional ($1080/m^3$ - $3.607/m^3$). Essa região tem o açude como principal solução para lidar com a seca. Em relação a eventos extremos, entre 2003 e 2013, cerca de 47% dos municípios da RH registraram SE ou ECP mais de 10 vezes devido a eventos de seca ou estiagens. Em 60 municípios, esses registros foram mais recorrentes (superior a 20 vezes), sendo que em Campos Sales, Caridade, Irauçuba, Pedra Branca, Penaforte e Tauá (todos no Ceará), foram reconhecidos mais de 25 eventos de seca ou estiagem durante esse período. Para mitigar os efeitos da seca, vem sendo realizada a transposição do rio São Francisco, além da construção de adutoras.

Adversidades

Baixa disponibilidade hídrica; localizada na região semiárida, caracterizada por apresentar períodos críticos de estiagens, resultado da baixa pluviosidade e alta evaporação; grande quantidade de rios intermitentes; baixos índices de coleta e tratamento de esgoto; infraestrutura hídrica insuficiente ou deficitária; grande dependência dos reservatórios para regularização das vazões; densidade demográfica quatro vezes maior que média brasileira.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: bacias Papoca, Jacuípe, Traçunhaem.

A escassez hídrica combinada com a perenidade dos rios e a sazonalidade da estação chuvosa e do período de seca intensificam os potenciais conflitos na região. São focos de conflitos atualmente: Rio Piranhas-Açu, Complexo Estuarino-Lagunas Mundaú-Manguaba (CELMM) em Alagoas.

Há 235 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundação.

Estratégia de enfrentamento

A ANA estruturou processo de trabalho e procedimentos para Alocação Negociada de Água. Para garantir a duração dos estoques e otimizar o uso da água durante a seca, a Agência adotou medidas de restrição ao uso da água e regras operativas em diversos reservatórios e sistemas hídricos do semiárido, sobretudo nos maiores, como, por exemplo, no Sistema Hídrico Curema-Açu (PB e RN), nos açudes Epitácio Pessoa (PB) e Armando Ribeiro Gonçalves (RN). Tais medidas resultam de processos de alocação negociada de água, sendo pactuadas com órgãos gestores dos Estados envolvidos, usuários de recursos hídricos, representantes dos comitês de bacia hidrográfica das regiões e demais interessados, sempre com o objetivo principal de garantir o abastecimento público e a dessedentação animal.

Foram realizadas campanhas de fiscalização no rio Piranhas-Açu (PB). Houve rigoroso acompanhamento dos volumes acumulados e da operação dos reservatórios da bacia, particularmente nos açudes Curema, Mãe- d'Água e Armando Ribeiro Gonçalves, e, quando necessária, a revisão das regras operacionais.

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias críticas no segundo semestre de 2016, com publicação prevista para o primeiro semestre de 2017.

Mudanças ocorridas

Apesar da restrição de uso para a irrigação, o abastecimento urbano tem sido preservado.

O Sistema de Acompanhamento de Reservatórios, disponível no site da ANA, permite o acompanhamento, pela sociedade, dos níveis e auxilia na transparência do processo decisório da Agência.

Região Hidrográfica Atlântico Sudeste

Descrição geral

Divide-se em 6 unidades hidrográficas e se estende por cinco Estados (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná), abrangendo 595 municípios, cuja população aproximada é de 28,2 milhões de

habitantes. Essa região tem alta densidade demográfica, chegando a 131,6 hab./km², seis vezes maior que a média brasileira (22,4 hab./km²). Apresenta diversidade de atividades econômicas e significativo parque industrial, constituindo uma das regiões mais desenvolvidas do país. Em relação à referência nacional, a média de chuvas é menor que a média nacional e a disponibilidade hídrica, um pouco maior. A vazão de retirada corresponde a 9% da retirada nacional e o volume máximo de reservação é dez vezes menor que a média per capita nacional (372/m³ - 3.607/m³). Em relação a eventos extremos, as cheias são os eventos mais comuns, especialmente nas bacias do Rio Doce e no Rio Paraíba do Sul. Os usos preponderantes na região são o abastecimento urbano (49%), a irrigação (27%), a indústria (20%) e o abastecimento rural (3%).

Adversidades

Grande concentração populacional que aumenta a demanda por abastecimento urbano e industrial; baixos índices de tratamento de esgotos provenientes de áreas densamente povoadas, o que inclui mananciais importantes; poluição industrial em razão do elevado número de indústrias, tanto de grande como de pequeno porte, distribuídas por toda RH; perda de cobertura vegetal, sobretudo nos principais mananciais da bacia, o que aumenta sua vulnerabilidade em relação à poluição difusa e à eutrofização; maiores chances de acidentes ambientais, em virtude do intenso fluxo de insumos com potencial poluidor nas principais rodovias da RH.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: bacias do Ribeira do Iguape, Itabapoana, Doce e Paraíba do Sul. Há 447 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundações.

Acidente na barragem de Fundão em Mariana/MG ocorrido em 2015, cujos efeitos ainda podem ser observados.

Estratégia de enfrentamento

A Agência procurou atuar em conjunto com os demais entes envolvidos, em âmbito estadual e de bacia hidrográfica; busca ainda preservar, por meio de normatização (Resoluções), os estoques disponíveis de água no reservatório equivalente da bacia do Paraíba do Sul;

Em relação ao acidente ambiental na barragem de Fundão em Mariana/MG, uma série de estudos e avaliações dos efeitos do desastre concluiu pela necessidade de um conjunto de ações envolvendo recuperação de nascentes, ampliação do esgotamento sanitário, implantação de sistemas alternativos de abastecimento de água e adequação do monitoramento quali-quantitativo das águas e sedimentos dos cursos d'água afetados, incluindo a avaliação de riscos toxicológicos e ecotoxicológicos.

Firmou-se o Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) entre o governo federal, os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, seus órgãos ambientais e de gestão de recursos hídricos e as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, que prevê uma série de ações para a recuperação da bacia, para que volte ao estado anterior do rompimento da barragem, assim como medidas de compensação, quando não for possível. As Cláusulas 177 e 178 do Termo estabelecem que a Fundação Renova deve desenvolver e implantar um programa de monitoramento quali-quantitativo de água e sedimentos para ser utilizado como referência no acompanhamento da recuperação do rio Doce através da avaliação sistemática da qualidade e quantidade das águas e dos sedimentos por meio de uma rede de estações, considerando as intervenções implementadas em trechos da bacia do rio Doce. A ANA atuou na coordenação do monitoramento logo após o acidente, disponibilizou o **Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce: Rompimento da Barragem em Mariana**, publicação que descreve características da bacia antes do rompimento da barragem de Fundão e os principais impactos na qualidade e nos usos da água a partir do desastre; disponibilizou em seu site um espaço “Monitoramento Especial do Rio Doce”, com os dados e relatórios de monitoramento de todos os órgãos envolvidos; elaborou em conjunto com outros órgãos proposta de um conteúdo mínimo para a elaboração do programa de monitoramento previsto no TTAC. Tem representação em duas Câmaras Técnicas e no Comitê Interfederativo. Atua no acompanhamento das ações implementadas pela SAMARCO.

Mudanças ocorridas

A partir das restrições impostas pela ANA/DAEE-SP, o abastecimento urbano tem sido preservado. O Sistema de Acompanhamento de Reservatórios, disponível no site da ANA, permite o acompanhamento dos níveis pela sociedade e auxilia na transparência do processo decisório da Agência.

Todos os boletins emitidos são disponibilizados na internet e, permitem à sociedade acompanhar a situação das condições das águas do rio Doce.

A recuperação da qualidade das águas será um processo longo e persistente, que deverá ser acompanhada por monitoramento quali-quantitativo consistente e investigação minuciosa dos vários aspectos envolvidos.

Região Hidrográfica Atlântico Sul

Descrição geral

Divide-se em 3 unidades hidrográficas e se estende por quatro Estados (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), abrangendo 464 municípios, cuja população aproximada é de 13 milhões de habitantes. A Região Hidrográfica do Atlântico Sul tem grande importância para o país, em razão do expressivo contingente populacional, e pelo desenvolvimento econômico, além de sua importância turística. A densidade demográfica alcança 70 hab./km², mais de 3 vezes superior à média brasileira (22 hab./km²). A média de chuvas é próxima à nacional; a disponibilidade hídrica superficial corresponde a 0,07% da média nacional e a vazão de retirada corresponde a 12% da retirada nacional. O volume máximo de reserva é três vezes maior que a média per capita nacional (11304/m³ - 3.607/m³). Os usos preponderantes são a irrigação (66%) e a indústria (19%). Em relação a eventos extremos, os mais comuns são as cheias. Nos últimos anos, houve redução da quantidade de municípios que decretaram emergência em razão de secas ou estiagens. As características da região, com chuvas distribuídas ao longo do ano dificultam o estabelecimento de previsão de longo prazo para tais ocorrências.

Adversidades

Elevada concentração populacional em Porto Alegre, além do lançamento de efluentes nas regiões de Joinville/SC, Região Metropolitana de Florianópolis/SC, Pelotas/RS e Porto Alegre/RS e nos vales de Gravataí, Sinos e Caí comprometem significativamente os mananciais superficiais; a densidade demográfica é superior a três vezes a média brasileira; excessiva degradação dos mananciais em decorrência do lançamento de esgotos domésticos *in natura*; alta frequência de cheias nos municípios de SC e elevada demanda para irrigação na Lagoa dos Patos, na Lagoa Mirim e no Rio Guaíba.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: bacias Mampituba e Mirim/São Gonçalo.

Há 447 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundação.

Estratégia de enfrentamento

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias críticas no segundo semestre de 2016, com publicação prevista para o primeiro semestre de 2017.

Mudanças ocorridas

Não é possível afirmar que houve mudanças na RH.

Região Hidrográfica Paraguai

Descrição geral

Divide-se em 2 unidades hidrográficas e se estende por dois Estados (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), abrangendo 94 municípios, com população aproximada de 2,16 milhões de habitantes. Essa RH tem baixa densidade demográfica, três vezes inferior à média nacional. A média de chuvas também é menor que a média nacional, e a disponibilidade hídrica superficial corresponde a menos de 1% da disponibilidade hídrica nacional. A vazão de retirada corresponde a 1% da retirada nacional e o volume máximo de reserva é um pouco abaixo da média per capita nacional (3449/m³ - 3.607/m³). A agropecuária é a principal atividade econômica. No pantanal, a pecuária extensiva foi a grande responsável por sua ocupação e ainda é a base da economia da região. O potencial hidrelétrico aproveitado da RH Paraguai é de aproximadamente 1,4 GW, o que corresponde a 1,3% do total instalado no país. Estão em operação 7 Usinas Hidrelétricas - UHEs e 25 – Pequenas Centrais Elétricas – (PCHs), e há vários aproveitamentos hidrelétricos planejados para instalação. A RH já possui mais da metade de seu potencial hidrelétrico aproveitado (usinas em operação), restando cerca de aproximadamente 925 MW de potencial inventariado para aproveitamentos futuros. Os eventos extremos mais comuns são as cheias.

Adversidades

Susceptibilidade natural à erosão; aumento da deposição de sedimentos na planície pantaneira e o consequente assoreamento dos rios; obras de melhorias na hidrovia do Paraguai tem gerado debates sobre os impactos ambientais.

O fato de que muitas PCHs vem sendo planejadas para serem instaladas em um mesmo curso d'água ("em cascata") pode agravar os impactos ambientais e gerar potenciais conflitos pelo uso da água nessas bacias hidrográficas.

Embora haja problemas de poluição hídrica ocasionadas pelo lançamento de agrotóxicos e fertilizantes em algumas culturas agrícolas, o lançamento de esgotos ainda é o principal problema de poluição hídrica.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: Bacias Correntes e Manso.

Há 175 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundações.

Estratégia de enfrentamento

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias críticas no segundo semestre de 2016, com publicação prevista para o primeiro semestre de 2017.

Está em curso a discussão, elaboração e aprovação, pelo Comitê da Bacia, o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai.

Mudanças ocorridas

Detalhamento de informações para auxiliar no processo decisório.

Região Hidrográfica Paraná

Descrição geral

Divide-se em 11 unidades hidrográficas e se estende por sete Estados (São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e Distrito Federal), abrangendo 1507 municípios, cuja população aproximada é de 61,3 milhões de habitantes. É a RH mais populosa e tem densidade demográfica três vezes superior à média nacional. A média de chuvas é menor que a nacional, e a disponibilidade hídrica superficial corresponde a 6,5% da disponibilidade hídrica nacional. A vazão de retirada corresponde a 31% da média nacional e o volume máximo de reserva é maior que a média per capita nacional ($4047/m^3$ - $3.607/m^3$). Os usos preponderantes são irrigação, industrial e urbano, chegando a totalizar 94% de sua demanda total. A demanda estimada de água para irrigação é de $311,4 m^3/s$, o que corresponde a 42% do total da demanda da região. Logo em seguida, vem a demanda industrial, com $202 m^3/s$ (28%), seguida pela demanda urbana, com $177,2 m^3/s$ (24%). A demanda animal é de $40 m^3/s$ (5%) e a rural, de $5,5 m^3/s$ (1%).

Adversidades

Problemas de qualidade da água devido ao lançamento de esgotos na região metropolitana de Goiânia, os mananciais têm sofrido intenso processo de ocupação, elevada demanda de água para a irrigação, potencial conflito entre a geração de energia e a irrigação e entre a geração de energia e a navegação. Há vulnerabilidade a cheias e inundações na Região Metropolitana de São Paulo e nas regiões vertentes do rio Grande.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: Itacaré, Mogi-guaçu, Paranaíba, Paranapanema, Pardo, Piracicaba, rios federais no DF, São Marcos, Sapucaí.

Há 233 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundações.

Estratégia de enfrentamento

A ANA tem negociado com atores locais e interessados para estabelecer Marcos Regulatórios ou Alocações Negociada de Água. Foram realizadas campanhas de fiscalização no rio Grande (MG), Piracicaba, Capivari e Jundiaí (MG); rio Pardo (MG), São Marcos (MG/GO), Pipiripau (DF). Em função da escassez hídrica na região e com vistas a garantir o abastecimento urbano do Distrito Federal, a ANA vem atuando de forma conjunta com a ADASA-DF e em resolução conjunta estabeleceram a restrição do uso da água para irrigação nessa região. Sobre a Bacia Hidrográfica do Paranaíba, em função da necessidade de ajustes nas prioridades do Rio São Marcos, está em curso no âmbito do Comitê de Bacia, a revisão do Plano da Bacia Hidrográfica. Em relação ao Paranapanema, o Comitê de Bacia aprovou o Plano de Bacia Hidrográfica já com a nova metodologia que inclui a elaboração do Plano Operacional de Implementação das ações previstas.

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias críticas no segundo semestre de 2016, com publicação prevista para o primeiro semestre de 2017.

Mudanças ocorridas

Com a aprovação dos Planos de Bacia há usos prioritários definidos e aprovados com a participação da sociedade por meio dos Comitês de Bacia. Esse instrumento facilita a negociação e mediação dos conflitos que têm sido solucionados por meio da definição de restrições de usos e fiscalização, sempre com o intuito de garantir os usos múltiplos das águas.

Região Hidrográfica Parnaíba

Descrição geral

Divide-se em 3 unidades hidrográficas e se estende por três Estados (Ceará, Piauí e Maranhão), abrangendo 293 Municípios, cuja população aproximada é de 4,15 milhões de habitantes. Essa RH tem baixa densidade demográfica (12,5 hab./km²), inferior à média brasileira, que é de 22,4 hab./km². A RH caracteriza-se pela intermitência das chuvas e tem média de precipitação muito abaixo da média nacional. A disponibilidade hídrica superficial corresponde a menos de 0,5% da disponibilidade hídrica nacional e a vazão de retirada corresponde a 2% da retirada nacional. O volume máximo de reservação corresponde à metade da reservação per capita nacional (1795/m³ - 3.607/m³). Há distribuição desigual dos recursos hídricos superficiais da bacia, pois a maioria dos afluentes da margem direita do Parnaíba, na região do Médio Parnaíba, tem caráter temporário, especialmente os rios Canindé e Piauí, Poti e cabeceiras do rio Gurguéia (Serra de Bom Jesus do Gurguéia), que drenam grandes áreas localizadas no semiárido. O principal uso da água na região é a irrigação, responsável por 73% da demanda hídrica, seguida pelo uso urbano, com 16%. A demanda para irrigação concentra-se na região de Tianguá, Ubajara e Coelho Neto, Municípios que apresentam as maiores áreas irrigadas da região. A criticidade qualitativa na região de Teresina decorre da degradação da qualidade da água, em função do lançamento de efluentes domésticos e práticas inadequadas de disposição de lixo urbano. Situações de escassez de água são frequentes na região durante o prolongado período seco, característico do semiárido brasileiro.

Adversidades

Baixa disponibilidade hídrica; RH localizada na região semiárida, caracterizada por apresentar períodos críticos de estiagens, resultado da baixa pluviosidade e alta evaporação; grande quantidade de rios intermitentes; baixos índices de coleta e tratamento de esgoto; infraestrutura hídrica insuficiente ou deficitária; grande dependência dos reservatórios para regularização das vazões. Há grande incidência de evento crítico seca.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: Bacias Longa e Poti.

Há 62 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundações.

Estratégia de enfrentamento

A ANA definiu Marco Regulatório, expresso por meio de resolução conjunta entre a ANA e as secretarias dos Estados do Ceará e Piauí, que estabeleceu critérios para implantação de novos açudes nas bacias dos rios Poti e Longá, além de definir a participação da disponibilidade hídrica proporcionada pelos açudes entre os Estados, notadamente nas regiões de fronteira entre eles. No Marco Regulatório, foi prevista, em especial, a compatibilização de novos projetos com a infraestrutura atual, de modo a garantir atendimento adequado aos usos de recursos hídricos atuais e futuros previstos para a bacia, além da sustentabilidade hídrica dos reservatórios, que devem estar/ser dimensionados de forma compatível às disponibilidades hídricas da bacia. Na Área de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias críticas no segundo semestre de 2016, com publicação prevista para o primeiro semestre de 2017.

Mudanças ocorridas

Os conflitos têm sido solucionados por meio de negociação e mediação e têm resultado na definição de restrições de usos e fiscalização, sempre com o intuito de garantir os usos múltiplos das águas.

Região Hidrográfica São Francisco

Descrição geral

Divide-se em 4 unidades hidrográficas e se estende por sete unidades da Federação (Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal), abrangendo 503 Municípios, com população

aproximada é de 14,3 milhões de habitantes. Essa RH tem densidade demográfica igual à média nacional. Caracteriza-se pela intermitência das chuvas e tem média de precipitação muito abaixo da média nacional. A disponibilidade hídrica superficial corresponde a 2,7% da disponibilidade hídrica nacional e a vazão de retirada corresponde a 9,8% da retirada nacional. O volume máximo de reservação é maior que a média per capita nacional ($5.183/m^3$ - $3.607/m^3$). A região do São Francisco caracteriza-se pelo predomínio claro das vazões de retirada para irrigação ($213,7 m^3/s$) em relação aos demais usos, representando 77% do total de demandas da Região. Em seguida, há a demanda urbana, com retirada de $31,3 m^3/s$ (11%), concentrada principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e a demanda industrial, com $19,8 m^3/s$ (7%). A demanda animal da região é de $10,2 m^3/s$ (4%) e a rural, de $3,7 m^3/s$ (1%). Situações de escassez de água são frequentes na região durante o prolongado período seco, característico do semiárido brasileiro. Em 2013, 276 Municípios (61% do total da RH) decretaram situação de emergência por motivo de seca. Entre 2003 e 2013, 206 Municípios apresentaram mais de 10 eventos de seca e alguns Municípios, como por exemplo, Belém do São Francisco, Santa Cruz e Afrânio, repetidamente afetados pela seca, apresentaram mais de 35 eventos de situação de emergência ou estado de calamidade pública. O aproveitamento hidrelétrico do Rio São Francisco representa a base de suprimento de energia do Nordeste.

Adversidades

Baixa disponibilidade hídrica; 58% dessa RH está localizada na região semiárida que é caracterizada por apresentar períodos críticos de estiagens, resultado da baixa pluviosidade e alta evaporação; grande quantidade de rios intermitentes; baixos índices de coleta e tratamento de esgoto; infraestrutura hídrica insuficiente ou deficitária; grande dependência dos reservatórios para regularização das vazões; alta demanda de irrigação; há grande incidência de evento crítico seca.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: Preto, Urucuia e Verde Grande.

Há 141 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundação.

Estratégia de enfrentamento

Os conflitos na região foram potencializados pela situação de seca enfrentada pela região desde 2012. As definições de regras de operação para os reservatórios Sobradinho, Xingo e Três Marias têm sido a principal estratégia para garantir os usos prioritários. Essas negociações resultaram na redução da vazão em 2013 de $1600 m^3/s$ para $700 m^3/s$ em 2016. Essas regras são definidas em articulação com o ONS, em reservatórios de hidrelétricas, e revisadas periodicamente, por meio da edição de novas resoluções, com fixação dos novos valores das vazões mínimas. Foi estabelecido ainda, o Grupo de Acompanhamento do São Francisco, com diversos representantes de instituições, como a ANA, o ONS, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), prefeitos, irrigantes, dentre outros.

Nos conflitos de uso, foram realizadas negociações para Alocação Negociada de Água em açudes e sistemas hídricos, registradas em Termos de Alocação.

Especificamente na bacia do Verde Grande, foram estabelecidas regras de restrição de uso e têm sido realizadas campanhas de fiscalização para aferir seu cumprimento.

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias críticas no segundo semestre de 2016, com publicação prevista para o primeiro semestre de 2017.

Mudanças ocorridas

A despeito da criticidade da seca, as intervenções de restrição de usos e as campanhas de fiscalização têm mantido o abastecimento urbano de água na região.

Região Hidrográfica Tocantins Araguaia

Descrição geral

Divide-se em 2 unidades hidrográficas e se estende por seis unidades da Federação (Goiás (21%), Tocantins (30%), Pará (30%), Maranhão (4 %), Mato Grosso (15%) e o Distrito Federal (0,1%)), abrangendo 409 Municípios, cuja população aproximada é de 8,6 milhões de habitantes. Essa RH tem densidade demográfica

2,5 vezes inferior à média nacional. É importante no contexto nacional, pois se caracteriza pela expansão da fronteira agrícola, principalmente no que se refere ao cultivo de grãos e potencial hidroenergético. A incidência de chuvas é bem menor que a média nacional. A disponibilidade hídrica superficial corresponde a 6% da disponibilidade hídrica nacional e a vazão de retirada corresponde a 1% da retirada nacional. O volume máximo de reservação é bem maior que a reservação per capita nacional ($13.508/m^3$ - $3.607/m^3$). Há um significativo crescimento de demanda de água para irrigação que já é o uso preponderante.

Adversidades

Baixo índice de saneamento.

A bacia do rio do Sono e o trecho médio do rio Araguaia são áreas sensíveis, do ponto de vista hídrico e ambiental.

A navegação no rio Tocantins é impossibilitada pela ausência de eclusas nos barramentos existentes (UHEs de Tucuruí, Lajeado e Estreito).

A operação dos reservatórios a partir da UHE de Peixe-Angical influencia o turismo nas praias do rio Tocantins. Ocorrência de processos erosivos, devido ao desmatamento, que estão concentrados na Unidade Hidrográfica Alto Tocantins e, em especial, no Alto Araguaia. O estabelecimento de novos usuários nas UHs Alto Médio Araguaia, Médio Araguaia, Alto Tocantins e Itacaiúnas deverá pressionar ainda mais os corpos d'água da região. A expansão da irrigação no Médio Araguaia é particularmente importante nesse aspecto. A navegação no rio Tocantins é impossibilitada pela ausência de eclusas nos barramentos existentes (UHEs de Tucuruí, Lajeado e Estreito).

A operação dos reservatórios a partir da UHE de Peixe-Angical influencia na garantia do turismo nas praias do rio Tocantins.

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, está sendo realizado estudo mais aprofundado, em menor escala, com refinamento de dados e detalhamento de modelagens.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: Itacaiúnas, Javaés, Paraná.

Há 235 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundações.

Estratégia de enfrentamento

No rio Javaés (TO), foi estabelecido Marco Regulatório e realizadas campanhas de fiscalização; no rio Paraná, há marco regulatório.

Mudanças ocorridas

Os conflitos têm sido solucionados por meio de negociação e mediação e têm resultado na definição de restrições de usos e fiscalização, sempre com o intuito de garantir os usos múltiplos das águas.

Região Hidrográfica Uruguai

Descrição geral

Divide-se em 2 unidades hidrográficas e se estende por dois Estados (Rio Grande do Sul (74%) e Santa Catarina (26), abrangendo 405 municípios, cuja população aproximada é de 6,2 milhões de habitantes. Essa RH tem densidade demográfica similar à média nacional. É importante no contexto nacional, em função das atividades agroindustriais desenvolvidas na RH e do seu potencial hidrelétrico. A incidência de chuvas é distribuída ao longo do ano, mas tem média anual inferior à média nacional. A disponibilidade hídrica superficial corresponde a 0,6% da disponibilidade hídrica nacional e a vazão de retirada corresponde a 7% da retirada nacional. O volume máximo de reservação é um pouco inferior à média per capita nacional ($3.388/m^3$ - $3.607/m^3$). Há significativo crescimento da demanda de água para irrigação, que já é o uso preponderante. O maior uso consuntivo é para a irrigação (ano-base 2012), representando 82% da demanda total dessa RH, seguida pelo uso para abastecimento público e pelo uso industrial, que representam 6% cada (ano-base 2010).

Adversidades

Alta concentração de aproveitamentos hidrelétricos no trecho médio/alto Uruguai; alta demanda para irrigação no trecho médio/baixo Uruguai; alta demanda para abastecimento e baixos índices de saneamento.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: Negro e Quaraí.

Há 188 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundações.

Estratégia de enfrentamento

Marco Regulatório estabelecido no Rio Quaraí.

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, está sendo realizado estudo mais aprofundado, em menor escala, com refinamento de dados e detalhamento de modelagens.

Mudanças ocorridas

Os conflitos têm sido solucionados por meio de negociação e mediação e têm resultado na definição de restrições de usos e fiscalização, sempre com o intuito de garantir os usos múltiplos das águas.

3- Planejamento organizacional e resultados

3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos

Em 2010, ao observar que os objetivos estratégicos correspondiam aos objetivos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, a Diretoria Colegiada da Agência fez a opção de inserir nível tático em sua estratégia a fim de buscar maior efetividade em suas ações. A ANA estabeleceu, como meio para melhorar seu desempenho, a definição de Resultados Esperados, que correspondem às mudanças que se espera obter entre os cenários analisados.

O planejamento estratégico da Agência, concluído em 2011 após amplo processo de reflexão conjunta, definiu suas linhas gerais de ação até 2020, com previsão de revisões periódicas.

Desde sua implementação, muito se avançou, em termos de implementação do planejamento, especialmente no que diz respeito aos esforços para que atuação da ANA se paute sempre pelos seus objetivos, respeitando o mapeamento de processos e eventuais atualizações. Esses avanços contribuíram para que se identificasse a necessidade de aperfeiçoamento da gestão e desempenho.

As revisões de planejamento estratégico coincidem com a elaboração do Planejamento Plurianual (PPA) do Governo Federal e pretendem, além de buscar alinhamento com as orientações do PPA, refletir os desafios identificados e as mudanças das condições de atuação, além do progresso verificado e da necessidade de novas mudanças, notada a partir do processo natural de evolução das instituições.

Nesse sentido, a revisão realizada que começou a operar em 2016 manteve os fundamentos do nível estratégico, mas reformulou o nível tático a partir dos resultados esperados para o ciclo 2016-2019. O objetivo foi orientar a execução de programas, projetos e atividades, além de contribuir para a integração e convergência de esforços institucionais, de forma a se obter efetivo ganho nas entregas da Agência ao SINGREH, bem assim à sociedade como um todo.

Os resultados esperados constituem referência para o nível tático do planejamento estratégico e fornecem as diretrizes para a atuação da agência nos próximos quatro anos. A revisão quadrienal do instrumento é construída com base na avaliação dos avanços obtidos no período anterior, considerados novos cenários, perspectivas e adversidades, bem como o planejamento do governo federal.

A natureza transversal e multidisciplinar dos resultados esperados impede que sejam associados às atribuições de UORGs isoladas. Bem ao contrário, o êxito no seu cumprimento depende da atuação integrada das diferentes áreas. Nesse sentido, os resultados esperados deverão nortear a definição de atividades, programas e projetos articulados, bem assim orientar a elaboração de metas institucionais, planejamento orçamentário, dentre outros.

3.1.1- RESULTADOS ESPERADOS

EVENTOS CRÍTICOS PREVENIDOS E SEUS IMPACTOS MINIMIZADOS.

Nos últimos anos, houve uma elevação no número de registros de eventos de secas e inundações, bem assim nos seus efeitos sobre a população brasileira, o que reforçou a necessidade de intervenções mais efetivas da Agência. Destacam-se a implantação de Salas de Situação em todos os estados; a elaboração do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações para todo o país, a articulação com usuários para alocação de água em situações de escassez e a coordenação com outros entes do SINGREH.

Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado consistem em melhorar a articulação com outras entidades e níveis de governo no âmbito do Sistema Nacional de Proteção e

Defesa Civil - (SINPDEC) e do SINGREH, incluindo-se os setores usuários e desenvolver estudos, sistemas e ferramentas de previsão de eventos hidrológicos críticos, especialmente no âmbito das Salas de Situação estaduais.

Responsáveis: Superintendência de Operações e Eventos Críticos e Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica (Joaquim Guedes Gondim Correa Filho e Valdemar Santos Guimarães)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

A instalação da Sala de Situação no estado do Espírito Santo, em 2016, encerrou o ciclo de implantação das Salas de Situação dos estados e do Distrito Federal. Com todas as salas em operação, foi possível finalizar as visitas técnicas iniciadas em 2014, para realização de diagnóstico sobre seu funcionamento. A partir do diagnóstico, classificaram-se as salas com base na infraestrutura física e no corpo técnico alocado.

Ainda em 2016, iniciou-se articulação para elaboração de novos Acordos de Cooperação entre ANA e estados do Nordeste (PE, AL, PB e PI já assinados; MA, BA, SE, CE e RN em processo de assinatura), tendo em vista a proximidade do final da vigência de parte deles, bem assim a importância de determinados projetos relacionados à gestão da seca, tais como o Monitor de Secas do Nordeste e o Monitoramento de Açudes do Nordeste.

A ANA também vem desenvolvendo projetos de cooperação internacional relacionados à prevenção e minimização de eventos hidrológicos críticos, com foco na recente implantação de Salas de Situação em países vizinhos, a exemplo do Uruguai.

O projeto Monitor de Secas vem sendo desenvolvido em uma base-piloto, com foco na região Semiárida do país. Os resultados consolidados são divulgados periodicamente.

Em 2016, foram elaborados boletins de acompanhamento de eventos hidrológicos críticos para a bacia do rio São Mateus, Sistema Hídrico Curema-Açu, rio Javaés e UHE Queimado. Intensificaram-se medições e monitoramento de bacias em estiagem, como a do Piranhas-Açu, onde ocorreram eventos hidrológicos em que foi necessária a intervenção da ANA.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2016.

Em 2010, o cenário para a gestão de recursos hídricos apresentava reiterada ocorrência de eventos extremos climáticos, em especial nos estados de Santa Catarina, Região Serrana e Centro Sul do Rio de Janeiro e Regiões Norte e Nordeste. Os desafios que se apresentavam à ANA, em sua esfera de competência, naquele momento eram mapear as situações de vulnerabilidade das bacias brasileiras e cheias e inundações, além de incrementar o monitoramento permanente das bacias, principalmente em situações de secas e cheias; definir e acompanhar regras de operação de reservatórios, por agentes públicos e privados, para garantir os usos múltiplos das águas.

Os desafios foram adequadamente vencidos. Em 2016, o monitoramento permanente das bacias, realizado por meio das Salas de Situação e de visitas de acompanhamento, consolidou-se e já é realizado em todos os estados da Federação.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Informamos abaixo um demonstrativo da evolução das entregas para esse resultado esperado:

EVOLUÇÃO NO PERÍODO

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de estados com a classificação de vulnerabilidade dos trechos de rios finalizada, na escala 1:1. 000.000		0	23	27	27	27	27
Nº salas de situação instaladas nos estados e em instituições parceiras		2	14	24	26	28	28
Nº de salas de situação operando nos estados e em instituições parceiras		2	9	18	25	27	28
Nº de visitas realizadas para diagnóstico, acompanhamento e apoio às salas de situação		0	0	0	14	11	27
SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO				
Superintendência de Operações e Eventos Críticos	Eventos Críticos	Prevenção a eventos hidrológicos críticos	Elaboração do Atlas de Vulnerabilidade; Apoio a instalação das salas de situação estaduais; operação da sala de situação da ANA.				
	Regulação	Definição de Regras de operação de reservatórios	Geração de boletins mensais e diários sobre os reservatórios, definição das condições de operação desses visando a garantir os usos múltiplos				
Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica	Monitoramento Hidrológico	Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	Planejamento, implantação e operação das redes nos estados para o funcionamento adequado das salas de situação				

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance do resultado esperado para o exercício de 2016. Registrados, entretanto que tal desempenho orçamentário e financeiro contribuiu, também, para o alcance de outros resultados.

PO 000B – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Boletim Emitido	16	166	1.038	2.128.812	1.781.742	83,6	12,4
PO 0001 – Modernização da Rede Hidrometeorológica							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	(h) = d/g
Unidade/Equipamento Adquirido- Modernizado	150	81	54	14.742.050	14.737.694	99,97	0,54
PO 0000 – Operação da Rede Hidrometeorológica							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	IEI (h) = d/g
Unidade/Informação Produzida	7.000.000	7.492.746	107	39.896.679	39.203.653	98,2	1,09

e- Principais desafios para 2017.

Os principais desafios dizem respeito ao incremento da articulação com outras entidades e níveis de governo, no âmbito do SINPDEC e do SINGREH, inclusive setores usuários; bem assim desenvolver estudos, sistemas e ferramentas de previsão de eventos hidrológicos críticos, especialmente no âmbito das Salas de Situação estaduais.

As entregas previstas para o exercício de 2017 são garantir a atuação efetiva das Salas de Situação já instaladas em todos os estados, desenvolver o projeto Monitor de Secas, desenvolver planos de contingência e protocolos de ação para eventos críticos e elaborar estudos de gestão de riscos em bacias identificadas como vulneráveis.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado esperado foi alcançado e modificou, para melhor, a realidade da prevenção de eventos críticos. Encerrou-se o ciclo de implantação das Salas de Situação e realizaram-se visitas técnicas que permitiram fosse realizado diagnóstico de seu funcionamento. Em relação a chuvas, estão identificadas as áreas vulneráveis a cheias e inundações para todos os municípios brasileiros e realiza-se o monitoramento permanente e em âmbito local dos índices pluviométricos e fluviométricos, o que permite o acionamento tempestivo dos sistemas de alerta a desastres naturais. Em relação à seca, foram desenvolvidos vários estudos que permitiram ter uma base de dados satisfatória para avançar em termos de monitoramento e desenvolvimento de ações preventivas. Esse resultado foi impactado pelo agravamento da escassez hídrica em decorrência da redução das chuvas e dos níveis dos reservatórios.

b- Ações para melhoria de desempenho

Implantação do projeto Monitor de Secas, manutenção do não contingenciamento de recursos do SINGREH (fonte 183 recursos pelo pagamento do setor elétrico); capacitação de recursos humanos para negociação e mediação de conflitos e formulação de parcerias com os demais entes do sistema e setores usuários, além de outras políticas públicas.

ÁGUA EM QUALIDADE E QUANTIDADE MONITORADA.

A Rede Hidrometeorológica Nacional – RHN, coordenada pela ANA em articulação com órgãos e entidades públicas ou privadas, nos termos da Lei nº 9.984/2000, constitui a principal fonte de informações hidrológicas do território brasileiro e monitora capacidade, potencial, disponibilidade e qualidade de água das bacias hidrográficas brasileiras, além do regime das chuvas em todo o território nacional. Compõe-se de cerca de 4.500 estações pluviométricas, evaporimétricas, fluviométricas, sedimentométricas e de qualidade da água. A obtenção de informações pertinentes, confiáveis e tempestivas é fundamental para a adequada gestão dos recursos hídricos. A RHN subsidia não apenas a atuação da ANA, no desempenho de suas atribuições legais, mas de todos os órgãos gestores e demais atores relacionados ao SINGREH.

Responsável: Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional (Valdemar Santos Guimaraes)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Estações da RHN estão sendo modernizadas, com a instalação de sensores automáticos e Plataformas de Coleta de Dados – PCDs com transmissão de dados por satélite ou celular, para atendimento das salas de situação. Encontra-se, ainda, em implementação o projeto que visa a dar subsídio ao acompanhamento de estiagens no Nordeste e no norte de Minas Gerais, em pontos de monitoramento definidos como estratégicos.

Em 2016, foram implementadas réguas em 150 açudes, com a participação de representantes dos estados nas atividades de fiscalização do contrato mantido pela ANA. Na Rede Telemétrica de Monitoramento Hidrológico, responsável pelo armazenamento automático de dados de chuva e nível dos rios, 37 PCDs com transmissão em tempo real via satélite e celular (GPRS) foram instaladas apenas no último ano.

Nas bacias em que o processo de modernização encontra-se mais avançado, é possível o acompanhamento em tempo real de eventos hidrológicos críticos, a fiscalização do cumprimento das regras definidas em outorga para uso de recursos hídricos e pactuadas em marcos regulatórios, bem assim da operação de reservatórios utilizados pelo setor elétrico, com possibilidade de interação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além do monitoramento do volume armazenado e da qualidade da água nos açudes do Semiárido brasileiro.

Em 2016, a ANA passou a divulgar, com intervalo horário, dados hidrológicos de nível, chuva e vazão de 3.120 estações fluviométricas e pluviométricas. Em relação ao monitoramento hidrológico no setor elétrico, a Agência priorizou a análise dos Relatórios de Instalação de Estações Hidrométricas.

No âmbito do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados da Qualidade da Água – QUALIÁGUA, foram assinados contratos com 15 estados (AC, BA, CE, MS, MG, PA, PB, PR, RN, RS, RO, RR, SP, SE e TO). Foram assinados 7 Acordos de Cooperação Técnica (AC, AL, ES, PA, PB, PE e RJ). Realizaram-se visitas técnicas e campanhas de monitoramento da qualidade de água na bacia do rio Doce. Na região do Município de Mariana.

A partir da identificação da necessidade de se aprimorar o monitoramento realizado no âmbito da RHN, firmou-se Memorando de Entendimento entre a ANA, CPRM e United States Geological Survey - USGS, com o objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de uma Rede

Hidrometeorológica Nacional de Referência – RHNR, a partir da revisão estruturada da rede fluviométrica nacional em operação, considerando as demandas de interesse da União.

Em 2016, foi dada continuidade à fabricação de duas embarcações para uso nas atividades relacionadas à RHN, com o objetivo de garantir deslocamento eficiente e seguro das equipes de campo e transporte de material durante as medições e operações técnicas.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2016.

Ao longo desse ciclo de planejamento, cerca de 25% das estações sob responsabilidade da ANA foi modernizado, o que contribuiu para a melhoria da Rede Hidrometeorológica Nacional – RHN. Ampliou-se, ainda, o número de equipamentos de hidrometria dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, o que auxilia no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados. Foram 34 PCDs instaladas apenas em 2016. A celebração de 15 contratos no âmbito do QUALAGUA demonstra o desenvolvimento do arranjo institucional planejado no início do ciclo, em parceria com os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, para a operação da RNQA.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

RESULTADO ESPERADO: ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE MONITORADA	EVOLUÇÃO NO PERÍODO						
	Antes de 2011	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de Estações Automáticas na Rede da ANA em operação	720	886	1189	1407	1513	1579	1800
Nº de estações do Setor Elétrico com dados incorporados ao SNIRH (Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 3)	0	0	0	503	1440	3165	3164
% de estações com dados consistidos e incorporados a base de dados da ANA e disponibilizados na internet	5,6%	9,40%	10,40%	10,80%	11,10%	11,20%	45%
Nº de Estados que celebraram Acordo de Cooperação Técnica visando a implantação da Rede de Monitoramento de Alerta	6	13	27	27	27	27	27
Nº de Estados que celebraram Acordo de Cooperação Técnica aderindo ao Programa Qualiágua (Programa Nacional de Qualidade das Águas)	0	0	0	0	1	12	21

Nº de Estados que celebraram Contratos para operar a RNQA no âmbito do programa QUALIÁGUA (Rede Nacional de Qualidade das Águas)	0	0	0	0	0	0	15
Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica	Monitoramento Hidrológico	Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	Planejamento e Modernização da RHN, operação e fiscalização das entidades operadoras em relação a obtenção e consistência de dados, disponibilização de informações no hidroweb, e operação da sala de situação da ANA				
		Gestão da Rede Nacional de Qualidade da Água	Estruturação da RNQA, formulação do QUALIÁGUA e celebração de acordos e contratos com os Estados para a obtenção de dados sobre qualidade de água				

Informamos abaixo um demonstrativo da evolução das entregas para esse resultado:

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentam-se os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance do resultado esperado no exercício de 2016. Registraramos, entretanto, que tal desempenho orçamentário e financeiro contribuiu, também, para o alcance de outros resultados.

PO 0001 – Modernização da Rede Hidrometeorológica							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Equipamento Adquirido-Modernizado	150	81	54	14.742.050	14.737.694	99,97	0,54
PO 0000 – Operação da Rede Hidrometeorológica							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Informação Produzida	7.000.000	7.492.746	107	39.896.679	39.203.653	98,2	1,09
PO 000D – Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais – PNQA							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Percentual de Execução Física/Sistema Implantado	8	16	200	9.664.130	8.974.788	92,8	2,15

e- Principais desafios para 2017.

As entregas previstas para o exercício de 2017 são ampliação e integração do monitoramento de qualidade de água em rios e reservatórios do país, que, historicamente, tem sido realizado de forma fragmentada e independente por entidades estaduais e federais, tais como órgãos ambientais, companhias de abastecimento público e empresas do setor elétrico, além disso, deve estimular a associação de dados de qualidade e de quantidade. A ANA tem, portanto, o desafio de coordenar os esforços de monitoramento existentes pelo país, tornando os dados acessíveis e comparáveis.

Espera-se que a Agência disponibilize à sociedade a batimetria de cerca de 119 reservatórios associados a Usinas Hidrelétricas despachadas pelo ONS. Os principais desafios do Projeto de Monitoramento pelo Setor Elétrico são disponibilizar à sociedade os dados de medições realizadas em campo, do tipo convencionais, e pelas empresas nas 3.120 estações que hoje enviam dados em tempo real à ANA.

No âmbito do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados da Qualidade da Água – QUALIÁGUA, os principais desafios referem-se à ampliação da participação dos estados no programa, estruturação das rotinas do projeto, realização de novo processo de contratação de serviços de comparação interlaboratorial, além da organização e disponibilização de uma grade de cursos de capacitação e treinamento técnico dos estados.

Em relação à disponibilização de dados hidrológicos para a sociedade, os principais desafios são receber, de forma automática, os dados de operações em campo das operadoras da RHN; disponibilizar dados pluviométricos e fluviométricos consistidos; elaborar curva de descarga para todas as estações telemétricas e atualizá-las anualmente; manter os sistemas atualizados e capacitar as operadoras da Rede na operação dos sistemas.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado esperado foi alcançado parcialmente. A necessidade de racionalizar o monitoramento hidrometeorológico e prepará-lo para fornecer dados e informações necessários para a solução de problemas de gestão cada vez mais complexos torna a otimização da RHN uma questão estratégica para o país.

A Agência manteve índice de modernização da Rede que está sob sua responsabilidade e buscou estruturar processos de trabalho e procedimentos que têm o objetivo de dar corpo à RNQA para a disponibilização de dados sobre qualidade de água com parâmetros estabelecidos em âmbito nacional.

b- Ações para melhoria de desempenho

Manutenção do não contingenciamento de recursos do SINGREH (fonte 183 recursos pelo pagamento do setor elétrico); capacitação de recursos humanos para negociação e mediação de conflitos e formulação de projetos e parcerias com os demais entes do sistema e setores usuários, além de outras

políticas públicas e coordenação com outras entidades, com o objetivo de aprimorar o arranjo institucional da operação da RHN.

PRÁTICAS DE USO RACIONAL E DE CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ESTIMULADAS

A utilização racional e integrada dos recursos hídricos com vistas ao desenvolvimento sustentável constitui um dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Como órgão responsável por sua implementação, a ANA tem desempenhado papel de indução de boas práticas, com iniciativas que visam a estimular a recuperação e a utilização racional dos recursos hídricos, por meio de incentivos e do financiamento de programas e projetos demonstrativos, com potencial de multiplicação de seus resultados. Destacam-se, nesse sentido, o sucesso e reconhecimento do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), que paga pelos resultados obtidos na remoção de carga poluidora em estações de tratamento de esgotos. E o Programa Produtor de Água, que orienta e financia a recuperação e conservação de solos, matas ciliares e áreas de nascentes para a redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural. Ambos permitem a integração com demais entes do SINGREH e atores relacionados para a replicação e alcance de escala das metodologias e seus resultados.

Responsável: Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (Ricardo Medeiros de Andrade)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

O Programa Produtor de Água é um instrumento pelo qual a União apoia, mediante orientação técnica ou apoio financeiro, projetos executados no meio rural voltados à redução da erosão e do assoreamento de mananciais, de forma a proporcionar melhoria da qualidade e a regularização da oferta de água em bacias hidrográficas. Em 2016, no âmbito do programa, foram celebrados três convênios, a saber: Estado de Santa Catarina; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF – EMATER e; Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado de Goiás – SECIMA. Foram firmados, ainda, quatro contratos de repasse: Prefeitura Municipal de Doresópolis/MG; Prefeitura Municipal de Delfim Moreira/MG; Prefeitura Municipal de Itanhando/MG; e Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul/RJ.

O Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES consiste na concessão de estímulo financeiro, na forma de pagamento por esgoto tratado, desde que cumpridas as condições previstas em contrato, aos prestadores de serviço de saneamento que investirem na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs. Em 2016, foram removidas 12.500 toneladas de DBO por 14 ETEs participantes do programa.

O Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS é um programa de assistência técnica, com foco no planejamento e gestão do setor, fortalecimento da capacidade institucional e de iniciativas de articulação intersetorial, elaboração de estudos e projetos que visam a aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços associados. Em 2016, o programa teve continuidade e iniciaram-se novos processos licitatórios.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2016.

O resultado esperado foi amplamente alcançado. Para os dois programas, há metas específicas no âmbito do PPA 2016/2019, que permitem aferir o seu alcance e que foram atingidas. Até 2015 o Produtor de Água já havia promovido atividades de recuperação e conservação de solo, matas ciliares

e nascentes em 7.754 ha, superando a meta proposta de recuperação de 6.000 ha, e impactando cerca de 35 milhões de habitantes de sete regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Palmas, Rio Branco, Campo Grande, Goiânia e Brasília). Em relação ao Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES, no período compreendido entre 2012 e 2016, vinte ETEs contribuíram para abater cerca de 53.100 toneladas de DBO.

Resta inequívoca a eficácia dos programas em questão para a conservação dos recursos hídricos, além de indicar a possibilidade de se realizar, no âmbito da Administração Pública, contratos com pagamento por resultados.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Informamos abaixo um demonstrativo da evolução das entregas para esse resultado esperado:

RESULTADO ESPERADO: PRÁTICAS DE USO RACIONAL E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ESTIMULADAS	EVOLUÇÃO NO PERÍODO						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Nº de projetos contratados no âmbito do Programa Produtor de Águas	4	6	8	9	9	8	
Nº de projetos contratados no âmbito do Programa de Despoluição de Bacia (PRODES)	13	3	11	8	3	2	
Valor Contratado (R\$)	48.585.971,44	56.964.147,12	77.224.993,92	39.466.807,90	14.793.302,63	14.392.273,00	
Remoção certificada/ Meta Pactuada (%)	172,18%	122,56%	74,51%	84,55%	121,46%		
% da quantidade de dbo-kg/dia de esgoto certificado-retirado em relação a quantidade de dbo-kg/contratada	64,1	15	12	13	65,2		
% de projetos que não foram concluídos (relação entre quantidade cancelado, denunciado ou instaurado Tomada de Contas Especial-TCE) em relação ao contratado (PRODES/PRODUTOR DE ÁGUA)	0	0	0	0	8,33	0	
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	Fomento a Conservação e Recuperação dos Recursos Hídricos	Fomento a Conservação e uso racional dos recursos hídricos	Seleção e implementação dos projetos no âmbito do Programa Produtor de Água				
		Fomento a recuperação dos recursos hídricos	Seleção e implementação dos projetos no âmbito do Programa de Despoluição das Bacias - PRODES				

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2016. Registraramos, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0007 – Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água

Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Projeto Apoiado	6	8	133	21.745.310	21.378.839	98,31	1,35
PO 000A – Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h)=d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Quilogramas de Demanda Bioquímica de Oxigênio por Dia/ Carga Poluidora Abatida	12.500	34.251	274	14.491.000	14.392.273	99,32	2,76

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

(*) Meta correspondente aos valores contratados.

e- Principais desafios para 2017.

Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado dizem respeito a melhorar os procedimentos e modalidades de contratação dos programas de indução, para que ganhem escala; envolver outras instituições relacionadas à implementação dos programas de indução; avaliar os programas de indução executados pela ANA; e focar na implementação dos programas em trechos identificados como de especial interesse para a gestão de recursos hídricos.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado foi alcançado satisfatoriamente, pois a meta estabelecida foi alcançada para os dois principais programas que contribuem para o resultado esperado, além de terem sido selecionados projetos para dar continuidade e ampliar as áreas conservadas e recuperadas, e que demonstram a viabilidade da metodologia de pagamento por resultados.

b- Ações para melhoria de desempenho

Manter o não contingenciamento de recursos do SINGREH (fonte 183 recursos pelo pagamento do setor elétrico); formular parcerias com os demais entes do sistema, dos setores usuários, de outras políticas públicas e outras entidades visando dar maior capilaridade aos programas.

USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS E SERVIÇOS REGULADOS E FISCALIZADOS

A regulação e a fiscalização têm objetivo de garantir o exercício dos direitos de acesso à água, por meio da alocação da água disponível entre os diferentes usuários e do controle do cumprimento das condições estabelecidas para o acesso ao recurso. O crescimento da demanda e a redução da disponibilidade deverão aumentar nas regiões e períodos em que a demanda supera a oferta de água. Esse Resultado Esperado compreende o estabelecimento de Marcos Regulatórios e regras para o uso da água, a resolução de conflitos e incentivo do uso racional, além do acompanhamento, controle e fiscalização dos usos de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União. Envolve, ainda, a regulação e fiscalização, quando se tratar de corpos d'água de domínio da União, da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e a adução de água bruta, que inclui, dentre outras responsabilidades, a fixação de padrões de eficiência e o estabelecimento de tarifas. Nesse resultado, também é esperada a regulamentação e coordenação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.

Responsáveis: Superintendência de Regulação, Superintendência de Fiscalização, Superintendência de Operações e Eventos Críticos (Rodrigo Flecha Ferreira Alves, Flávia Gomes de Barros e Joaquim Guedes Gondim Correa Filho)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Em 2016, foram regularizados 1.787 usuários de recursos hídricos em corpos hídricos de domínio da União, sendo 1.382 usuários outorgados diretamente pela ANA; 386 usos ou interferências que independem de outorga, incluindo os usos insignificantes, nos termos da Resolução nº 1.175/2013; 1 outorga anulada; e 20 usuários outorgados por órgãos delegatários.

Foram emitidas três Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDHs e outorgas de direito de uso para o setor elétrico. Ainda em relação ao setor elétrico, emitiram-se 13 (treze) outorgas para usinas hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas e centrais geradoras hidrelétricas.

Foi alterada a Resolução nº 411/2005, que outorgou ao Ministério da Integração Nacional – MI o direito de uso de recursos hídricos do rio São Francisco para a execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF.

Está em fase de testes finais o módulo de Regulação do Sistema Federal de Regulação de Usos – REGA, nova ferramenta de automatização da solicitação de outorga, que torna o processo de solicitação e análise pela Agência mais ágil, com previsão de entrada em operação para o primeiro semestre de 2017.

Foram desenvolvidas as ações previstas no cronograma para o processo de renovação da outorga que autorizou o uso de recursos hídricos do Sistema Cantareira. As audiências públicas acontecerão no início do ano e a concessão deve ser concluída em maio de 2017.

Foi dado certificado a um empreendimento por meio de Certificado de Sustentabilidade de Obra Hídrica (CERTOH), posteriormente alterado em função de mudança na titularidade, e foram alterados os certificados de outros dois empreendimentos.

Foram consolidados os processos de alocação de água em sistemas hídricos da região semiárida dos estados da Bahia, Minas Gerais e Piauí e iniciaram-se os processos de alocação em sistemas hídricos dos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Ao todo, foram realizadas 33 alocações de água nos seis estados mencionados. Cumpre registrar que todas as reuniões públicas de alocação de água foram realizadas em conjunto com os respectivos órgãos gestores de recursos hídricos

estaduais e comitês de bacias hidrográficas, o que contribuiu positivamente para maior aproximação desses atores. Nos estados da Bahia e Minas Gerais, em virtude da consolidação dos processos de alocação de água, iniciaram-se as discussões e foram apresentadas propostas de marcos regulatórios para os diversos sistemas hídricos trabalhados.

Foi realizada oficina sobre marcos regulatórios de sistemas hídricos no semiárido, parte do XIII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste. Alocaram-se recursos para garantir o reparo de dispositivos de controle dos reservatórios Estreito-Cova da Mandioca (BA-MG), Ceraíma (BA), Cruzeta, Itans e Sabugi (RN).

Foi emitido o Relatório de Segurança de Barragens, que consolidou informações encaminhadas por 40 entidades fiscalizadoras de barragens sobre 17.259 barramentos. Testou-se, ainda, o primeiro módulo do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), cujo objetivo é registrar as condições de segurança de barragens em todo o território nacional.

Foram emitidas 22 (vinte e duas) resoluções de classificação de barragens quanto ao dano potencial associado. Elaboraram-se 8 pareceres sobre projetos de lei que propõem alterações à Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens e criou o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. Concluiu-se, ainda, o Manual de Políticas e Práticas de Segurança de Barragens para Entidades Fiscalizadoras.

Foi realizada a primeira Oficina dos Fiscalizadores de Segurança de Barragens e Treinamento sobre Metodologia Simplificada para Definição da Mancha de Classificação do Dano Potencial Associado 9DPA) de Barragem.

Foi estabelecida, também, critérios complementares de classificação de barragens sujeitas à fiscalização pela ANA (Resolução nº 132, de 22 de fevereiro de 2016).

Em relação à regulação do serviço de adução de água bruta, a ANA atuou na elaboração de estudos para definição da metodologia de cálculo das tarifas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF. Participou, ainda, de discussões no âmbito do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre implementação da cobrança pelo serviço de adução de água bruta nos estados beneficiados, cessão de uso e operação e manutenção dos reservatórios.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2016.

Considerando os desafios estabelecidos em 2010, o resultado esperado foi devidamente alcançado. A Superintendência de Fiscalização está estabelecida e consolidada. Foram regulamentados os instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens, e foram definidos os procedimentos e processos de trabalho da área.

Em relação à regulação dos serviços de adução de água bruta, todos os procedimentos e regulamentações encontram-se definidos e a ANA tem participado de todo o processo de discussão acerca de operação do PISF. No que respeita à ampliação das capacidades regulatórias da Agência, isso fica claramente demonstrado pelo aperfeiçoamento do processo de definição de regras de operação de reservatórios e pela criação de estrutura e processo de trabalho para a definição de marcos regulatórios e alocação negociada de água, além da redução dos estoques de outorga em exame e da simplificação e automatização desse processo. A automatização encontra-se homologada e em fase final de testes para a implantação.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Informamos abaixo um demonstrativo da evolução das entregas para esse resultado esperado:

RESULTADO ESPERADO: USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS E SERVIÇOS REGULADOS E FISCALIZADOS	EVOLUÇÃO NO PERÍODO					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de usuários regularizados	9338	10341	12082	14287	16097	17.884
Nº de Marcos Regulatório ou Alocações Negociada de Água estabelecidos	11	0	0	0	21	33
Nº de instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens regulamentados em relação a quantidade de regulamentação de instrumentos necessários (Fase de Regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens)	1	3	0	0	0	4
nº de barragens cadastradas no âmbito da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens	13.529	7.713	4.437	14.966	17.259	17.259*
nº de campanhas de fiscalização de usos de recursos hídricos	38	37	60	64	57	43
nº de campanhas de fiscalização de segurança de barragens	*	*	19	18	19	6
nº de autos de infração ou Ajuste de Conduta emitidos de fiscalização de usos de recursos hídricos	153	214	223	222	253	339
nº de autos de infração ou Ajuste de Conduta emitidos de fiscalização de segurança de barragens	*	50	57	24	5	21
Valor total aplicado em multas em fiscalização de uso de recursos hídricos	46.400	303.600	168.800	352.600	176.800	449.128
Valor total aplicado em multas em fiscalização de segurança de barragens	*	*	4.718	97.000	0	9.000,00
SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO			
Superintendência de Regulação	Regulação	Regulação de Usos de Recursos Hídricos	Concessão de outorga, DRDH, CERTOH, definição de marcos regulatórios e alocação negociada de água, restrições de usos			
		Regulação de Segurança de Barragens	Regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens, definição de procedimentos e protocolos			
		Regulação de PPP e Adução de Água Bruta	Regulamentação dos serviços e edição de normativos que regulamentam a adução de água bruta em perímetros de irrigação			
		Definição de Regras de operação de reservatórios	Definição de regras de restrição de usos que tem impactos em outorgas já concedidas			

Superintendência de Operações e Eventos Críticos	Regulação	Definição de Regras de operação de reservatórios	Geração de boletins mensais e diários sobre os reservatórios, definição das condições de operação dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN)
Superintendência de Fiscalização	Regulação	Fiscalização de Usos	Realizou 57 campanhas de fiscalização de usos em áreas com baixa disponibilidade hídrica e conflitos instalados
	Regulação	Regulação de Segurança de Barragens	Regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens, definição de procedimentos e protocolos
	Regulação	Fiscalização de PPP e Adução de Água Bruta	Regulamentação dos serviços e edição de normativos que regulamentam a adução de água bruta em perímetros de irrigação

*Nos termos da Resolução CNRH Nº 178, de 21 de junho de 2016, os órgãos fiscalizadores passaram a ter até 30 de abril de cada ano para enviar à ANA as informações necessárias para elaboração do Relatório de Barragens.

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2015. Registrarmos, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Regularizado	1.100	1.655	150	712.000	644.344	90,5	1,65
PO 0002 – Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Campanha Realizada	46	48	104	3.499.146	2.865.188	81,88	1,27

e- Principais desafios para 2017.

Os desafios previstos são reavaliar a adequação de critérios de alocação de água (considerar eventuais prioridades de uso estabelecidas em planos de recursos hídricos, critérios para revisão de outorga, reavaliação de vazões de referência, possibilidade de customização a diferentes realidades, avaliação de incertezas relacionadas às mudanças climáticas); incorporar aspectos econômicos nos critérios de alocação de água; atuar de maneira diferenciada em regiões/situações críticas em termos de disponibilidade hídrica; ampliar o nível de regularização de usos da água; atuar de maneira articulada e integrada com demais órgãos gestores de recursos hídricos, em bacias compartilhadas, em busca de vazões de referência e critérios de alocação consistentes e estabelecimento de condições de entrega; ampliar a capacidade de fiscalização; ampliar o monitoramento e controle de usos da água, notadamente em bacias/situações críticas; implementar o SNISB; buscar parcerias e definir mecanismos para atuação em caso de emergência envolvendo segurança de barragens; e definir o modelo e procedimentos para a regulação de serviços.

Como produtos específicos esperados, pode-se citar o início da operação do Sistema Federal de Regulação de Uso – REGLA, que irá automatizar o processo de análise dos pedidos de outorga, reduzindo tempo e custo das análises, sem comprometimento da qualidade, além da consolidação dos processos de alocação de água nos sistemas hídricos dos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

A Agência deverá, ainda, cumprir a extensa agenda de alocações de água na região semiárida e estabelecer os marcos regulatórios dos sistemas hídricos da Bahia e Minas Gerais, em conjunto com os respectivos órgãos gestores de recursos hídricos, além de renovar a outorga de direito de uso do Sistema Cantareira e regularizar a outorga de aproveitamentos hidrelétricos existentes conforme procedimentos e cronograma estabelecidos na Resolução ANA/ANEEL nº 1.305/2015.

Por fim, espera-se propor e discutir marcos regulatórios para os sistemas hídricos Epitácio Pessoa (PB), Piranhas-Açu (PB-RN) e Jucazinho (PE), implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e estabelecer modelo e estrutura de regulação do PISF.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

Resultado esperado alcançado satisfatoriamente, o que pode ser observado por meio dos avanços verificados na estruturação organizacional da fiscalização da segurança de barragens, da regulação dos serviços, dos marcos regulatórios e alocação negociada; do número de usuários regularizados; da proximidade de simplificação e automatização da outorga; em função da regulamentação dos quatro instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens.

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar os indicadores do resultado esperado e ampliar as capacidades de fiscalização, seja pelo aumento do número de servidores ou pela utilização de novas tecnologias e metodologias; iniciar a operação do processo automatizado de análise de pedidos de regulação; aprofundar as informações acerca das bacias de especial interesse para gestão; e consolidar e aperfeiçoar os procedimentos de estabelecimentos de marcos regulatórios e alocação negociada de água.

INSTRUMENTOS IMPLEMENTADOS DE FORMA INTEGRADA NA BACIA

A ANA disciplina a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. É responsável pela implementação dos instrumentos de outorga do direito de uso de recursos hídricos e a cobrança, em bacias de rios de domínio da União, e pela coordenação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. Também contribui com a elaboração de planos de recursos hídricos e os estudos e a proposição do enquadramento dos corpos d'água conforme seus usos preponderantes. Os principais desafios enfrentados para o alcance

desse resultado são: o estabelecimento de mecanismos de orientações comuns para assegurar a integração e a articulação da gestão de recursos hídricos no âmbito das bacias hidrográficas brasileiras; estímulo à pactuação entre os diferentes entes do SINGREH e em especial os órgãos gestores estaduais; e viabilização das condições e da capacidade adequada de atuação integrada dos entes responsáveis pela implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos.

Responsáveis: Superintendência de Apoio ao SINGREH, Superintendência de Regulação, Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos e Superintendência de Tecnologia da Informação e Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (Humberto Cardoso Gonçalves, Rodrigo Flecha Ferreira Alves, Sergio Rodrigues Ayrimoraes, Sergio Augusto Barbosa e Ricardo Medeiros de Andrade)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Em 2016, foram emitidas 1.382 outorgas. Consolidou-se a ampliação da agenda da ANA no âmbito dos planos de recursos hídricos, com a aprovação de três planos de bacias hidrográficas interestaduais: Piancó-Piranhas-Açu, Paranapanema e São Francisco (revisão); o acompanhamento da revisão do plano da bacia do rio Paraíba do Sul; e o início da elaboração dos Planos da bacia do rio Grande e da região hidrográfica do Paraguai. Desse conjunto de planos aprovados são esperados desdobramentos em torno da implementação de suas ações, trazendo consequências regulatórias e de gestão para essas bacias já em 2017.

Além dos planos, um conjunto de estudos de refinamento do balanço hídrico foi conduzido ao longo do ano de 2016, com resultados a serem divulgados no primeiro semestre de 2017: estudo de estimativas de demandas e usos consuntivos de água para o Brasil; estudo de modelagem qual-quantitativa em bacias críticas; estudo de reservatórios do semiárido; e estudo sobre mudanças climáticas e alocação de água na bacia do rio São Francisco.

Sobre os estudos setoriais conduzidos pela ANA, os quais contribuem para a integração do planejamento dos setores usuários com a gestão de recursos hídricos, ressalta-se a manutenção da parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Integração e Ministério das Cidades nos temas de irrigação, operação de reservatórios, infraestrutura hídrica e saneamento. Destacam-se nessas parcerias a elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica e do Atlas Brasil: Tratamento de Esgotos Urbanos.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2016.

A despeito das dificuldades apresentadas pela escassez hídrica, a devida implantação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos segue avançando. A implementação integrada, entretanto, permanece um desafio: ainda que a Agência tenha aperfeiçoado metodologias e formas de atuação, o único mecanismo de orientação comum para assegurar a integração e articulação da gestão de recursos hídricos é a decisão da Diretoria Colegiada. Não há outros mecanismos que vinculem os demais entes do sistema.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Informamos abaixo um demonstrativo da evolução das entregas para esse resultado esperado:

RESULTADO ESPERADO: INSTRUMENTOS IMPLEMENTADOS DE FORMA INTEGRADA NAS BACIAS: PLANOS, OUTORGA, COBRANÇA, ENQUADRAMENTO, SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM RECURSOS HÍDRICOS	EVOLUÇÃO NO PERÍODO					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016

Nº de usuários cadastrados no CNARH (Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos)	16.200	10.708	14.686	14.826	13.115	17.418
Nº de estados com sistema de cadastro de usuários integrados ao CNARH	5	6	7	16	23	23
% de usuários regularizados em relação à quantidade total de pedidos	113%	77%	70%	83%	88%	93%
Nº de outorgas em rios de domínio da União emitidas	8.337	9.271	10.856	12.875	14.416	15.798
Nº de Comitês de bacia interestaduais com a cobrança aprovada e entidade delegatária indicada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos		3	4	4	5	5
% de cobertura nacional de Planos de Recursos Hídricos (em bacias interestaduais)	47%	51%	51%	54%	54%	55%
SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO			
Superintendência de Regulação	Regulação	Regulação de Usos de Recursos Hídricos	Concessão de outorga, DRDH, CERTOH, definição de marcos regulatórios e alocação negociada de água, restrições de usos			
Superintendência de Fiscalização	Cadastro	Cadastro de Usuários	Cadastrou mais de 500 usuários e integrou a base de dados de 6 estados			
Superintendência de Apoio ao SINGREH	Cobrança	Cobrança pelo uso de recursos hídricos	Realizou os estudos de estimativa de arrecadação e fomentou a cobrança nas bacias.			
Superintendência de Tecnologia da Informação	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	SNIRH	Desenvolveu os módulos do sistema para disponibilizar as informações			
Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	Planos e estudos de recursos hídricos.	Planos de recursos hídricos			
		Estudos setoriais para recursos hídricos	Estudos de irrigação, cana de açúcar, Áreas de Especial interesse para a Gestão, entre outros.			

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2016. Registraramos, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0008 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Cadastrado	8.000	12.500	156	347.085	248.979	71,73	2,17

PO 0001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens

Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)

Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Regularizado	1.100	1.655	150	712.000	644.344	90,5	1,65

PO 0001 - Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH

Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)

Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Subsistema Implementado	4	4	100	30.275.420	30.232.060	99,85	1,00

PO 0004 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos

Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)

Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Plano Elaborado	5	5	100	20.054.005	19.725.713	98,36	1,02

e- Principais desafios para 2017.

Os principais desafios para esse resultado esperado são aperfeiçoar Planos de Recursos Hídricos, de modo a incluir ordem de prioridades e/ou diretrizes para a alocação negociada no âmbito dos comitês de bacia e considerar, no que for possível, a integração entre planejamento nacional e local; tornar os procedimentos de outorga mais ágeis, simples e acessíveis ao usuário; promover condições para que a cobrança e outros instrumentos econômicos reflitam as condições de criticidade da bacia; definir estratégia para implementação do enquadramento; disponibilizar informações sobre recursos hídricos em tempo hábil e formato adequado ao tomador de decisão; e implementar as capacidades e procedimentos necessários para a integração dos instrumentos em bacias interestaduais; e promover a gestão integrada de recursos hídricos entre União e Estados.

Como produtos específicos para o próximo exercício, permanecem na pauta a automatização da outorga, a implantação efetiva da cobrança no Verde Grande e Paranaíba e a conclusão dos estudos do Grande, além da consolidação do “Conjuntura” com o portal de informações do SINGREH.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O Resultado Esperado não foi alcançado de forma satisfatória, uma vez que os produtos específicos previstos para o exercício de 2016 permanecem pendentes.

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar os indicadores do resultado esperado e avançar mecanismos orientadores para a integração do processo de implementação dos instrumentos.

ATUAÇÃO ARTICULADA COM POLÍTICAS E PLANEJAMENTOS DOS SETORES USUÁRIOS E DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

A Política Nacional de Recursos Hídricos tem, como diretriz de ação, a articulação do planejamento de recursos hídricos com os setores usuários, em âmbito estadual e nacional. Como instrumentos de direcionamento, os Planos de Recursos Hídricos têm papel norteador para o fortalecimento da integração da atuação dos setores usuários, com vistas ao desenvolvimento sustentável, considerando-se, aí, as leis do setor elétrico e de saneamento como instrumentos de referência para o planejamento desses setores usuários. Os desafios são: definição de arranjos institucionais adequados para implementação dos planos junto aos diversos atores, dentro de suas competências necessárias, com capacidade de articulação com os setores usuários e mobilização em níveis estadual e federal; superação de dificuldades políticas e financeiras dos órgãos gestores e comitês, para assegurar a viabilidade dos projetos e ações definidas nos planos, orientando a destinação de recursos públicos e privados para esse fim; e implementação, em rios de domínio da União, do enquadramento dos corpos d’água, sob uma visão de planejamento e de metas acordadas com os diversos setores usuários da água.

Responsáveis: Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos, Superintendência de Apoio ao SINGREH e Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (Sergio Rodrigues Ayrimoraes, Humberto Cardoso Gonçalves e Ricardo Medeiros de Andrade)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Consolidou-se a parceria com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Embrapa, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Integração e do Ministério das Cidades, para aprimorar o conhecimento sobre irrigação, e demais usos consuntivos, que resultou na elaboração de dois estudos estratégicos, quais sejam, o Plano Nacional de Segurança Hídrica e o Atlas Brasil: Tratamento de Esgotos, com publicação no primeiro semestre de 2017. Assim como o Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água, deverão ser referência para a formulação de políticas públicas e racionalização dos investimentos em infraestrutura hídrica e tratamento de esgotos no país. Foram negociadas 33 alocações de água nos estados da Bahia, Minas Gerais, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2016.

A Agência vem se estruturando melhor para tornar a relação com os setores usuários e as políticas públicas setoriais mais efetiva. Em 2016, todas as reuniões públicas de alocação de água foram realizadas em conjunto com os respectivos órgãos gestores de recursos hídricos estaduais e com os

respectivos comitês de bacias hidrográficas, o que contribuiu positivamente para maior aproximação dos atores envolvidos.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

RESULTADO ESPERADO: ATUAÇÃO ARTICULADA COM POLÍTICAS E PLANEJAMENTOS DOS SETORES USUÁRIOS E DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	EVOLUÇÃO NO PERÍODO					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de Marcos Regulatório ou Alocações Negociadas de Água estabelecidas	11	0	0	0	0	33

SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	Planos e estudos de recursos hídricos.	Planos de recursos hídricos
		Estudos setoriais para recursos hídricos	Plano Nacional de Segurança Hídrica, o Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas, estudo sobre a irrigação.
Superintendência de Apoio ao SINGREH	Integração da Gestão de Recursos Hídricos	Integração Federativa do SINGREH	Articulação e negociação com os Estados
		Integração dos setores usuários	Realizou os estudos de estimativa de arrecadação e fomentou a cobrança nas bacias.
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	Integração da Gestão de Recursos Hídricos	Programas Integradores	Seleção e implementação dos projetos no âmbito do INTERÁGUAS
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Articulação de políticas governamentais	Integração com o planejamento das políticas públicas setoriais

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2016. Registramos, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0004 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF) % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Plano Elaborado	5	5	100	20.054.005	19.725.713	98,36	1,02
PO 0003 – Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas							

Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Projeto Implantado	16	6	37,5	17.774.162	10.381.378	58,41	0,64

e- Principais desafios para 2017.

Os principais desafios são a conclusão dos estudos Plano Nacional de Segurança Hídrica e do Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas, além da manutenção das negociações para alocação negociada de águas com os setores usuários e instituições relacionadas a recursos hídricos

Conclusão

a- Avaliação do resultado

Resultado esperado parcialmente alcançado. A articulação com os setores usuários, materializada pelas alocações de água realizadas no último exercício, representam avanço significativo nas atividades da Agência relacionadas a esse Resultado.

b- Ações para melhoria de desempenho

Definir estratégias e arranjos institucionais para integrar a atuação da ANA com outros setores; mobilizar e capacitar setores usuários para o diálogo; e promover articulação entre os conselhos estaduais e comitês de bacia.

ENTES DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS FORTALECIDOS

A ANA tem a competência de coordenar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Essa implementação passa pela ampliação das capacidades dos entes que compõem o sistema. Considerando a complexidade do arranjo institucional configurado pelo SINGREH, alguns desafios emergem como fundamentais para assegurar a efetividade dos resultados e a integração do sistema de gestão: fortalecimento da capacidade técnica e do poder decisório dos entes do SINGREH, e da sua representatividade, com vistas à efetiva influência no processo de gestão; ampliação da sustentabilidade institucional e financeira do SINGREH, por meio do permanente estímulo à maior contribuição dos Estados e Municípios para o financiamento e apoio à consolidação dos entes sob suas esferas de responsabilidades, envolvidos com a gestão dos recursos hídricos; aprimoramento do modelo de operacionalização e aplicação dos recursos da cobrança, com vistas ao ganho de eficiência na efetivação dos resultados.

Responsáveis: Superintendência de Apoio ao SINGREH, Superintendência de Regulação, Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos e Superintendência de Tecnologia da Informação e Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (Humberto Cardoso Gonçalves, Rodrigo Flecha Ferreira Alves, Sergio Rodrigues Ayrimoraes, Sergio Augusto Barbosa e Ricardo Medeiros de Andrade)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

O PROGESTÃO, regulamentado por meio da Resolução ANA nº 379/2013, baseia-se no princípio do pagamento por alcance de metas, a partir da adesão voluntária das unidades da federação. É

desenvolvido pela ANA em apoio aos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGREHs, que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Em 2016, houve avanço das metas pactuadas em 14 unidades da federação, discriminadas a seguir: i) cadastro de usuários, em sete estados (AC, AM, BA, ES, MA, CE e RR), tendo os últimos dois ultrapassado a meta contratual; ii) capacitação setorial, em três estados (AC, ES e RO); iii) monitoramento hidrometeorológico, em sete estados (AL, AM, GO, MA, PI, RO e SC), tendo o último ultrapassado a meta contratual; iv) monitoramento da qualidade de água, em três estados (AC, MS e PR); V) outorga, em quatro estados (AC, MS, PE e SE).

O Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água – QUALIÁGUA busca estimular a padronização dos critérios e métodos de monitoramento de qualidade de água no país, bem como contribuir para a gestão sistemática de recursos hídricos por meio da divulgação de dados sobre qualidade das águas superficiais no Brasil a toda a sociedade. O programa estabelece metas mínimas a serem cumpridas por três grupos de unidades da federação, estabelecidos de acordo com a estrutura e capacidade de operação dos estados. Em 2016, foram celebrados contratos com 15 estados: MG, SP, MT, MS, SE, RS, CE, TO, BA, PR, AC, RN, RO, PA e RR.

Há ainda o Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS) que busca o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, apoiar os colegiados do (SINGREH) e o aperfeiçoamento da capacidade operacional dos comitês de bacias. Em 2016 foram celebrados contratos com os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Espírito Santo.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2016.

Nesse período, foram formulados e implementados programas de pagamentos por resultados para todos os entes que compõem o SINGREH (órgãos gestores estaduais – (PROGESTÃO E QUALIÁGUA), comitês de bacias hidrográficas – (PROCOMITES) e entidades delegatárias (CONTRATOS DE GESTÃO). Todos eles têm contratos assinados, nos quais os pagamentos realizados pela ANA ficam condicionados à comprovação do alcance das metas pactuadas. Essa metodologia tem se mostrada exitosa na formulação da parceria da Agência com os demais entes do sistema na busca por avanços na gestão de recursos hídricos do país. Além disso, os números demonstram enorme avanço no alcance e capilaridade das ações de capacitação dos recursos humanos para a gestão de recursos hídricos. Nesse período foram implementados em parceria com universidades federais e estaduais e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – CAPES, e estão em curso, três mestrados profissionalizantes em rede (em recursos hídricos, ciências ambientais e prevenção de eventos críticos).

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Informamos abaixo um demonstrativo da evolução das entregas para esse resultado esperado:

RESULTADO ESPERADO: SINGREH FORTALECIDO E IMPLEMENTADO DE FORMA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	EVOLUÇÃO NO PERÍODO					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de estados que aderiram ao programa PROGESTÃO de fortalecimento dos Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos			19	27	27	27
Nº de estados que assinaram os contratos do programa PROGESTÃO			15	24	26	27

Nº de Comitês de bacia interestaduais com a cobrança aprovada e entidade delegatária indicada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos	3	4	4	4	5	5
Nº de Agências de Bacia (entidade delegatárias) com Contrato de Gestão pactuado e funcionando	4	5	5	5	5	5
número de vagas oferecidas em cursos de capacitação para atuação em recursos hídricos		16.540	24.727	50.588	77.417	33.924
número de inscritos em cursos de capacitação para atuação em recursos hídricos		30.651	46.270	85.097	172.788	52.124
% de atendimento de demanda por cursos de capacitação para atuação em recursos hídricos		54%	53%	59%	45%	65%
% de atendimento da demanda por cursos de capacitação para atuação em recurso hídricos na plataforma Educação a Distância - EAD sobre o total		47%	51%	58%	44%	46%
nº de pessoas que foram aprovadas nos cursos de capacitação oferecidos pela ANA	2.430	7.233	12.534	22.715	35.296	14.210
número de horas de capacitação oferecidas nos cursos de capacitação para atuação no SINGREH	2.588	3.124	5.568	5.962	11.238	5.292
nº de turmas oferecidas nos cursos de capacitação para atuação em recursos hídricos	63	113	174	251	463	410
SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO			
Superintendência de Apoio ao SINGREH	Fortalecimento dos Entes do SINGREH	Apoio a estruturação dos entes do SINGREH	Articulação e negociação, avaliação do alcance das metas e autorização para pagamento			
	Fortalecimento dos Entes do SINGREH	Capacitação dos entes do SINGREH	Formulação, desenvolvimento e implementação de plataformas e meios de educação para a gestão de recursos hídricos, parceria com a CAPES			
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Articulação com políticas setoriais	Parcerias com a CAPES e CNPq			
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	Integração da Gestão de Recursos Hídricos	Programas Integradores	Avaliação das metas federativas			
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	Gestão Integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos	Elaboração de avaliações hidrogeológicas.			
Superintendência de Fiscalização	Cadastro	Cadastro de Usuários	Avaliação das metas federativas			
Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	Planos e estudos de recursos hídricos.	Avaliação das metas federativas			
Superintendência de Operações e Eventos Críticos	Eventos Críticos	Prevenção a eventos hidrológicos críticos	Avaliação das metas federativas			
Superintendência de Tecnologia da Informação	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	SNIRH	Avaliação das metas federativas			

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2016. Registramos, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0009 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Entidade Beneficiada	36	36	100	24.989.393	24.126.417	96	1,04
PO 0002 – Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e superficiais							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG% (g) = f/e	
Unidade/Estudo Elaborado	4	4	100	2.226.349	1.879.606	84,42	1,18
PO 000B – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Boletim Emitido	16	166	1.038	2.128.812	1.781.742	83,6	12,4

e- Principais desafios para 2017.

Os principais desafios consistem em fortalecer a capacidade de atuação de comitês e entidades delegatárias, bem como a atuação dos órgãos gestores estaduais; ampliar as capacidades dos sistemas

estaduais e federal de gestão de recursos hídricos; e discutir a revisão da Política Nacional de Recursos Hídricos-PNRH.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

Resultado esperado foi alcançado de forma satisfatória. Atualmente há recursos técnicos e financeiros que permitem o desenvolvimento de projetos e ações com os entes do sistema, e que proporcionam o fortalecimento e a ampliação de suas capacidades, bem assim o permanente estímulo à contribuição dos estados, CBH e conselhos.

b- Ações para melhoria de desempenho

Desenvolver o sistema de informações do PROCOMITES.

3.2- Informações sobre a gestão

MODELO DE GESTÃO DA AGÊNCIA FOCADO EM RESULTADOS ESTRATÉGICO E ESTRUTURADO POR PROCESSOS

No contexto de construção de um modelo de gestão capaz de ampliar e aperfeiçoar a governança da Agência, estimular a inovação e o aprendizado, e promover o conhecimento e a organização de seus processos, direcionando recursos humanos, materiais e financeiros, de forma eficiente, para a obtenção de produtos e resultados definidos em âmbito estratégico, destacam-se os seguintes desafios: consolidação e reavaliação dos processos organizacionais da Agência e a remodelação da estrutura organizacional de maneira compatível com os processos, considerando as demandas e atribuições necessárias para alcance dos resultados definidos no planejamento estratégico, de maneira eficiente e eficaz.

Responsáveis: Gerência Geral de Estratégia (Bruno Pagnoccheschi)

a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Em 2016, procedeu-se à revisão da Resolução ANA nº 1.042, de 21 de julho de 2014, que aprova os fluxos de tramitação de processos administrativos da Agência para a deliberação da Diretoria Colegiada. Começou a discussão acerca do modelo de Governança e Gestão de Riscos de não alcance dos resultados da Agência. O Sistema de Planejamento da ANA – SISPLANA foi devidamente documentado, atualizado e oferece mais recursos para o adequado gerenciamento da ANA.

b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Unidade Organizacional	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Planejamento e Gestão	Reestruturação organizacional concluída e implementada
Secretaria Geral	Gestão de documentos e publicações	Gestão de documentos e publicações	"Programa Papel Zero" digitalização da gestão documental da Agência concluída e implementada
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	Administração de Pessoal	Readequação de cargos, nomeações, exonerações e apostilamentos

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado não foi satisfatoriamente alcançado. Houve avanços apenas na atualização do normativo que dispõe sobre fluxo de processos administrativos na Agência.

b- Ações para melhoria de desempenho

Revisar os normativos internos e preparar a instituição para a gestão de processos.

RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO COM O SINGREH E ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL IMPLEMENTADOS E FORTALECIDOS

A política de relacionamento e de comunicação da ANA deve propiciar a ampliação do debate e o aprofundamento do conhecimento em relação ao tema, bem como facilitar o intercâmbio e o diálogo com os vários atores interessados ou envolvidos com o processo de gestão dos recursos hídricos. Dessa forma, os desafios que a ANA deve enfrentar são: definição de política coordenada de relacionamento e comunicação que atenda às diversas demandas, internas e externas, baseada em processos organizados e com clareza de posicionamentos institucionais: adequada transmissão de informações, conhecimento e posições da ANA para o sistema, de forma segura e transparente, e otimização dos mecanismos de relacionamento e intercâmbio com todos os atores afetos e fortalecimento da imagem da instituição por meio de processos qualificados de comunicação, que contribuam para ampliar o conhecimento da sociedade em relação ao tema dos recursos hídricos.

Responsáveis: Gerência Geral de Articulação e Comunicação (Antônio Felix Domingues)

a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Agência atendeu a 378 demandas da imprensa. Foram realizadas quatro campanhas de publicidade para divulgação das regras especiais de uso da água na bacia do rio Piranhas-Açu e na bacia do rio São Mateus, totalizando 144 horas de carro de som e 383 inserções em jornais e rádios. No caso do rio São Mateus, foram desenvolvidos, também, cartazes e *flyers*. Foi celebrado contrato com agência de comunicação digital para produção de conteúdo e reformulação do portal da ANA, com previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2017. A Agência editou e publicou o Manual de Procedimentos dos Serviços de Comunicação Digital.

O perfil da ANA no *Facebook* ganhou 7.457 seguidores; o do *Twitter*, 1.844. Disponibilizaram-se ao público 28 vídeos no canal da ANA no *Youtube*. Os usuários inscritos no canal totalizam 1.145.

Em linha com o planejamento estratégico, que prevê ações de apoio para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) a ANA planejou e coordenou a produção do curso Ead Comunicação e Gestão de Recursos Hídricos, com o objetivo de fornecer treinamento para as áreas de comunicação e para gestores de recursos hídricos dos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e para os comitês de bacia. O curso será incluído na plataforma de capacitação da ANA em 2017.

Ainda em 2016, durante a realização do XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob) em Caldas Novas (GO), a ANA realizou a 10ª edição do Seminário Água, Comunicação e Sociedade, com foco em dicas de financiamento colaborativo para ações de comunicação de gestão de recursos hídricos e oficina de técnicas de consenso.

b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Unidade Organizacional	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Gerência Geral de Articulação e Comunicação	Relações Institucionais	Comunicação, Gestão de Eventos, Relacionamento com o Congresso Nacional e Gestão da Cooperação Internacional	Plano de Comunicação, revisão do Manual de eventos, aprovação de eventos e acordos internacionais prioritários.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado foi parcialmente alcançado. A ANA avançou nos desafios de definição de política coordenada de relacionamento e comunicação, transmissão de informações e no fortalecimento institucional. Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado consistem em transmitir posicionamentos institucionais e dar transparência à atuação da ANA para a sociedade; melhorar a comunicação e a prestação de contas aos entes do SINGREH; planejar e organizar a atuação junto a entidades internacionais, considerando os interesses e prioridades para a gestão dos recursos; apoiar a implementação de uma rede de monitoramento hidrometeorológico e de qualidade de água compartilhada entre os países da Bacia Amazônica e entre os países da Bacia do Prata; e apoiar a iniciativa do governo do Distrito Federal de sediar o 8º Fórum Mundial da Água, a realizar-se em Brasília em 2018.

b- Ações para melhoria de desempenho

Desenvolver processos mais qualificados de comunicação com os entes do SINGREH e com a sociedade e qualificar a comunicação interna.

COMPETÊNCIA CAPACIDADE TÉCNICA INSTITUCIONAL DESENVOLVIDA E EFETIVA.

O objetivo é assegurar o permanente processo de desenvolvimento e aprendizagem de seus servidores, por meio da adoção de uma política de recursos humanos calcada no conhecimento, na avaliação e no melhor aproveitamento das competências existentes, implementando mecanismos de estímulo ao desempenho técnico e gerencial, e modelos de valorização profissional focados em resultados para a instituição. Assim, os desafios apontados para promover o desenvolvimento técnico e gerencial da organização são: implantação de instrumentos de gestão de competências, otimizando o aproveitamento das capacidades existentes; implementação de mecanismos de incentivo e valorização profissional, baseados em cumprimento de metas de desempenho; e estímulo à participação, inovação e proatividade no alcance de resultados institucionais.

Responsáveis: Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (Luis Andre Muniz)

a- Avaliação do resultado

O Projeto DesenvolveRH – Projeto de implementação da Gestão por Competências no âmbito da ANA e do SINGREH foi desenvolvido com a participação dos servidores e chefes de Unidades Organizacionais ao longo de 2016 onde foram estabelecidas as capacidades e a matriz de complexidades das atividades dos servidores. No primeiro semestre de 2017 serão realizadas as primeiras avaliações e revisada a Política de Capacitação dos Servidores da ANA. No âmbito dessa política, o Plano Anual de capacitação realizou aproximadamente 26.000 horas, sendo que, em média,

os servidores fizeram 78 horas/ano, num total de 334 que participaram efetivamente de alguma iniciativa prevista.

São necessários avanços no que se refere à avaliação de desempenho, pois os processos existentes têm se mostrado insuficientes para conduzir à melhoria de desempenho e da prática de feedback aos servidores.

b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Unidade Organizacional	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	Capacitação e desenvolvimento de pessoal	Participação no Grupo de Formulação do Plano Anual de Capacitação e no Grupo Gestor de Capacitação (instância decisória). Planejamento, contratação e execução dos cursos.
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Planejamento e Gestão	Participação no Grupo de Formulação do Plano Anual de Capacitação e no Grupo Gestor de Capacitação (instância decisória)
Superintendência de Apoio ao SINGREH	Fortalecimento dos Entes do SINGREH	Capacitação dos entes do SINGREH	Participação no Grupo de Formulação do Plano Anual de Capacitação e no Grupo Gestor de Capacitação (instância decisória)

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado foi plenamente alcançado. A política de capacitação mostrou-se metodologia acertada, que permitiu a estruturação do processo de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas, possibilitou, em 5 anos, aproximadamente 130.000 horas de capacitação, proveu sala de treinamento e customizou sistema de informações. Essas ações organizaram a Agência para poder implementar a Gestão por Competências de forma efetiva. Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado para o período estão atrelados à implementação do Projeto DesenvolveRH – Gestão por competências, que entre outras coisas norteará a nova Política de Capacitação de Servidores, metas, instrumentos e estratégias de desenvolvimento de pessoas.

b- Ações para melhoria de desempenho

Concluir o projeto DesenvolveRH, que é estruturante para a gestão por competências e base para o planejamento da Política de Capacitação para o ciclo 2016/2019.

CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS GARANTIDA E EFETIVA

O Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em sua concepção, definiu a destinação de recursos para assegurar sua implementação, constituídos pelas receitas da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, tanto aquelas oriundas do setor elétrico, alocadas na ANA, como as dos demais usuários de águas, alocados nos orçamentos da União e dos Estados, conforme a dominialidade dos rios. Em relação às receitas da ANA, a cobrança do setor elétrico representa a maior fonte de recursos para sustentação das atividades de competência da Agência.

A partir dos esforços empreendidos pela ANA, no sentido de esclarecer a natureza dessa receita, o quadro foi alterado. As disposições do Decreto nº 7.402, de 22 de dezembro de 2010, e do Decreto nº 7.445, de 01 de março de 2011, reconheceram a receita mencionada, correspondente ao

pagamento pelo uso de recursos hídricos do setor elétrico, como obrigação legal e, portanto, não sujeita ao contingenciamento dos limites para empenho no exercício.

As receitas arrecadadas diretamente dos demais usuários outorgáveis em rios de domínio da União são integralmente transferidas para as Agências de Bacias em que foram arrecadadas, por meio de Contratos de Gestão firmados com a ANA, para aplicação em projetos e obras definidas pelos respectivos comitês. Alguns desafios se mostram presentes para a efetiva implementação desses recursos: garantia de efetiva disponibilização dessas receitas para os demais exercícios; capacidade de operacionalização da execução; e incorporação de parcerias e outras fontes de financiamento, relacionadas às demais políticas afetas aos recursos hídricos e aos Estados, para promover um incremento das ações intersetoriais e interinstitucionais

Responsáveis: Gerência Geral de Estratégia (Bruno Pagnoccheschi) Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (Luis Andre Muniz)

a- Avaliação do resultado

Em 2016, foi desenvolvida internamente e entregue, pela Superintendência de Tecnologia da Informação, nova versão do Sistema de Planejamento da ANA – SISPLANA.

A Agência procedeu, ainda, à contratação de software, bem assim serviços especializados de implantação, treinamento e operação assistida de unidade de apoio à gestão integrada de governança, programas e projetos.

b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Unidade Organizacional	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	Administração e Finanças	Orçamento e finanças	Programação orçamentária
		Execução orçamentária e financeira	Programação e execução orçamentária e financeira
		Licitações, contratos e convênios	Licitações, contratos e convênios
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Planejamento e Gestão	Planejamento Estratégico e orçamentário

Conclusão

a- Avaliação do resultado

Resultado alcançado satisfatoriamente. Com o não contingenciamento dos recursos oriundos da cobrança do setor elétrico a Agência tem conseguido implementar os programas e projetos que visam o fortalecimento do sistema e a implementação dos instrumentos da política. Esses recursos vêm sendo aplicados regularmente com alcances de empenho sempre acima de 91% das dotações.

b- Ações para melhoria de desempenho

Continuar as negociações com a Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP, para a manutenção do entendimento legal acerca da obrigatoriedade de repasse integral dos recursos oriundos da cobrança, implementar o sistema de governança e gestão de riscos integrado com o sistema de planejamento da ANA.

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA ADEQUADAS E GERENCIADAS COM EFICIÊNCIA

Com a crescente ampliação dos desafios a serem enfrentados para o cumprimento de suas atribuições, é necessário, cada vez mais, que a ANA esteja preparada para dar respostas mais ágeis e

confiáveis, o que exige maior capacidade e suporte tecnológico, insumos e infraestrutura adequada. Nesse cenário, no cenário de 2010 era urgente a ampliação dos investimentos em infraestrutura e tecnologia e os desafios eram: garantir recursos para a contínua modernização, ampliação e manutenção da infraestrutura tecnológica da ANA, em consonância com a crescente exigência das atividades sob sua responsabilidade; e planejamento das instalações, locações, reformas e construções necessárias, em consonância com as perspectivas de consolidação futura da ANA (quantitativo de servidores e estratégias de trabalho) de forma a evitar improvisações e proporcionar ganho de eficiência.

Responsáveis: Superintendência de Tecnologia da Informação e Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (Sérgio Augusto Barbosa e Luis André Muniz)

a- Avaliação do resultado

Desde 2010, é possível reconhecer o aumento da estrutura associada à Tecnologia da Informação, tanto no que se refere à estrutura da área na Agência, como em relação aos recursos destinados à TI. Houve, ainda, reestruturação e unificação dos processos de trabalho em uma superintendência. Na Tecnologia da Informação, inúmeros avanços foram observados, entre eles destacam-se a adequação do parque tecnológico, a aprovação do Comitê de TI, o Plano Estratégico de TI, a aprovação da Política de Segurança da Informação, a elevação dos índices de Governança de TI aferidos pelo TCU de 0,19, em 2010, para 0,54, em 2014, que é maior que a média desse índice para a Administração Pública Federal e para as Agências Reguladoras, 0,45 e 0,52 respectivamente.

Em 2016, aprovou-se o Planos Estratégico de Tecnologia da Informação e revisou-se o Plano Diretor. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de planejamento das ações de tecnologia da informação da ANA que apoia as unidades organizacionais no alcance de seus objetivos estratégicos e no cumprimento de suas atribuições legais.

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) visa propor ações e projetos, a partir da análise da atual situação, que sejam coerentes e coordenados entre si, para alcançar situação desejável no ambiente de tecnologia da informação.

Em relação à logística, um dos blocos da Agência “bloco L” foi parcialmente reformado e encontra-se em construção novo prédio anexo ao bloco M, na mesma sede da Agência. Este resultado foi parcialmente alcançado.

b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Unidade Organizacional	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	Administração e Finanças	Gestão de Logística	Manutenção do condomínio, dos prédios da Agência, das estações de trabalho, das obras e construções, e do suporte aos processos finalísticos
Superintendência de Tecnologia da Informação	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	SNIRH	Desenvolvimento de Sistemas, infraestrutura de TI e Governança de TI

Conclusão

a- Avaliação do resultado

Esse resultado foi parcialmente alcançado por um lado, os avanços em TI são inegáveis e podem ser atestados por meio de comparação com a média verificada na Administração Pública.

b- Ações para melhoria de desempenho

Concluir a obra de construção do Anexo do Bloco “M” e conclusão da reforma do bloco “L”.

3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico

Avaliação sobre os estágios de implementação do planejamento estratégico, destacando os avanços observados no exercício de referência do relatório de gestão e as perspectivas em relação aos próximos exercícios com base nas etapas de avaliação e monitoramento do plano.

3.3.1- Estágio de desenvolvimento

O Planejamento Estratégico da ANA 2009/2020 está consolidado e internalizado, pois atualmente todos os gastos e ações devem estar vinculados ao alcance de algum dos resultados esperados. De forma geral, as entregas dos últimos anos estão em conformidade com os desafios estabelecidos em 2010 e demonstram a evolução na gestão da Agência.

3.3.2- Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos

A Agência tem, por princípio, debater e construir as estratégias com participação efetiva de todos os servidores, chefes de UORG e Diretores. Após a implementação do seu primeiro ciclo 2011/2015, o nível tático (resultados esperados), como previsto em 2010, foi avaliado e revisado para o cenário vigente. A nova cartilha de planejamento 2016/2019 – traçou as diretrizes de ação e os desafios. Os indicadores foram formulados em 2016 e estão sendo adequados para implementação em conformidade com as determinações da Instrução Normativa Conjunta CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre os controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal

3.3.3- Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual

A construção do modelo de planejamento da Agência já condiciona as suas revisões ao mesmo período de mudanças do PPA e com mecanismos que possibilitem a adequação aos instrumentos de planejamento governamental, inclusive a lei orçamentária anual.

3.3.4- Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica

Umas das principais dificuldades encontradas pela Agência são a formulação e a pactuação dos indicadores relacionados aos resultados esperados. Quando da revisão para o ciclo 2016/2019, vários cuidados foram adotados já no primeiro período de implantação, para incorporá-los à Agenda Estratégica. Entretanto, com a edição da Instrução Normativa Conjunta CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, os indicadores estão passando por ajustes e pactuação com todas as Unidades da Agência. Espera-se que em maio de 2017, o sistema de governança esteja implementado com planejamento, orçamento, governança e riscos integrados.

3.3.5- Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade

De acordo com o modelo definido, as revisões devem acontecer a cada 4 anos (2015 e 2019), para que coincidam com as revisões do PPA e haja conformidade entre o planejamento institucional e o de governo, uma vez que uma das vertentes da ANA é de implementação de política pública, e que depende dos recursos destinados na LOA para o alcance dos resultados esperados.

3.3.6- Envolvimento da alta direção (Diretores e Superintendentes)

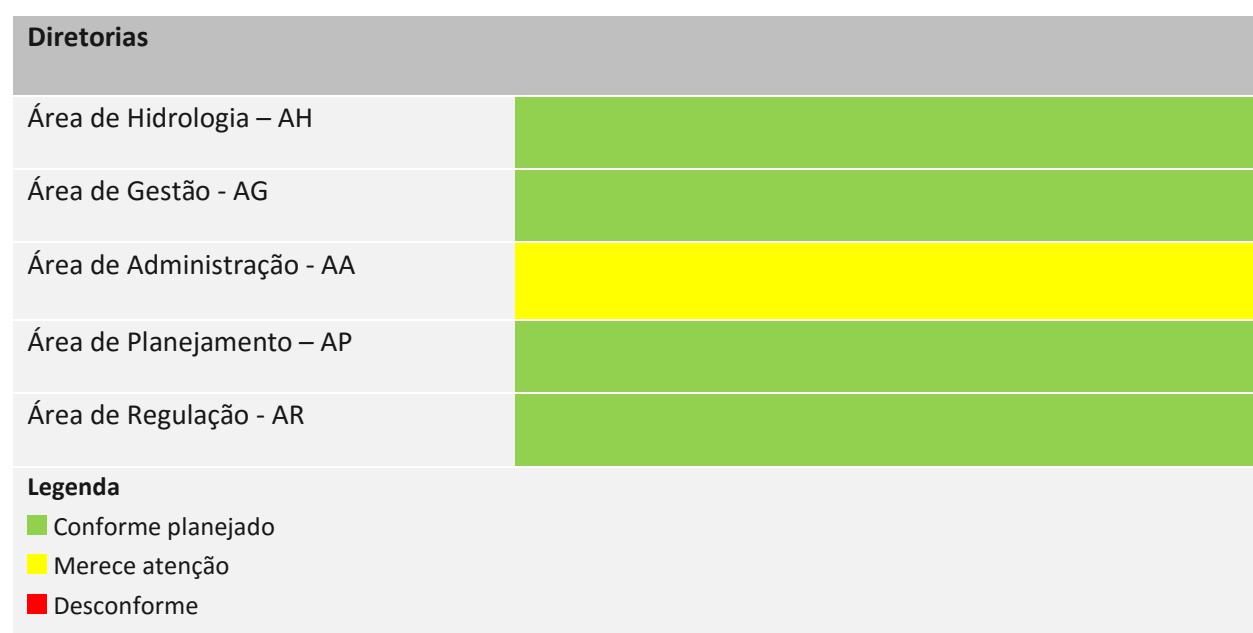
A revisão do planejamento estratégico com a adequação do nível tático durou 5 meses e foi realizada em várias etapas e reuniões, das quais participaram os diretores e superintendentes. O texto final da “Cartilha de Planejamento Estratégico 2016/2019 – revisão” foi discutido e apresentado aos superintendentes e diretores, que determinaram adequações, principalmente em função do relatório da OCDE “Governança de Recursos Hídricos no Brasil” que, entre outras coisas, propôs um conjunto de medidas para aperfeiçoar o SINGREH. Feitas as alterações, o documento foi novamente apresentado pela Gerência Geral de Estratégia a superintendentes e diretores e, posteriormente, submetido à apreciação da Diretoria Colegiada, que deliberou pela aprovação do texto final.

3.3.7- Alinhamento das unidades ao planejamento estratégico

A partir do texto estratégico aprovado, as unidades organizacionais apresentaram suas entregas para o período de 2016/2019, em conformidade com as diretrizes e linhas de atuação da Agência, indicando, também, para qual resultado esperado contribuem. Esse conjunto de entregas será norteador de orçamento e de níveis de integração necessários para o alcance dos resultados esperados. Do ponto de vista operacional, qualquer gasto da Agência deve ser precedido de registro no Sistema de Planejamento da ANA – SISPLANA. Trata-se de um sistema de informações que obriga a vinculação daquele gasto ou projeto a um resultado esperado, e no qual há a obrigatoriedade de manifestação formal da Gerência Geral de Estratégia quanto à conformidade do projeto com os resultados esperados (nos termos estabelecidos pela Portaria ANA nº 105/2010 e pela Resolução ANA nº 348/2017). Dessa forma, reduz-se a possibilidade de que ações ou projetos não se alinhem à estratégia, bem assim aos resultados esperados.

Superintendências

Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos; Superintendência de Gestão da Informação; Superintendência de Fiscalização; Superintendência de Regulação; Superintendência de Usos Múltiplos; Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica; Superintendência de Apoio a Gestão; Superintendência de Implementação de Programas e Projetos.



3.3.8- Principais dificuldades e mudanças previstas

As principais dificuldades para o alcance dos resultados da Agência estão na manutenção do não contingenciamento dos recursos oriundos da cobrança do setor elétrico (fonte 183) e no déficit de servidores, que atualmente encontra-se na ordem de 90 servidores, num quadro previsto em lei de 395.

Em relação às mudanças previstas ganham destaque a troca de quatro dos cinco diretores da Agência no intervalo de 8 meses e as discussões acerca da incorporação das atividades de supervisão regulatória do saneamento. Caso essas discussões sobre o saneamento avancem e essas funções venham de fato para a ANA, haverá necessidade de adequação da estratégia e redimensionamento de recursos humanos, financeiros e materiais da Agência.

3.4- Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

Quadro 5 – Acompanhamento da Arrecadação de Multas

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS

QUANTIDADES DE MULTAS

Período de Competência	Quant.	Arrecadadas		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)															Validação						
				Canceladas Administrativamente			Suspensas Administrativamente			Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas															
		Multas não inscritas no CADIN			Multas com Risco de Prescrição Executória			Outras			Total das Multas Exigíveis e Definitiv. Constituídas			Demais Situações											
Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Período Competência			
2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014		
2016	239	48	-	-	12	-	-	0	-	-	29	-	-	0	-	-	0	-	-	148	-	-	150	-	-
2015	45	3	15	-	4	2	-	0	-	-	0	0	-	0	-	-	0	-	-	39	12	-	9	12	-
2014	45	2	3	22	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6	24	0	0	0	
TOTAL	329	53	18	22	16	5	2	0	0	0	29	0	0	0	0	0	0	0	189	18	24	159	12	0	

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS

MONTANTE FINANCEIRO (R\$)

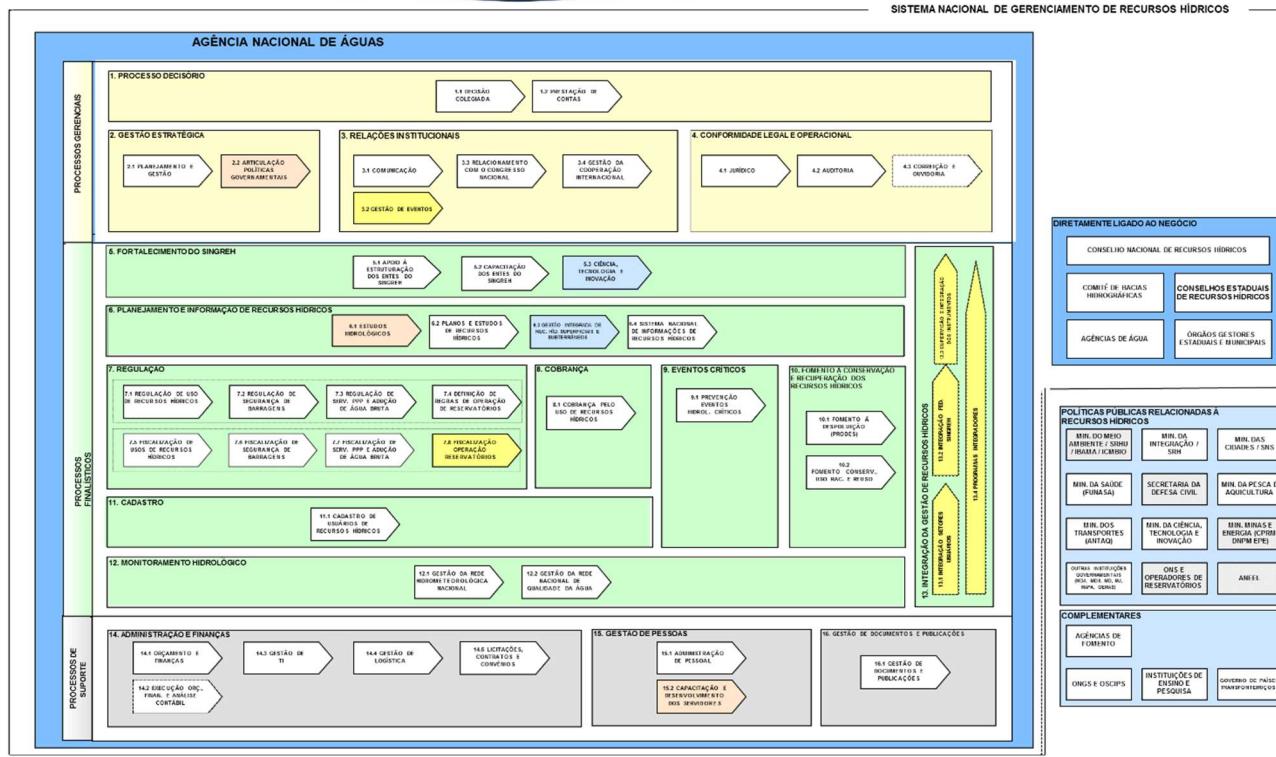
Multas Aplicadas	Descontos	Arrecadadas	Processo Administrativo (Não Arrecadadas)	Validação

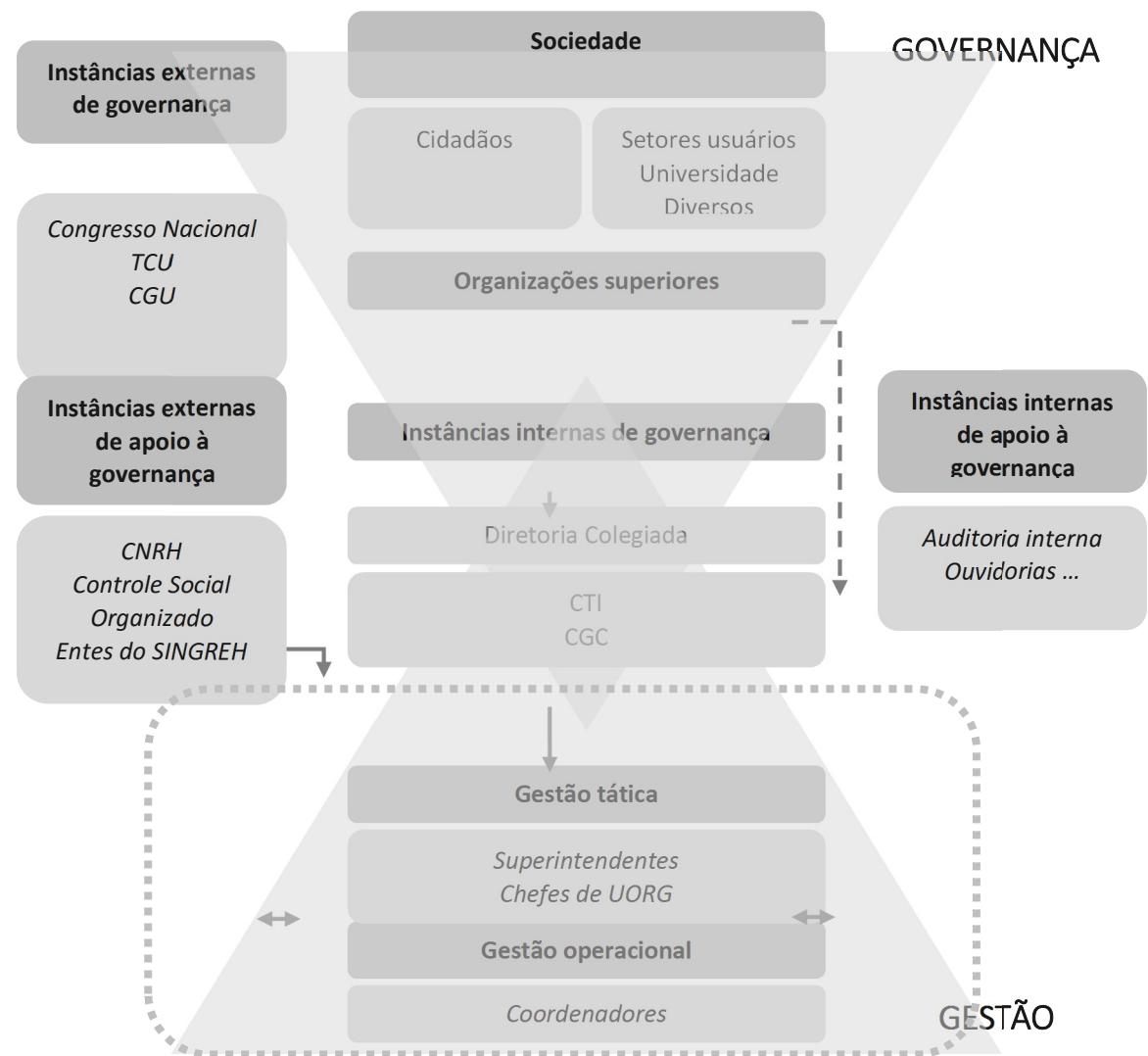
								Canceladas Administrativamente			Suspensas Administrativamente			Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas			Demais Situações							
Período de Competência	Valores	Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Período de Competência				
		2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014		
2016	2.313.135,24	-	-	-	215.808,35	-	-	46.600,00	-	-	-	-	-	187.000,00	-	-	2.050.726,89	-	-	2.313.135,24	-	-		
2015	351.044,87	-	-	-	17.958,44	98.615,07	-	16.200,00	8.200,00	-	-	-	-	57.590,00	123.982,57	-	76.011,00	134.060,36	-	351.044,87	-	-		
2014	761.354,59	-	-	-	5.430,08	5.735,73	79.383,16	-	61.000,00	3.400,00	-	-	-	513.270,04	105.200,00	-	313.270,04	105.200,00	187.935,58	-	-	761.354,59	-	-
TOTAL	3.425.534,70	-	-	-	239.196,87	104.350,80	79.383,16	62.800,00	69.200,00	3.400,00	-	-	-	757.860,04	229.182,57	-	2.440.07,93	239.260,36	187.935,58	2.313.135,24	351.044,87	761.354,59		

4- Governança, gestão de riscos e controles internos

4.1- Descrição das Estruturas de governança

Quadro 6 – Estruturas de governança e macroprocessos





A ANA é uma autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, conduzida por uma Diretoria Colegiada composta por cinco membros: um diretor-presidente e quatro diretores, todos nomeados pelo Presidente da República, com mandatos não coincidentes de quatro anos.

Além da Diretoria Colegiada, constituem sua estrutura organizacional e regimental: uma Secretaria-Geral (SGE), uma Procuradoria Federal junto à ANA, uma Chefia de Gabinete (GAB), uma Auditoria Interna (AUD), uma Corregedoria (COR), uma Gerência Geral de Articulação e Comunicação (GGAC), uma Gerência Geral de Estratégia (GGES) e nove Superintendências.

Como unidade de controle interno, a ANA conta com a Auditoria Interna – AUD, com independência técnica de atuação assegurada pela sua subordinação direta à Diretoria Colegiada.

A AUD está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria-Geral da União – CGU e dos órgãos setoriais de Controle Interno.

Tem como competência multidisciplinar prestar serviços à Agência na forma de assessoramento e consultoria interna, no intuito de agregar valor à gestão e a melhorar as operações, propondo ações

preventivas e saneadoras, de forma a assistir a ANA na consecução de seus objetivos estratégicos, mediante abordagem sistematizada e disciplinada no Manual de Auditoria Interna, com ênfase para a avaliação da gestão de riscos operacionais, dos controles internos administrativos e do processo de governança corporativa.

No exercício de suas atribuições institucionais é assegurado ao Auditor Interno o livre acesso a todos os documentos e informações para o fiel cumprimento de suas atribuições.

A Agência Nacional de Águas – ANA, possui uma unidade de correição, cuja existência e atribuições estão previstas no Decreto nº 3.692, de 19/12/2000, no seu art.9º, incisos I a IV.

No Regimento Interno da Agência vigente em 2015, aprovado pela Resolução ANA nº 2020, de 15/12/2014, a unidade correicional foi incumbida também das atividades de ouvidoria, conforme o art. 31, incisos I a IX, daquele normativo.

Com o advento da Lei de Acesso a Informação – LAI – Lei nº 12.527, de 18/11/2011, o Corregedor da ANA foi designado autoridade de monitoramento para os fins previstos no art. 40 daquela norma legal (Portaria ANA nº 63, de 22/03/2012, publicada no DOU de 23/03/2012). Foi também incumbido de supervisionar o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC/ANA, exigido no art. 9º, inciso I, da LAI, conforme a Resolução ANA nº 465, de 03/04/2012.

Como instância externa de apoio à governança, destacamos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, é o órgão mais expressivo da hierarquia do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, de caráter normativo e deliberativo, com atribuições de: promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários; deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos; acompanhar a execução do plano nacional de recursos hídricos; estabelecer critérios gerais para a outorga de direito de uso dos recursos hídricos e para a cobrança pelo seu uso.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos

Quadro 7 – Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			x		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	

8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.	x			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	x			
Avaliação de Risco		1	2	3
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x	x
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	x			
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	x			
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x	
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x		
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x		
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.		x		
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x
Procedimentos de Controle		1	2	3
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x	
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x	
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x	
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x	
Informação e Comunicação		1	2	3
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x

25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento					1 2 3 4 5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

4.2.2- Avaliação dos controles internos pelo chefe da Auditoria Interna

Os exames realizados pela Auditoria Interna, a partir da implementação do planejamento anual de auditoria interna, objetivaram avaliar a conformidade dos atos administrativos, bem como os controles internos adotados na execução dos processos auditados, a fim de sanar ou mitigar disfunções porventura existentes. Diante das constatações registradas, ficou demonstrada a necessidade de melhorias pontuais em alguns controles internos instituídos, tais como a imperiosa observância ao princípio da segregação de funções na área administrativa da Agência, capacitação contínua de gestores de contratos celebrados pela ANA, retomada no processo de revisão e atualização do mapeamento de processos; instituição de política de gerenciamento de riscos; continuidade no processo de modernização da gestão, a partir da revisão de normativos e manuais internos; aprimoramento da política de recursos humanos, envolvendo recomposição quantitativa da força de trabalho e redistribuição de pessoal, com a implementação de gestão por competências.

No que tange aos indicadores de desempenho utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional, cumpre esclarecer que a ANA ainda não os instituiu.

5- Áreas especiais da gestão

5.1- Gestão ambiental e sustentabilidade

O Quadro a seguir está organizado de forma a se obter um panorama geral sobre a adesão da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, principalmente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido por unidades integrantes da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e empresas estatais dependentes.

Quadro 8 – aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis	Avaliação	
	SIM	NÃO
1 Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2 Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3 As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4 A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5 A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6 O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7 O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
Caso positivo, indicar o endereço: http://a3p.ana.gov.br/Paginas/EsplanadaSustentavel.aspx		
8 Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
Caso positivo, indicar o endereço: http://a3p.ana.gov.br/Documents/docs/outrros/PlanodeGestaodeLogisticaSustentavel-PLS.pdf		

Considerações gerais

Na Resolução nº 2020, de 15 de Dezembro de 2014, que aprovou o novo Regimento Interno da Agência Nacional de Águas – ANA, a COSUS fica subordinada ao Gabinete do Diretor Presidente da ANA, com o objetivo precípua de propor e implementar práticas sustentáveis no âmbito da ANA em articulação com outros órgãos do Governo Federal. Em linhas gerais possui entre os seus objetivos buscar a sustentabilidade socioambiental no ambiente de trabalho por meio da construção de uma nova cultura institucional, em que haja inserção de princípios e critérios socioambientais em atividades rotineiras e divulgação de boas práticas socioambientais à população de um modo geral, por meio da educação ambiental.

A COSUS coordena e monitora o Plano de Gestão de Logística Sustentável- PLS. Uma Ferramenta de Gestão Sustentável da Agência Nacional de Água – ANA, com o objetivo principal de estabelecer diretrizes e um conjunto de programas para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão da

logística, visando reduzir impactos socioambientais negativos decorrentes das atividades do dia a dia. A seguir, estão descritos os Planos de Ação – PA propostos no PLS:

- Plano de Ação - Gestão dos Recursos Naturais: Água e Energia;
 - Plano de Ação - Gestão de Telefonia;
 - Plano de Ação – de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC;
 - Plano de Ação - Gestão dos resíduos gerados;
 - Plano de Ação – Gestão do copo descartável (para implementar em fevereiro de 2016);
 - Plano de Ação - Gestão do papel;
 - Plano de Ação - Deslocamento de Pessoal - Meios de Transporte;
 - Plano de Ação - Gestão das Compras (Equipamentos e Mobiliários Sustentáveis);
 - Plano de Ação - Gestão do almoxarifado Sustentável;
 - Plano de Ação - Gestão de licitações sustentáveis;
 - Plano de Ação - Gestão de Contratações Sustentáveis;
 - Plano de Ação – Qualidade de vida no Trabalho; e
- Plano de Ação – Iniciativas de Capacitação e Comunicação..

6- Relacionamento com a sociedade

Capítulo com informações sobre a estratégia, estrutura, instrumentos e canais de comunicação da unidade com os usuários de seus produtos e serviços ou cidadãos em geral.

6.1- Canais de acesso do cidadão

A ANA disponibiliza acesso ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), em cumprimento à Lei de Acesso à Informação, que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação, acompanhar o prazo e receber a resposta da solicitação realizada.

Também disponível no site da ANA existe o “Fale Conosco”, onde existe (i) um campo com uma lista de respostas às perguntas mais frequentes, englobando diferentes temas de sua competência; (ii) informações sobre o e-SIC, com link de acesso; e (iii) um campo para as atividades de ouvidoria, onde as pessoas podem proceder a denúncias, queixas, reclamações ou elogios, com a indicação de telefones para o contato, se for o caso.

Não há notícias de dificuldades por parte do cidadão quanto ao uso desses canais.

No tocante ao monitoramento da implementação da Lei de Acesso a Informação – LAI, bem como às atividades de ouvidoria e de atendimento no serviço de informações ao cidadão, conforme levantamento feito com observância da periodicidade determinada pelo art. 30, inciso III, da Lei no 12.527, de 2011, no período de junho de 2015 a maio de 2016, a ANA recebeu 3983 solicitações de acesso a informação, que tiveram os seguintes encaminhamentos:

- a) 3692 pedidos foram atendidos pelo próprio SIC/ANA, com o fornecimento das informações solicitadas aos interessados;
- b) 163 pedidos foram redirecionados para atendimento diretamente por outros setores da ANA (tais como a ASCOM, o CEDOC e o Protocolo-Geral);
- c) 128 pedidos foram indeferidos.

Os cinco assuntos com maior quantitativo de demandas nos pedidos de informação foram, em ordem decrescente:

- serviços de fornecimento de água e saneamento – 2216 pedidos;

- dados da rede de monitoramento hidrometeorológica - 257 pedidos;
- cursos e palestras oferecidos pela ANA – 209 pedidos;
- Elogios e sugestões – 177;
- Águas subterrâneas- nascentes e poços- 157 pedidos.

As demandas vieram principalmente por correio eletrônico. Não se registrou quantidade significativa de solicitações por via postal ou por telefone. E tampouco no comparecimento pessoal dos interessados nas dependências do serviço de informações da ANA - que se manteve instalado nas dependências da Corregedoria da ANA, na sala 214, Bloco B, da sede desta Agencia.

6.2- Carta de serviços ao cidadão

A seção de “Acesso à Informação” - disponibilizada no sitio da ANA na internet (conforme exigido no seu art. 8º, § 1º, incisos I a VI, e § 2º da LAI), recebeu constante atualização e ampliação, em atenção ao princípio da “transparência ativa”, inspirador da Lei de Acesso a Informação

Quadro 9 – Estruturas de governança e macroprocessos

Documento	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Carta de serviços ao cidadão	http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/20120510104907_Carta_de_Servicos_da_ANA.pdf .	Não definido

6.3- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Não foram realizadas pesquisas de satisfação quanto ao atendimento da ANA.

6.4- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade

Quadro 10 – Acesso à Informação

Acesso às informações da ANA		
Outros documentos	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Mapa estratégico	www.ana.gov.br	10 anos
Planejamento estratégico	www.ana.gov.br	4 anos
Balanços financeiros e orçamentários	www.ana.gov.br	Anual
Relatórios de gestão	www.ana.gov.br	Anual
Relatórios de auditoria de gestão	www.ana.gov.br	Anual
Estrutura organizacional	www.ana.gov.br	Não definido
Organograma	www.ana.gov.br	Não definido

Regimento interno	www.ana.gov.br	Não definido
Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreAna/DemonstracoesContabeis.aspx	Anual

7- Desempenho financeiro e Informações contábeis

7.1 Desempenho financeiro do exercício

Gráfico 1 – Principais Receitas da ANA

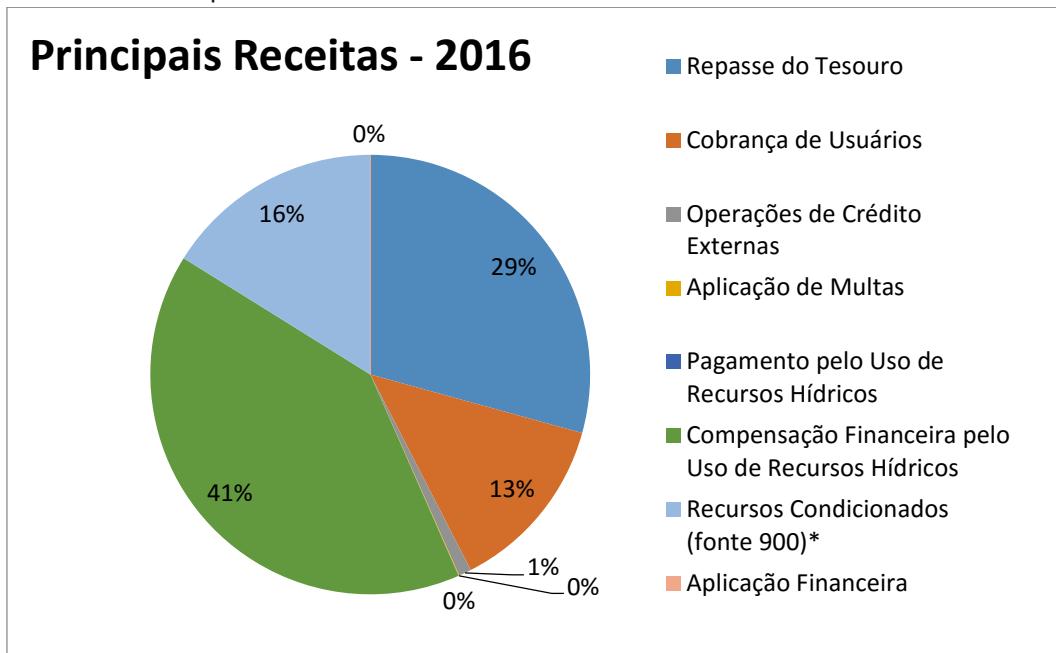


Tabela 1 – Principais Receitas

Principais receitas (em milhares de reais)	2015	2016	2017
Repasso do Tesouro	117.943	123.880	121.407
Cobrança de Usuários	56.255	55.651	67.800
Operações de Crédito Externas	5.194	3.880	1.982
Aplicação de Multas	105	186	171
Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	271.181	-	277.380
Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos	-	170.875	-
Recursos Condicionados (fonte 900)*	-	68.180	-
Aplicação Financeira	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional			5.083,00
Total	450.678	422.466	473.823

Considerando-se a soma de todas as fontes de recursos (100 – Recursos Ordinários, 116 – Recursos da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos, 144 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro

Nacional, 148 – Operações de Crédito Externas, 174 – Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais e 183 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos) e uma dotação global de R\$ 422.466.347 (quatrocentos e vinte e dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil reais), sendo o maior percentual (41%) referente ao Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos.

Gráfico 2 – Principais Despesas da ANA

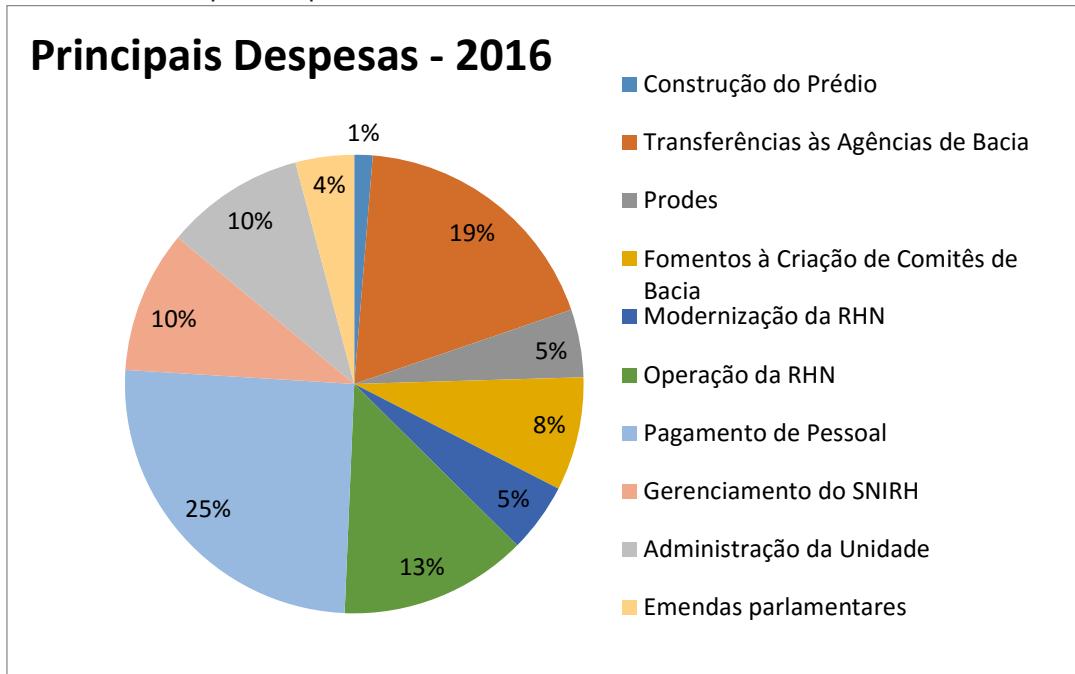


Tabela 2 – Principais Despesas da ANA

Principais despesas (em milhares de reais)	2015	2016	2017
Construção do Prédio	8.000	3.848	17.487
Transferências às Agências de Bacia	56.255	55.651	67.800
Prodes	14.793	14.392	-
Fomentos à Criação de Comitês de Bacia	33.022	24.143	48.580
Modernização da RHN	15.673	14.741	1.800
Operação da RHN	37.439	39.884	77.443
Pagamento de Pessoal	70.203	76.253	80.309
Gerenciamento do SNIRH	35.404	30.232	38.449
Administração da Unidade	34.461	29.628	32.563
Emendas parlamentares	-	12.499	10.000
Total	305.250	301.271	374.431

Em 2016, foram empenhados R\$ 401.594.353 (quatrocentos e um milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e trezentos e cinquenta e três reais), o que equivale a um nível de execução orçamentária de 95,1%. Cabe destacar que a elevada execução orçamentária é fruto do esforço que todas as unidades organizacionais empreenderam para o alcance desse resultado, tendo em vista a disponibilização de R\$ 68.128.403 adicionais em meados de setembro, devido à aprovação da EC nº 93, e por consequência da publicação da Portaria SOF nº 99, em 15/09/16, que alterou a fonte dessa dotação de 900 –Recursos Condicionados para 134 -Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos.

7.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

CONTA CONTÁBIL 12.381.0100 - DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS

Os critérios e procedimentos adotados pela ANA para cálculos e registros da Depreciação, no SIAFI, encontram-se embasados no Manual SIAFI, da STN, na Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

Como metodologia de cálculo da depreciação é utilizado o método de cotas lineares (quotas constantes) para o valor depreciável do bem. Não há no âmbito da Agência, até o momento, aplicação de metodologias de amortização e exaustão. As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação são as definidas na Macrofunção supramencionada.

Quanto ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício, informa-se que desde o início da depreciação, em 01/01/2011, o valor acumulado até 31/12/2016, conta contábil 12.381.01.00 – Depreciação Acumulada – Bens Móveis, foi da ordem de, a UG 443001 R\$ 41.907.039,63, e na UG 443044, de R\$ 31.569,48. E o montante depreciado em 2016 foi de R\$ 11.791.316,56, para a UG 443001, e de R\$ 4.6201,18.

CONTA CONTÁBIL 11.261.00.00 - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

Registra-se ainda, que no exercício financeiro de 2016, foram efetuados ajustes nos registros dos valores da dívida ativa não tributária/créditos a receber de usuários de recursos hídricos, sendo que os valores inscritos em 2015 e não recebidos até o final do exercício de 2016, foram transferidos do curto para o longo prazo, houve ainda registros de “novos” valores de créditos a receber no Ativo na UG 443003, assim como atualização monetária e baixa da dívida ativa. Assim os saldos referentes aos direitos a receber encontram-se inscritos em 31/12/2016 da seguinte forma: 11.261.00.00 – Dívida Ativa Não Tributária – Consolidação, no valor de R\$ 5.142.760,56 e Conta Contábil 12.111.05.00 – Dívida Ativa Não Tributária, no valor de R\$ 15.332.396,46. Os registros foram efetuados com base nas orientações do Manual SIAFI da STN, Macrofunção: 02.00.12- DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, e da Setorial Contábil do Ministério do Meio Ambiente.

7.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

No tocante às informações de Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas, informa-se que a ANA não aderiu ao Sistema de Informação de Custos do Governo Federal, todavia, possui a sistemática de planejamento e gerenciamento de ações e despesas programadas das unidades administrativas mediante à utilização do Sistema de Planejamento SISPLANA, cuja administração encontra-se ao cargo da Gerência Geral de Estratégia - GGES. Desta forma, mediante o supracitado Sistema, esta UJ gerencia seus programas e despesas, por unidades organizacionais, em níveis analíticos por ações, projetos, atividades, e planos internos

7.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	225.132.651,00	225.132.651,00	267.439.155,71	42.306.504,71
Receitas Tributárias				
Imp	-	-	-	-
ost	-	-	-	-
os	-	-	-	-
Tax	-	-	-	-
as	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	224.946.494,00	224.946.494,00	260.086.677,27	35.140.183,27
Contribuições Sociais	-	-	146.377,96	146.377,96
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	224.946.494	224.946.494	259.940.299	34.993.805
Exploração do Patrimônio Imobiliário do	,00	,00	,31	,31
Estado Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços	-	-	-	-
Públicos Exploração de	-	-	-	-
Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do	-	-	-	-
Patrimônio Intangível	-	-	2.525	2.525
Cessão de Direitos	-	-	,56	,56
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	2.525,56	2.525,56
Receita				
Agropecuária				
Receita				
Industrial				
Receitas de				
Serviços	186.157	186.157		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	,00	,00	7.349.952	7.163.795
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	186.157,00	186.157,00	,88	,88
Transporte Serviços e Atividades Referentes à	-	-	350.211,05	164.054,05
Saúde	-	-	6.999.239,48	6.999.239,48
Serviços e Atividades	3.880.007,00	3.880.007,00	502	502
financeiras Outros	3.880.007,00	3.880.007,00	,35	,35
Serviços	-	-	-	-3.880.007,00
Transferências	3.880.007	3.880.007		
Correntes	,00	,00		
Outras Receitas				
Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores incorporados ao	-	-	-	-

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS	229.012.658,00	229.012.658,00	267.439.155,71	38.426.497,71
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	229.012.658,00	229.012.658,00	267.439.155,71	38.426.497,71
DÉFICIT			80.731.806,94	80.731.806,94
TOTAL	229.012.658,00	229.012.658,00	348.170.962,65	119.158.304,65
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	1.579.348,00	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	1.579.348,00	1.579.348,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos sociais	370.398.601,00	388.727.144,00	317.899.505,65	256.148.197,39	256.148.197,39	70.827.638,35
Juros e Encargos da Dívida	83.792.129,00	90.863.658,00	89.727.502,20	89.727.502,20	89.727.502,20	1.136.155,80
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	286.606.472,00	297.863.486,00	228.172.003,45	166.420.695,19	166.420.695,19	69.691.482,55
Inversões Financeiras	42.945.460,00	33.739.203,00	30.271.457,00	1.246.818,74	1.246.818,74	3.467.746,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	413.344.061,00	422.466.347,00	348.170.962,65	257.395.016,13	257.395.016,13	74.295.384,35

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	413.344.061,00	422.466.347,00	348.170.962,65	257.395.016,13	257.395.016,13	74.295.384,35	
TOTAL	413.344.061,00	422.466.347,00	348.170.962,65	257.395.016,13	257.395.016,13	74.295.384,35	

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.634.227,89	72.783.808,98	60.811.379,45	60.811.379,45	6.866.098,47	8.740.558,95
Pessoal e Encargos sociais	-	50.000,00	23.314,42	23.314,42	26.685,58	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.634.227,89	72.733.808,98	60.788.065,03	60.788.065,03	6.839.412,89	8.740.558,95
DESPESAS DE CAPITAL	5.157.691,61	23.581.761,16	20.249.854,42	20.249.854,42	5.292.986,25	3.196.612,10
Investimentos	5.157.691,61	23.581.761,16	20.249.854,42	20.249.854,42	5.292.986,25	3.196.612,10
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.791.919,50	96.365.570,14	81.061.233,87	81.061.233,87	12.159.084,72	11.937.171,05

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	52.010,93	-	-	-	52.010,93
Pessoal e Encargos sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	52.010,93	-	-	-	52.010,93
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	52.010,93	-	-	-	52.010,93

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas			Despesas		
Orçamentárias	267.439.155,71	286.057.753,01	Orçamentárias	348.170.962,65	363.765.984,85
as	931.434,98	38.960.033,66	as	118.628.000,55	109.322.880,60
Ordinárias	266.539.882,73	247.123.930,64	Ordinárias	229.542.962,10	254.443.104,25
Vinculadas	266.539.882,73	247.123.930,64	Vinculadas	949.999,08	3.163.553,29
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	-32.162,00	-26.211,29	Operação de Crédito	228.592.963,02	251.279.550,96
Programas (-) Deduções da Receita	730.305.873,32	761.770.788,04	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	454.538.297,35	508.812.061,82
Orçamentária	594.583.730,87	626.571.015,30	Transferências Financeiras Concedidas	326.558.018,51	343.017.659,03
Transferências Financeiras Recebidas	330.875.789,76	341.319.312,82	Resultantes da Execução	62.850.077,40	57.764.930,02
Resultantes da Execução	263.707.941,11	285.251.702,48	Orçamentária Repasse	263.707.941,11	285.251.702,48
Orçamentária Repasse	135.722.142,45	135.199.772,74	Concedido		1.026,53
Recebido	135.308.275,82	131.692.514,10	Sub-repasso	127.980.278,84	165.794.402,79
Sub-repasso Recebido	125.897,96	2.636.424,40	Concedido	69.236.562,43	65.583.768,45
Independentes da Execução Orçamentária	287.968,67	870.834,24	Repasso	36.333,16	59.605,12
Transferências Recebidas para	-	-	Devolvido	58.707.383,25	100.151.029,22
Pagamento de RP Demais	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas	90.788.401,58	96.370.773,22	Transferências Concedidas para	289.857.802,20	268.134.888,78
Movimentação de Saldos	-	-	Pagamento de RP Demais	-	-
Patrimoniais Aporte ao RPPS	90.775.946,5	96.365.570,1	Transferências Concedidas	81.061.233,8	82.169.873,2
Aporte ao RGPS	2	4	Movimento de Saldos	7	3
Recebimentos Extra orçamentários	12.455,06	5.203,08	Patrimoniais Aporte ao	12.455,06	6.075,35
Inscrição dos Restos a Pagar	-	-	RPPS	208.784.113,27	185.958.940,20
Processados Inscrição dos Restos a	20.588.595,11	17.102.216,29	Aporte ao RGPS	208.784.113,27	185.958.940,20
TOTAL	1.109.122.025,72	1.161.301.530,56	Despesas Extra orçamentárias	16.554.963,52	20.588.595,11
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	97.214.781,56	100.283.055,00	PASSIVO CIRCULANTE	52.010,93	326.648,60
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.554.963,52	20.588.595,11	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	5.142.760,56	6.366.838,50	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	5.142.760,56	6.366.838,50	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	75.031.150,51	72.877.639,19	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	485.906,97	449.982,20	Provisões de Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	- Demais Obrigações a Curto Prazo	52.010,93	326.648,60
ATIVO NÃO CIRCULANTE	170.968.603,97	148.365.793,84	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-

Ativo Realizável a Longo Prazo	15.465.281,27	4.696.874,48	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	15.332.396,46	4.563.989,67	Prazo Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	15.332.396,46	4.563.989,67	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	132.884,81	132.884,81	Prazo Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Participações	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Permanentes	-	-	Prazo Resultado Diferido	-	-
Propriedades para	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	52.010,93	326.648,60
Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Patrimonial Reservas de	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	134.890.364,59	124.304.166,25	Demais Reservas	268.131.374,60	248.322.200,24
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	121.949.046,59	115.898.740,21	Resultados	36.822.373,82	36.290.625,04
Imobilizado	163.887.655,70	146.041.412,58	Acumulados	248.322.200,24	211.980.731,93
Bens	-41.938.609,11	-30.142.672,37	Resultado do Exercício	-17.013.199,46	50.843,27
Móveis	-12.941.318,00	-8.405.426,04	Resultados de Exercícios	-	-
Bens	12.941.318,00	8.405.426,04	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	268.131.374,60	248.322.200,24
Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-	-			
Móveis (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	20.612.958,11	19.364.753,11			
Bens	20.612.958,11	19.364.753,11			
Imóveis	20.612.958,11	19.364.753,11			
Bens	-	-			
Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-	-			
Imóveis (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens	-	-			
Imóveis	-	-			
	A		P		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis Direitos	-	-			
de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
TOTAL DO ATIVO	268.183.385,5	248.648.848,8	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	268.183.385,5	248.648.848,8

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	201	201	ESPECIFICAÇÃO	201	201
ATIVO FINANCEIRO	16.554.963,5	20.588.595,1	PASSIVO FINANCEIRO		
ATIVO PERMANENTE	251.628.422,0	228.060.253,7	PASSIVO PERMANENTE		
	1	3	SALDO PATRIMONIAL		
				102.765.128,5	105.484.138,2
				-	-
				165.418.257,0	143.164.710,6

Quadro de Compensações

ATIVO			P		
ESPECIFICAÇÃO	2	2	E	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	0	0	ESPECIFICAÇÃO / Saldo		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
V	2	2	Execução dos Atos Potenciais Passivos		
V	809.942.350,5	902.729.635,7	Carterias		
A	7	2			
R	-	-			
TOTAL			TOTAL		

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFÍCIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFÍCIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-7.374.212,25
Recursos Vinculados	-78.835.952,73
Operação de Crédito	-917.841,91
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-77.918.110,82
TOTAL	-86.210.164,98

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2016	2015

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		809.942.350,57	902.729.635,72
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		51.280.931,46	61.036.021,16
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		51.280.931,46	61.036.021,16
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.078.458,80	136.117,84
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		21.731,29	22.117,84
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.056.727,51	114.000,00
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações recebidas		730.305.873,32	761.778.328,04
Transferências Intragovernamentais		730.305.873,32	761.770.788,04
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	7.540,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		13.998.321,75	34.367.605,35
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		13.723.684,08	33.347.582,91
Ganhos com Desincorporação de Passivos		274.637,67	1.020.022,44
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		13.278.765,24	45.411.563,33
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

2016

2015

Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	13.278.765,24	45.411.563,33
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	773.119.976,75	866.439.010,68
Pessoal e Encargos	89.246.040,98	84.930.955,41
Remuneração a Pessoal	71.062.206,86	68.156.633,52
Encargos Patronais	14.661.105,20	14.091.443,25
Benefícios a Pessoal	3.285.146,01	2.473.782,90
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	237.582,91	209.095,74
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.108.058,97	885.133,69
Aposentadorias e Reformas	720.285,40	662.645,10
Pensões	360.903,81	176.515,17
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	26.869,76	45.973,42
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	133.706.312,87	157.384.530,03
Uso de Material de Consumo	2.149.893,07	2.204.062,99
Serviços	119.760.483,06	145.051.052,81
Depreciação, Amortização e Exaustão	11.795.936,74	10.129.414,23
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,23	28.466.398,20
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	185.773,81
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	28.280.418,22
Desccontos Financeiros Concedidos	0,23	206,17
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações concedidas	548.265.304,83	593.113.025,69
Transferências Intragovernamentais	454.538.297,35	508.812.061,82
Transferências Intergovernamentais	86.416.677,91	74.289.207,91
Transferências a Instituições Privadas	4.819.820,21	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	1.241.884,88	9.183.104,25
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.248.624,48	828.651,71
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	218.916,25	1.495.404,39
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	218.916,25	137.968,80
Incorporação de Passivos	-	296.575,00
Desincorporação de Ativos	-	1.060.860,59

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	75.645,81	15.611,80
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	75.645,81	14.547,80
Contribuições	-	1.064,00
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	499.696,81	147.951,47
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	499.696,81	147.951,47
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	36.822.373,82	36.290.625,04
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	17.424.041,57	27.721.521,95

INGRESSOS			
Receitas Derivadas e Originárias			
Receita Tributária		997.757.484,09	1.047.833.744,13
Receita de Contribuições		267.439.155,71	286.057.753,01
Receita Patrimonial		-	-
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		260.086.677,27	246.993.318,20
Receita de Serviços		-	-
Remuneração das Disponibilidades		2.525,56	244,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias		7.349.952,88	39.064.190,81
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		730.318.328,38	761.775.991,12
Ingressos Extra orçamentários		12.455,06	5.203,08
Transferências Financeiras Recebidas		730.305.873,32	761.770.788,04
DESEMBOLSOS		-980.333.442,52	-1.020.112.222,18
Pessoal e Demais Despesas		-200.921.462,34	-221.147.589,00
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-549.275,32	-823.912,98
Defesa Nacional		-1.141.962,93	-1.190.233,30
Segurança Pública		-822.810,04	-248.952,78
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-1.081.189,21	-839.160,27
Saúde		-	-
Trabalho		-	-
Educação		-	-
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-190.156.582,10	-211.071.804,73
Ciência e Tecnologia		-7.169.642,74	-6.973.524,94
Agricultura		-	-
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-95.472,85	-95.472,85
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-95.472,85
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-116.077.114,50	-104.092.082,96
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-31.921.268,19	-20.704.940,13
A Municípios	-31.921.268,19	-16.051.622,00
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-14.983.884,59	-14.516.129,70
Outros Desembolsos das Operações	-663.334.865,68	-694.777.077,37
Dispêndios Extra orçamentários	-12.455,06	-6.075,35
Transferências Financeiras Concedidas	-454.538.297,35	-508.812.061,82
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-208.784.113,27	-185.958.940,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-21.457.673,16	-24.235.143,13
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-21.457.673,16	-24.235.143,13
Aquisição de Ativo Não Circulante	-20.111.038,58	-23.863.898,73
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.346.634,58	-371.244,40
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-

		2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-4.033.631,59	3.486.378,82
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		20.588.595,11	17.102.216,29
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		16.554.963,52	20.588.595,11

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	211.980.731,93	-	-	211.980.731,93
Variação Cambial							53.014,82		
Ajustes de Exercício Anterior									53.014,82
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-2.012,00	-	-	-2.012,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	36.290.625,04	-	-	36.290.625,04
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-159,55	-	-	-159,55
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	248.322.200,24	-	-	248.322.200,24

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	248.322.200,24	-	-	248.322.200,24
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-15.853.914,79	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-15.853.914,79
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-1.108.441,40	-	-	-1.108.441,40
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	36.822.373,82	-	-	36.822.373,82
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-50.843,27	-	-	-50.843,27
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	268.131.374,60	-	-	268.131.374,60

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2016

Informações Gerais:

A Agência Nacional de Águas (ANA) é uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), instituída pela Lei nº 9.443/97 (também conhecida como Lei das Águas), a Agência Nacional de Águas (ANA) possui características institucionais e operacionais um pouco diferentes das demais agências reguladoras. A legislação atribuiu ao Poder Executivo Federal a tarefa de implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e a Política Nacional de Recursos Hídricos. Além disso, criou uma autoridade responsável pela emissão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos em rios sob domínio da União, ou seja, aqueles que atravessam mais de um estado, os transfronteiriços e os reservatórios construídos com recursos da União.

À ANA cabe disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos de gestão criados pela Política Nacional de Recursos Hídricos. Dessa forma, seu espectro de regulação ultrapassa os limites das bacias hidrográficas com rios de domínio da União, pois alcança aspectos institucionais relacionados à regulação dos recursos hídricos no âmbito nacional.

A Contabilidade da ANA é realizada no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, sendo a escrituração mantida em registros permanentes, realizada em conformidade com as práticas contábeis aplicadas ao setor público, em especial as disposições contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

As DCASP são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/19641 e pelas demonstrações exigidas na NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis, relacionadas a seguir:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário (BO) demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas estão detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. As despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Os empenhos com saldos inscritos em Restos a Pagar (RP) ao final do exercício tiveram como fundamento as condições estabelecidas no Decreto nº 93.872/86, os quais os responsáveis nas diversas áreas da ANA se manifestam informando o atendimento das condições para inscrição em RP. A indicação para inscrição de cada empenho é feita pelo Ordenador de Despesas.

Na análise do balanço, constata-se um aumento de 15,62% da Receita Patrimonial realizada em vista do que fora previsto.

O total da execução orçamentária 2016 - ANA foi de 82,41%, em razão dos valores terem sido bloqueados diretamente pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), por meio do Decreto de Contingenciamento.

Constata-se que houve uma receita realizada de R\$ 348.170.962,65 e uma despesa empenhada no mesmo valor R\$ 348.170.962,65.

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, estando, ainda, separados em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Os critérios e procedimentos adotados pela ANA para cálculos e registros da Depreciação, no SIAFI, encontram-se embasados no Manual SIAFI, da STN, na Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações. Como metodologia de cálculo da depreciação é utilizado o método de cotas lineares (quotas constantes) para o valor depreciable do bem. Não há no âmbito da Agência, até o momento, aplicação de metodologias de amortização e exaustão. As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação são as definidas na macrofunção supramencionada.

Quanto ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício, informa-se que desde o início da depreciação, em 01/01/2011, o valor acumulado até 31/12/2016, conta contábil 12.381.01.00 – Depreciação Acumulada – Bens Móveis, foi da ordem de, na UG 443001 R\$ 41.907.039,63, e na UG 443044, de R\$ 31.569,48. E o montante depreciado em 2016 foi de R\$ 11.791.316,56, para a UG 443001, e de R\$ 4.6201,18.

Na descrição Ativo/Ativo não Circulante/ Ativo Realizável a Longo Prazo, o Imobilizado corresponde aproximadamente 79% da totalidade do Ativo Não Circulante, no exercício de 2016.

Ressalta-se que em dezembro de 2016 a UG 443003 realizou registros de Dívida Ativa, bem como a atualização monetária dos registros já existentes. Dessa forma, observamos significativo acréscimo na conta 1.1.2.6.1.00.00 DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - e na conta que registra o valor nominal da Dívida 1.2.1.0.0.00.00 ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, totalizando R\$ 20.608.041,83, que representa aproximadamente 7,70% do Ativo, no exercício financeiro de 2016.

Ao final do exercício de 2016 o Saldo Patrimonial apurado foi da ordem de R\$ 268.131.374,60.

Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, sendo este apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP está apresentada no modelo analítico que detalha os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro.

A Variação Patrimonial Aumentativa de maior vulto, foi relativa à transferências intergovernamentais, totalizando R\$ 730.305.873,32.

O Resultado Patrimonial do exercício 2016 foi de R\$ 36.822.373,82

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

A Portaria ANA nº 163, de 10/07/2012, DOU 12/07/2012, designa servidor lotado na Auditoria Interna da ANA para acompanhar o atendimento das deliberações exaradas pelo Tribunal de Contas da União e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Dessa forma, no exercício de 2016, foi registrado o encaminhamento de oito Acórdãos do TCU à Agência, com os respectivos relatórios e votos que os fundamentam. Desses, três Acórdãos incluem determinações à ANA, um Acórdão emite recomendações, enquanto os demais referem-se ao conhecimento de representações ou assuntos relacionados às atividades executadas pela Instituição. Ressalva-se que as deliberações exaradas no exercício de 2016 foram, em sua totalidade, observadas e disseminadas às unidades organizacionais competentes, tratando-se de ações a serem executadas ao longo dos próximos exercícios.

Outrossim, cabe salientar que a Agência recebe periodicamente Ofícios diversos do Tribunal de Contas da União, solicitando informações para subsidiar trabalhos de auditoria e fiscalização, representações feitas àquele órgão, como também visando ao monitoramento das providências tomadas a respeito de Acórdãos emitidos por aquela Corte. A esse respeito, em 2016, todas as solicitações de informações foram tempestivamente respondidas pela ANA.

Entre os assuntos tratados pelo TCU, apontam-se licitações e contratos, Contratos de Gestão celebrados pela ANA com agências delegatárias das funções de agência de bacia, Gestão de Pessoas e Gestão dos Recursos Hídricos, incluindo-se aí a Política Nacional de Recursos Hídricos, Plano Nacional de Recursos Hídricos, Plano Nacional de Segurança Hídrica e Serviço de esgotamento sanitário no Brasil.

No que se refere às recomendações oriundas do órgão de controle interno (SFC/CGU), no exercício de 2016, foi expedido o Relatório de Auditoria nº 201505340, relativo aos exames realizados sobre a gestão do Contrato nº 75/2013/ANA, celebrado entre a ANA e a Central IT Tecnologia da Informação LTDA, após adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão nº 090/2013/INPE. Tal Relatório resultou na emissão de dez recomendações, sendo uma já atendida e nove em monitoramento.

Atualmente, o monitoramento do atendimento das deliberações do TCU é realizado em planilhas gerenciadas pela Coordenação de Planejamento e Acompanhamento de Auditorias – COPAC/AUD. As demandas oriundas daquele órgão de controle externo são encaminhadas via Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (Próton Digital) à AUD, devidamente registradas e posteriormente enviadas à Diretoria Colegiada da Agência, como também à unidade organizacional responsável pelo atendimento. O monitoramento das providências tomadas é realizado na COPAC/AUD.

No que tange ao controle das demandas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, o órgão de controle interno dispõe de um Sistema informatizado denominado Monitor, que acompanha o plano de providências dos relatórios de auditoria expedidos e realiza a interlocução entre as Unidades Gestoras auditadas e a CGU.

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro – 11 – Situação de atendimento das demandas do TCU (posição 31/12/2016)

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
--------------------	-------------------	---	--

Acórdão 6548/2016 -TCU 2ª Câmara	1.8.1	<p>Determina à ANA que se abstenha de incorrer na impropriedade da não previsão de margem de preferência em Pregão Eletrônico, em desacordo com os arts. 2º e 3º do Decreto nº 8.194/2014.</p>	<p>A Superintendência de Administração Finanças e Gestão de Pessoas – SAF, unidade responsável pela implementação da determinação, informou pela Comunicação Interna nº 4/2017/SAF que vem sendo cumprida integralmente.</p>
Acórdão 1473/2016 -TCU Plenário	9.3	<p>Determina à ANA que se abstenha de autorizar eventuais pedidos de adesão desconformes com a orientação consignada no Acórdão 125/2016-Plenário, consistente na “impossibilidade de aquisição separada de itens de objeto adjudicado por preço global em contratações realizadas por meio de Sistema de Registro de Preços”.</p>	<p>A Superintendência de Administração Finanças e Gestão de Pessoas – SAF, unidade responsável pela implementação da determinação, informou pela Comunicação Interna nº 4/2017/SAF que a determinação vem sendo cumprida integralmente, inclusive, por meio do Ofício nº 791/2016/SAF-ANA, de 25/10/2016, no qual foram prestadas as informações pertinentes ao Tribunal de Contas da União.</p>
Acórdão 1743/2016 -TCU Plenário	9.2.1	<p>Recomenda à ANA e outros órgãos que busquem aperfeiçoar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, especialmente no Semiárido Brasileiro, auxiliando a criação, o fortalecimento e a atuação adequada dos comitês de bacia e das agências de água, quando for o caso, bem como a implantação dos instrumentos daquela Política e o aprimoramento</p>	<p>A Superintendência de Apoio ao SINGREH – SAS atua em várias frentes no apoio aos entes do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, desde a Capacitação dos seus integrantes, passando pelo suporte a ações de mediação de conflitos pela água e situações críticas envolvendo acidentes ou escassez hídrica, até o apoio diretamente às entidades estaduais de gestão, por meio do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO (http://progestao.ana.gov.br/), e aos Comitês de Bacia Hidrográfica.</p> <p>Neste último caso, a SAS/ANA participa diretamente da estruturação, suporte técnico e financeiro aos Comitês de Bacias Interestaduais e, mais recentemente, com a formalização, em outubro de 2016, do Programa de Fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica – PROCOMITÊS – a ANA apoiará também os comitês estaduais, com a</p>

	<p>do suporte técnico dado aos comitês existentes, consideradas as diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais de cada localidade.</p>	<p>interveniência das entidades estaduais de gestão e dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Ao longo de cinco ciclos anuais de avaliação, o PROCOMITÊS visa promover um amplo elenco de iniciativas junto aos comitês, incluindo o apoio à regularização do seu funcionamento, a capacitação de seus membros e dos conselhos de recursos hídricos, ações de comunicação para ampliar o reconhecimento desses entes junto à sociedade, além de contribuir para implementação e efetividade dos instrumentos de gestão da água em prol da melhoria da qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos. O PROCOMITÊS incentivará o relevante protagonismo dos comitês, que têm atuado com destaque na cobrança de medidas e encaminhamento de soluções para graves problemas em suas bacias, a exemplo dos Comitês do Rio Doce e do Piancó-Piranhas Açu. Tanto por via do atendimento direto a demandas emergenciais, quanto ao acompanhamento cotidiano dos comitês interestaduais, além da sua ação sistêmica mediante os programas PROGESTÃO e PROCOMITÊS já referidos, a SAS tem atuado vigorosamente na promoção da implementação dos instrumentos da PNRH, em benefício do aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos no Brasil.</p>
9.2.2.1	<p>Recomenda à ANA e outros órgãos que na realização das atualizações/revisões do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) procure torná-lo tempestivo aos planos plurianuais, de modo a possibilitar que o PNRH alicerce e respalde as</p>	<p>Cumpre registrar que cabe à ANA participar da elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e supervisionar a sua implementação, conforme estabelece o inciso XVIII do Art. 4º da Lei 9.984/2000, não lhe cabendo coordenar nem estabelecer os prazos de elaboração/atualização do referido Plano, que é atribuição da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (SRHU/MMA).</p>

		<p>iniciativas/ações definidas nos planos plurianuais, integrando, assim, os instrumentos de planejamento utilizados pelo Governo Federal;</p>	
9.2.2.2		<p>Recomenda à ANA que na realização das atualizações/revisões do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) incluam, em seu conteúdo, os projetos a serem implantados, na forma do artigo 7º, inciso V, da Lei 9.433/1997, e os critérios/ diretrizes para seleção de novos empreendimentos.</p>	<p>Faz-se referência à atribuição legal da ANA no Art. 4º, da Lei 9.984/2000, reforçando que não cabe à ANA coordenar a elaboração do PNRH. Ainda assim, para suprimento da lacuna apontada pelo TCU, está em curso, por meio de uma parceria entre a ANA e o Ministério da Integração Nacional, a elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) que estabelecerá as principais intervenções estruturantes e estratégicas de recursos hídricos para todo o País, tais como barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração, necessárias para garantir a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas. Importante frisar que, além do portfólio de intervenções estruturantes, o PNSH trará os critérios e diretrizes para a seleção de novas infraestruturas hídricas, de maneira a estabelecer prioridades para esse tipo de intervenção.</p>
9.2.2.3		<p>Recomenda à ANA que na realização das atualizações/revisões do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) estabeleçam metas de resultado, em especial voltadas à mitigação do déficit hídrico no Semiárido, norteando, assim, a atuação de todos os atores envolvidos na Política Nacional de Recursos Hídricos e possibilitando a verificação da efetividade das ações e dos projetos hídricos.</p>	<p>Cabe informar que a ANA tem participado do processo de revisão do PNRH para o período 2016-2020 no qual estão sendo discutidas e estabelecidas metas, conforme pode ser verificado na pauta e material disponibilizado da 95ª Reunião da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH), no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que analisou minuta de Resolução e respectivo Parecer Técnico que “Aprova as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020, como resultado da segunda revisão do PNRH”. Essas informações estão disponíveis no link http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=277&Itemid=9.</p>

	9.4	<p>Recomenda à ANA e Ministério da Integração Nacional, responsáveis diretos pela elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), que analisem a conveniência e oportunidade de integrar o Plano Nacional de Segurança Hídrica ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, adotando mecanismos para que o Plano Nacional de Recursos Hídricos se torne instrumento agregador dos diversos seguimentos da gestão dos recursos hídricos.</p>	<p>A ANA tem participado do processo de revisão do PNRH para o período 2016-2020 e, conforme pode ser verificado no material disponibilizado da 95ª Reunião da CTPNRH – que analisou minuta de Resolução e respectivo Parecer Técnico sobre prioridades, ações e metas do PNRH para 2016-2020, como resultado da segunda revisão do PNRH, que entre as metas propostas para o PNRH encontra-se o Plano Nacional de Segurança Hídrica, com conclusão prevista para o segundo semestre de 2018.</p>
Acórdão 12416/201 6-2ª Câmara	1.7.1.1. 1	<p>Determina à ANA que adote providências necessárias para corrigir a impropriedade de exigência de certificação da empresa vencedora, como condição na assinatura do contrato, para ministrar treinamento em gerenciamento de projetos e expedir unidades de serviço e aprendizagem, conforme identificado no item 18 do edital do PE/SRP n 9/2016, afrontando o disposto no art. 3º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, vez que a empresa</p>	<p>A Superintendência de Administração Finanças e Gestão de Pessoas – SAF informou pela Comunicação Interna nº 4/2017/SAF que tomou ciência das determinações, cujo monitoramento será efetuado pela AUD.</p>

		<p>pode comprovar a sua experiência por meio da apresentação de atestados.</p>	
1.7.1.1.	2	<p>Determina à ANA que adote providências necessárias para corrigir a impropriedade de adoção do sistema de registro de preços sem a devida fundamentação, afrontando o disposto no art. 3º, do Decreto nº 7892/2013 e a jurisprudência do TCU</p>	<p>A Superintendência de Administração Finanças e Gestão de Pessoas – SAF informou pela Comunicação Interna nº 4/2017/SAF que tomou ciência das determinações, cujo monitoramento será efetuado pela AUD.</p>
1.7.1.2		<p>Determina à ANA que adote providências necessárias para corrigir a impropriedade de admissão de adesão tardia à ata de registro de preços por outros órgãos da administração pública, como ocorrido no PE/SRP nº 9/2016, vez que a previsão de adesão tardia sem a devida justificativa frente o art. 3º, da Lei nº 8.666/1993 e o art. 9º, inciso III, in fine, do Decreto nº 7.892/2013;</p>	<p>A Superintendência de Administração Finanças e Gestão de Pessoas – SAF informou pela Comunicação Interna nº 4/2017/SAF que tomou ciência das determinações, cujo monitoramento será efetuado pela AUD.</p>
1.7.1.3		<p>Determina à ANA que informe ao</p>	<p>As informações quanto ao cumprimento das determinações exaradas pelo TCU estão</p>

		<p>Tribunal, no próximo relatório de gestão das contas anuais da entidade, sobre as medidas adotadas, com vistas ao cumprimento das determinações contidas no item 1.7.1 do Acórdão.</p>	<p>informadas neste quadro, conforme preconizam as normas pertinentes.</p>
--	--	--	--

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 12 – Situação de atendimento das demandas da CGU

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Relatório de Auditoria nº 201505340	162827	Demandar à contratada, a partir da data presente, somente as tarefas contidas no Termo de Referência do Edital do Pregão nº 090/2013/INPE, com eventuais adaptações devidamente formalizadas e respeitando as especificações e diretrizes deste mesmo termo de referência.	Foi repassado à CGU que, conforme Comunicação Interna nº 141/2016/SAF (Doc. nº 49194/2016 - anexo) o Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas e Gestor do Contrato 075/2013, informou que a partir de 01/09/2016 não seriam abertas Ordens de Serviço no Contrato 075/2013 e o contrato não será prorrogado. Ato contínuo, a CGU solicitou o envio de evidências de que o referido contrato, de fato, não teve novas O. S. abertas após a data estipulada pela ANA, dentro do prazo de atendimento pela Agência.
Relatório de Auditoria nº 201505340	162828	Aprimorar, tendo em vista a Instrução Normativa nº 04/2014/SLTI/MPOG, o processo de alocação de gestores e fiscais técnicos para os contratos de tecnologia da informação e comunicação, considerando: 1) a materialidade do contrato; 2) a complexidade do objeto contratual; 3) número de servidores com o respectivo perfil; 4) as atuais responsabilidades de	Foi informado à CGU que o atendimento à recomendação não depende exclusivamente da área de tecnologia da informação mas também da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas, que está analisando a alocação de outros servidores na área de TI. Solicitou dilação de prazo, sendo atendida pela CGU.

			cada servidor elegível; 5) o princípio da segregação de funções, eliminando as sobreposições dos papéis de gestor e fiscal técnico.	
Relatório de Auditoria nº 201505340	162829	Com base no processo formalizado, readequar o quadro atual de gestores e fiscais técnicos.	Foi informado à CGU que o atendimento à recomendação não depende exclusivamente da área de tecnologia da informação, mas também da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas, que está analisando a alocação de outros servidores na área de TI. Foi solicitada dilação de prazo.	
Relatório de Auditoria nº 201505340	162830	Promover capacitação, interna e/ou externa, sobre gestão e fiscalização de contratos de TI para os servidores com perfil de gestão e fiscalização técnica, respectivamente.	Foi informado à CGU quanto a realização de curso de fiscalização e gestão de contratos administrativos na Administração Pública Federal – IN 2/08 e 4/14, contando com a participação de quatro servidores da STI. Há previsão de novos cursos para 2017.	
Relatório de Auditoria nº 201505340	162831	Providenciar de imediato o planejamento de novas contratações, em separado, para os serviços de sustentação de infraestrutura de TI e de apoio à gestão e governança de TI, nos moldes da IN MPOG/SLTI nº 04/2014, atentando para prever no termo de referência os aperfeiçoamentos e aprimoramentos propostos no item 1.1.1.2 do Relatório, que trata das fragilidades e vulnerabilidades detectadas nos controles, artefatos e procedimentos de gestão do contrato nº 75/2013 firmado com a CENTRAL IT,	Foi informado à CGU que, para os serviços de apoio à gestão e governança de TI foi assinado o contrato nº 55/ANA/2016 com a empresa TS Consultoria Ltda. que tem como objeto: Implantação, treinamento e operação assistida de unidade de apoio à gestão integrada de estratégia, programas e projetos com o uso de Plataforma de Apoio à Gestão, tendo os gestores nomeados pela Portaria nº 270, de 10 de outubro de 2016 e os fiscais pela Portaria 269, de 10 de outubro de 2016. Estão sendo planejadas as contratações para os serviços de sustentação de infraestrutura de TI.	
Relatório de Auditoria nº 201505340	162832	Em consonância com o princípio da economicidade e da vinculação ao instrumento convocatório, abster-se de renovar o Contrato nº 75/2013 firmado com a CENTRAL IT e encaminhar as demandas de apoio à gestão e	Foi informado à CGU que, a partir de 01/09/2016 não foram abertas Ordens de Serviço e o Contrato nº 075/2013 firmado com a empresa CENTRAL IT foi finalizado no término da vigência em 07/11/2016. As demandas de	

		<p>governança de TI à empresa C.P.M. Braxis (Capgemini), tendo em vista o fato de que estes serviços se encontram no escopo do contrato nº 72/2013 e são ofertados a um custo unitário inferior, e prorrogar o contrato nº 72/2013 somente pelo tempo necessário à conclusão dos procedimentos licitatórios afetos às novas contratações que serão planejadas em atendimento à recomendação anterior, nos termos da Lei nº 8.666/1993.</p>	<p>apoio à gestão e governança estão sendo abertas no novo contrato 55/ANA/2016.</p>
Relatório de Auditoria nº 201505340	162833	<p>Considerando o conjunto de falhas verificadas no processo de planejamento da contratação da CENTRAL IT (contrato nº 75/2013), em cuja execução houve demanda, autorização e ateste de serviços prestados, cuja natureza não está prevista no Contrato nº 75/2013, no valor de aproximadamente R\$ 5.476.427,00, e também inclusão de novas tarefas no catálogo de serviços, contrariando as previsões do Edital do Pregão nº 090/2013/INPE, aumentando o risco de prejuízo ao caráter isonômico da contratação; as diversas falhas identificadas nos controles e procedimentos de acompanhamento e fiscalização do contrato nº 75/2013; o impacto financeiro resultante do uso de um mesmo catálogo de serviços para soluções de TI distintas; e considerando ainda o dano ao erário, estimado em R\$ 1.809.732,90, e o risco de prejuízos advindos de eventual manutenção da vigência dos contratos 72 e 75/2013, apurar a responsabilidade dos agentes gestores pelos atos administrativos que deram causa a todo o conjunto de impropriedades e irregularidades</p>	<p>Por meio da Portaria nº 294, de 11 de novembro de 2016, foi criada a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, destinada a apurar, no prazo de sessenta dias, os fatos de que trata o Processo nº 02501.001857/2016, bem como aqueles conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos.</p>
Relatório de	162834	Aperfeiçoar os controles,	<p>Não houve registro de</p>

Auditoria nº 201505340		<p>artefatos e procedimentos afetos à gestão contratual dos serviços de apoio à gestão e governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC prestados à Agência Nacional de Águas, a ser aplicado ao contrato nº 75/2013 firmado com a CENTRAL IT e aos demais contratos com o mesmo objeto que vierem a ser celebrados no âmbito do órgão, levando em consideração os termos dispostos no Relatório de Auditoria.</p>	
Relatório de Auditoria nº 201505340	162835	<p>Designar de imediato, por portaria, os fiscais técnico, administrativo e requisitante para os contratos nº 72 e 75/2013, detalhando neste instrumento o fluxo do processo de acompanhamento e fiscalização da execução contratual e do pagamento pelos serviços contratados, bem como os papéis e responsabilidades de cada fiscal neste processo.</p>	<p>Foram publicadas as portarias 248, 249 e 262 de nomeação do gestor e fiscais técnicos, administrativos e requisitantes para o Contrato nº 72/2013, como também a Nota Técnica nº 44/2016/COINF/STI que define o fluxo de acompanhamento e fiscalização do referido Contrato. Para o contrato nº 75/2013, não haverá nomeação de gestor e fiscais por não serão mais abertas Ordens de Serviço para a avença. Providências acatadas pela CGU.</p>
Relatório de Auditoria nº 201505340	162836	<p>Encaminhar à CGU cópias dos documentos e outros produtos que evidenciem a prestação dos seguintes serviços: a) Contrato nº 75/2013 (firmado com CENTRAL IT): serviços prestados durante toda a vigência do contrato (tarefas do tipo A, C e P); b) Contrato nº 72/2013 (firmado com C.P.M. Braxis): serviços do tipo A relacionados somente a apoio à gestão e governança de TI prestados durante toda a vigência do contrato. Organizar a listagem desses documentos em planilhas contendo, no mínimo, os seguintes dados: número do contrato; número e data de emissão da ordem de serviço; código e descrição das tarefas/atividades executadas; produtos gerados (documentos</p>	<p>Solicitado, pela ANA, prazo adicional para finalização do levantamento das informações solicitadas. Ainda em prazo de atendimento.</p>

produzidos em cada tarefa/atividade); quantidade e valor unitário pago por cada produto; quantidade e valor total de cada ordem de serviço.

8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações tiveram como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei e as importações cujas contratações observações as moedas dos países de origens dos produtos e os pagamentos foram realizados pela equivalência em reais, e ainda, que nos pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, observaram, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Brasília, 17 de março de 2017,

(assinado eletronicamente)
LUIS ANDRÉ MUNIZ
CPF nº 116.852.711-20
Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABEDAFF7

9- Anexos e Apêndices

9.1- Quadros, tabelas e figuras complementares

Desempenho Orçamentário

Objetivos estabelecidos no PPA de Responsabilidade da unidade e resultados alcançados

PROGRAMA 2084 - RECURSOS HÍDRICOS

1. VISÃO CONSOLIDADA DO PROGRAMA

Em termos globais, o Brasil possui grande quantidade de água, passando pelo território nacional cerca de 260.000 m³/s em média, dos quais, 205.000 m³/s centralizam-se na bacia do Rio Amazonas, ficando para o restante do território apenas 55.000 m³/s de vazão média. Como se observa, os recursos hídricos estão distribuídos de maneira heterogênea no território nacional, o que compromete a oferta de água no País.

Quando considerados os problemas de abastecimento público de água, causados pela ocorrência de eventos hidrológicos críticos nos últimos anos, principalmente no semiárido e nas regiões metropolitanas mais populosas e com maior demanda hídrica, caso dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, torna-se imprescindível uma gestão de recursos hídricos que seja capaz de superar essa situação, de forma a garantir o bem-estar da população e atender às necessidades do desenvolvimento socioeconômico.

É nesse contexto que se ressalta a importância do Programa Recursos Hídricos, empenhado em organizar a ação de governo para assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, conforme os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

O Objetivo 1025 do Programa é dedicado à implementação dos seguintes instrumentos da PNRH: planos de recursos hídricos; enquadramento de corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes; outorga de direito de uso; cobrança pelo uso da água e sistema nacional de informações. Tais instrumentos são complementares e devem ser implementados de forma integrada, com prioridade para as regiões consideradas críticas em relação à disponibilidade quantitativa ou qualitativa.

Dentre os instrumentos da PNRH, destacam-se os planos de recursos hídricos, que são elaborados por bacia hidrográfica, por estado e para o País, e visam orientar a implementação da Política e o gerenciamento de recursos hídricos. Esses instrumentos encontram-se amplamente difundidos e consolidados, pois o País já conta com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, além de 58 % do seu território com planos estaduais de recursos hídricos, restando apenas sete estados sem os respectivos planos (AM, AP, ES, MA, PA, RO e SC); e mais de 55% do território coberto com planos de bacias hidrográficas interestaduais.

O Objetivo 1026 visa fortalecer a estrutura funcional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), que compreende os seguintes entes: Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU/MMA), Agência Nacional de Águas (ANA), conselhos de recursos hídricos dos estados e do Distrito Federal, comitês de bacias hidrográficas e órgãos públicos federais, municipais e do Distrito Federal, cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos.

Já o Objetivo 1027 busca promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, merecendo destaque, nesse sentido, o Programa Produtor de Água, que se baseia no pagamento por serviços ambientais para a redução de processos erosivos e para o aumento da disponibilidade de água; e o Projeto de Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), que utiliza uma estratégia inovadora de estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, a prestadores de serviços públicos de saneamento que investirem na implantação e operação de estações de tratamento de esgotos.

O Objetivo 0479 propõe ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas. Nesse sentido, os investimentos visam atender à demanda por água decorrente do desenvolvimento do País e do seu crescimento populacional (necessidade estrutural), assim como elevar a margem de segurança em situações de estiagens atípicamente prolongadas (necessidade conjuntural). Para isso, é fundamental investir na capacidade de reservação de água, em níveis adequados, para assegurar o suprimento mesmo após longo período sem chuvas. Além disso, deve-se buscar aumentar a redundância dos sistemas de abastecimento de água, permitindo que mais de um sistema esteja apto para o abastecimento das localidades. Dessa forma, as iniciativas propostas são compostas por empreendimentos de reservação e obras de adução, distribuídas entre o semiárido e o sul do País, regiões consideradas críticas pela Agência Nacional de Águas.

Nesse contexto, destaca-se o Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), que beneficiará uma população estimada de 12 milhões de habitantes em 390 municípios, nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Por sua vez, o Objetivo 0480 visa garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção com ações de recuperação que contemplam a reabilitação de estruturas danificadas, a conservação de suas capacidades funcionais, sua modernização e/ou ampliação, objetivando a segurança de seus usuários, bem como a seguridade hídrica. Desse modo, estão previstas atividades de operação e manutenção contínua de estruturas e equipamentos hidráulicos, de monitoramento quanto à operação e à segurança dessas estruturas, reabilitação e otimização da infraestrutura, e regularização jurídica e administrativa. Essa atuação está alinhada à Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB, definida na Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que busca reduzir a possibilidade de acidentes relacionados ao rompimento de barragens.

No caso do Objetivo 0549, propõe-se fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica, mediante elaboração do marco legal da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica (PNIH), conclusão do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH); implementação do modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) e conclusão do Plano Nacional de Reabilitação de Barragens da União (Planerb).

O marco legal da PNIH, tratará dos fundamentos, princípios, objetivos, diretrizes de atuação, instrumentos e arcabouço de gerenciamento da Política, que serão a base para a discussão da Lei que instituirá a PNIH.

O PNSH visa planejar, no horizonte do presente PPA, a atuação em abastecimento de água e a minimização dos impactos dos eventos climáticos desfavoráveis. Esse plano se tornará o principal instrumento da Política, pois organizará a atuação do Poder Público na formulação e na construção de programas e ações para o setor, na busca do desenvolvimento harmonioso, com redução de desigualdades sociais e regionais.

Por sua vez, o Planerb objetiva atender à legislação específica de segurança de barragens na esfera de responsabilidade do Governo Federal, para a recuperação física das estruturas e o estabelecimento de um modelo de gestão que vise garantir recursos para sua consecução e posterior operação de longo prazo.

O Objetivo 1024 pretende a ampliar o conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações, buscando uma visão integrada desse tema, por meio da realização de levantamentos, estudos e

pesquisas. É essencial que se tenha uma melhor compreensão dessas interações, dado que mais da metade dos municípios brasileiros (53%) depende de mananciais subterrâneos para o abastecimento de suas sedes urbanas.

2. VISÃO DOS PRINCIPAIS ATRIBUTOS

Destaca-se como principais resultados relacionados à disponibilidade de água para usos múltiplos, no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que a ampliação da Rede Hidrometeorológica automatizada com transmissão de dados em tempo real está em 28%, percentual aproximado, portanto, da meta prevista para 2019. No ano de 2016, foram modernizadas 160 estações hidrometeorológicas. De 2012 até o momento, foram modernizadas 1256 estações hidrometeorológicas.

Quanto à ampliação da cobertura do território nacional com Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs), para 2016 não era prevista progressão na meta em relação a 2015 quanto ao percentual do território nacional com PERHs. Por outro lado, no último trimestre do ano, os estados do Maranhão e de Rondônia realizaram as contratações de consultorias especializadas para a elaboração dos estudos técnicos e realização das consultas públicas para elaboração dos seus planos de recursos hídricos. A expectativa é de que esses dois estados concluam a elaboração dos seus planos estaduais até 2017, aumentando de 58 para 64% a cobertura do território com PERHs. O Estado do Amazonas também deu início ao processo licitatório para elaboração do seu PERH, com previsão de conclusão em 2018. Para até 2019 é prevista a conclusão dos PERHs do Amapá, Pará, Espírito Santo e Santa Catarina, sendo que estes dois últimos estão elaborando seus PERHs por conta própria, sem o apoio financeiro do MMA.

Quanto à disponibilização de dados padronizados de qualidade de água no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), no âmbito do Programa Qualiágua, em 2016, foram celebrados contratos com 15 estados. A divulgação dos dados de qualidade da água desses 15 estados está disponível no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) - Para maiores informações acessar <http://portalpnqa.ana.gov.br/Qualiagua.aspx> e <http://www.snirh.gov.br/>.

Na prática, a ANA premia os estados por atingimentos de metas relacionadas ao monitoramento e à divulgação dos dados de acordo com as premissas previstas na Resolução ANA nº 903/2013.

Em relação aos planos de bacias interestaduais e respectivos estudos de enquadramento, em 2016 foi concluído o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paranapanema (Região Hidrográfica do Paraná) e estão em elaboração os Planos de Recursos Hídricos da bacia do Rio Grande (região hidrográfica do Paraná) e da região hidrográfica do Paraguai. A previsão de conclusão dos respectivos planos é 2017 e 2018.

Para as ações de gestão previstas em planos de recursos hídricos foram implementadas algumas ações na Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu, como: a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de apoio em campo às ações de gestão e regulação de usos da água na bacia do Piancó-Piranhas-Açu; implementação da alocação negociada de água em vários reservatórios estratégicos cujas informações estão disponíveis em http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/allocacao_agua_hoje.aspx; e conclusão das atividades do termo de cooperação - TC 003/ANA/2013, firmado entre a ANA e a Universidade Federal do Ceará, cujo objetivo é a elaboração de estudo para avaliar a adaptação do planejamento e da operação dos recursos hídricos à variabilidade e mudanças climáticas na bacia estendida do São Francisco, incluindo a bacia do Piancó-Piranhas-Açu.

Quanto à implementação de regras de uso da água em bacias ou sistemas hídricos interestaduais com criticidade quali-quantitativa, destacam-se informações do andamento da alocação negociada de água em seis bacias hidrográficas: a) Bacia Hidrográfica do Rio Negro (RS): discussão e definição de regras de uso por meio da Resolução nº 1.310/2015; b) Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus (MG/ES): discussão e definição de regras de restrição de uso por meio de Ofício Circular nº23/2016/SRE-ANA (Doc. nº 30334/2016); c) Bacia Hidrográfica do Rio São Marcos (GO/MG/DF): (i) discussão de prioridades de uso junto ao comitê de bacia, (ii) preparação de termo de referência (minuta preliminar em andamento)

para contratação de empresa para apoio técnico ao monitoramento de usos, monitoramento hidrológico e acompanhamento da situação de barragens, (iii) articulação com os órgãos gestores estaduais com vistas à coordenação das ações e definição de regras conjuntas; d) Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (AL/SE/PE/BA/MG/GO/DF): instituição de grupo de trabalho e discussões sobre regras gerais de operação dos reservatórios da bacia; e) Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (BA/MG): (i) Definição de regras de alocação de água e (ii) intensificação do monitoramento de usos durante a estiagem (SFI); f) Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas Açu (PB/RN): (i) Definição de regras especiais para a atual situação extrema de escassez hídrica; (ii) discussão e aprovação no comitê de bacia de regras gerais no âmbito do plano de bacia; (iii) implantação de escritório técnico na bacia por meio de Contrato específico nº 63/2016/ANA, para apoio à implementação das regras.

No que tange aos principais resultados de fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), reporta-se que 14 unidades da Federação obtiveram avanços nas respectivas metas referentes à capacitação setorial, cadastro de usuários, outorga, monitoramento hidrometeorológico e de qualidade da água e 25 receberam recursos financeiros no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão, o que representa 70% da meta prevista até 2019.

O Progestão, regulamentado por meio da Resolução ANA nº 379/2013, baseia-se no princípio do pagamento por alcance de metas, a partir da adesão voluntária das unidades da federação. Para o cumprimento de seus objetivos, o Programa aporta recursos orçamentários da ANA, na forma de transferência pelo alcance de metas acordadas entre a Agência e as entidades estaduais, sendo interveniente o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH).. As informações detalhadas do Progestão estão disponíveis em <http://progestao.ana.gov.br/>.

O trabalho de refinamento e atualização das informações do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água será iniciado em 2017, quando será feito o procedimento licitatório para execução de parte dos serviços.

O Atlas consolida um amplo trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das sedes urbanas em todo o País. Insere-se em um contexto mais amplo de planejamento e formulação de políticas públicas, oferecendo um portfólio de projetos e obras abrangente e disponibilizando ferramenta adequada para a tomada de decisões e a racionalização de investimentos.

O Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas está previsto para ser lançado no primeiro semestre de 2017. O estudo está em fase final de elaboração de diagnóstico e prognóstico das condições de atendimento por coleta e tratamento de esgoto urbano das sedes municipais de todo o País. O Atlas contará com um banco de dados com informações e indicadores de saneamento com abrangência nacional.

O estudo busca analisar os sistemas de esgotamento sanitário das sedes de todos os 5570 municípios do Brasil. Além disso, o Atlas tem o objetivo de propor ações e obras em coleta e tratamento de esgotos, com foco na proteção dos recursos hídricos, no seu uso sustentável para diluição de efluentes e na racionalização dos investimentos na área.

Para atender ao intuito de promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio da indução de boas práticas de uso de água e solo e da revitalização de bacias hidrográficas, tem-se como resultados: para conservar e recuperar solos, matas ciliares e áreas de nascentes no âmbito do Programa Produtor de Água, em 2016 foram celebrados 4 convênios em nível estadual e firmados 4 contratos de repasse com prefeituras municipais. Ainda não é possível quantificar a área beneficiada, pois esses dados serão definidos durante a execução dos projetos, os quais possuem um tempo de maturação diferenciada, dependendo das características regionais.

O Programa Produtor de Água é um instrumento pelo qual a União apoia, mediante orientação técnica ou apoio financeiro, projetos executados no meio rural voltados à redução da erosão e do assoreamento de mananciais, de forma a proporcionar melhoria da qualidade e a regularização da oferta de água em

bacias hidrográficas. São voltados a produtores rurais que se proponham, voluntariamente, a adotar práticas e manejos conservacionistas em suas propriedades com vistas à conservação de solo e água.

Para a redução dos níveis de poluição hídrica pela remoção de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançadas nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado, no âmbito do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), estima-se que no ano de 2016 foram removidas cerca de 12.500 toneladas de DBO, sendo que essa remoção ocorreu por 14 ETES participantes do Programa. Estima-se que o valor a ser removido por ano será crescente em razão do início de operação de ETEs já contratadas e outras que ainda serão contratadas durante a vigência do PPA 2016-2019.

O Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes) consiste na concessão de estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, desde que cumpridas as condições previstas em contrato, aos Prestadores de Serviço de Saneamento que investirem na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs).

No Objetivo “Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas”, estão inseridas três metas que visam ampliar a reservação, a adução e a implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF.

Para atender à meta “Ampliar a capacidade de reservação de água bruta em 1.939,7 milhões de m³” deu-se andamento, no decorrer de 2016, às obras de barragens, dentre as quais destacam-se as Barragens Germinal (CE), Mato Verde (MG), Arroio Taquarembó (RS) e Pedregulho(PI).

Para cumprir a meta de ampliar a capacidade de adução de água bruta em 97,3 m³/s, o Governo Federal apoiou a execução de obras de adução. Nesse sentido, em 2016, deu-se prosseguimento às obras Canal do Sertão Alagoano (AL), Cinturão das Águas do Ceará (CAC), Sistema Adutor do Agreste (PE), Canal da Vertente Litorânea (PB), Adutora do Pajeú (PE), Ampliação do Sistema Adutor do Oeste (PE); Sistema Adutor de Guanambi – 2^a etapa (BA).

No que se refere à meta de concluir a implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF), houve evolução na implementação da ordem de 94,44% de execução física, sendo que o Eixo Norte conta com 93,42% e o Eixo Leste com 96,44% de execução, correspondente à evolução dos projetos executivos, das obras civis, das instalações eletromecânicas e das ações ambientais.

Outro objetivo relevante do Programa é o de garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção. Na primeira meta desse Objetivo, visa-se a recuperação de 19 infraestruturas hídricas. As ações consistem na execução de estudos, projetos e obras de revitalização ou recuperação e adequação de infraestruturas hídricas, e de ações complementares para assegurar a continuidade do abastecimento de água.

Ainda no âmbito desta meta, insere-se a operação e a manutenção do Projeto de Integração do rio São Francisco - PISF e, também, as ações de recuperação dos reservatórios estratégicos para a integração do Rio São Francisco. Diante da constatação da situação de deterioração e inadequação de muitos açudes existentes nos Estados atendidos pelo PISF e frente ao reconhecimento da importância de que tais estruturas estejam em condições apropriadas para o recebimento das águas transpostas, foram firmados termos de compromisso entre a União e os Estados receptores, bem como termos de execução descentralizada (TED), a fim de promover a recuperação desses açudes estratégicos, garantindo a maior efetividade possível à distribuição e ao aproveitamento dos recursos hídricos na região beneficiada.

Na segunda meta, busca-se realizar a regularização fundiária, ambiental, de outorga, e de segurança de 11 barragens da União. As ações consistem na execução de estudos e intervenções para a regularização legal de barragens já construídas, referentes às questões fundiárias e ambientais (Lei 6.938/81), de outorga (Lei 9.433/97) e de segurança de barragens (Lei 12.334/10).

Quanto à execução dessa meta, a Codevasf trabalhou com recursos próprios na execução de alguns estudos e atividades, como na digitalização de projetos existentes, na elaboração do 1º Volume do Plano

de Segurança e do Plano de Contingência Simplificado para 12 barragens. No total, serão elaborados seis volumes que englobarão 35 barragens.

Quanto à ampliação e à difusão do conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações com as superficiais busca-se realizar o diagnóstico de duas Regiões Metropolitanas, nas quais essa fonte é componente relevante no abastecimento, incluindo plano de gestão, estratégias de ampliação da oferta e avaliação da vulnerabilidade natural à contaminação.

Em 2016 foi celebrado Termo de Execução Descentralizada (TED) da ANA com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) para avaliação hidrogeológica da Região Metropolitana de São Luís-MA (RMSL), cujo objetivo é o de gerar conhecimento para o órgão gestor de recursos hídricos estadual sobre os sistemas aquíferos da Ilha de São Luís, sobre as relações entre eles e com os corpos d'água superficiais e a avaliação de locais com restrições de uso, tanto em termos de quantidade, quanto de qualidade. A previsão de conclusão desse estudo é 2018 com a entrega do relatório final. Adicionalmente, para a realização dos Estudos Hidrogeológicos para a Definição de Estratégias de Gestão das Águas Subterrâneas de Belém/PA e municípios adjacentes, foi celebrado contrato da ANA com a empresa Profill Engenharia e Ambiente Ltda. O contrato está em execução e a previsão da entrega do relatório final é 2018.

No Objetivo “Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica”, estão previstas metas para elaboração do marco legal da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica (PNIH), conclusão do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH); implementação do modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) e conclusão do Plano Nacional de Reabilitação de Barragens da União (Planerb).

Referente à meta “Elaborar o marco legal da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica”, foi contratada, em 2012, pelo Banco Mundial, uma empresa de consultoria visando a elaboração de diagnóstico, indicadores, critérios de priorização e hierarquização das obras estruturantes que subsidiarão a definição das diretrizes para o marco legal.

Outra meta relevante para o objetivo, “Concluir o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) por meio do diagnóstico da infraestrutura hídrica do País e da definição de critérios para a priorização e seleção de investimentos”, busca definir diretrizes, conceitos e critérios que permitam a seleção e o detalhamento das principais intervenções estratégicas do País. Entretanto, o contrato para implementação das duas metas foi reincidente com a empresa contratada em julho de 2016 com 35 % de desembolso e 15% a serem pagos. Uma nova seleção está em andamento no procedimento do Banco Mundial e atualmente encontra-se na fase de solicitação de propostas da Lista Curta – Short list, com previsão de contratação de uma nova empresa para maio de 2017.

Em relação à meta “Implementar o modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf)”, no exercício 2016, o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI-PISF, composto por MI, Casa Civil, MPDG, Codevasf e ANA), criado em agosto de 2015, finalizou propostas de modelo tarifário, de cobrança, de garantias e de cessão dos reservatórios estratégicos para os estados (conforme previu o Termo de Compromisso de 2005 que possibilitou a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos). Essas propostas foram apresentadas aos estados em junho de 2016 para que fossem debatidas, podendo haver contraproposta dos estados.

No caso da meta “Concluir o Plano Nacional de Reabilitação de Barragens da União – Planerb, com a edição da Lei Nº 12.334/10, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), tornou-se obrigatória a elaboração do Plano de Segurança de Barragem (PSB), a ser implantado pelo empreendedor da barragem, com a União assumindo a responsabilidade em função da extinção do DNOS, assim como as suas vinculadas Dnocs e Codevasf.

Para o Planerb, cujos trabalhos estão em pleno desenvolvimento, foram selecionadas todas as barragens do extinto DNOS, 44 barragens da Codesvasf e 61 do Dnocs, totalizando 164 barragens da União para a execução dos diagnósticos estrutural, jurídico, fundiário e ambiental e a elaboração de um plano de ações estratégicas para a reabilitação, visando à implementação de seus Planos de Segurança, em cumprimento às determinações estabelecidas pela Lei nº 12.334/10. Atualmente, estão sendo feitas

as inspeções nas barragens com a finalidade de se elaborar o R1- Diagnóstico das barragens. A previsão de encerramento do contrato é dezembro de 2017.

Ao se considerar a necessidade de garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção, busca-se desenvolver e implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB). O SNISB foi criado pela Lei nº 12.334/2010, que define a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). A fase de testes do Sistema pelas entidades fiscalizadoras de barragens foi concluída e os ajustes necessários estão sendo executados. O sistema encontra-se em fase de conclusão.

Em paralelo ao início das atividades de fiscalização, procedeu-se a revisão e definição dos procedimentos e normativos internos para orientação das atividades de fiscalização e sua adequação para o tema de segurança de barragens. No período de 2012 a 2016, 100% das barragens fiscalizadas pela ANA foram inspecionadas e avaliadas quanto a segurança. Como resultado das ações de fiscalização, 3 barragens que apresentavam anomalias importantes que comprometiam a segurança dos empreendimentos foram recuperadas pelos empreendedores.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao Programa Recursos Hídricos, a maioria das metas encontra-se em bom andamento. No entanto, alguns entraves ainda precisam ser superados para o pleno alcance de todos os resultados esperados. Para a agenda de promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, há a necessidade de superar fatores limitantes ao atingimento da redução dos níveis de poluição hídrica pela remoção de carga poluidora de DBO lançada nos rios.

De acordo com a situação das iniciativas do programa, o objetivo de ampliar a oferta de água deverá ser alcançado até 2019 com a conclusão das obras.

O objetivo, que busca garantir a operação e funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção, não teve avanços significativos, visto que não foram liberados recursos em 2016 para duas de suas metas.

Quanto ao objetivo que busca fortalecer o planejamento e a gestão de infraestruturas hídricas, ainda se encontra em fase de implementação estabelecida por uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional – por meio de sua Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH) e a Agência Nacional das Águas (ANA).

Com isso, dá-se prosseguimento à atual agenda com especial ênfase em promoção da segurança hídrica. Espera-se, portanto, que as ações para o atingimento desse objetivo possam ser vistas com maior clareza nos próximos anos.

INDICADORES

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade de reservação de água per capita	m3/hab	31/12/2013	3.607,00	31/12/2016	2.951,58
Capacidade do reservatório equivalente - Brasil (inclui reservatórios do setor elétrico)	milhão de m ³	31/12/2014	567.445,00	31/12/2016	608.266,00
Capacidade do reservatório equivalente - Nordeste	milhão de m ³	15/06/2015	38.010,08	31/12/2016	38.273,23
Percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica	percentual	31/12/2011	24,00	31/12/2012	24,00
Percentual do território com comitês de bacias hidrográficas interestaduais instalados	percentual	31/12/2014	15,74	31/12/2016	15,74
Percentual do território com planos de bacias hidrográficas interestaduais elaborados	percentual	31/12/2014	55,00	31/12/2016	56,25
Proporção entre o volume armazenado no reservatório equivalente e sua capacidade - Brasil	%	31/12/2014	53,42	31/12/2016	55,64
Proporção entre o volume armazenado no reservatório equivalente e sua capacidade - Nordeste (incluindo reservatórios de qualquer capacidade)	%	15/06/2015	24,90	31/12/2016	14,16
Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável	percentual	31/12/2012	8,00	31/12/2012	8,00
Relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total retirada para atendimento aos usos consuntivos em rios federais (demanda existente estimada)	percentual	31/12/2011	64,00	31/12/2011	64,00
Vazão outorgada acumulada em rios de domínio da União e dos Estados	m ³ /s	31/12/2014	4.235,96	31/12/2015	4.850,22

Indicadores do Programa 2084.

Os indicadores do Programa têm como fonte a publicação Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, elaborada pela Agência Nacional de Águas há cada quatro anos. O primeiro Relatório foi publicado em 2010, consolidando dados até 2009, e a sua atualização se deu em 2014, com dados referentes a 2013. Anualmente são divulgados Informes relacionados à Conjuntura dos Recursos Hídricos, que apresentam atualizações de parte das informações e indicadores dos relatórios quadriennais e tratam de temas específicos, como a Crise Hídrica. Desse modo, alguns índices não foram atualizados.

Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ações – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS

Ações de Responsabilidade da ANA, Vinculadas ao Programa Temático 2084 do MMA

Tabela 3 – Consolidado das Ações Orçamentárias do Programa 2084 – Recursos Hídricos

Identificação da Ação Orçamentária	
Código da Ação	Título
20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
2378	Operação da Rede Hidrometeorológica
4926	Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens
12DS	Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas

Quadro 13 - Ação: 20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Identificação da Ação															
Código	20WI			Tipo: Atividade											
Título	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos														
Iniciativa	Representa o Próprio Objetivo.														
Objetivo	1025 - Promover a disponibilidade de água para usos múltiplos, por meio da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de seus instrumentos.														
Programa	Recursos Hídricos Código: 2084 Tipo: Temático														
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas														
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria														
Lei Orçamentária 2016															
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00															
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016										
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados									
175.500.589	175.171.206	159.149.788	91.822.846	90.706.931	1.115.915	67.326.942									
Execução Física															
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante											
				Previsto	Reprogramado	Realizado									
Bacia Hidrográfica Beneficiada			Unidade	63	63	12									

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (*)					
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
52.380.797	50.613.709	1.085.536	Bacia Hidrográfica beneficiada	Unidades por ano	0

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 14 - Ação: 2378 – Operação da Rede Hidrometeorológica

Identificação da Ação						
Código		Tipo: Atividade				
Título		Operação da Rede Hidrometeorológica				
Iniciativa		Aprimoramento do monitoramento Hidrológico Quanti-Qualitativo de águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas.				
Objetivo		Promover a integração, e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.				
Programa		Conservação e Gestão de Recursos Hídricos			Código: 2026	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		44205 – Agência Nacional de Águas				
Ação Prioritária		() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
61.500.000	61.500.000	53.090.578	28.722.420	28.295.277	427.143	24.368.158
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Informação produzida				Previsto	Reprogramado	Realizado
			unidade	7.550.000	0	7.127.573
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
16.370.262	15.423.934	946.328	Informação produzida		unidade	0

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 15 - Ação: 4926 – Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens

Identificação da Ação					
Código		Tipo: Atividade			
Título		Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens			
Iniciativa		Regulação e fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragem.			

Objetivo	Promover a integração, e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.											
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Código: 2026 Tipo: Temático											
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria											
Lei Orçamentária 2015												
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
7.683.000	7.683.000	6.282.486	5.335.935	5.335.935	0	946.551						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
				Previsto	Reprogramado	Realizado						
Usuário regularizado			unidade	1.155	0	1.810						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada							
634.970	573.671	62.299	Usuário regularizado	unidade	0							

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 16 - Ação: 12DS – Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas

Identificação da Ação												
Código	12DS Tipo: Projeto											
Título	Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas											
Iniciativa	Representa o Próprio objetivo											
Objetivo	1026 - Fortalecer os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio de promoção da integração federativa, da articulação intersetorial e do apoio às estruturas colegiadas											
Programa	Recursos Hídricos Código: 2084 Tipo: Temático											
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria											
Lei Orçamentária 2016												
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
3.848.151	3.848.151	3.848.151	0	0	0	3.848.151						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
				Previsto	Reprogramado	Realizado						

Prédio Construído	Percentual de Execução Física	20	20	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas	
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida
5.958.836	4.535.892	1.422.944	Prédio Construído	Percentual de Execução Física

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Análise Situacional das Ações de Responsabilidade da ANA, Vinculadas ao Programa Temático 2084 – Recursos Hídricos

A atuação da ANA em 2016 foi basicamente alicerçada nas ações de natureza estrutural **20WI, 2378 e 4926**. Integram essas ações planos orçamentários que visam à implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH.

No Índices e Indicadores de Desempenho, deste relatório, é feita análise detalhada da execução das metas físicas/financeiras dos planos orçamentários dessas ações.

Nos últimos anos o país vivenciou um dos piores períodos de estiagem, que alcançou simultaneamente as regiões Sudeste e Nordeste. Desde então, foram desencadeadas atividades em articulação com os órgãos gestores dos estados atingidos pelo período de estiagem, visando minimizar os efeitos negativos desse cenário. Deve-se ressaltar que também os setores usuários participam das articulações voltadas ao enfrentamento da seca prolongada, oferecendo alternativas de superação das restrições que se fazem necessárias. Foi instalado um Comitê de Crise envolvendo a ANA e os órgãos regionais e gestores dos estados atingidos pela seca.

A Agência Nacional de Águas (ANA) atuou diretamente na criação do Grupo Técnico de Assessoramento para Gestão do Sistema Cantareira (GTAG-Cantareira). Esse grupo foi concebido para realizar o acompanhamento diário dos dados referentes aos reservatórios e estruturas componentes do Sistema Cantareira, expedindo relatórios semanais sobre a situação de armazenamento dos reservatórios e recomendando as vazões médias a serem praticadas. O GTAG-Cantareira ofereceu condições para que as decisões operacionais daquele sistema observassem os diferentes interesses e compromissos dos entes públicos e privados envolvidos. Por fim, em razão da criticidade climática que se observa na região, o processo de renovação da outorga das estruturas do sistema, iniciado em setembro de 2013, foi adiado para outubro de 2017.

Uma série de estudos e ações estão em curso e têm a finalidade de promover um monitoramento contínuo e a ações interventivas contra a seca devidamente articuladas entre as esferas federal e estadual, os setores usuários e os comitês de bacias. Entre esses estudos a ações destacam-se o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), o Atlas Brasil de Despoluição, estudo sobre os Reservatórios do Semiárido, o Projeto Monitor da Seca do Nordeste –MSNE além de outros estudos em andamento.

Ainda em 2013, a ANA celebrou acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico OCDE com o objetivo de realizar um diálogo político para analisar e avaliar a governança do sistema de gestão de recursos hídricos no Brasil e fornecer diretrizes e recomendações baseadas em experiências internacionais. Essas diretrizes e recomendações têm como objetivo contribuir para o aprimoramento da governança multinível dos recursos hídricos.

No âmbito desse acordo, o relatório “Governança das Águas no Brasil” foi lançado em 2015, do qual faz parte um plano de ações para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no País. Esse relatório foi produzido a partir da interação no Brasil com mais de uma centena de representantes de governos, organizações,

usuários de água e academia relacionados ao tema e visou a conhecer, examinar e comparar experiências e "boas práticas" internacionais com a experiência brasileira.

A ANA como órgão coordenador do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos tem sido constantemente demandada pelos demais entes para ampliar e aprimorar as oportunidades de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos para atuar na gestão de recursos hídricos em nível federal, estadual, nos comitês de bacias hidrográficas, em articulação com setores usuários.

A agenda internacional da ANA vem crescendo em atividades e importância desde sua instalação, em 2001. No entanto, ganhou maior densidade nos últimos anos, com o incremento das atividades no âmbito da cooperação com os países membros da Conferência Ibero-Americana de Dirigentes de Água – CODIA, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, com a agenda de cooperação prestada pelo Brasil, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação, com organizações multilaterais e com o Conselho Mundial da Água

À ANA cabe disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos de gestão criados pela Política Nacional de Recursos Hídricos. Dessa forma, seu espectro de regulação ultrapassa os limites das bacias hidrográficas com rios de domínio da União, pois alcança aspectos institucionais relacionados à regulação dos recursos hídricos no âmbito nacional.

Em relação à **Ação 12DS – Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas**, o processo 02501.001722/2014-70 foi aberto em 17/09/2014 e o Contrato 074/ANA/2014, que tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura, quais sejam: assessoria técnica na análise dos projetos de arquitetura e complementares, análise, atualizações e elaboração de estimativas de preços, licitação dos projetos executivos de engenharia, licitação de obra, bem como acompanhamento técnico na execução de obras civis do edifício institucional da ANA, foi firmado em 10/11/2014 com 30 meses de vigência a partir da assinatura (10/05/2017).

Demonstrativo da execução das despesas

Programação das Despesas

Quadro 17 - Programação da despesa

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas		Código UO: 44205		UGO: 443003
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL		83.792.129,00	0	286.606.472,00
CRÉDITOS	Suplementares	7.071.529,00	0	24.113.841,00
	Especiais	Abertos	0	0
		Reabertos	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0
		Reabertos	0	0
	Créditos Cancelados		0	0
	Outras Operações		0	0
Dotação final 2016 (A)		90.863.658,00	0,00	310.720.313,00
Dotação final 2015(B)		86.385.994,00	95.473,00	313.607.150,00
Variação (A/B-1)*100		5,18	-100,00	-0,92
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital		

		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	9 - Reserva de Contingência	
DOTAÇÃO NICIAL		42.945.460	0	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	6.352.899,00	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	
		Reabertos	0	0	0	
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	
		Reabertos	0	0	0	
Créditos Cancelados		0	0	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	
Dotação final 2016 (A)		49.298.359,00	0	0	0	
Dotação final 2015(B)		52.554.733,00	0	0	0	
Variação (A/B-1)*100		-6,20	0	0	0	

Análise Crítica

No que diz respeito à programação da despesa a que se referem os quadros demonstrativos acima, cabem as seguintes considerações.

A Unidade Orçamentária 44205 – Agência Nacional de Águas - ANA, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, tem sua Programação Orçamentária e Financeira sob a responsabilidade da Unidade Gestora 443003 – Gerência de Orçamento e Finanças/SAF/ANA, que desempenha, dentre outros, o papel de unidade descentralizadora (não-executora) de recursos.

4.3.6 - Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 18 – Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Não Processados				
Ano da inscrição	Montante em 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2016
2016	R\$ 96.365.570,14	R\$ 81.061.233,87	R\$ 4.760.631,92	R\$ 10.543.704,35
2015	R\$ 7.878.686,70	-	R\$ 6.485.220,00	R\$ 1.393.466,70
Anteriores ao exercício de 2014	R\$ 913.232,80	-	R\$ 913.232,80	-

ANÁLISE CRÍTICA:

No âmbito da Unidade Orçamentária (UO) 44205, o volume total de Restos a Pagar Não Processados Inscritos alcançou o montante de R\$ 96.365.570,14. Desse total, cerca 84% (R\$ 81.061.233,87) foram pagos ao longo do exercício financeiro de 2016. Além disso, aproximadamente 24,5% (R\$ 23.581.761,16) tratavam-se de despesas de Capital que, ao longo de 2016, foram quase que integralmente pagas (R\$ 20.249.854,42), ou seja, cerca de 85,8%. Em contrapartida, tivemos a inscrição em Despesas de Custeio da ordem de 75,5% (R\$ 72.783.808,98), dentre os quais R\$ 742.324,45 oriundos de Destaques Orçamentários recebidos do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério Defesa, por conta do Termo de Execução Descentralizada

firmado com os Órgãos integrantes do Complexo Administrativo no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, onde R\$ 721.692,01 foram utilizados para pagamento de contas de Água, Luz, Vigilância, Limpeza, Manutenção Predial, Brigadista e Dedetização. O saldo restante de R\$ 20.632,24 foi devidamente cancelado.

A reinscrição de Restos a Pagar Não Processados de exercício anteriores a 2015 para 2016 alcançou o valor total de R\$ 7.878.686,70. Desse montante, R\$ 227.342,03 estiveram sob responsabilidade da Unidade Gestora Executora - UGE/Gestão: 443001/44205, porém seu valor foi totalmente cancelado por indicação indevida dos Gestores dos Contratos e demandas da Coordenação de Recursos Logísticos. O restante de R\$ 7.651.344,67 foi indicado para reinscrição pelo Ordenador de Despesas da UGE/Gestão: 443002/44205, Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da Agência Nacional de Águas, visando à operacionalização do Orçamento Geral da União mediante Contratos de Repasse. Porém ao longo do exercício financeiro de 2016, aproximadamente 81,78% foram cancelados (R\$ 6.257.877,97) devido a problemas e/ou pendências com análise documental e/ou fiscal para formalização dos respectivos Contratos de Repasse.

Ainda no âmbito da UGE/Gestão: 443002/44205, houve reinscrição de R\$ 913.232,80 referentes ao Exercício Financeiro de 2012 (PM de Jaguaribara no valor de R\$ 446.832,80, que por sua vez teve todo seu saldo cancelado conforme CE GELEV nº 691/2016) e ao Exercício Financeiro de 2013 (PM de Rio Claro no valor de R\$446.400,00, que por sua vez teve seu saldo bloqueado cancelado em rotina automática pela Secretaria do Tesouro Nacional em 7 de março de 2016, conforme Nota de Sistema nº 2016NS000003).

No âmbito da UG/Gestão: 440106/44205 (Interágua), o valor de Restos a Pagar Não Processados Inscritos de 2015 para 2016 alcançou o total de R\$ 4.924.761,68, dentre os quais R\$ 1.098.550,65, oriundo de destaque orçamentário recebido do Ministério da Integração para desenvolvimento de atividades de consultoria para elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica - PNSH. Ao longo do exercício financeiro de 2016 o montante total pago alcançou R\$ 3.372.984,78, ou seja, 68,49 % do valor inscrito. Além disso, foram cancelados ao longo de 2016, o montante de R\$ 740.183,85 e os outros R\$ 811.593,05 que não foram pagos em 2015 e nem em 2016 foram reinscritos para o exercício financeiro de 2017, dentre os quais o valor de R\$ 549.275,32, do Ministério da Integração, por conta de atraso na entrega e revisão dos produtos previstos no Contrato nº 050/ANA/2014, reincidente em 12 de julho de 2016. Water and Sanitation Interlinkages across the 2030 Agenda for Sustainable Development

Por fim, com relação ao saldo a pagar de R\$ 1.393.466,70 inscrito no exercício de 2014, o mesmo refere-se à Contrato de Repasse firmado entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Serra Branca/PB. Em 21 de maio de 2015, o Juiz Federal Gilvânklim Marques de Lima, da 11º Vara/PB decidiu pela manutenção do saldo da Nota de Empenho no âmbito do Processo Judicial nº 0800081-41.2015.4.05.8203. Além disso, o Convênio SIAFI nº 814581/2014 encontra-se com situação de Cláusula Suspensiva referente à Titularidade de Área, Projeto de Engenharia e Licenciamento Ambiental Prévio. A última data registrada no SICONV para resolução da referida Cláusula Suspensiva foi a de 19/11/2016.

Em termos de impacto na gestão financeira da UO, pode-se concluir que o mesmo não foi relevante, pois 98% dos recursos inscritos eram de fontes obrigatórias, como por exemplo, Fonte 0183 e Fonte 0116, não passíveis de contingenciamento em sua programação financeira.

Quadro 19 – Restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano da inscrição	Montante em 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2016
2016	-	-	-	-
2015	-	-	-	-
Anteriores ao exercício de 2014	R\$ 52.010,93	-	-	R\$ 52.010,93

ANÁLISE CRÍTICA:

O Valor de R\$ 52.010,93 encontra-se vinculado à UGE/Gestão: 443002/44205, gerido pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da Agência Nacional de Águas, na operacionalização do Orçamento Geral da União. A Nota de Empenho que até hoje vem dando suporte à essa inscrição indevida é a nº 2011NE800006, emitida em favor do Município de Patrocínio, Departamento de Água e Esgotos – DAE, para atendimento do Contrato de Repasse nº 766290/2011. A Nota de empenho foi emitida em valor maior que o compromisso exigia à época, porém não teve o seu saldo remanescente devidamente cancelado ao final do exercício financeiro de 2011, antes da implementação do novo Contas e a Pagar e a Receber do SIAFI – CPR. Registra-se, ainda, que o referido Contrato de Repasse encontra-se expirado desde 30/09/2014, e o prazo limite para a apresentação de prestação de contas expirou-se em 29/11/2014. O operador do orçamento, Caixa Econômica Federal já deveria ter efetuado o cancelamento do saldo de restos a pagar processado.

A reinscrição de Restos a Pagar Não Processados de exercício anteriores a 2015 para 2016 alcançou o valor total de R\$ 7.878.686,70. Desse montante, R\$ 227.342,03 estiveram sob responsabilidade da Unidade Gestora Executora - UGE/Gestão: 443001/44205, porém seu valor foi totalmente cancelado por indicação indevida dos Gestores dos Contratos e demandas da Coordenação de Recursos Logísticos. O restante de R\$ 7.651.344,67 foi indicado para reinscrição pelo Ordenador de Despesas da UGE/Gestão: 443002/44205, Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da Agência Nacional de Águas, visando à operacionalização do Orçamento Geral da União mediante Contratos de Repasse. Porém ao longo do exercício financeiro de 2016, aproximadamente 81,78% foram cancelados (R\$ 6.257.877,97) devido a problemas e/ou pendências com análise documental e/ou fiscal para formalização dos respectivos Contratos de Repasse.

4.3.8 – Informações sobre a Realização das Receitas

I - Lei Orçamentária Anual – LOA 2016

Por meio do Ofício-Circular nº 14/2015/SPOA/SECEX/MMA, de 13 de julho de 2015, o Ministério do Meio Ambiente encaminhou à ANA os referenciais monetários para a elaboração da proposta orçamentária de 2016. O documento traz alterações significativas em relação aos anos anteriores no que diz respeito à classificação da fonte de recursos e ao seu valor: i) a fonte 83 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos – foi substituída pela fonte 34 – Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos; ii) o valor apresentado para a fonte 34, classificado como equivalente à previsão de arrecadação da geração hidrelétrica para 2016, é inferior ao valor de 2015 e cerca de 30% inferior às estimativas iniciais.

A substituição da fonte de recursos e a diminuição do referencial monetário para o próximo exercício demandou negociação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que impediu a inclusão da proposta no SIOP no prazo inicialmente estabelecido.

De acordo com a Lei nº 13.255, de 14/01/2016 – LOA/2016, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2015, o orçamento da ANA foi estimado em R\$ 413.344.061. Esse valor foi 6,6% inferior ao valor aprovado na LOA/2015. Esse decréscimo se deu em virtude da diminuição da arrecadação na fonte 34.

Em termos de valores e de percentuais, o Orçamento aprovado para a ANA, por Grupos de Despesas, foi distribuído da seguinte maneira:

Quadro 20– LOA/2016 – Por Grupos de Despesas

ND	LOA/2016 (R\$)	%
1 - Pessoal e Encargos Sociais	83.792.129	20,27
2 - Juros e Encargos da Dívida	0	0

3 - Outras Despesas Correntes	286.606.472	69,34
4 - Investimentos	42.945.460	10,39
Total	426.430.011	100,00%

Fonte: SIAFI/STN

O quadro abaixo detalha o orçamento da ANA, em 2016, em comparação percentual com o orçamento aprovado em 2015:

Quadro 21 – Comparação percentual: LOA/2016 e LOA/2015 – Por Grupos de Despesas

GND	LOA/2016 (R\$)	LOA/2015 (R\$)	VARIAÇÃO %
1 - Pessoal e Encargos Sociais	83.792.129	78.390.704	6,89%
2 - Juros e Encargos da Dívida	0	147.000	0%
3 - Outras Despesas Correntes	286.606.472	312.052.307	-8,15%
4 - Investimentos	42.945.460	51.640.000	-16,84%
Total	413.344.061	442.230.011	-6,53%

Fonte: SIAFI/STN

Observando-se o quadro acima, nota-se que houve variação negativa entre os dois exercícios nos montantes referentes à outras despesas correntes e Investimentos, isto decorreu da diminuição da arrecadação na fonte 83 devido à estiagem prolongada, que acarretou na diminuição da geração de energia nas hidroelétricas. As variações positivas observadas nos demais Grupos podem ser consideradas normais, sendo decorrentes de crescimento vegetativo da folha de pagamento dos servidores (Grupo 1).

II - Créditos Adicionais - 2016

A ANA encerrou o exercício financeiro de 2016 com uma dotação de Lei, acrescida de créditos adicionais abertos no exercício (Lei + Créditos), no valor de R\$ 452.643.350,00. Desse Total, R\$ 8.594.866,00, foram destinados a despesas discricionárias – despesas que excluem gastos com pessoal, dívida, encargos, reserva de contingência e benefícios aos servidores. Tais despesas estão sujeitas a limitações para movimentação e empenho. Os quadros abaixo mostram os valores da LOA + Créditos, distribuídos por fontes de recursos e por Grupos de Despesas.

Quadro 22 - Fontes de Recursos 2016 (Lei + Créditos)

Fonte de Recursos		Dotação Inicial	Créditos Aprovados	Lei+Créditos	Em R\$
0100	Recursos Ordinários	116.151.118,00	7.122.938,00	123.274.056,00	
0116	Rec.Outorga de Dir.de Uso de Rec.Hídricos - ANA	53.532.500,00	1.579.348,00	55.111.848,00	
0134	Compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos	161.460.607,00	64.100.421,00	225.561.028,00	
0148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	3.880.007,00	0,00	3.880.007,00	
0174	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	186.157,00	0,00	186.157,00	

0188	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	0,00	420.000,00	420.000,00
0316	Rec.Outorga de Dir.de Uso de Rec.Hídricos - ANA	0,00	539.096,00	539.096,00
0900	Recursos ordinários Condicionados	64.165.646,00	-64.165.646,00	0,00
1134	Compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos	9.953.387,00	3.540.768,00	13.494.155,00
1900	Recursos ordinários condicionados	4.014.639,00	-4.014.639,00	0,00
Total		413.344.061	9.122.286	422.466.347

Fonte: SIAFI/STN

Em meados de setembro, foi aprovada a EC nº 93, e por consequência da publicação da Portaria SOF nº 99, em 15/09/16, houve a alteração da fonte dessa dotação de 900 –Recursos Condicionados para 134 - Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos, sendo disponibilizados R\$ 68.128.403.

Quadro 23 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG : 443003		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	443003	193034	44205.18.544.2084.4926			5.204.110,17
		440005	44205.18.544.2084.20WI			4.496.030,84
		440031	44205.18.122.2124.2000			270.000,00
		440011	44205.18.544.2084.20WI			1.000.000,00
		195007	44205.18.544.2084.4926			484.165,00
		443032	44205.18.544.2084.20WI			7.000.000,00
Recebidos		UG	Classificação da ação	Despesas de Capital		

Origem da Movimentação	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	443003	443020	44205.18.544.2084.20WI	481.392,00		
Recebidos						

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 24 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG : 443003		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	443003	495001	44205.18.544.2084.2378			21.771.355,13
			44205.18.544.2084.2378			1.306.016,10
		153045	44205.18.544.2084.2378			260.000,00
		240005	44205.18.544.2084.20WI			10.754.665,33
		113601	44205.18.544.2084.20WI			1.040.580,75
		110407	44205.18.544.2084.20WI			339.792,41
		158133	44205.18.544.2084.20WI			575.170,00
		135100	44205.18.544.2084.20WI			161.861,16
		135016	44205.18.544.2084.20WI			61.740,32
		154003	44205.18.544.2084.20WI			2.860.000,00
		154019	44205.18.544.2084.4926			90.740,00
			44205.18.544.2084.20WI			55.000,00
		154040	44205.18.544.2084.20WI			33.703,78
		530023	44205.18.544.2084.4926			860.000,00
		113802	44205.18.544.2084.20WI			1.088.812,10
			44205.18.544.2084.4926			3.407.544,20
		203001	19.122.2106.2000			10.434,67
		240101	19.122.2106.2000			404.266,38
Recebidos	443003	203001	19.122.2106.2000			2.930.501,38
		364001	19.122.2106.2000			3.017,97
		240101	19.122.2106.2000			4.449.429,90
		110407	05.542.2058.20X4			361.762,38
		110407	05.122.2108.2000			883.750,45
		200109	06.122.2112.2000			759.616,96
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos		154003	44205.18.544.2084.20WI	830.000,00		
		135016		17.000,00		
Recebidos						

Fonte: SIAFI/STN

4.3.9 – Informações sobre a execução das despesas

Quadro 25 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas		Código UO: 44205		UGO: 443001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquida		Despesa paga		2015
	2016	2015	2016	2015	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	64.659.986,58	72.427.062,15	64.372.643,33	72.427.062,15	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência	10.980.738,70	8.649.382,37	10.693.395,45	8.649.382,37	
d) Pregão	53.679.247,88	63.777.679,78	53.679.247,88	63.777.679,78	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	15.955.123,87	18.286.284,82	15.955.123,87	19.418.171,46	
h) Dispensa	5.796.570,05	5.505.284,71	5.796.570,05	6.307.974,25	
i) Inexigibilidade	10.158.553,82	12.781.000,11	10.158.553,82	13.110.197,21	
3. Regime de Execução Especial	28.704,64	33.471,61	28.704,64	33.471,61	
j) Suprimento de Fundos	28.704,64	33.471,61	28.704,64	33.471,61	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	90.895.242,03	86.962.678,63	90.895.242,03	86.962.678,63	
k) Pagamento em Folha	89.727.502,20	85.522.219,60	89.727.502,20	85.522.219,60	
l) Diárias	1.167.739,83	1.440.459,03	1.167.739,83	1.440.459,03	
5. Outros	177.563.179,72	83.714.760,05	177.038.544,29	170.757.309,88	
6. Total (1+2+3+4+5)	349.102.236,84	261.424.257,26	348.290.258,16	349.598.693,73	

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 26 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas		Código UO: 44205		UGO: 443001/440106	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquida		Despesa paga		2015
	2016	2015	2016	2015	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	56.858.854,62	66.342.846,46	56.571.511,37	66.342.846,46	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência	10.980.738,70	9.224.068,86	10.693.395,45	9.224.068,86	
d) Pregão	45.878.115,92	57.118.777,60	45.878.115,92	57.118.777,60	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	14.368.176,79	18.286.284,82	14.368.176,79	18.286.284,82	

h) Dispensa	4.773.912,92	5.505.284,71	4.773.912,92	5.505.284,71
i) Inexigibilidade	9.594.263,87	12.781.000,11	9.594.263,87	12.781.000,11
3. Regime de Execução Especial	28.704,64	33.471,61	28.704,64	33.471,61
j) Suprimento de Fundos	28.704,64	33.471,61	28.704,64	33.471,61
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	90.895.242,03	86.962.678,63	90.895.242,03	86.962.678,63
k) Pagamento em Folha	89.727.502,20	85.522.219,60	89.727.502,20	85.522.219,60
l) Diárias	1.167.739,83	1.440.459,03	1.167.739,83	1.440.459,03
5. Outros	177.563.179,72	87.080.560,19	177.038.544,29	87.080.560,19
6. Total (1+2+3+4+5)	339.714.157,80	258.705.841,71	338.902.179,12	258.705.841,71

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 27 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas				Código UO: 44205		UGO: 443003		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	89.727.502,20	85.572.219,60	89.727.502,20	85.522.219,60	0,00	50.000,00	89.727.502,20	85.522.219,60
01 - Aposentados RPPS, Reser. Remuner. e Reform. Militar	720.285,40	662.645,10	720.285,40	662.645,10			720.285,40	662.645,10
03 - Pensões do RPPS e Militar	360.903,81	176.515,17	360.903,81	176.515,17			360.903,81	176.515,17
07- Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	28.449,40	24.054,25	28.449,40	24.054,25			28.449,40	24.054,25
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	73.262.889,10	70.250.396,07	73.262.889,10	70.250.396,07			73.262.889,10	70.250.396,07
13 - Obrigações Patronais	14.632.655,80	14.067.389,00	14.632.655,80	14.067.389,00			14.632.655,80	14.067.389,00
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	195.525,66	125.281,16	195.525,66	125.281,16			195.525,66	125.281,16
91 - sentenças Judiciais	3.724,43	6.843,11	3.724,43	6.843,11			3.724,43	6.843,11
92 - Despesas de Exerc. Anteriores	308.800,11		308.800,11				308.800,11	
96 - Ressarcimento Despesas - Pessoal Requisitado	214.268,49	259.095,74	214.268,49	209.095,74		50.000,00	214.268,49	209.095,74
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 - Juros sobre à Dívida por Contrato LC 141/12								
3. Outras Despesas Correntes	225.473.203,44	229.213.180,64	167.232.673,87	168.487.555,65	59.053.148,25	60.725.624,99	166.420.695,19	168.487.555,65
08 - Outros Benefícios Assistenciais	358.254,11	133.631,64	358.254,11	133.631,64			358.254,11	133.631,64

14 - Diárias - Pessoal Civil	1.102.784,09	1.428.299,52	1.102.784,09	1.428.299,52			1.102.784,09	1.428.299,52
15 - Diárias - Pessoal Militar	4.151,29	12.159,51	4.151,29	12.159,51			4.151,29	12.159,51
30 - Material de Consumo	954.688,79	2.910.678,15	157.582,59	1.051.001,34	797.106,20	1.859.676,81	157.582,59	1.051.001,34
32 - Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	250.000,00	7.185,00	169.677,64	7.185,00	80.322,36		169.677,64	7.185,00
33 -Passagens e Despesas com Locomoção	4.315.737,46	5.183.430,76	3.702.662,46	4.668.866,34	613.715,00	514.564,42	3.702.662,46	4.668.866,34
35 - Serviços de Consultoria	16.034.134,18	15.368.259,18	12.044.045,99	11.431.915,89	4.802.066,87	3.936.343,29	11.232.067,31	11.431.915,89
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	280.787,66	332.773,14	280.787,66	332.773,14			280.787,66	332.773,14
37 -Locação de Mão-de-Obra	25.553.442,45	25.894.402,44	24.682.053,07	23.798.930,22	871.389,38	2.095.472,22	24.682.053,07	23.798.930,22
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	78.366.430,44	82.435.649,68	40.528.051,17	50.028.952,93	37.838.379,27	32.406.696,75	40.528.051,17	50.028.952,93
41 - Contribuições Fundo a Fundo	94.281.155,52	91.514.686,38	80.230.986,35	71.601.814,88	14.050.169,17	19.912.871,50	80.230.986,35	71.601.814,88
46 - Auxílio- Alimentação	1.842.402,58	1.482.725,81	1.842.402,58	1.482.725,81			1.842.402,58	1.482.725,81
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	75.645,81	15.611,80	75.645,81	15.611,80			75.645,81	15.611,80
49 - Auxílio-Transporte	87,87	937,63	87,87	937,63			87,87	937,63
92 - Despesas de Exerc. Anteriores	815.655,73	978.766,52	815.655,73	978.766,52			815.655,73	978.766,52
93 -Indenizações e Restituições	1.237.845,46	1.513.983,48	1.237.845,46	1.513.983,48			1.237.845,46	1.513.983,48
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidação		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015

	28.125.016,94	30.620.001,01	1.246.818,74	3.734.689,46	25.417.860,33	21.993.761,16	1.246.818,74	8.626.239,85
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.718.607,45	1.185.753,00	258.269,58	97.388,00		1.088.365,00	258.269,58	97.388,00
41 - Contribuições Fundo a Fundo		39.000,00				39.000,00		
51 -Obras e Instalações	3.848.151,00	8.000.000,00		2.041.163,59	3.848.151,00	5.958.836,41		2.041.163,59
52 - Equipamentos e Material Permanente	22.558.258,49	21.259.448,01	988.549,16	1.460.337,87	21.569.709,33	14.907.559,75	988.549,16	6.351.888,26
92 - Despesas de Exerc. Anteriores		135.800,00		135.800,00				135.800,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 28 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas				Código UO: 44205		UGO: 443003		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	89.727.502,20	85.572.219,60	89.727.502,20	85.522.219,60	0,00	50.000,00	89.727.502,20	85.522.219,60
01 - Aposentados RPPS, Reser. Remuner. e Reform. Militar	720.285,40	662.645,10	720.285,40	662.645,10			720.285,40	662.645,10
03 - Pensões do RPPS e Militar	360.903,81	176.515,17	360.903,81	176.515,17			360.903,81	176.515,17
07- Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	28.449,40	24.054,25	28.449,40	24.054,25			28.449,40	24.054,25
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	73.262.889,10	70.250.396,07	73.262.889,10	70.250.396,07			73.262.889,10	70.250.396,07
13 - Obrigações Patronais	14.632.655,80	14.067.389,00	14.632.655,80	14.067.389,00			14.632.655,80	14.067.389,00
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	195.525,66	125.281,16	195.525,66	125.281,16			195.525,66	125.281,16

91 - Sentenças Judiciais	3.724,43	6.843,11	3.724,43	6.843,11			3.724,43	6.843,11
92 - Despesas de Exerc. Anteriores	308.800,11		308.800,11				308.800,11	
96 - Ressarcimento Despesas - Pessoal Requisitado	214.268,49	259.095,74	214.268,49	209.095,74		50.000,00	214.268,49	209.095,74
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	95.472,85	0,00	95.472,85			0,00	95.472,85
21 - Juros sobre à Dívida por Contrato LC 141/12		95.472,85		95.472,85				95.472,85
3. Outras Despesas Correntes	216.085.124,40	229.213.180,64	157.844.594,83	168.487.555,65	58.077.792,91	60.725.624,99	158.007.971,49	168.487.555,65
08 - Outros Benefícios Assistenciais	358.254,11	133.631,64	358.254,11	133.631,64			358.254,11	133.631,64
14 - Diárias - Pessoal Civil	1.102.784,09	1.428.299,52	1.102.784,09	1.428.299,52			1.102.784,09	1.428.299,52
15 - Diárias - Pessoal Militar	4.151,29	12.159,51	4.151,29	12.159,51			4.151,29	12.159,51
30 - Material de Consumo	954.688,79	2.910.678,15	157.582,59	1.051.001,34	797.106,20	1.859.676,81	157.582,59	1.051.001,34
32 - Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	250.000,00	7.185,00	169.677,64	7.185,00	80.322,36		169.677,64	7.185,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	4.315.737,46	5.183.430,76	3.702.662,46	4.668.866,34	613.715,00	514.564,42	3.702.662,46	4.668.866,34
35 - Serviços de Consultoria	16.034.134,18	15.368.259,18	12.044.045,99	11.431.915,89	4.802.066,87	3.936.343,29	11.232.067,31	11.431.915,89
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	280.787,66	332.773,14	280.787,66	332.773,14			280.787,66	332.773,14
37 - Locação de Mão-de-Obra	18.660.991,36	25.894.402,44	17.789.601,98	23.798.930,22	491.651,57	2.095.472,22	18.169.339,79	23.798.930,22
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	75.940.970,19	82.435.649,68	38.102.590,92	50.028.952,93	37.242.761,74	32.406.696,75	38.698.208,45	50.028.952,93
41 - Contribuições Fundo a Fundo	94.281.155,52	91.514.686,38	80.230.986,35	71.601.814,88	14.050.169,17	19.912.871,50	80.230.986,35	71.601.814,88
46 - Auxílio-Alimentação	1.842.402,58	1.482.725,81	1.842.402,58	1.482.725,81			1.842.402,58	1.482.725,81
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	75.645,81	15.611,80	75.645,81	15.611,80			75.645,81	15.611,80
49 - Auxílio-Transporte	87,87	937,63	87,87	937,63			87,87	937,63

92 - Despesas de Exerc. Anteriores	745.488,03	978.766,52	745.488,03	978.766,52			745.488,03	978.766,52
93 -Indenizações e Restituições	1.237.845,46	1.513.983,48	1.237.845,46	1.513.983,48			1.237.845,46	1.513.983,48
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	28.125.016,94	30.620.001,01	1.246.818,74	3.734.689,46	25.417.860,33	21.993.761,16	1.246.818,74	8.626.239,85
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.718.607,45	1.185.753,00	258.269,58	97.388,00		1.088.365,00	258.269,58	97.388,00
41 - Contribuições Fundo a Fundo		39.000,00				39.000,00		
51 -Obras e Instalações	3.848.151,00	8.000.000,00		2.041.163,59	3.848.151,00	5.958.836,41		2.041.163,59
52 - Equipamentos e Material Permanente	22.558.258,49	21.259.448,01	988.549,16	1.460.337,87	21.569.709,33	14.907.559,75	988.549,16	6.351.888,26
92 - Despesas de Exerc. Anteriores		135.800,00		135.800,00				135.800,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 29 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	7.801.131,96	7.462.648,07	7.314.086,60	6.599.900,20
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	7.801.131,96	6.741.724,21	7.314.086,60	6.187.943,71
e) Concurso		720.923,86		411.956,49
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	1.586.947,08	1.791.388,86	1.098.637,10	1.602.845,11
h) Dispensa	1.022.657,13	914.257,03	745.162,95	802.689,54
i) Inexigibilidade	564.289,95	877.131,83	353.474,15	800.155,57
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros	0,00	549.275,32	0,00	549.275,32
6. Total (1+2+3+4+5)	9.388.079,04	9.803.312,25	8.412.723,70	8.752.020,63

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 30 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES							
	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	9.388.079,04	10.455.576,70	9.388.079,04	10.455.576,70	975.355,34	1.566.237,23	8.412.723,70	8.889.339,47
35 - Serviços de Consultoria		1.922.463,63		1.922.463,63		823.912,98		1.098.550,65
37 -Locação de Mão-de-Obra	6.892.451,09	6.003.020,18	6.892.451,09	6.003.020,18	379.737,81	529.476,87	6.512.713,28	5.473.543,31
39 - Outros Serv. de Terceiros - PJ	2.425.460,25	2.212.221,96	2.425.460,25	2.212.221,96	595.617,53	212.847,38	1.829.842,72	1.999.374,58

92 - Despesa de Exercícios Anteriores	70.167,70	317.870,93	70.167,70	317.870,93			0,00	70.167,70	317.870,93
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
4. Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: SIAFI/STN

Despesas com Publicidade

Quadro 31 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	18.122.2124.2000.0000	329.501,26	289.145,37
Utilidade pública			

QUADRO 32 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO REFERÊNCIA

Nome: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS											
CNPJ: 04204444/0001-08					UG/GESTÃO: 443003/44205						
Informações sobre as Transferências											
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário		Processo	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
					Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício			
									Início	Fim	
3	685663	495001/CPRM	00091652001401	1945/2015-18	21.962.896,00	27.354.092,00	21.720.255,13	21.720.255,13	1-jan-16	31-dez-16	1
3	674566	153045/UFC-CE	07272636000131	349/2013-59	2.170.000,00	0,00	260.000,00	2.130.000,00	16-mai-13	16-nov-16	2
3	677480	240005/MRE	00394536000562	2754/2013-10	10.751.190,17	0,00	3.500.000,00	10.751.190,17	20-dez-13	31-dez-17	1
3	676896	158133/IFCE	10744098000145	307/2013-18	2.696.299,22	0,00	575.170,00	2.101.266,79	11-nov-13	31-dez-20	1
3	683447	135100/CONAB	26461699000180	368/2015-47	316.410,00	0,00	161.861,16	228.431,77	24-abr-15	24-out-17	1
3	683868	135016/EMBRAPA	00348003002911	504/2015-07	216.100,00	0,00	54.460,87	113.013,08	15-jun-15	15-jun-17	1
3	685326	154003/CAPES	00889834000108	1934/2015-38	2.840.000,00	0,00	1.440.000,00	2.840.000,00	4-dez-15	30-out-20	1
3	684710	193034/IBAMA	03659166003551	1017/2015-53	1.977.336,90	0,00	659.112,30	1.977.336,90	30-out-15	31-dez-17	1
3	685175	154003/CAPES	00889834000108	1698/2015-50	6.558.874,31	0,00	2.000.000,00	6.558.874,31	24-nov-15	31-dez-19	1
3	685260	440078/DRBH-MMA	37115375000379	1824/2015-76	2.000.000,00	0,00	1.000.000,00	1.250.000,00	3-dez-15	30-jun-17	1
3	685279	440005/SRHU-MMA	37115375000379	1823/2015-21	2.580.000,00	0,00	1.000.000,00	1.250.000,00	30-nov-15	31-dez-17	1
3	686053	113802/DNOCS	70007080000001	1905/2015-76	1.032.464,10	0,00	1.032.464,10	1.032.464,10	23-mar-16	23-mar-17	1
3	686584	240005/MRE	00394536000562	1469/2015-35	274.706,82	294.657,60	274.706,82	274.706,82	31-mai-16	31-mai-18	1

3	686605	113601/IPEA	33892175000100	515/2016-60	463.160,00	0,00	462.613,55	462.613,55	12-mai-16	28-fev-17	1
3	686798	110407/M.DEFESA	03532535000100	1028/2016-14	339.792,41	0,00	339.792,41	339.792,41	16-jun-16	30-jun-16	2
3	686954	495001/CPRM	00091652001401	1008/2016-43	2.258.893,00	0,00	1.357.116,10	1.357.116,10	8-jul-16	31-dez-17	1
3	687235	154019/CDT-FUB	00038174001387	1389/2016-61	153.340,00	0,00	145.740,00	145.740,00	8-ago-16	8-ago-17	1
3	687284	440031/SMCQ-MMA	37115375000530	1631/2016-04	270.000,00	0,00	270.000,00	270.000,00	31-ago-16	31-dez-16	1
3	687415	113802-DNOCS	70007080000001	1789/2016-76	56.348,00	0,00	56.348,00	56.348,00	23-set-16	31-dez-16	1
3	687531	440111/SHRU-INTERÁGUAS	37115375000379	936/2016-91	1.000.000,00	1.500.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	10-out-16	31-dez-17	1
3	687806	135016/EMBRAPA	00348003002911	1864/2016-07	202.806,00	0,00	24.279,45	24.279,45	25-out-16	25-out-18	1
3	687632	193034/IBAMA	03659166003551	1924/2016-83	5.217.014,10	0,00	4.544.997,87	4.544.997,87	25-out-16	31-dez-16	1
3	687693	443032/ICMBIO-MMA	08829974000194	1911/2016-12	7.000.000,00	0,00	5.400.000,00	5.400.000,00	31-out-16	31-out-17	1
3	687903	113802/DNOCS	70007080000001	1961/2016-91	3.407.544,20	0,00	3.407.544,20	3.407.544,20	9-nov-16	9-nov-17	1
3	688454	154003/CAPES	00889834000108	1942/2016-65	11.806.000,00	0,00	250.000,00	250.000,00	23-nov-16	31-dez-21	1
3	688301	195007/CODEVASF	00399857000126	2009/2016-13	667.561,67	0,00	484.165,00	484.165,00	23-nov-16	30-nov-17	1
3	688364	240005/MRE	00394536000562	2134/2016-16	2.122.967,59	0,00	2.122.967,59	2.122.967,59	1-dez-16	29-dez-18	1
3	688366	240005/MRE	00394536000562	2135/2016-60	808.991,92	0,00	808.991,92	808.991,92	1-dez-16	29-dez-18	1
3	688505	240005/MRE	00394536000562	2163/2016-87	6.196.050,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	16-dez-16	31-dez-20	1
3	688476	530023/SDR-MI	03353358000196	2238/2016-20	860.000,00	0,00	860.000,00	860.000,00	13-dez-16	13-dez-17	1
3	688610	440078/DRBH-MMA	37115375000379	2215/2016-15	2.199.039,08	7.468.071,71	481.392,00	481.392,00	19-dez-16	31-dez-17	1

3	688610	440078/DRBH-MMA	37115375000379	2219/2016-01	2.496.030,84	0,00	2.496.030,84	2.496.030,84	19-dez-16	31-dez-17	1
3	688518	240005/MRE	00394536000562	2257/2016-56	1.047.999,00	663.000,00	1.047.999,00	1.047.999,00	19-dez-16	31-dez-18	1
3	688545	113601/IPEA	33892175000100	1973/2016-16	647.583,20	0,00	577.967,10	577.967,10	21-dez-16	31-mar-18	1

QUADRO 33 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO REFERÊNCIA

 Posição em
31/12/2016

Unidade Concedente ou Contratante											
Nome: Agência Nacional de Águas											
CNPJ nº	04.204.444/0002-80 - Gestão de Recursos Hídricos - ANA/CAIXA					UG/Gestão: 442002 / 44205					
Modalidad e	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores pactuados		Valores repassados		Vigênci a		Situacã o	Início	Fim
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício					
2	839764/2016	Município de Delfim Moreira	R\$ 650.854,00	R\$ 10.000,00	R\$ 640.854,00	640.854,00	22/12/16	30/12/21	1	30/12/21	1
2	839766/2016	Município de Itanhandu	R\$ 665.393,65	R\$ 6.588,05	R\$ 658.805,60	658.805,60	28/12/16	31/12/19	1	31/12/19	1
2	839765/2016	Paraíba do Sul Prefeitura	R\$ 700.000,00	R\$ 700,00	R\$ 699.300,00	699.300,00	01/12/16	01/12/19	1	01/12/19	1
2	824008/2015	Secretaria das Cidades	R\$ 2.480.953,37	R\$ 24.809,53	R\$ 0,00	R\$ 2.456.143,84	30/12/15	19/12/18	1	30/12/15	19/12/18
2	823616/2015	Paraíba do Sul Prefeitura	R\$ 699.811,61	R\$ 699,81	R\$ 0,00	R\$ 699.111,80	01/12/15	31/12/17	1	01/12/15	31/12/17
2	821899/2015	Município de Vera Crus	R\$ 667.425,00	R\$ 13.348,50	R\$ 0,00	R\$ 654.076,50	03/12/15	03/12/17	1	03/12/15	03/12/17
2	821698/2015	Município de Bauru	R\$ 800.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 700.000,00	23/12/15	20/03/19	1	23/12/15	20/03/19
2	821697/2015	Município de Carmo do Cajuru	R\$ 695.000,00	R\$ 6.950,00	R\$ 0,00	R\$ 688.050,00	03/12/15	30/04/18	1	03/12/15	30/04/18
2	821696/2015	Município de Tangará da Serra	R\$ 757.281,90	R\$ 68.842,90	R\$ 0,00	R\$ 688.429,00	22/12/15	22/12/18	1	22/12/15	22/12/18

2	821695/2015	Prefeitura Municipal de Pimenta	R\$ 689.154,50	R\$ 688,50	R\$ 0,00	R\$ 688.466,00	16/12/15	30/04/18	1
2	818169/2015	Ibirapitanga Prefeitura	R\$ 422.817,28	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 412.817,28	26/11/15	31/08/18	1
2	818168/2015	Município de Luz	R\$ 729.163,75	R\$ 29.166,55	R\$ 0,00	R\$ 699.997,20	20/11/15	30/03/18	1
2	818167/2015	Sete Lagoas Prefeitura	R\$ 735.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 0,00	R\$ 700.000,00	15/12/15	30/10/18	1
2	817228/2015	Município de Uberaba	R\$ 309.055,10	R\$ 24.724,41	R\$ 0,00	R\$ 284.330,69	16/10/15	16/10/17	1
2	814582/2014	Mauriti Prefeitura	R\$ 1.499.075,00	R\$ 14.990,75	R\$ 0,00	R\$ 1.484.084,25	30/12/14	30/12/17	1
2	814581/2014	Município de Serra Branca	R\$ 1.400.469,05	R\$ 7.002,35	R\$ 0,00	R\$ 1.393.466,70	29/05/15	31/12/17	1
2	814580/2014	Município de Picui	R\$ 2.157.226,19	R\$ 10.786,13	R\$ 2.146.440,06	R\$ 2.146.440,06	14/09/15	31/12/17	1
2	814579/2014	Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Viçosa)	R\$ 788.604,20	R\$ 88.604,20	R\$ 0,00	R\$ 700.000,00	31/12/14	30/11/19	1
2	814578/2014	Município de Alta Floresta	R\$ 530.750,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 527.750,00	30/12/14	18/12/17	1
2	814577/2014	Município de Jaguariuna	R\$ 751.306,21	R\$ 51.306,21	R\$ 0,00	R\$ 396.000,00	29/12/14	23/12/16	1
2	814576/2014	Doresópolis Prefeitura	R\$ 709.314,41	R\$ 9.574,00	R\$ 699.740,41	R\$ 699.740,41	10/12/14	09/12/17	1
2	814575/2014	Município de Iguaрапé	R\$ 721.642,00	R\$ 22.002,00	R\$ 0,00	R\$ 699.740,00	30/12/14	30/12/17	1
2	814574/2014	Muncípio de Bom Despacho	R\$ 624.995,16	R\$ 13.747,03	R\$ 0,00	R\$ 611.248,13	23/12/14	23/12/17	1
2	814537/2014	Município de Salesópolis	R\$ 466.966,96	R\$ 466,96	R\$ 0,00	R\$ 466.500,00	23/12/14	09/12/17	1
2	814350/2014	Canindé do São Francisco Prefeitura	R\$ 706.933,96	R\$ 7.070,71	R\$ 0,00	R\$ 699.863,25	10/12/14	09/12/17	1
2	794160/2013	Companhia de Água e Esgoto do Ceará CAGECE	R\$ 3.221.031,96	R\$ 1.194.886,94	R\$ 0,00	R\$ 2.026.145,02	20/12/13	28/02/17	1

2	789213/2013	Município de Nazaré Paulista	R\$ 447.168,25	R\$ 51.168,25	R\$ 0,00	R\$ 396.000,00	27/12/13	27/12/16	1
2	789210/2013	Município de Joanópolis	R\$ 440.000,00	R\$ 44.000,00	R\$ 0,00	R\$ 396.000,00	27/12/13	27/12/16	1
2	789206/2013	Consórcio Intermunicipal da APA do Pratigi	R\$ 610.000,00	R\$ 12.200,00	R\$ 0,00	R\$ 597.800,00	21/05/14	31/08/17	1
2	788106/2013	Prefeitura municipal de Camburiú	R\$ 760.000,00	R\$ 76.000,00	R\$ 0,00	R\$ 684.000,00	02/12/13	30/10/16	1
2	787667/2013	Município de Rio Claro	R\$ 465.000,00	R\$ 18.600,00	R\$ 0,00	R\$ 446.400,00	19/12/13	19/09/16	1
2	780540/2012	Município de Rio Verde	R\$ 1.354.961,00	R\$ 135.496,00	R\$ 0,00	R\$ 1.219.465,00	24/12/12	30/06/16	1
2	780539/2012	Catarina Prefeitura	R\$ 521.680,88	R\$ 10.433,62	R\$ 0,00	R\$ 511.247,26	22/05/13	30/12/16	1
2	780538/2012	Secretaria do Meio Ambiente e Des. Sustentável	R\$ 799.941,00	R\$ 79.994,10	R\$ 0,00	R\$ 719.946,90	28/12/12	30/11/16	1
2	780537/2012	Prefeitura Municipal de Iracema	R\$ 463.081,43	R\$ 9.261,63	R\$ 0,00	R\$ 453.819,80	28/12/12	30/12/15	1
2	780534/2012	Município de Gramado	R\$ 1.040.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	31/12/12	30/10/16	1
2	780533/2012	Município de Jaguariaba - Prefeitura Municipal	R\$ 476.360,00	R\$ 9.527,20	R\$ 0,00	R\$ 466.832,80	24/06/14	10/12/17	1
2	780532/2012	Prefeitura Municipal de Tapejara	R\$ 816.200,00	R\$ 16.700,00	R\$ 0,00	R\$ 799.500,00	27/12/12	31/07/16	1
2	766290/2011	Patrocínio Departamento de Água e Esgotos	R\$ 608.876,74	R\$ 60.887,67	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	30/12/11	30/09/14	1
2	764949/2011	Município de Uberlândia	R\$ 449.872,10	R\$ 44.987,21	R\$ 0,00	R\$ 404.884,89	30/12/11	30/04/15	1
2	764825/2011	Município de Guaratinguetá	R\$ 648.000,00	R\$ 105.000,00	R\$ 0,00	R\$ 543.000,00	31/12/11	30/12/15	1
2	762662/2011	Votuporanga Prefeitura	R\$ 476.715,20	R\$ 48.715,20	R\$ 0,00	R\$ 428.000,00	30/12/11	20/04/18	1
2	762246/2011	Município de Campo Grande	R\$ 1.150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	30/12/11	30/04/16	1
2	730624/2009	Município de Campo Grande	R\$ 888.000,00	R\$ 88.000,00	R\$ 0,00		31/12/09	30/03/16	1

2	814351/2014	Mirassol D'Oeste/MT	R\$ 707.000,00	R\$ 7.070,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20/10/14	20/11/19	1
---	-------------	---------------------	----------------	--------------	----------	----------	----------	----------	---

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Quadro 34 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Agência Nacional de Águas					
CNPJ:	04.204.444/0001-08					
UG/GESTÃO:	443001/44205					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	5	4	1	13.434.667,12	1.963.733,65	4.340.160,84
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	5	4	1	13.434.667,12	1.963.733,65	4.340.160,84

Quadro 35 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Agência Nacional de Águas					
CNPJ:	04.204.444/0001-08					
UG/GESTÃO:	443003/44205					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	23	25	1	62.815.975,41	58.355.708,23	1.639.335,38
Termo de Compromisso						
Totais	23	25	1	62.815.975,41	58.355.708,23	1.639.335,38

Quadro 36 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Agência Nacional de Águas					
CNPJ:	04.204.444/0001-08					
UG/GESTÃO:	443002/44205					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						
Contrato de Repasse	5	11	12	4.845.140,07	8.671.422,31	10.524.762,80
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	5	11	12	4.845.140,07	8.671.422,31	10.524.762,80

Fonte: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Quadro 37 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.				
Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS				
CNPJ:04.204.444/0002-80		UG/GESTÃO: 443001/44205		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos
			Convênios	Contratos de Repasse
2016	QUANTIDADE DE CONTAS PRESTADAS			-
	COM PRAZO DE ANÁLISE AINDA NÃO VENCIDO	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA	-
			QUANTIDADE REPROVADA	-
			QUANTIDADE DE TCE	-
			MONTANTE REPASSADO (R\$)	-
	COM PRAZO DE ANÁLISE VENCIDO	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA	-
			QUANTIDADE REPROVADA	-
			QUANTIDADE DE TCE	-
			MONTANTE REPASSADO (R\$)	-
	2015	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA	-
QUANTIDADE REPROVADA			-	
QUANTIDADE DE TCE			-	
MONTANTE REPASSADO (R\$)			-	
CONTAS NÃO ANALISADAS		QUANTIDADE	3	
		MONTANTE REPASSADO (R\$)	R\$ 1.468.807,23	
2014	QUANTIDADE DE CONTAS PRESTADAS			2
	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA	2	
		QUANTIDADE REPROVADA	-	
		QUANTIDADE DE TCE	-	
		MONTANTE REPASSADO (R\$)	R\$ 1.000.000,00	
		CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE	-
	MONTANTE REPASSADO (R\$)		-	
EXERCÍCIO ANTERIOR A 2014	CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE	-	
MONTANTE REPASSADO (R\$)	-			

Quadro 38 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.				
Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS				
CNPJ:04.204.444/0002-80		UG/GESTÃO: 443002/44205		

Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos
			Convênios	Contratos de Repassagem
2016	QUANTIDADE DE CONTAS PRESTADAS			
	COM PRAZO DE ANÁLISE AINDA NÃO VENCIDO	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA	0
			QUANTIDADE REPROVADA	0
			QUANTIDADE DE TCE	0
		CONTAS NÃO ANALISADAS	MONTANTE REPASSADO (R\$)	R\$ 0,00
			QUANTIDADE	2
	COM PRAZO DE ANÁLISE VENCIDO	CONTAS ANALISADAS	MONTANTE REPASSADO (R\$)	R\$ 1.124.957,00
			QUANTIDADE APROVADA	0
			QUANTIDADE REPROVADA	0
			QUANTIDADE DE TCE	0
		CONTAS NÃO ANALISADAS	MONTANTE REPASSADO (R\$)	R\$ 0,00
			QUANTIDADE	0
2015	QUANTIDADE DE CONTAS PRESTADAS			
	CONTAS ANALISADAS	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA	0
			QUANTIDADE REPROVADA	0
			QUANTIDADE DE TCE	0
		CONTAS NÃO ANALISADAS	MONTANTE REPASSADO (R\$)	R\$ 0,00
			QUANTIDADE	0
			MONTANTE REPASSADO (R\$)	R\$ 0,00
2014	QUANTIDADE DE CONTAS PRESTADAS			
	CONTAS ANALISADAS	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA	4
			QUANTIDADE REPROVADA	0
			QUANTIDADE DE TCE	0
		CONTAS NÃO ANALISADAS	MONTANTE REPASSADO (R\$)	R\$ 22.561.929,07
			QUANTIDADE	0
			MONTANTE REPASSADO (R\$)	R\$ 0,00
EXERCÍCIO ANTERIOR RA 2014	CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE		0
		MONTANTE REPASSADO (R\$)		R\$ 0,00

Fonte: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Suprimento de Fundos

Quadro 39 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	443001	COGEF/SAF/ANA	-	-	14	R\$ 28.704,64	R\$ 7.000,00
2015	443001	COGEF/SAF/ANA	-	-	13	R\$ 33.471,61	R\$ 4.000,00
2014	443001	COGEF/SAF/ANA	-	-	13	R\$ 30.156,95	R\$ 4.000,00

Fonte: SIAFI. Tesouro Gerencial

Quadro 40 – utilização de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal				Total (a + b)
					Saque		Fatura		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Fatura (b)		
2016	443001	COGEF/SAF/ANA	-	-	-	-	R\$ 28.704,64	R\$ 28.704,64	
2015	443001	COGEF/SAF/ANA	-	-	-	-	R\$ 33.471,61	R\$ 33.471,61	

Fonte: SIAFI

Quadro 41 – classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto do Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem de Despesa	Total
443001	COGEF/SAF/ANA	339030	01	R\$ 11.711,99
			16	R\$ 219,32
			17	R\$ 3.215,30
			18	R\$ 45,00
			19	R\$ 256,00
			22	R\$ 618,16
			23	R\$ 199,10
			24	R\$ 1.212,07
			25	R\$ 1.137,50
			26	R\$ 2.794,71
			28	R\$ 208,86
			29	R\$ 939,00
			36	R\$ 584,16
			39	R\$ 405,00
		339039	44	R\$ 855,00
			50	R\$ 1.210,00
			16	R\$ 16,00
			19	R\$ 519,90
			63	R\$ 1.100,00
			78	R\$ 487,07
		449052	12	R\$ 69,80

			35	R\$ 160,00
			42	R\$ 740,70
Total			R\$ 28.704,64	

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Após a elaboração dos Quadros 39 a 41, verificamos que as despesas com suprimento de fundos realizadas pela Agência Nacional de Águas, no exercício de 2016, foram efetuadas exclusivamente por meio do Cartão de Pagamento do governo Federal – CPGF, no valor total de R\$ 28.704,64 (vinte e oito mil, setecentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

Declara-se que as prestações de contas foram apresentadas pelos supridos tempestivamente no exercício 2016.

Nas concessões e nas prestações de contas de suprimento fundos são formalizados processos, e suas análises observam o Decreto nº 93.972/1986 e a Circular nº 014/2008/SAF da Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas/ANA, bem como demais normativos aplicáveis a matéria.

Justificativas foram apresentadas no que diz respeito às compras de materiais permanentes, uma vez que estas foram realizadas mediante excepcionalidades aprovadas pelo Ordenador de Despesa desta Agência.

Por fim, convém registrar que não houve extração de limites quanto a subitem de despesa por suprido, conforme orienta o Manual SIAFI, Macrofunção 021121, item 3.1.2

Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Índices e Indicadores de Desempenho com base nas Execuções Física e Financeira dos Planos e Ações Orçamentárias

Além dos indicadores em construção, a ANA adotou uma forma de aferir a gestão dos gastos associados à eficácia, à eficiência e à economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos, físicos e financeiros, alcançados por meio das execuções das rubricas orçamentárias e fórmulas demonstradas a seguir.

É apresentado ao final desta sessão, quadro demonstrativo da evolução dos Índices e Indicadores de Desempenho da ANA, relativos aos três últimos exercícios, dando cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas da União constante do Acórdão nº 2070/2010 – 1ª Câmara.

Fórmulas de Cálculo dos Índices e Indicadores de Desempenho

Cálculo dos índices “**IEEF e IEG**” e indicador “**IEI**” apurados conforme detalhamento constante dos quadros integrantes dos itens seguintes:

- Índice de Eficácia da Execução Física - **IEEF**: permite apurar o desempenho da execução física. É determinado a partir da relação entre o quantitativo de meta física executada e programada, expressa em pontos percentuais.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEEF} = \text{MFE} / \text{MFP}$$

onde MFE é a meta física executada no exercício e MFP é a meta física prevista.

- Índice de Eficácia do Gasto - **IEG**: permite mensurar o resultado da execução orçamentária da rubrica, tomando-se como referência o valor empenhado no exercício, em relação ao valor previsto, expresso em percentagem.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEG} = \text{VE} / \text{VP}$$

onde o VE é o valor executado (empenhado) e o VP é o valor previsto.

- Indicador de Eficiência Individual – **IEI**: resulta da relação entre os valores do IEEF e do IEG de cada rubrica orçamentária e permite avaliar a produtividade individual de cada rubrica, onde “1” representa o equilíbrio entre as execuções física e financeira e superiores ou inferiores significariam uma maior ou menor eficiência da aplicação dos recursos orçamentários.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEI} = \text{IEEF} / \text{IEG}$$

Tomando por base o conjunto dos **IEIs** apurados para cada rubrica orçamentária, na forma acima descrita, segue o **IEA**, que propicia a avaliação do grau de economicidade da boa aplicação dos recursos públicos.

- Indicador de Eficiência Agrupado – **IEA**: permite avaliar a produtividade de um conjunto de rubricas orçamentárias (por ação, por unidade administrativa, ou mesmo do Órgão), onde “1” representa o equilíbrio entre as execuções física e financeira do conjunto de rubricas analisado e superiores ou inferiores

significariam uma maior ou menor eficiência da aplicação dos recursos orçamentários e do alcance das metas.

Fórmula de cálculo:

$$IEA = \sum IEI / n$$

onde $\sum IEI$ é o Somatório dos IEIs (Indicador de Eficiência Individual), apurados conforme quadros demonstrativos da “Execução Física e Orçamentária” das respectivas rubricas e “n” é o número de rubricas consideradas.

1.1.1.1 - Identificação dos Planos Orçamentários – POs / Ações e Cálculo dos Índices e Indicadores de Desempenho

1.1.1.1.1 - Planos Orçamentários – POs da Ação Orçamentária 20WI – Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de responsabilidade da ANA

Quadro 42 – PO 0001 - Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH

FINALIDADE		Organizar, desenvolver, implementar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Subsistema Implementado	4	4	100	30.275.420	30.232.060	99,85	1,00

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 43 – PO 0002 – Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais

FINALIDADE		Promover condições técnicas, legais e de geração de conhecimento hidrogeológico para implementar a gestão integrada das águas subterrâneas e superficiais, com vistas a obter condições de sustentabilidade ambiental, social e econômica para o uso desses recursos hídricos.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG% (g) = f/e	
Unidade/Estudo Elaborado	4	4	100	2.226.349	1.879.606	84,42	1,18

Quadro 44 – PO 0003 – Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas

FINALIDADE	Contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, visando a aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços; aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos; e melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água, reduzindo deseconomias causadas por deficiências na articulação e coordenação intersetoriais.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI $(h) = d/g$
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Projeto Implantado	16	6	37,5	17.774.162	10.381.378	58,41	0,64

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 45 – PO 0004 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos

INALIDADE	Elaborar Planos de Recursos Hídricos, incluindo propostas de enquadramento de corpos d'água, como instrumento para fundamentar e orientar a gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas, bem como estudos e diagnósticos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros da União em obras e serviços de regularização de cursos de água, de alocação e distribuição de água, e de controle da poluição hídrica.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI $(h) = d/g$
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Plano Elaborado	5	5	100	20.054.005	19.725.713	98,36	1,02

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 46 – PO 0006 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos

FINALIDADE	Promover a capacitação de recursos humanos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da sociedade civil, para atuarem na gestão, na proteção, no uso racional e na conservação dos recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	IEI (h) = d/g
Unidade/Pessoa Capacitada	13.600	14.210	104	7.038.757	6.889.967	97,89	1,06

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 47 – PO 0007 – Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água

FINALIDADE	Apoiar o desenvolvimento de projetos, que visem a aumentar a oferta e a melhoria da qualidade da água das bacias hidrográficas, voltados à adoção das práticas conservacionistas de uso e ocupação do solo no meio rural, a readequação de estradas vicinais e a recuperação da cobertura vegetal em áreas prioritárias para preservação, promovendo a infiltração e permanência da água no solo, a redução do escoamento superficial e os processos erosivos, o assoreamento, a poluição de mananciais e o risco de inundações, gerando significativo incremento na oferta de água com qualidade para os múltiplos usos. Promover a adoção de medidas que visem minimizar perdas e maximizar a eficiência no uso da água, tendo como base o uso racional, o reúso de águas servidas e a identificação de fontes alternativas de água para o abastecimento.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							

Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	IEI (h) = d/g
Unidade/Projeto Apoiado	6	8	133	21.745.310	21.378.839	98,31	1,35

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 48 – PO 0008 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

FINALIDADE	Dispor de dados sobre todos os usuários desse recurso, tanto nos rios de domínio da União, quanto de domínio dos estados e do Distrito Federal, para propiciar o controle de oferta e demanda dos recursos hídricos; propiciar as condições para implementação da cobrança e subsidiar a formulação de diretrizes de gestão de recursos hídricos e de
-------------------	---

	outorga, notadamente nas áreas de conflito potencial e de conflito efetivo pelo uso desordenado dos recursos hídricos.
--	--

Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)

Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Cadastrado	8.000	12.500	156	347.085	248.979	71,73	2,17

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 49 – PO 0009 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas

FINALIDADE	Estimular e apoiar iniciativas voltadas à criação, instalação e consolidação de comitês de bacias hidrográficas e das agências de águas, bem como a estruturação dos órgãos e das entidades do SINGREH para implementação e integração dos processos de gestão de recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Entidade Beneficiada	36	36	100	24.989.393	24.126.417	96	1,04

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 50 – PO 000A – Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES

FINALIDADE	FINALIDADE: Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas, a partir de critérios técnicos estabelecidos.	
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)		
Meta Física	Execução Orçamentária/Financeira R\$	IEI (h)=d/g

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Quilogramas de Demanda Bioquímica de Oxigênio por Dia/ Carga Poluidora Abatida	12.500	34.251	274	14.491.000	14.392.273	99,32	2,76

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

(*) Meta correspondente aos valores contratados.

Quadro 51 – PO 000B – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos

FINALIDADE	FINALIDADE: Planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, em apoio aos Estados e Municípios.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Unidade de Medida/ Produto	Meta Física			Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Boletim Emitido	16	166	1.038	2.128.812	1.781.742	83,6	12,4

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 52 – PO 000D – Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA

FINALIDADE	FINALIDADE: Implantar um sistema de avaliação sistemático e adequado da situação da qualidade das águas superficiais brasileiras, subsidiando a elaboração de políticas públicas que visem reverter o quadro de poluição encontrado nas bacias hidrográficas brasileiras.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física	Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g			

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Percentual de Execução Física/Sistema Implantado	8	16	200	9.664.130	8.974.788	92,8	2,15

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Planos Orçamentários – POs da Ação Orçamentária 2378 – Operação da Rede Hidrometeorológica, de responsabilidade da ANA.

Quadro 53 – PO 0001 – Modernização da Rede Hidrometeorológica

FINALIDADE	Modernizar e operacionalizar a Rede Hidrometeorológica Nacional, visando a disponibilização tempestiva da informação e agregação de informações qual-quantitativas sobre recursos hídricos.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	IEI (h) = d/g
Unidade/Equipamento Adquirido-Modernizado	150	81	54	14.742.050	14.737.694	99,97	0,54

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 54 – PO 0000 – Operação da Rede Hidrometeorológica

FINALIDADE	Dispor de dados e informações hidrometeorológicas para o gerenciamento do uso dos recursos hídricos, pesquisa, inventário de potenciais energéticos, planejamento de empreendimentos, projetos e fiscalização de aproveitamentos hídricos.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	IEI (h) = d/g

Unidade/Informação Produzida	7.000.000	7.492.746	107	39.896.679	39.203.653	98,2	1,09
------------------------------	-----------	-----------	-----	------------	------------	------	------

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Planos Orçamentários – POs da Ação Orçamentária 4926 – Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens, de responsabilidade da ANA.

Quadro 55 – PO 0001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens

FINALIDADE	Assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, por meio do estabelecimento das regras de uso, dos marcos regulatórios e da emissão da outorga visando assegurar o uso racional dos recursos hídricos e a compatibilização dos usos múltiplos. A outorga não caracteriza alienação total ou parcial das águas, que são inalienáveis, mas autoriza o seu direito de uso. Promover a regulação da prestação de serviços públicos de irrigação e adução de água bruta em regime de concessão. Estabelecer normas para implementação de ações visando à segurança de barragens em âmbito federal.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Regularizado	1.100	1.655	150	712.000	644.344	90,5	1,65

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 56 – PO 0002 – Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens

FINALIDADE	Fiscalizar o uso dos recursos hídricos de domínio da União mediante o acompanhamento, o controle, a apuração de irregularidade e infrações e a eventual determinação de retificação das atividades, assim como a fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, além de fiscalizar a segurança de barragens.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Campanha Realizada	46	48	104	3.499.146	2.865.188	81,88	1,27

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 57 – PO 0003 – Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água

FINALIDADE	Intervenção em Sistemas hídricos assolados por estiagens intensas, por situações de emergência ou forte potencial de conflito pelo uso da água, notadamente aqueles situados no semiárido brasileiro. Atendimento à alocação negociada de água viabilizado por meio de ajustes na vazão descarregada para o curso d'água a jusante ou mesmo por outro mecanismo/alternativa. Garantir o funcionamento das estruturas hidráulicas, elétricas e mecânicas de controle, medição e monitoramento de reservatórios e sistemas hídricos para que estejam em perfeitas condições de funcionamento, visando a minimização das consequências negativas de secas e também em situações de cheias, e garantir a integridade e a segurança de barragens. Necessidade de manutenção das condições de escoamento dos cursos d'água, seja via intervenções de limpeza e desobstrução, seja via outra alternativa. Intervenções emergenciais necessárias a tornar efetivos os processos de alocação negociada de água.
-------------------	--

Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)

Unidade de Medida/ Produto	Meta Física			Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Campanha Realizada				4.075.107	2.271.945	55,75	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Observação:

Plano Orçamentário criado em julho de 2016 sem meta física por se tratarem de casos emergenciais.

Planos Orçamentários – POs da Ação Orçamentária 00LX – Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas, de responsabilidade da ANA - Operações Especiais.

Quadro 58 – PO 0001 – Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

FINALIDADE	FINALIDADE: Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em
-------------------	--

	cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	IEI (h) = d/g
				12.067.609	12.067.609	100	

Fonte: SIAFI/STN (*) PO sem Meta Física

Quadro 59 – PO 0002 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce

FINALIDADE	Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	IEI (h) = d/g
				10.159.740	10.159.740	100	

Fonte: SIAFI/STN

(*) PO sem Meta Física

Quadro 60 – PO 0003 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

FINALIDADE	Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	IEI (h) = d/g

				11.244.728	11.244.728	100	
--	--	--	--	------------	------------	-----	--

Fonte: SIAFI/STN

(*) PO sem Meta Física

Quadro 61 – PO 0004 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

FINALIDADE	Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	IEI (h) = d/g
				22.178.867	22.178.867	100	

Fonte: SIAFI/STN

(*) PO sem Meta Física

Observação:

A partir de 2012, as rubricas orçamentárias relativas às transferências obrigatórias às Agências de Águas de Bacias Hidrográficas passaram a ser consideradas Operações Especiais, sem meta física estabelecida.

Neste item, deixaram de ser considerados os POs 0005 e 0006, respectivamente, das Bacias dos Rios Verde Grande e Paranaíba, uma vez que os Comitês das Bacias ainda não concluíram os processos de implementação da cobrança, portanto, sem execução no exercício.

Planos Orçamentários – POs / Ações Orçamentárias da ANA que integram o Programa 2124 - Gestão e Manutenção do MMA

Quadro 62 – PO 0001 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, da Ação 20WJ - Modernização da Gestão de Recursos Hídricos

FINALIDADE	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.		
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)			
Meta Física		Execução Orçamentária/Financeira R\$	IEI (h) = d/g

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Servidor Capacitado/Unidade	185	312	169	462.073	449.295	97	1,74

Fonte: SIAFI/STN e Controles GEGEP/ANA

Quadro 63 – PO 0001 – Implementação da A3P nos Órgãos Públicos Federais, da Ação 20W8 - Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

FINALIDADE	Consolidar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) como marco referencial de responsabilidade socioambiental da gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do Governo Federal em seus diversos órgãos.						
	Índice e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (f) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (c) = b/a	Dotação Atualizada (d)	Valores Empenhados (e)	IEG % (f) = e/d	
Agenda implementada	1	0	0	48.352	0	0	0

Quadro 64 – Ação/PO 2000-0000 – Administração da Unidade

FINALIDADE	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				30.631.495	29.969.498	98	-

Fonte: SIAFI/STN

(*) Ação sem Meta Física

Rubricas Orçamentárias, de Responsabilidade da ANA, do Programa nº 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos										
Identificação Orçamentária		Título								
			2014		2015		2016			
Ação/Plano Orçamentário - PO	Ação/Plano Orçamentário - PO		Índices	Indicador	Índices	Indicador	Índices	Indicador		
2015	2016		IEEF	IEG	IEI	IEEF	IEG	IEI	IEEF	IEG
20WI-0001	20WI-0001	Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH	67	87	0,77	100	98,47	1,02	100	99,85
20WI-0002	20WI-0002	Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	50	67	0,75	0	24	0	100	84,42
20WI-0003	20WI-0003	Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interágua	30	73	0,41	0	59	0	37,5	58,41
20WI-0004	20WI-0004	Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	50	81	0,63	33,33	81,65	0,41	100	98,36
4926-0001	4926-0001	Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens	220	92	2,39	165	91	1,81	150	90,5
20WI-0006	20WI-0006	Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos	558	98	5,69	559	94	5,95	104	97,89
20WI-0007	20WI-0007	Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	180	95	1,89	70	97	0,72	133	98,31
20WI-0008	20WI-0008	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	168	48	3,5	159	52	3,06	156	71,73
20WI-0009	20WI-0009	Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas	118	94	1,25	127	95	1,34	100	96
20WI-000A	20WI-000A	Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES	171	100	1,71	169	100	1,69	274	99,32

20WI-000B	20WI-000B	Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	100	89	1,12	200	95	2,11	1038	83,6	12,4	
4926-0002	4926-0002	Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens	58	85	0,75	69	76	0,91	104	81,88	1,27	
	4926-003	Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água							55,75			
20WI-000D	20WI-000D	Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA	111	85	1,31	1103	86,5	12,75	200	92,8	2,15	
2378-0001	2378-0001	Modernização da Rede Hidrometeorológica	53	95	0,56	237	74,6	3,18	54	99,97	0,54	
2378-0000	2378-0000	Operação da Rede Hidrometeorológica	100	69	1,44	94	92	1,02	107	98,2	1,09	
00LX-0001	00LX-0001	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí		85			100		100			
00LX-0002	00LX-0002	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce		94			100		100			
00LX-0003	00LX-0003	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul		91			100		100			
00LX-0004	00LX-0004	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco		100			100		100			
Identificação Orçamentária		Título	2014			2015			2016			
Ação/Plano Orçamentário - PO ⁽¹⁾			Índices		Indicador	Índices		Indicador	Índices		Indicador	
2015	2016		IEEF	IEG	IEI	IEEF	IEG	IEI	IEEF	IEG	IEI	
2000-0001		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	100	94	1,06	100	88	1,14	169	97	1,74	
2000-0002		Implementação A3P nos Órgãos Públicos Federais	100	89	1,12	100	28	3,57	0	0	0	
2000-0000		Administração da Unidade		99			99,99		98			

Consolidado dos Indicadores de Eficiência Individual – IEIs
Quadro 65 - Consolidado dos Indicadores de Eficiência Individual – IEIs das Rubricas Orçamentárias

Item	Rubricas Orçamentárias		IEI
Planos Orçamentários da Ação 20WI – Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de responsabilidade da ANA			
1	20WI-0001	Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH	1
2	20WI-0002	Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	1,18
3	20WI-0003	Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas	0,64
4	20WI-0004	Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	1,02
5	4926-0001	Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens	1,65
6	20WI-0006	Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos	1,06
7	20WI-0007	Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	1,35
8	20WI-0008	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	2,17
9	20WI-0009	Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas	1,04
10	20WI-000A	Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES	2,76
11	20WI-000B	Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	12,4
12	4926-0002	Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens	1,27
13	20WI-000D	Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA	2,15
14	2378-0001	Modernização da Rede Hidrometeorológica	0,54
15	2378-0000	Operação da Rede Hidrometeorológica	1,09
Ações Orçamentárias do Programa 2124 – De Gestão e Manutenção de responsabilidade do MMA, com participação da ANA			
1	2000-0001	Administração da unidade /Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1,74
2	20W8-0001	Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P / Implementação da A3P nos Órgãos Públicos Federais	0

Neste item, deixaram de ser consideradas as Ações relativas aos pagamentos de benefícios a servidores, devido à baixa materialidade e relevância no contexto da avaliação a que se propõem os indicadores IEI e IEA.

Cálculo e Avaliação do Indicador de Eficiência Agrupado - IEA

Grupo de Ações	Nº de Ações	IEA
Ações do Programa 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos	15	2,08
Ações do Programa 2124 – Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2	0,87
Total da ANA	17	1,48

O conjunto dos números apurados no âmbito da Agência Nacional de Águas reflete o grau médio de produtividade da aplicação dos recursos públicos e supera o ponto de equilíbrio em 48%.

Esse resultado, em princípio, reflete uma efetividade satisfatória do gasto quando considerados todos os Planos Orçamentários (POs) sob responsabilidade da Agência.

Quando se analisam somente os resultados das ações finalísticas, aquelas que diretamente contribuem para gestão de recursos hídricos, o índice mostra um ganho expressivo na obtenção de resultados, superando em 108% em relação à programação, com amplitudes de variação de 0 a 276%.

Análise Crítica

No contexto dos Planos Orçamentários – POs/Ações elencados neste tópico, observa-se a predominância do ganho do resultado físico, em relação à aplicação dos recursos financeiros. O fato pode estar atrelado à predominância de uma programação de resultados mais conservadora por parte dos Coordenadores de Ação, mas, de outro lado, pode ter como explicação a facilidade para remanejamento de recursos orçamentários entre os Planos Orçamentários (POs), providência que passou a ser adotada no atual Plano Plurianual.

Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos

Quadro 66 - Consultores Contratados Na Modalidade “Produto” No Âmbito Dos Projetos De Cooperação Técnica Com Organismos Internacionais		Valores em R\$ 1,00
Identificação da Organização Internacional Cooperante		
Nome da Organização		Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura		IICA
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica		
Título do Projeto		Código
Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS		BRA/IICA/12/003
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”		
Código do Contrato: 115.269		

Objetivo da Consultoria: Avaliação das atividades e resultados do "Projeto Água: conhecimento para Gestão" - convênio da Agência Nacional de Águas - ANA com a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu - FPTI.

Período de Vigência		Remuneração			
Ínicio	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/01/2016	29/07/2016	95.248,55	95.248,55	95.248,55	95.248,55
Insumos Externos					
Passagens, diárias e adicional de deslocamento					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Proposta metodológica e cronograma				24/01/2016	9.524,85
Produto 2 – Informações sistematizadas do Projeto Água				23/04/2016	28.574,57
Produto 3 – Relatório final de avaliação de gestão, comunicação e capacitação				02/07/2016	57.149,13
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Gianne Cristina dos Reis Ferreira Mendes					CPF: 036.572.617-61
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	
Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	
Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"	

Código do Contrato: 116.004					
Objetivo da Consultoria: Sistematização dos dados e apoio na elaboração do Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil - Informe 2016.					
Período de Vigência		Remuneração			
Ínicio	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/01/2016	10/07/2016	49.540,41	49.540,41	49.540,41	49.540,41
Insumos Externos					
Passagens, diárias e adicional de deslocamento					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Produto 1 – Base de dados geográfica preliminar contendo a sistematização e a organização de captações para abastecimento urbano de água	09/02/2016	7.431,06			
Produto 2 – Base de dados geográfica contendo a sistematização e a organização de captações para abastecimento urbano de água	10/03/2016	9.908,08			
Produto 3 – Base de dados geográfica preliminar contendo a sistematização e a organização das outorgas (estaduais, Distrito Federal e ANA)	09/04/2016	7.431,06			
Produto 4 – Base de dados geográfica contendo a sistematização e a organização das outorgas (estaduais, Distrito Federal e ANA)	09/05/2016	9.908,08			
Produto 5 – Relatório analítico sobre a situação e a gestão dos recursos hídricos no Brasil e base de dados geográfica associada	08/06/2016	14.862,13			
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cláudia Silva Teixeira CPF: 641.694.217-87					
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante								
Nome da Organização			Sigla					
Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura			IICA					
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica								
Título do Projeto			Código					
Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS			BRA/IICA/12/003					
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”								
Código do Contrato: 116.117								
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a variação das metas e gerenciamento de Recursos Hídricos em âmbito estadual do Progestão.								
Período de Vigência		Remuneração						
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício			
11/04/2016	07/11/2016	52.386,70	52.386,70	52.386,70	52.386,70			
Insumos Externos								
Passagens, diárias e adicional de deslocamento								
Produtos Contratados								
Descrição				Data prevista de entrega	Valor			
Produto 1 – Plano de Trabalho				10/05/2016	10.477,34			
Produto 2 – Relatório Parcial sobre a preparação da técnica Delphi				09/07/2016	10.477,34			
Produto 3 – Relatório parcial sobre aplicação da técnica Delphi				07/09/2016	10.477,34			
Produto 4 – Relatório consolidado com a análise dos resultados obtidos com a técnica Delphi				07/10/2016	20.954,68			
Consultor Contratado								

Nome do Consultor: Monise Terra Cerezine	CPF: 337.531.878-28
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Acompanhamento das ações e resultados relacionados a contratos de gestão regidos pela Lei 9.637/1998

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Agência das Bacias PCJ

Quadro 67 - Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	Agência Nacional de Águas
UG SIAFI	44205
Atribuições da UJ Contratante do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 003/2011/ANA.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ
CNPJ	11.513.961/0001-16
Endereço	Endereço: Rua Alfredo Guedes nº 1949, sala 604, Ed. Rácz Center - CEP 13416-901 - Piracicaba/SP
Dirigente Máximo	Sérgio Razera
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 9.433/1997 (artigo 47). A Lei n.º 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei no 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA n.º 552, de 8 de agosto de 2011
Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 003/2011/ANA.
Informações do Contrato de Gestão	
Número	03/2011
Data Celebração	24/01/2011
Objeto	Alcance, pela AGÊNCIA PCJ, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Endereço de publicação do CG para consulta	http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/contrato-de-gestao/contrato-de-gestao		
Período de Vigência	Início	24/01/2011	
	Fim	31/12/2020	
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ	Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.	
	Da Entidade	-	
Limite para Remuneração (R\$ 1,00)¹	Dirigentes	R\$	14.083,56
	Empregados	R\$	8.450,13

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

¹ Limites estipulados pela Resolução ANA n.º 2018, de 15 de dezembro de 2014, e pela Resolução ANA n.º 276, de 21 de março de 2016.

Quadro 68 - Relação de membros do Conselho Deliberativo

Membros do Conselho Deliberativo						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Poder Público	Afonso Celso Rocha Mastrelli	061.774.868-35	Secretaria da Fazenda	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Monica de Azevedo Costa Nogara	220.987.748-26	Secretaria de Planejamento	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Adriana Gomes Freitas	509.502.824-72	Secretaria de Planejamento	Ofício.CGSPG.2/0141/2016	13/04/206	12/11/2017
	Egberto da Fonseca Casazza	102.117.427-08	Secretaria de Meio Ambiente	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Daniel Jesus de Lima	324.522.878-30	Secretaria de Energia	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	11/11/2013	11/11/2015
	Leonildo Ednilson Urbano	128.168.448-11		Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Hélio Rubens G. Figueiredo	627.129.268-20	Sabesp	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015

				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Thiago Silvério da Silva	288.542.248- 39	P. M de São Pedro	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Ângelo Cesar Angeleli	048.688.988- 25	P. M de Saltinho	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Celso José Leite Filho	102.698.488- 27	P. M. de Pedreira	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Geraldo Gonçalves Pereira	019.108.328- 39	P. M. de Rio Claro	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Fabiane Cabral da Costa Santiago	186.980.338- 81	P. M. de Atibaia	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Vlamir Augusto Schiavuzz o	016.410.018- 01	P. M. de Piracicaba	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
Da Sociedade Civil	Luiz Antonio Carvalho e S. Brasi	714.142.408- 30	Rotary Internacional D4590	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Waldemar Bobbo	008.171.718- 00	IPSA	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Francisco Carlos Castro Lahóz	049.386.888- 75	Consórcio PCJ	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Roberto Mario Polga	033.244.928- 90	CIESP – DR Jundiaí	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017

	Luís Fernando Amaral Binda	064.475.068-50	Sindicato Rural de Campinas	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	11/11/2013	11/11/2015
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	966.730.018-87	ASSEMAE	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício			Ordinárias	1		
			Extraordinárias	2		

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira - Fundação Agência das Bacias PCJ

Quadro 69 - Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)	
		2015	2014
Afonso Celso Rocha Mastrelli	1	0	0
Monica de Azevedo Costa Nogara	0	0	0
Adriana Gomes Freitas	1	0	0
Egberto da Fonseca Casazza	2	0	0
Daniel Jesus de Lima	2	0	0
Leonildo Ednilson Urbano	3	0	0
Hélio Rubens G. Figueiredo	2	0	0
Thiago Silvério da Silva	0	0	0
Ângelo Cesar Angeleli	1	0	0
Celso José Leite Filho	0	0	0
Geraldo Gonçalves Pereira	2	0	0
Fabiane Cabral da Costa Santiago	1	0	0
Vlimir Augusto Schiavuzzo	0	0	0
Luiz Antonio Carvalho e S. Brasi	2	0	0
Waldemar Bobbo	2	0	0
Francisco Carlos Castro Lahóz	3	0	0
Roberto Mario Polga	3	0	0
Luís Fernando Amaral Binda	2	0	0
Paulo Roberto Szeligowski Tinel	3	0	0

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira - Fundação Agência das Bacias PCJ

Quadro 70 - Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada		
Nome		FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ
CNPJ		11.513.961/0001-16

Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro		Julho	
Fevereiro	2.318.595,78	Agosto	1.482.821,60
Março		Setembro	1.541.003,99
Abril	2.285.765,34	Outubro	
Maio		Novembro	781.202,01
Junho	2.244.529,58	Dezembro	1.676.802,30
Total	6.848.890,70	Total	5.481.829,90

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesadiarias/>;
http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearecadacao/BaciaPCJ_ArrecadacaoeRepasso.aspx

Quadro 71 - Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada					
	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
Início					Início	Fim
Sergio Razera	015.929.298-00	Economia	Diretor-Presidente	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi	110.166.178-01	Engenharia Civil	Diretora Técnica	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
Ivens de Oliveira	325.062.778-03	Economia	Diretor Administrativo e Financeiro	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017

Quadro 72 - Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ					
CNPJ	11.513.961/0001-16					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00) ⁽¹⁾		Exercício 2016		17.813.648,40		
		Exercício 2015		20.557.950,36		
Quadro de Pessoal versus Remuneração Paga						
Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2016	3	340.282,37	9	411.393,10	0	0,00
2015	3	345.866,45	11	508.370,34	0	0,00

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira - Fundação Agência das Bacias PCJ

⁽¹⁾ Valor referente ao repasse anual da cobrança pelo uso de recursos hídricos acrescido dos rendimentos financeiros. Não considera desembolso. (Fonte Relatório sobre a Execução do Contrato de Gestão n.º 003/ANA/2011).

Quadro 73 - Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ					
CNPJ	11.513.961/0001-16					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Final
Juliana Akiko Noguchi Suzuki	043.932.039-92	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 133/2017	22/02/2016	-
Giovanna de Sá Lúcio	013.093.286-84	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 133/2018	22/02/2016	-
Mirella Garaventa	815.499.540-91	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-

Tarcisio Tadeu Nunes Junior	013.472.396 -18	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 133/2017	22/02/2016	-
Márcio de Araujo Silva	047.691.377 -29	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-
Osman Fernandes da Silva (Coordenador)	527.542.350 -00	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-
Ana Christina Ramos do Patrocínio	380.112.981-00	ANA	Técnico de Finanças e Controle	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-

Quadro 74 - Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ	
CNPJ	11.513.961/0001-16	
Informações da Prestação de Contas		
Data da Apresentação	deve apresentar até 15/02/2017	
Período de Referência	Data Início	01/01/2016
	Data Fim	31/12/2016
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2017	
*Situação da Análise	não iniciada	
**Decisão	-	
*Situação da Análise: ▪ Concluída ▪ Em andamento ▪ Não iniciada	**Decisão: ▪ Aprovada ▪ Reprovada ▪ Em exigência	

Quadro 75 - Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ			
CNPJ	11.513.961/0001-16			
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)				
Valores Pactuados	Valores Repassados			
Global	Para o Exercício ¹	No Exercício ²	Acumulado Até o Exercício ³	Repasso Previsto para o Exercício Seguinte ⁴

Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.	R\$ 16.536.347,00	12.330.720,60	173.535.992,32	21.193.290,01
Meta				
Descrição da Meta ⁵			Índice de desembolso anual (%)	
Meta do Exercício	Pactuada		55%	
	Realizada		130%	
	% Realização		236%	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2015 ⁶		210%	
	2014 ⁷		214%	

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesadiarias/>;

http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaeearrecadacao/BaciaPCJ_ArrecadacaoeRepasso.aspx

¹ Valor constante de Nota de empenho estimativo 2016NE000092.

² Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e repassados à Entidade contratada.

³ Valor referente a totalidade de repasse dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí desde 2006. Repasses acrescidos dos rendimentos financeiros equivale a R\$ 212.478.336,26. Índice de desembolso acumulado equivalente a 70%, constando em saldo R\$ 64.801.793,43 (fonte: *Relatório sobre a Execução do Contrato de Gestão n.º 003/ANA/2011 – Bacias PCJ*).

⁴ Valor constante de Nota de empenho estimativo 2017NE000134

⁵ Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA.

⁶ Este percentual tem como referência a meta do exercício de 2015 que foi de 50% de desembolso. (Realizado = 104,8%; valor desembolsado = R\$ 21.552.810,81)

⁷ Este percentual tem como referência a meta do exercício de 2014 que foi de 35% de desembolso (Realizado = 74,8%; valor desembolsado = 17.251.220,58)

Quadro 76 - Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Identificação da Entidade Contratada					
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ				
CNPJ	11.513.961/0001-16				
Indicador de Desempenho Pactuado					
Nome	1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES				
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 1A, será atribuindo um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. $NP = 10 * \frac{\text{RESULTADO}}{\text{META}}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$				
Unidade de Medida	Item disponibilizado e atualizado (sim/não);				
Periodicidade de Medição	Anual				
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	8				
Resultado do Indicador	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td>2016</td><td>Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.</td></tr> <tr> <td>2015</td><td>10</td></tr> </table>	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.	2015	10
2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.				
2015	10				

Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
Indicador de Desempenho Pautado		
Nome		2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual nos exercícios de 2012 e 2016; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios de 2013 a 2020, descriminados no detalhamento do indicador. Para o indicador 2B, será atribuído 1 (um) ponto para a Resolução CNRH publicada. Para o indicador 2C, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Relatório. NP= 10 * RESULTADO / META 0 ≤ NP ≤ 10; NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		2-A: Plano Elaborado (sim/não); 2-B: Aprovação do enquadramento pelo CNRH (sim/não); 2-C: Relatório apresentado (sim/não);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		2A - 2; 2B -0; 2C - 1;
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
	2015	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
Indicador de Desempenho Pautado		
Nome		3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador. NP= 10 * RESULTADO / META 0 ≤ NP ≤ 10; NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		3-A e 3-B: % Desembolso/Repasso; 3-C: Nota atribuída;
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		3A - 50; 3B - 35; 3C - 0
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
	2015	10
Análise do Indicador		Índice de desembolso anual, índice de desembolso acumulado e avaliação da cobrança pelos usuários;
Indicador de Desempenho Pautado		
Nome		4 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário; Para o indicador 4B, será atribuído 1 (um) ponto para a apresentação do Relatório. NP= 10 * RESULTADO / META 0 ≤ NP ≤ 10; NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		4A-Meses; 4-B-Cadastro atualizado (sim/não);
Periodicidade de Medição		Anual

Meta do Indicador para o Exercício de Referência	4A-12; 4B-1	
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
	2015	10
Analise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	5 - RECONHECIMENTO SOCIAL	
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros dos Comitês PCJ, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez). O valor apurado seguirá as faixas abaixo: Média maior ou igual a 9 é considerada 10 Média maior ou igual a 8 é considerada 9 Média maior ou igual a 7 é considerada 8 Média maior ou igual a 6 é considerada 7 Média inferior a 6 - valor apurado será igual à média calculada ; $NP = 10 * RESULTADO / META$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$	
Unidade de Medida	Nota (0 a 10);	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	10	
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
	2015	10
Analise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.	

fonte:

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/PCJ/RelatorioAvaliacao_pCJ_2015.pdf

Quadro 77 - Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ
CNPJ	11.513.961/0001-16
Resultados	
Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Irregularidades ou Illegalidades Apuradas Durante o Exercício	-
Parecer da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 78 - Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da Unidade Administrativa Responsável

Nome	Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG						
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos	Agência Nacional de Águas - ANA						
Atribuições da Unidade Responsável	Acompanhar a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais						
Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão ¹							
Direção e Assessoramento		Cargo Efetivo sem Função ou Comissão		Estagiários		Terceirizados	
Qtde.	Custo (R\$ 1,00) ²	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)
5	R\$ 95.799,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00

¹ A CACG é composta por servidores de diferentes unidades organizacionais da ANA, conforme disposto na Resolução ANA n.º 498/2012.

² O valor informado representa o somatório das remunerações mensais brutas dos servidores que compõem a CACG. A dedicação dos membros não é exclusiva a esta comissão, tendo caráter eventual. O acompanhamento sistemático das ações conta com o apoio de servidor lotado na CINCS/SAS.

Quadro 79 - Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ					
CNPJ	11.513.961/0001-16					
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada						
Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupava na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?	
-	-	-	-	-	-	
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício						
Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRIÇÃO: 14 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010711235	Móvel	-	341,00	-	02/02/2015	Sim
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRIÇÃO: 933 MHZ E TECLADO E MOUSE - MARCA: ACER - MODELO: VERITON 7100 - SERIE: MPP191445928AB	Móvel	-	3341,10	-	02/02/2015	Sim
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRIÇÃO: 933 TECLADO E MOUSE - MARCA: ACER -	Móvel	-	3341,10	-	02/02/2015	Sim

MODELO: VERITON 7100 - SERIE: MPP1914425873AB						
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 14 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010509488	Móvel	-	341,00	-	02/02/2015	Sim
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 933 TECLADO E MOUSE - MARCA: ACER - MODELO: VERITON 7100 - SERIE: VT7107MPP19144259	Móvel	-	3341,10	-	02/02/2015	Sim
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 14 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010711003	Móvel	-	341,00	-	02/02/2015	Sim
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 14 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010710537	Móvel	-	341,00	-	02/02/2015	Sim
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 933 TECLADO E MOUSE - MARCA: ACER - MODELO: VERITON 7100 - SERIE: VT7107MPP19144258	Móvel	-	3341,10	-	02/02/2015	Sim
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 933 TECLADO E MOUSE - MARCA: ACER - MODELO: VERITON 7100 - SERIE: VT7107MPP19144260	Móvel	-	3341,10	-	02/02/2015	Sim
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 15 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010711762	Móvel	-	400,00	-	02/02/2015	Sim
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 3420 - SERIE: MY28H3Y1BX	Móvel	-	150,00	-	02/02/2015	Sim
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 3420 - SERIE: MY28G3Y2S9	Móvel	-	150,00	-	02/02/2015	Sim

IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 3420 - SERIE: MY2873Y1N5	Móvel	-	150,00	-	02/02/2015	Sim
--	-------	---	--------	---	------------	-----

Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas - ABHA Gestão de Águas

Quadro 80 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	Agência Nacional de Águas
UG SIAFI	44205
Atribuições da UJ Contratante do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - ABHA GESTÃO DE ÁGUAS
CNPJ	06.536.989/0001-39
Endereço	Rua Jaime Gomes, 741, Centro Araguari – Minas Gerais – Brasil CEP: 38440-244
Dirigente Máximo	Sérgio Gustavo Rezende Leal - Diretor Presidente
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 9.433/1997 (artigo 47). A Lei n.º 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei no 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA n.º 552, de 8 de agosto de 2011
Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.
Informações do Contrato de Gestão	
Número	006/2012
Data Celebração	07/03/2012
Objeto	Alcance, pela ABHA, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba
Endereço de publicação do CG para consulta	http://hidroweb.ana.gov.br/consultanet/ContratosI.aspx ; http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaecontratacao/AgenciaABHA_ContratoGestao.aspx

Período de Vigência	Inicio	07/03/2012	
	Fim	31/12/2017	
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ	R\$ 3.674.000,00	
	Da Entidade	R\$ -	
Limite para Remuneração (R\$ 1,00)*	Dirigentes	R\$ 14.083,56	
	Empregados	R\$ 8.450,13	

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

* Limites estipulados pela Resolução ANA n.º 2018, de 15 de dezembro de 2014, respeitada a nova redação dada pela Resolução nº 276, de 21 de março de 2016.

Quadro 81 – Relação de membros do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração - Exercício 2015/2019						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Poder Público	Mauro César Rodrigues	539.422.566-49	Prefeitura Araguari (T)	Termo Posse 01.07.2015	01.07.15	01.07.19
	Neiva Gonçalves Oliveira	848.833.596-20	Prefeitura Araguari (T)	Termo Posse 01.07.2015		
	José Eustáquio da Silva	097.969.519-00	AGROTAP (T)	Ata 11.08.2015		
	José Alves Caetano	323.001.666-15	CREA/UDI (S)	Ata 11.08.2015		
Da Sociedade Civil	Daniel Caixeta Andrade	051.609.696-67	UFU (T)	Termo Posse 01.07.2015	01.07.15	01.07.19
	Ricardo Falqueto Jorge	071.500.907-96	UFU (S)	Termo Posse 01.07.2015		
	Euclides Antônio Pereira Lima	434.030.266-04	ASSENGE (T)	Termo Posse 01.07.2015		
	Anderson Rodrigo de Jesus	063.852.216-10	ASSENGE (S)	Termo Posse 01.07.2015		
Eleitos	Leocádio Alves Pereira	394.205.666-68	DMAE Uberlândia (T)	Termo Posse 01.07.2015	01.07.15	01.07.19
	Eustáquio Sidnei M. Júnior	590.424.356-15	COPASA (S)	Termo Posse 01.07.2015		
	Guilherme Coelho Melazo	049.984.186-70	CCBE (T)	Termo Posse 01.07.2015		
	Rodrigo Domigos Pessoa	048.544.416-07	CODAU (S)	Termo Posse 01.07.2015		
	Antônio Reinaldo Caetano	160.212.406-00	ACA (T)	Termo Posse 01.07.2015		
	Adaldo Ribeiro Franco	212.201.076-20	Sind. Rural de UDI (S)	Termo Posse 01.07.2015		
	Nayana Grasielle Marques Silva	056.234.366-09	Vale Fertilizantes (T)	Termo Posse 01.07.2015		

	Marco Aurélio Martins Borges ¹	006.144.156- 24	SAAE Sacramento (S)	Ata 13.09.2016	
Estatuto					
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício			Ordinárias	0	
			Extraordinárias	3	

¹ Marcelino Marra Batista substituído por Marco Aurélio Martins Borges, em 13/09/2016.

Quadro 82 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)		
		2016	2015	2014
Mauro César Rodrigues	3	-	-	-
Neiva Gonçalves Oliveira	0	-	-	-
José Eustáquio da Silva	3	-	-	-
José Alves Caetano	3	-	-	-
Daniel Caixeta Andrade	2	-	-	-
Ricardo Falqueto Jorge	0	-	-	-
Euclides Antônio Pereira Lima	3	-	-	-
Anderson Rodrigo de Jesus	0	-	-	-
Leocádio Alves Pereira	3	-	-	-
Eustáquio Sidnei M. Júnior	0	-	-	-
Guilherme Coelho Melazo	1	-	-	-
Rodrigo Domigos Pessoa	3	-	-	-
Antônio Reinaldo Caetano	2	-	-	-
Adalto Ribeiro Franco	2	-	-	-
Nayana Grasielle Marques Silva	3	-		
Marco Aurélio Martins Borges	1			
Marcelino Marra Batista	2	-	-	-

Fonte: ABHA

Quadro 83 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - ABHA GESTÃO DE ÁGUAS	
CNPJ	06.536.989/0001-39	
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)		
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre
Janeiro	-	Julho
Fevereiro ⁽¹⁾	R\$ 367.000,00	Agosto
Março	-	Setembro
Abri	-	Outubro
Maio	-	Novembro
		R\$ 82.000,00

Junho	-	Dezembro	
Total	367.00,00	Total	R\$ 82.000,00

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

(1) Valor empenhado e inscrito em restos a pagar em 2015.

Quadro 84 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - ABHA GESTÃO DE ÁGUAS					
CNPJ	06.536.989/0001-39					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Sérgio Gustavo Rezende Leal	057.060.386-27	Economista	Diretor Presidente	Ata 15.09.2015	18.09.2015	Indeterminado
Ronaldo Brandão Barbosa	426.225.146-20	Medicina Veterinária	Gerente Administrativo e Financeiro	Portaria ABHA Nº 005/2011	01.09.2011	Indeterminado

Quadro 85 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - ABHA GESTÃO DE ÁGUAS					
CNPJ	06.536.989/0001-39					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00)	Exercício 2016			449.000		
	Exercício 2015			420.000		
Quadro de Pessoal versus Remuneração Paga						
Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2016	-	-	3	74.687	-	-
2015	-	-	3	61.742	1	36.600

Fonte: ABHA

Quadro 86 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - ABHA GESTÃO DE ÁGUAS					
CNPJ	06.536.989/0001-39					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Órgão que representa	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim

Juliana Akiko Noguchi Suzuki	043.932.039-92	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 133/2017	22/02/2016	-
Giovanna de Sá Lúcio	013.093.286-84	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 133/2018	22/02/2016	-
Mirella Garaventa	815.499.540-91	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-
Tarcisio Tadeu Nunes Junior	013.472.396-18	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 133/2017	22/02/2016	-
Márcio de Araujo Silva	047.691.377-29	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-
Osman Fernandes da Silva (Coordenador)	527.542.350-00	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-
Ana Christina Ramos do Patrocínio	380.112.981-00	ANA	Técnico de Finanças e Controle	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-

Quadro 87 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - ABHA GESTÃO DE ÁGUAS	
CNPJ	06.536.989/0001-39	
Informações da Prestação de Contas		
Data da Apresentação	deve apresentar até 15/02/2017	
Período de Referência	Data Início	01/01/2016
	Data Fim	31/12/2016
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2017	
*Situação da Análise	não iniciada	
**Decisão	-	
*Situação da Análise:	**Decisão: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Concluída ▪ Em andamento ▪ Não iniciada 	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovada ▪ Reprovada ▪ Em exigência 		

Quadro 88 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - ABHA GESTÃO DE ÁGUAS

CNPJ	06.536.989/0001-39			
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)				
Valores Pactuados		Valores Repassados		Repasso Previsto para o Exercício Seguinte
Global	Para o Exercício	No Exercício ⁽¹⁾	Acumulado Até o Exercício ⁽²⁾	
3.674.000,00	1.149.000,00	449.000,00	2.424.000,00	550.000,00
Meta				
Descrição da Meta ⁽³⁾			não se aplica	
Meta do Exercício		Pactuada	não se aplica	
		Realizada	não se aplica	
		% Realização	não se aplica	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores		2015	não se aplica	
		2014	não se aplica	

Fonte: Relatório de Execução - Ano base 2014/ABHA; Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

⁽¹⁾ Além do valor repassado há restos a pagar no valor de R\$ 700.000,00

⁽²⁾ Não incluído os rendimentos financeiros e não considerado o desembolso pela Entidade Contratada.

⁽³⁾ Não consta do Contrato de Gestão uma meta específica relacionada aos montantes anualmente repassados. As metas do contrato de gestão estão relacionadas aos indicadores descritos no Quadro 89.

Quadro 89 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - ABHA GESTÃO DE ÁGUAS	
CNPJ	06.536.989/0001-39	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	1 - PLANEJAMENTO E REGISTRO DE ATIVIDADES	
Fórmula de Cálculo	1.1. Enviar Agenda Anual de Atividades; 1.2. Enviar Relatório Anual de Atividades(A - Enviar Relatório Anual de Atividades Parcial até 31 de julho do ano corrente; B - Enviar Relatório Anual de Atividades Final até 31 de dezembro do ano corrente); NOTA PARCIAL = NP = 10 * Resultado / Meta; 0 ≤ NP ≤ 10; se Meta = 0 então NP = 0 e Peso = 0, no período. NOTA FINAL (NF) = NOTA PARCIAL (NP); 0 ≤ NF ≤ 10	
Unidade de Medida	1.1 - Agenda enviada (sim/não); 1.2 - Relatório enviado (sim/não);	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	1.1 AGENDA ANUAL DE ATIVIDADES: 1; 1.2 RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - A: 1; B: 1;	
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fev/2017
	2015	10
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fev/2017.	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	2 - EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS	
Fórmula de Cálculo	2.1 Cumprimento do calendário de reuniões Plenárias do CBH-Paranaíba 2.1 - A: Relação entre o número de reuniões realizadas e programadas	

	<p>2.1 - B: Porcentagem de presença de membros (titulares ou em exercício da titularidade) nas reuniões em relação ao total</p> <p>2.2 Cumprimento do calendário de reuniões Plenárias do CBH-Paranaíba</p> <p>2.2 - A: Relação entre o número de reuniões realizadas e programadas</p> <p>2.2 - B: Porcentagem de presença de membros nas reuniões em relação ao total</p> <p>2.3 Cumprimento das Reuniões de Integração (participação da diretoria do CBH-Paranaíba, da diretoria dos CBHs de rios afluentes ao Paranaíba, dos Órgãos Gestores de GO, MG, DF e MS e da ANA)</p> <p>2.4 Cumprimento das Reuniões de Acompanhamento, para avaliar as atividades do Contrato de Gestão e as ações do CBH-Paranaíba (participação da ABHA, Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão do CBH-Paranaíba e diretoria do CBH-Paranaíba)</p> <p>2.5 Realização de Seminário de Integração (com presença do CBH-Paranaíba e dos CBHs de rios afluentes ao Paranaíba)</p> <p>NOTA PARCIAL = $NP = 10 * \text{Resultado} / \text{Meta}; 0 \leq NP \leq 10$; se Meta = 0 então $NP = 0$ e Peso = 0, no período; NOTA FINAL = $NF = S (NP * Peso) / \Sigma (\text{Peso}); 0 \leq NF \leq 10$</p>
Unidade de Medida	2.1-A e 2.2-A: reuniões realizadas; 2.1-B e 2.2-B: % frequência dos membros; 2.3 e 2.4 - Reuniões cumpridas; 2.5 - Seminários Realizados
Periodicidade de Medição	Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	2.1-A: 3; 2.1-B: 70%; 2.2-A: 4; 2.2-B: 60%; 2.3: 2; 2.4: 2; 2.5: 0.
Resultado do Indicador	2016 Avaliação será realizada em fev/2017.
	2015 7,5
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fev/2017.
Indicador de Desempenho Pactuado	
Nome	3 - RECONHECIMENTO SOCIAL
Fórmula de Cálculo	3.1 AVALIAÇÃO PELOS MEMBROS DO CBH PARANAÍBA: A - Porcentagem de questionários respondidos por membros titulares ou suplentes em relação ao número total de membros titulares ; B - Verificação do resultado de pesquisa (0 a 10).; NOTA PARCIAL = $NP = 10 * \text{Resultado} / \text{Meta}; 0 \leq NP \leq 10$; se Meta = 0 então $NP = 0$ e Peso = 0, no período. NOTA FINAL (NF) = NOTA PARCIAL (NP); $0 \leq NF \leq 10$
Unidade de Medida	3.1-A: % de questionários respondidos; 3.1-B: Nota atribuída (0 a 10);
Periodicidade de Medição	Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	3.1 - A: 60%; 3.1 - B: 9
Resultado do Indicador	2016 Avaliação será realizada em fev/2017.
	2015 9,8
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fev/2017.
Indicador de Desempenho Pactuado	
Nome	4 – MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
Fórmula de Cálculo	4.1 Plano de Comunicação: Apresentar relatório de implementação do Plano de Comunicação, considerando o documento elaborado em 2014.

		4.2 Sítio eletrônico: nº de meses que os itens foram atualizados dentro do prazo previsto (apresentação de relatório mensal de atualizações realizadas)
		4.2.1 Itens a serem atualizados mensalmente na página eletrônica
		4.2.1 a.: Calendário de reuniões (convocatórias disponibilizadas até 15 dias antes da reunião)
		4.2.1 b.: Produtos das reuniões - atas, deliberações, etc. (até 7 dias úteis após a reunião, exceto Plenárias – 15 dias úteis)
		4.2.1 c.: Composição do CBH Paranaíba, da Câmara Técnica de Planejamento Institucional e dos Grupos de Trabalhos – GTs (até 5 dias úteis após a comunicação oficial pelo substituído)
		4.3 Boletim Eletrônico Trimestral: nº de meses que foi executado
		4.4 Spots: elaboração e divulgação de spots institucionais, informativos ou educativos
		4.5 Material Gráfico: Confecção de material gráfico, tais como banner, cartilha, folder e cartaz.
		NOTA PARCIAL = $NP = 10 * \text{Resultado} / \text{Meta}; 0 \leq NP \leq 10$; se Resultado > Meta então $NP = 10$, no período; se Meta = 0 então $AC = 0$ e $\text{Peso} = 0$, no período; NOTA FINAL = $NF = S (NP * \text{Peso}) / \sum (\text{Peso}); 0 \leq NF \leq 10$
Unidade de Medida		4.2, 4.3 - Número de meses; 4.4 - Número de spots divulgados; 4.5 - Quantidade de materiais confeccionados;
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		4.1: 0; 4.2: 12; 4.3: 4; 4.4: 3; 4.5: 1
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fev/2017.
Indicador	2015	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fev/2017.

Fonte:

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/ABHA/TermoAditivo_ABHA_Assinado.pdf

Quadro 90 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - ABHA GESTÃO DE ÁGUAS
CNPJ	06.536.989/0001-39
Resultados	
Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar
Irregularidades ou Illegalidades Apuradas Durante o Exercício	-

Parecer da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 91 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da Unidade Administrativa Responsável							
Nome		Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG					
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos		Agência Nacional de Águas - ANA					
Atribuições da Unidade Responsável		Acompanhar a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais					
Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão ¹							
Direção e Assessoramento		Cargo Efetivo sem Função ou Comissão		Estagiários		Terceirizados	
Qtde.	Custo (R\$ 1,00) ²	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)
5	R\$ 95.799,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00

¹ A CACG é composta por servidores de diferentes unidades organizacionais da ANA, conforme disposto na Resolução ANA n.º 498/2012.

² O valor informado representa o somatório das remunerações mensais brutas dos servidores que compõem a CACG. A dedicação dos membros não é exclusiva a esta comissão, tendo caráter eventual. O acompanhamento sistemático das ações conta com o apoio de servidor lotado na CINCS/SAS

Quadro 92 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada					
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - ABHA GESTÃO DE ÁGUAS				
CNPJ	06.536.989/0001-39				
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada					
Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?
-	-	-	-	-	-
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício					

Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
MESA PARA REUNIAO EMMADEIRA - DESCRICAO: FORMATO REDONDO, COM BASE EM METAL	Móvel	-	131,98	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: COM ACABAMENTO EM LAMINADO MELAMINICO - MARCA: MARELLI	Móvel	-	99,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: COM ACABAMENTO EM LAMINADO MELAMINICO COM BRACOS - MARCA: MARELLI - SERIE: B	Móvel	-	99,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: COR CINZA	Móvel	-	162,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
TRANSCPECTOR PARA FAC-SIMILE - DESCRICAO: LASER - MARCA: BROTHER - MODELO: MFC7220 - SERIE: U61327G5J417889	Móvel	-	1574,12	-	-	Não

MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRIAO: NA COR CINZA, ESTRUTURA EM AÇO, COM 3 GAVETAS, MEDINDO: 1,25M LARGURA X 0,75M COMPRIMENTO X 0,75M ALTURA.	Móvel	-	330,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRIAO: NA COR CINZA, ESTRUTURA EM AÇO, COM 3 GAVETAS, MEDINDO: 1,25M LARGURA X 0,75M COMPRIMENTO X 0,75M ALTURA.	Móvel	-	330,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRIAO: NA COR CINZA, ESTRUTURA EM AÇO, COM 3 GAVETAS, MEDINDO: 1,25M LARGURA X 0,75M COMPRIMENTO X 0,75M ALTURA.	Móvel	-	330,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRIAO: COM QUATRO GAVETAS	Móvel	-	1055,00	-	-	Não
PROJETOR MULTIMIDIA - DESCRIAO: PORTATIL - MARCA: SONY - MODELO: VPL-CS6 - SERIE: 41460	Móvel	-	7980,00	-	-	Não

Associação Pro-Gestão das Aguas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Agevap

Quadro 93 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	Agência Nacional de Águas
UG SIAFI	44205
Atribuições da UJ Contratante do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 014/2004/ANA.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP
CNPJ	05.422.000/0001-01
Endereço	Rua Elza da Silva Duarte, nº 48 (loja 1A) - Manejo - Resende/RJ - CEP 27520-005
Dirigente Máximo	André Luis de Paula Marques
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 9.433/1997 (artigo 47). A Lei n.º 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei no 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA n.º 552, de 8 de agosto de 2011

Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 014/2004/ANA.		
Informações do Contrato de Gestão			
Número	14/2004		
Data Celebração	01/09/2004		
Objeto	Alcance, pela AGEVAP, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul		
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/AgenciaAGEVAP_ContratoGestao.aspx; http://hidroweb.ana.gov.br/consultanet/ContratosI.aspx		
Período de Vigência	Início	01/09/2004	
	Fim	31/12/2020	
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ	Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.	
	Da Entidade	-	
Limite para Remuneração (R\$ 1,00)⁽¹⁾	Dirigentes	R\$ 14.083,56	
	Empregados	R\$ 8.450,13	

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

⁽¹⁾ Limites estipulados pela Resolução ANA n.º 2018, de 15 de dezembro de 2014, e pela Resolução ANA n.º 276, de 21 de março de 2016.

Quadro 94 – Relação de membros do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração							
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício		
					Início	Fim	Renúncia
Poder Público	-	-	-	-	-	-	-
Sociedade Civil	-	-	-	-	-	-	-
Eleitos	-	-	-	-	-	-	-
Estatuto	Friedrich Wilhelm Herms	746.172.657-91	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 16/08/2011	03/10/2011	03/10/2015	-

	Dirceu Miguel Brandão Falce	180.982.666-72	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 02/10/2014	03/10/2014	03/10/2018	02/10/2015
	Paulo Teodoro de Carvalho	042.142.006-59	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 02/10/2014	03/10/2014	03/10/2018	02/10/2015
	Juarez de Magalhães	779.348.497-53	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 02/10/2013	03/10/2013	03/10/2017	22/06/2016
	Alexandre Vinícius Vieira da Rosa	042.142.006-59	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 02/10/2014	03/10/2013	03/10/2017	08/12/2016

	Jaime Teixeira Azulay	249.472.457-00	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 21/10/2015	01/10/2015	01/10/2019	
	Evandro Rodrigues de Britto	012.134.587-49	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 21/10/2015	01/10/2015	03/10/2018	
	Lúcio Henrique Bandeira	183.629.317-87	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 21/10/2015	01/10/2015	03/10/2018	
	Gilberto Fugmoto de Andrade	754.145+977-15	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 26/10/2016	26/10/2016	26/01/2018	
			Ordinárias	3			

Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício	Extraordinárias	3
--	------------------------	----------

Fonte: Diretoria Administrativo-Financeira

Quadro 95 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Reuniões	Nº de Reuniões de que o Conselheiro participou no Exercício	Ajuda de Custo (R\$ 1,00) (7)	
			2016	2015
Jaime Teixeira Azulay ^{(1) (2)}	Conselho de Administração	6	2.708,92	396,08
	Assembleia Geral	4	721,31	-
Evandro Rodrigues de Britto ⁽¹⁾	Conselho de Administração	6	6.543,29	507,37
	Assembleia Geral	0	-	-
Lúcio Henrique Bandeira ⁽¹⁾	Conselho de Administração	6	4.844,45	507,37
	Assembleia Geral	0	-	-
Gilberto Fugimoto de Andrade ^{(1) (3)}	Conselho de Administração	0	-	-
	Assembleia Geral	0	-	-
Juarez de Magalhães ⁽⁴⁾	Conselho de Administração	5	1.020,30	2.469,54
	Assembleia Geral	0	-	-
Alexandre Vinícius Vieira da Rosa ⁽⁵⁾	Conselho de Administração	6	5.567,58	4.560,99
	Assembleia Geral	0	-	-
Friedrich Wilhelm Herms	Conselho de Administração	5	-	6.150,24
	Assembleia Geral	3	-	1.454,78
Dirceu Miguel Brandão Falce	Conselho de Administração	5	-	6.990,57
	Assembleia Geral	0	-	-
Paulo Teodoro de Carvalho	Conselho de Administração	3	-	4.990,98
	Assembleia Geral	0	-	-
Total			21.405,85	28.027,92

Fonte: Diretoria Administrativa Financeira AGEVAP

⁽¹⁾ Quadro atual de conselheiros.

⁽¹⁾ Os Conselheiros Jaime Teixeira Azulay, Evandro Rodrigues de Brito e Lúcio Henrique Bandeira iniciaram o mandato no Conselho de Administração em 03/10/2015.

⁽²⁾ Informamos que as despesas do Conselheiro Jaime Teixeira Azulay contemplam as despesas com a participação nas reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da AGEVAP, uma vez que as reuniões da Assembleia Geral são presididas pelo Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP, conforme Estatuto Social e Regimento Interno.

⁽³⁾ O Conselheiro Gilberto Fugimoto de Andrade é membro do Conselho de Administração desde 26/10/2016.

⁽⁴⁾ O Conselheiro Juarez de Magalhães renunciou ao mandato em 23/06/2016.

⁽⁵⁾ O Conselheiro Alexandre Vinícius Vieira da Rosa foi membro do Conselho de Administração de 03/10/2014 até 08/12/2016 (óbito).

Os conselheiros fazem jus ao reembolso de despesas, conforme Artigo 19, item IV do Regimento Interno: "IV – os membros do Conselho de Administração serão reembolsados por custos de transporte, alimentação e hospedagem, quando devidamente convocados para reuniões, como com a Diretoria-Executiva da AGEVAP segundo a Norma Interna da AGEVAP aplicada a seus empregados"

Quadro 96 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada			
Nome		ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP	
CNPJ		05.422.000/0001-01	
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00) ⁽¹⁾			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	-	Julho	
Fevereiro	R\$ 1.289.874,96	Agosto	R\$ 1.734.332,57
Março	R\$ 977.691,97	Fevereiro ⁽²⁾	R\$ 2.508.298,57
Abril	R\$ 1.406.585,53	Outubro	-
Maio	-	Novembro	R\$ 1.753.200,92
Junho	-	Dezembro	R\$ 2.348.414,53
Total	R\$ 3.674.152,46	Total	R\$ 8.344.246,59

Fonte:

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2016/AcumuladaPBS_2016.pdf

(1) Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica.

(2) Incluída parcela de recursos adicionais de R\$ 773.966,00 conforme previsto no 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão n.º 014/ANA/2004

Quadro 97 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome		Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP				
CNPJ		05.422.000/0001-01				
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome		CPF	Área de Formação	Qualificaç ão	Ato de Designação	Período de Exercício
						Início Fim
André Luís de Paula Marques		060.433.898-86	Engenharia Mecânica	Diretor Presidente	Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração - 05/08/2013	02/09/2013 -

Aline Raquel de Alvarenga	075.308.3 67-14	Publicidade e Propaganda	Diretora de Relações Institucionais	Resolução CA-AGEVAP nº 57/2013 - 06/11/2013	12/07/2012	-
Julianne Elisabeth Nass Lumazini	116.795.7 47-44	Ciências Biológicas	Diretora de Planejamento Estratégico	Resolução CA-AGEVAP nº 88/2015 - 18/08/2015	01/09/2015	-
Juliana Gonçalves Fernandes	098.594.8 37-01	Engenharia Ambiental	Diretora de Recursos Hídricos	Resolução CA-AGEVAP nº 98/2015 - 21/10/2015	03/11/2015	-
Marcelo Bertonha	065.946.1 88-90	Engenharia Mecânica	Diretor de Recursos Hídricos	Resolução CA-AGEVAP nº 89/2015 - 18/08/2015	01/09/2015	03/11/2015
			Diretor Administrativo Financeiro	Resolução CA-AGEVAP nº 97/2015 - 21/10/2015	03/11/2015	-
Diego Elias Moreira Nascimento Gomes	302.263.2 38-03	Administração de Empresas	Diretor Administrativo Financeiro	Resolução CA-AGEVAP nº 55/2013 - 06/11/2013	06/01/2014	03/11/2015
Helvécio Zago Galvão César	150.187.9 78-27	Engenharia Civil	Diretor de Recursos Hídricos	Resolução CA-AGEVAP nº 60/2013 - 06/11/2013	06/01/2014	02/03/2015

Fonte: Diretoria Administrativa Financeira AGEVAP

Quadro 98 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão ⁽¹⁾

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP					
CNPJ	05.422.000/0001-01					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00) ⁽²⁾		Exercício 2016		20.267.076,00		
		Exercício 2015		18.182.098,25		
Quadro de Pessoal versus Remuneração Paga***						
Exercícios	Dirigentes ⁽³⁾		Empregados ⁽⁴⁾		Outros ⁽⁵⁾	
	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2016	5	460.844,46	14	502.776,16	2	223.020,06
2015	2	378.168,59	5	396.863,17	2	210.617,20

Fonte: Diretoria Administrativo-Financeira e 15º Relatório de Execução do Contrato de Gestão n.º

14/ANA/2004

⁽¹⁾ Informações referentes ao pessoal remunerado pelo Contrato de Gestão n.º 014/ANA/2004.

⁽²⁾ Valor referente ao repasse anual da cobrança pelo uso de recursos hídricos acrescido dos rendimentos financeiros e devoluções. Não considera desembolso. (Fonte: 15º Relatório de Execução do Contrato de Gestão n.º 14/ANA/2004)

⁽³⁾ No exercício de 2015, somente a remuneração de 2 (dois) dos 5 (cinco) dirigentes da Entidade Delegatária foram pagas com recursos do CG ANA/AGEVAP nº 14/04, os demais dirigentes receberam a remuneração com recursos dos Contratos de Gestão INEA/AGEVAP nº 01/2010 e INEA/AGEVAP nº 03/2010.

⁽³⁾ No exercício de 2015, houve desligamento de dois dirigentes no mês de março. A contratação de dois dirigentes no mês de setembro. O desligamento de um dirigente no mês de novembro. A complementação do quadro de dirigentes da entidade delegatária ocorreu no mês de novembro com a nomeação de funcionário do quadro de pessoal para ocupar cargo na diretoria- executiva.

⁽⁴⁾ No exercício de 2015, somente 5 (cinco) dos empregados da Entidade Delegatária foram remunerados integralmente através do CG AGEVAP/ANA.

No encerramento do exercício de 2016 a Entidade Delegatária possuía 05 (cinco) dirigentes e 10 (dez) empregados exercendo atividades meio e 04 (quatro) empregados exercendo atividade fim para o Contrato de Gestão ANA/AGEVAP nº 14/2004.

⁽⁵⁾ No exercício de 2016 houve dois desligamentos de empregados da Entidade Delegatária, sendo 1 (um) com remuneração integral paga pelo CG ANA/AGEVAP nº 14/2004 e 1 (um) com pagamento na forma de rateio entre os Contratos de Gestão ANA/AGEVAP nº 14/2004, INEA/AGEVAP nº 01/2010 e INEA/AGEVAP nº 03/2010.

Quadro 99 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP					
CNPJ	05.422.000/0001-01					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Órgão que representa	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Ínicio	Fim
Juliana Akiko Noguchi Suzuki	043.932.039-92	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 133/2017	22/02/2016	-
Giovanna de Sá Lúcio	013.093.286-84	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 133/2018	22/02/2016	-
Mirella Garaventa	815.499.540-91	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-
Tarcisio Tadeu Nunes Junior	013.472.396-18	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 133/2017	22/02/2016	-
Márcio de Araujo Silva	047.691.377-29	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-
Osman Fernandes da Silva (Coordenador)	527.542.350-00	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-
Ana Christina Ramos do Patrocínio	380.112.981-00	ANA	Técnico de Finanças e Controle	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-

Quadro 100 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada

Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP				
CNPJ	05.422.000/0001-01				
Informações da Prestação de Contas					
Data da Apresentação	deve apresentar até 15/02/2017				
Período de Referência	Data Início	01/01/2016			
	Data Fim	31/12/2016			
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2017				
*Situação da Análise	não iniciada				
**Decisão	-				
*Situação da Análise:	**Decisão: <ul style="list-style-type: none">▪ Concluída▪ Em andamento▪ Não iniciada▪ Aprovada▪ Reprovada▪ Em exigência				

Quadro 101 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP			
CNPJ	05.422.000/0001-01			
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)				
Valores Pactuados		Valores Repassados		Repasso Previsto para o Exercício Seguinte ⁽⁷⁾
Global	Para o Exercício ⁽¹⁾	No Exercício ⁽²⁾	Acumulado Até o Exercício ⁽³⁾	
Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul.	R\$ 10.632.571,81	R\$ 11.244.433,05	137.860.770,38	R\$ 11.526.520,31
Meta				
Descrição da Meta ⁽⁴⁾				Índice de desembolso anual (%)
Meta do Exercício		Pactuada	50%	
		Realizada	41%	
		% Realização	82%	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores		2015 (5)	199%	
		2014 (6)	253%	

Fonte:

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2017/AcumuladaPBS_2017.pdf;

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2015/AcumuladaPBS_2015.pdf;

<http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/>

(1) Valores pactuados com base em estimativa de arrecadação de recursos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (Informe CACG n.º 010/2015, de 03/09/2015).

(2) Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul e repassados à Entidade contratada.

(3) Valor referente a totalidade de repasse dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí desde 2006. Repasses acrescidos dos rendimentos financeiros e devoluções equivale a R\$ 183.268.276,82. (Fonte: 15º Relatório sobre a Execução do Contrato de Gestão n.º 014/ANA/2004 – Agevap).

(4) Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA.

(5) Este percentual tem como referência a meta do exercício de 2015 que foi de 40% de desembolso.

(6) Este percentual tem como referência a meta do exercício de 2014 que foi de 30% de desembolso.

(7) Valor constante de Nota de Empenho Estimativo n.º 2017NE000133, referente à previsão de arrecadação de recursos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Quadro 102 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Identificação da Entidade Contratada					
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP				
CNPJ	05.422.000/0001-01				
Indicador de Desempenho Pactuado					
Nome	1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES				
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 1A, será atribuindo um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. $NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (\text{PESOS})$				
Unidade de Medida	Item disponibilizado e atualizado (sim/não);				
Periodicidade de Medição	Anual				
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	8				
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.			
	2015	10			
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.				
Indicador de Desempenho Pactuado					
Nome	2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO				
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual no exercício 2013-2016; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios subseqüentes, discriminados no detalhamento do indicador. Para os demais indicadores, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração/entrega de cada relatório/produto discriminado no detalhamento do indicador. $NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (\text{PESOS})$				
Unidade de Medida	2-A: Plano Elaborado (sim/não); 2-B, 2-C e 2-D: Relatório apresentado (sim/não);				
Periodicidade de Medição	Anual				
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	2A - 2; 2B - 0; 2C - 1; 2D - 0				
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.			
	2015	5,7			
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.				
Indicador de Desempenho Pactuado					
Nome	3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS				

Fórmula de Cálculo	Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador. $NP = 10 * RESULTADO / META$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida	3-A e 3-B: % Desembolso/Repasso; 3-C: Nota atribuída;
Periodicidade de Medição	Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	3A - 40; 3B - 65; 3C - 1
Resultado do Indicador	2016 Avaliação será realizada em fevereiro de 2017. 2015 8,8
Análise do Indicador	Índice de desembolso anual, índice de desembolso acumulado e avaliação da cobrança pelos usuários;
Indicador de Desempenho Pactuado	
Nome	4 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário; $NP = 10 * RESULTADO / META$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida	Meses
Periodicidade de Medição	Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	12
Resultado do Indicador	2016 Avaliação será realizada em fevereiro de 2017. 2015 10
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
Indicador de Desempenho Pactuado	
Nome	5 - RECONHECIMENTO SOCIAL
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros do comitê, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez). O valor apurado seguirá as faixas abaixo: Média maior ou igual a 9 é considerada 10 Média maior ou igual a 8 é considerada 9 Média maior ou igual a 7 é considerada 8 Média maior ou igual a 6 é considerada 7 Média inferior a 6 - valor apurado será igual à média calculada; $NP = 10 * RESULTADO / META$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida	Nota (0 a 10);
Periodicidade de Medição	Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	10
2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.

Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
Fonte: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/AGEVAP/RelatorioFinalAgevap_2016_Exercicio_2015.pdf	

Quadro 103 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP
CNPJ	05.422.000/0001-01
Resultados	
Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Irregularidades ou Illegalidades Apuradas Durante o Exercício	-
Parecer da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 104 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da Unidade Administrativa Responsável							
Nome	Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG						
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos	Agência Nacional de Águas - ANA						
Atribuições da Unidade Responsável	Acompanhar a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais						
Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão**							
Direção e Assessoramento		Cargo Efetivo sem Função ou Comissão		Estagiários		Terceirizados	
Qtde.	Custo (R\$ 1,00)**	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)
5	R\$ 95.799,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00

*A CACG é composta por servidores de diferentes unidades organizacionais da ANA, conforme disposto na Resolução ANA n.º 498/2012.

**O valor informado representa o somatório das remunerações mensais brutas dos servidores que compõem a CACG. A dedicação dos membros não é exclusiva a esta comissão, tendo caráter eventual. O acompanhamento sistemático das ações conta com o apoio de servidor lotado na CINCS/SAS.

Quadro 105 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP
CNPJ	05.422.000/0001-01
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada	

Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?
-	-	-	-	-	-
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício					
Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 840C SERIE: BR17V1T0B9	Móvel	-	446,50	-	-
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 840C SERIE: BR17L1T1P8	Móvel	-	446,50	-	-
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRIÇÃO: COR CINZA, COM 02 PORTAS - MARCA: MARELLI	Móvel	-	328,06	-	-
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRIÇÃO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRIÇÃO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRIÇÃO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA	Móvel	-	76,00	-	-
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA	Móvel	-	76,00	-	-
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA	Móvel	-	76,00	-	-
ARQUIVO PARA ESCRITORIO	Móvel	-	227,00	-	-
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRIÇÃO: COM GRAVADORA DE CD E DVD/LG	Móvel	-	3374,00	-	-
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRIÇÃO: COM GRAVADORA DE CD E DVD/LOG	Móvel	-	3374,00	-	-
NOBREAK . - DESCRIÇÃO: 650 VA	Móvel	-	233,50	-	-
NOBREAK . - DESCRIÇÃO: 650 VA	Móvel	-	233,50	-	-
CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO	Móvel	-	65,00	-	-
ARMARIO ALTO EM MADEIRA	Móvel	-	163,00	-	-

CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL - MARCA: SONY - MODELO: MVC-FD75 - SERIE: 1465572	Móvel	-	1980,00	-	-	Não
NOBREAK . - DESCRICAO: 650 VA	Móvel	-	233,50	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO	Móvel	-	65,00	-	-	Não
SUPORTE EM MADEIRA PARA CPU	Móvel	-	25,80	-	-	Não
MESA COMPACTA COM 4 PLANOS - MARCA: AZ/LE	Móvel	-	162,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA	Móvel	-	76,00	-	-	Não
GAVETEIRO FIXO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS	Móvel	-	25,80	-	-	Não
MESA COMPACTA COM 4 PLANOS - MARCA: AZ/LE	Móvel	-	162,00	-	-	Não
CONEXAO EM MADEIRA	Móvel	-	21,00	-	-	Não
CONEXAO EM MADEIRA	Móvel	-	21,00	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO	Móvel	-	65,00	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO	Móvel	-	65,00	-	-	Não
GAVETEIRO FIXO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS	Móvel	-	25,80	-	-	Não
SUPORTE EM MADEIRA PARA CPU	Móvel	-	25,80	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR PENTIUM - MARCA: ACER - SERIE: 0R01Q4714800C70K000	Móvel	-	4552,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 4, 2.8GHZ - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 298353	Móvel	-	2585,70	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 4, 2.8GHZ - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 298398	Móvel	-	2585,70	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 4, 2.8GHZ - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 298368	Móvel	-	2585,70	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 17 POLEGADAS - MARCA: PROVIEW - SERIE: 410049326	Móvel	-	507,30	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 17 POLEGADAS - MARCA: PROVIEW - SERIE: 410049345	Móvel	-	507,30	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO:	Móvel	-	507,30	-	-	Não

17 POLEGADAS - MARCA: PROVIEW - SÉRIE: 410049239					
---	--	--	--	--	--

Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo

Quadro 106 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	Agência Nacional de Águas
UG SIAFI	44205
Atribuições da UJ Contratante do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 014/2010/ANA.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO
CNPJ	09.226.288/0001-91
Endereço	Rua dos Carijós, 166, 5º andar- Centro, Belo Horizonte - MG, 30120-060
Dirigente Máximo	Célia Maria Brandão Fróes
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 9.433/1997 (artigo 47). A Lei n.º 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei no 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA n.º 552, de 8 de agosto de 2011
Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.
Informações do Contrato de Gestão	
Número	14/2010
Data Celebração	30/06/2010
Objeto	Alcance, pela PEIXE VIVO, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearecadacao/AGBPeixeVivo_ContratoDeGestao.aspx ; http://hidroweb.ana.gov.br/consultanet/Contratos1.aspx
Período de Vigência	Início 30/06/2010
	Fim 31/12/2017
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e recursos adicionais previstos no Contrato de Gestão

	Da Entidade	-
Limite para Remuneração (R\$ 1,00) ¹	Dirigentes	R\$ 14.083,56
	Empregados	R\$ 8.450,13

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

¹ Limites estipulados pela Resolução ANA n.º 2018, de 15 de dezembro de 2014, e pela Resolução ANA n.º 276, de 21 de março de 2016.

Quadro 107 – Relação de membros do Conselho de Administração						
Membros do Conselho de Administração						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Usuários de Recursos Hídricos*	Leonardo Guimarães Ribeiro	027.907.309-70	ARCELOR MITTAL BRASIL S.A	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Nelson Cunha Guimarães	661.933.206-44	COPASA	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Silvana Mônica Vaz	607.118.336-72	COPASA	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Tales Heliodoro Viana	270.278.646-49	COPASA	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Renato Júnio Constâncio	778.306.446-91	CEMIG	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Marcelo de Deus	350.241.786-53	CEMIG	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Márcio Alvarenga Miranda	319.970.316-04	CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Vitor Márcio Nunes Feitosa - Presidente	937.646.348-04	SINDIEXTRA - SINDICATO DA INDÚSTRIA MINERAL	Não se aplica	2013	2017
	Cristiano Patrício Constâncio	044.558.206-55	RIMA INDUSTRIAL S/A	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Maria de Lourdes Pereira dos Santos - Vice Presidente	519.308.036-72	VALE	Não se aplica	2013	2017
	Letícia Lara Figueiredo	084.068.626-96	LIASA - LIGAS DE ALUMÍNIO S.A	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Celso Scalabrin Costa	238.778.201-15	ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO LTDA.	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Carlos Diniz Murta Filho	659.850.526-72	FERROUS RESOURCES S.A	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

	João Carlos de Melo	007.8 78.09 6-91	IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Da Socieda de Civil	Hilda de Paiva Bicalho	150.1 92.25 6-49	AMBIENTAL PIEDADE	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Simone Alvarenga Borja Bottrel	486.6 43.59 6-87	PROCITTÁ	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Francisca de Paula	631.2 55.79 6-00	ADAO - ARTES E OFÍCIOS	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Ademir Martins Bento	108.6 42.96 6-49	SOPROGER - SOCIEDADE PRÓ - MELHORAMENTO DO BAIRRO SÃO GERALDO	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Francisca de Paula	631.2 55.79 6-00	ADAO - ARTES E OFÍCIOS	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Weber Coutinho	199.8 81.09 6-87	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RECUPERAÇÃO DA BACIA DA PAMPULHA	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	José Nelson de Almeida Machado	070.1 01.68 6-87	ARCA AMA SERRA	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Antônio Thomaz Gonzaga da Mata Machado	257.6 70.70 6-87	SOS RIO DAS VELHAS - INSTITUTO GUAICUY	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Vitor Márcio Nunes Feitosa e Maria de Lourdes Pereira dos Santos	-	Eleitos como Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração	Eleição registrada em ata da 5ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral realizada em 04/11/2013	-	-
Eleitos	Não se aplica	-	-	-	-	-
Estatut o	Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício 2016		Ordinárias		2	
			Extraordinárias		0	
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício 2015			Ordinárias		3	
			Extraordinárias		0	
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício 2014			Ordinárias		3	
			Extraordinárias		0	

*O Conselho de Administração da AGB Peixe Vivo, de acordo com, o Estatuto Social da agência é composto por representantes usuários e da sociedade civil. Os membros são indicados pelas instituições. Os únicos membros eleitos são para os cargos de presidente e vice presidente do Conselho de Administração e Fiscal.

Fonte: 6ª Alteração do Estatuto Social da AGB Peixe Vivo (disponível para acesso no link:
<http://agenciapeixevivo.org.br/estatuto/>)

Quadro 108 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício 2016	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício 2015	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício 2014	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)		
				2016	2015	2014
Ronaldo Pereira da Silva (CF e AG)	0	1	3	0,00	80,00	240,00
Francisca de Paula Martins (CA e AG)	3	1	1	120,00	80,00	80,00
Tarcísio de Paula Cardoso (CF e AG)	5	5	4	320,00	400,00	320,00
Célia Regina Alves Renno (CF e AG)	0	3	2	0,00	240,00	160,00
Simone Alvarenga Borja (CA e AG)	1 CA (porém não solicitou ajuda de custo)	0	0	0,00	0,00	0,00
Ademir Martins Bento (CA e AG)	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Hilda de Paiva Bicalho (CA e CF AG)	0	0	4	0,00	0,00	6000,00
Márcio Tadeu Pedrosa (CF e AG)	1 CF (porém não solicitou ajuda de custo)	1	0	0,00	80,00	0,00
Maria de Fátima Guimarães Gouvea (CF e AG)	3	1	0	240,00	80,00	0,00
Total Geral (R\$)				680,00	960,00	6.800,00

Fonte: Prestação de Contas Anual - AGB Peixe Vivo

Legenda: CF.: Conselho Fiscal; CA.: Conselho de Administração; AG: Assembleia Geral

Nota explicativa: 2016

- 1) Todos os conselheiros compõem a Assembleia Geral da AGB Peixe Vivo.
- 2) Tarcísio de Paula Cardoso em 2016 participou de 4 reuniões do Conselho Fiscal e 1 da Assembleia Geral.
- 3) Maria de Fátima Guimarães Gouvea em 2016 participou de 03 reuniões do Conselho Fiscal.
- 4) Francisca de Paula Martinso em 2016 participou de 2reuniões do Conselho Fiscal e 1 da Assembleia Geral.
- 5) Ronaldo Pereira e Célia Regina não participam mais dos Conselhos da AGB Peixe Vivo

Quadro 109 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO		
CNPJ	09.226.288/0001-91		
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00) ¹			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	-	Julho	
Fevereiro	-	Agosto	R\$ 3.270.582,67
Março		Setembro	R\$ 2.520.267,63
Abri	R\$ 9.026.568,56	Outubro	R\$ 500.432,09
Maio		Novembro	
Junho	R\$ 2.813.281,05	Dezembro	R\$ 3.508.639,00

Total	R\$ 11.839.849,61	Total	R\$ 9.799.921,39
-------	-------------------	-------	------------------

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesadiarias/> e
http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2015/AcumuladaSF_2015.pdf

¹ Os valores correspondem ao montante arrecadado com cobrança pelo uso de recursos hídricos

Quadro 110 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo					
CNPJ	09.226.288/0001-91					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Ínicio	Fim
Alberto Simon Schwartzman	228.935.206-34	Engenharia	Doutorado	Não se aplica	03/09/2010	Atualmente no cargo
Ana Cristina da Silveira	790.270.596-91	Biologia	Especialização	Não se aplica	04/08/2010	Atualmente no cargo
Berenice Coutinho Malheiros dos Santos	150.856.196-68	Biologia	Especialização	Não se aplica	10/02/2011	Atualmente no cargo
Célia Maria Brandão Fróes	463.217.646-04	Engenharia	Mestrado	Não se aplica	03/09/2010	Atualmente no cargo

Quadro 111 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo					
CNPJ	09.226.288/0001-91					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00) ¹			Exercício 2016			22.397.210,12
			Exercício 2015			24.115.086,83
Quadro de Pessoal versus Remuneração Paga						
Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2016	4	732.320,67	15	890.492,31 ²	5	46.499,21 ³
2015	4	935.452,06	14	629.531,15	13	55.334,87

Prestação de Contas Anual - AGB Peixe Vivo

1 Valor referente a repasses acrescidos dos rendimentos financeiros (fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016 - AGB Peixe Vivo)

² Do valor total de R\$890.492,31, o valor de R\$884.847,31 refere-se à 12 (doze) empregados, enquanto o valor de R\$5.645,00 refere-se à 3 (três) estagiários.

³ O valor de R\$46.499,21 refere-se a serviços prestados por profissionais autônomos, sendo que o valor de R\$1.579,21 refere-se a serviços de manutenção realizados por 3 (três) profissionais, enquanto o valor de R\$44.920,00 refere-se ao serviço de 2 (dois) consultores que realizaram estudos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Quadro 112 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO

CNPJ	09.226.288/0001-91	
Informações da Prestação de Contas		
Data da Apresentação	deve apresentar até 15/02/2017	
Período de Referência	Data Início	01/01/2016
	Data Fim	31/12/2016
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2017	
*Situação da Análise	não iniciada	
**Decisão	-	
*Situação da Análise:	**Decisão: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Concluída ▪ Em andamento ▪ Não iniciada ▪ Aprovada ▪ Reprovada ▪ Em exigência 	

Quadro 113 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO- AGB PEIXE VIVO			
CNPJ	09.226.288/0001-91			
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)				
Global	Valores Pactuados	Valores Repassados	Acumulado Até o Exercício ²	Repasso Previsto para o Exercício Seguinte ¹
	Para o Exercício	No Exercício ²	Exercício ³	
Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rio São Francisco e recursos adicionais previstos no Contrato de Gestão	R\$ 22.178.867,00	R\$ 21.639.771,00	137.812.342,32	R\$ 23.354.722,00
Meta				
Descrição da Meta ⁴	Índice de desembolso anual - IDA(%)			
Meta do Exercício	Pactuada	65%		
	Realizada	113%		
	% Realização	161%		
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2015 ⁵	172%		
	2014 ⁶	159%		

 Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesadiarias/>;

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2015/AcumuladaSF_2015.pdf
¹ Valor constante de Nota de empenho estimativo 2017NE000132.

² Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco e repassados à Entidade contratada. No entanto, devido a repasse em 29/12, foram recebidos pela contratada R\$ 18.131.132,00, sendo este o valor considerado para cálculo do Índice de desembolso.

³ Valor referente a repasses de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco desde 2010 (não inclui rendimentos financeiros e não considera desembolso realizado)

⁴ Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA.

⁵ % de realização considerando que a meta de desembolso para 2015 era 50% (IDA= 86%; valor desembolsado = R\$ 20.637.481,01)

⁶ % de realização considerando que a meta de desembolso para 2014 era 35% (IDA= 56%; valor desembolsado = R\$ 16.459.975,42)

Quadro 114 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Identificação da Entidade Contratada					
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO				
CNPJ	09.226.288/0001-91				
Indicador de Desempenho Pactuado					
Nome	1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES				
Fórmula de Cálculo	<p>Para o indicador 1A, será atribuindo um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. $NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (\text{PESOS})$</p>				
Unidade de Medida	Item disponibilizado e atualizado (sim/não);				
Periodicidade de Medição	Anual				
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	8				
Resultado do Indicador	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 15%;">2016</td><td>Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.</td></tr> <tr> <td>2015</td><td>10</td></tr> </table>	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.	2015	10
2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.				
2015	10				
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.				
Indicador de Desempenho Pactuado					
Nome	2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO				
Fórmula de Cálculo	<p>Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual no exercício 2012; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios subseqüentes, descriminados no detalhamento do indicador. $NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (\text{PESOS})$</p>				
Unidade de Medida	2-A: Plano Elaborado (sim/não); Relatório Apresentado (sim/não);				
Periodicidade de Medição	Anual				
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	2A - 2;				
Resultado do Indicador	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 15%;">2016</td><td>Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.</td></tr> <tr> <td>2015</td><td>10</td></tr> </table>	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.	2015	10
2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.				
2015	10				
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.				
Indicador de Desempenho Pactuado					
Nome	3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS				
Fórmula de Cálculo	<p>Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador. $NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (\text{PESOS})$</p>				
Unidade de Medida	3-A e 3-B: % Desembolso/Repasso; 3-C: Nota atribuída;				

Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		3A - 50; 3B - 25; 3C -1;
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
	2015	10
ANÁLISE DO INDICADOR		Índice de desembolso anual, índice de desembolso acumulado e avaliação da cobrança pelos usuários;
Indicador de Desempenho Pautado		
Nome		4 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário; . NP = 10 * RESULTADO / META 0 ≤ NP ≤ 10; NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		Meses
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		4A-12;
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
	2015	10
ANÁLISE DO INDICADOR		Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
Indicador de Desempenho Pautado		
Nome		5 - RECONHECIMENTO SOCIAL
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros do comitê, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez). O valor apurado seguirá as faixas abaixo: Média maior ou igual a 9 é considerada 10 Média maior ou igual a 8 é considerada 9 Média maior ou igual a 7 é considerada 8 Média maior ou igual a 6 é considerada 7 Média inferior a 6 – valor apurado será igual à média calculada ; NP = 10 * RESULTADO / META 0 ≤ NP ≤ 10; NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		Nota (0 a 10);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		10
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
	2015	10
ANÁLISE DO INDICADOR		Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.

Fonte:http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/PeixeVivo/RelatorioFinalAgbPeixeVivo_2016_Exercicio_2015.pdf

Quadro 115 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO
CNPJ	09.226.288/0001-91
Resultados	

Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	-
Parecer da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 116 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da Unidade Administrativa Responsável							
Nome	Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG						
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos	Agência Nacional de Águas - ANA						
Atribuições da Unidade Responsável	Acompanhar a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais						
Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão*							
Direção e Assessoramento		Cargo Efetivo sem Função ou Comissão	Estagiários		Terceirizados		
Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)
5	R\$ 95.799,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00

*A CACG é composta por servidores de diferentes unidades organizacionais da ANA, conforme disposto na Resolução ANA n.º 498/2012.

**O valor informado representa o somatório das remunerações mensais brutas dos servidores que compõem a CACG. A dedicação dos membros não é exclusiva a esta comissão, tendo caráter eventual. O acompanhamento sistemático das ações conta com o apoio de servidor lotado na CINCS/SAS.

Quadro 117 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

POLTRONA TIPO MODULO EM TECIDO - DESCRIAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM MADEIRA - MARCA: TECNO	Móvel	-	660,00	-	-	Não
POLTRONA TIPO MODULO EM TECIDO - DESCRIAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM MADEIRA - MARCA: TECNO	Móvel	-	660,00	-	-	Não
POLTRONA TIPO MODULO EM TECIDO - DESCRIAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM MADEIRA - MARCA: TECNO	Móvel	-	660,00	-	-	Não
POLTRONA TIPO MODULO EM TECIDO - DESCRIAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM MADEIRA - MARCA: TECNO	Móvel	-	660,00	-	-	Não
MESA DE APOIO PARA IMPRESSORA E FAX - DESCRIAO: EM MADEIRA NA COR CINZA.	Móvel	-	264,50	-	-	Não
ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM - DESCRIAO: POTENCIA NOMINAL DE ENTRADA 600 VA / SAIDA 600 WATTS - MARCA: ENERMAX - MODELO: EXS PERSONAL IT - SERIE: 2E1030301251	Móvel	-	158,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRIAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRIAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRIAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRIAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRIAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
ARMARIO-ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRIAO: COR CINZA, COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,90 ALTURA	Móvel	-	750,00	-	-	Não
ARMARIO-ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRIAO: COR CINZA, COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,90 ALTURA	Móvel	-	750,00	-	-	Não
ARMARIO-ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRIAO: COR CINZA, COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,90 ALTURA	Móvel	-	750,00	-	-	Não
ARMARIO-ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRIAO: COR CINZA, COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,90 ALTURA	Móvel	-	750,00	-	-	Não

ARMARIO-ESTANTE EM MADEIRA - DESCRIAO: COR CINZA, COM PORTA, MED. 1,50 ALTURA	Móvel	-	420,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRIAO: COR CINZA, COM 04 GAVETAS	Móvel	-	360,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRIAO: COR CINZA, COM 04 GAVETAS	Móvel	-	360,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRIAO: COR CINZA, COM 04 GAVETAS	Móvel	-	360,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRIAO: COR CINZA, COM 04 GAVETAS	Móvel	-	360,00	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM ACO - DESCRIAO: COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,70 ALTURA	Móvel	-	350,00	-	-	Não
GAVETEIRO VOLANTE EM MADEIRA - DESCRIAO: COM 03 GAVETAS	Móvel	-	320,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRIAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRIAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRIAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRIAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRIAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRIAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRIAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
REFRIGERADOR TIPO FRIGO BAR - DESCRIAO: CAPACIDADE 80 LITROS. - MARCA: CONSUL	Móvel	-	644,00	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - MARCA: SIEMENS - MODELO: EUROSET 3005 - SERIE: E05D84105328	Móvel	-	48,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRIAO: , COR CINZA COM 06 PRATELEIRAS, MED. 1,98X1,04X0,33 CM. - MARCA: PANDIN - MODELO: EBS	Móvel	-	389,92	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRIAO: , COR CINZA COM 06 PRATELEIRAS, MED. 1,98X1,04X0,33 CM. - MARCA: PANDIN - MODELO: EBS	Móvel	-	389,92	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRIAO: , COR CINZA COM 06 PRATELEIRAS, MED. 1,98X1,04X0,33 CM. - MARCA: PANDIN - MODELO: EBS	Móvel	-	389,92	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRIAO: , COR CINZA COM 06 PRATELEIRAS, MED. 1,98X1,04X0,33 CM. - MARCA: PANDIN - MODELO: EBS	Móvel	-	389,92	-	-	Não

Quadro 118 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	Agência Nacional de Águas
UG SIAFI	44205
Atribuições da UJ Contratante do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 072/2011/ANA.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO
CNPJ	05.112.703/0002-06
Endereço	Rua Afonso Pena, 2590 – Centro – Governador Valadares – MG. CEP: 35010-000
Dirigente Máximo	Eduardo Figueiredo
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 9.433/1997 (artigo 47). A Lei n.º 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei nº 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA n.º 552, de 8 de agosto de 2011
Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 072/2011/ANA.
Informações do Contrato de Gestão	
Número	72/2011
Data Celebração	26/10/2011
Objeto	Alcance, pelo IBIO, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearecadacao/AgenciaIBIO_ContratoGestao.aspx ; http://hidroweb.ana.gov.br/consultanet/ContratosI.aspx
Período de Vigência	Ínicio 26/10/2011
	Fim 31/12/2017
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce e recursos adicionais previstos no Contrato de Gestão
	Da Entidade -
Limite para Remuneração (R\$ 1,00)¹	Dirigentes R\$ 14.083,56
	Empregados R\$ 8.450,13

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG
¹ Limites estipulados pela Resolução ANA n.º 2018, de 15 de dezembro de 2014, e pela Resolução ANA n.º 276, de 21 de março de 2016.

Quadro 119 – Relação de membros do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Ínicio	Fim
Poder Público						
Da Sociedade Civil						
Eleitos	Alexandre Gonçalves Fachin	742.991.900-68	Petroleo Brasileiro S/A - Petrobras	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Alysson Paulinelle	004.071.436-53	Independente	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Antônio Sérgio Alípio	781.773.918-87	Veracel Celulose S/A	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Eliezer Batista da Silva	607.460.507-63	Independente	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Erling Sven Lorentzen	021.948.307-82	Lorentzen Empreendimentos S/A	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Ernst Brugger	-	Independente	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Fernando Veiga	-	The Nature Conservancy	Assembleia Geral Ordinária	18/03/2016	30/04/2017
	Haakon Lorentzen	667.258.797-72	Lorentzen Empreendimentos S/A	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Marcos Castrioto de Azambuja	128.638.581-49	Independente	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Paulo Brant	204.271.236-15	Cenibra Celulose Nipo-Brasileira S/A	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Renato Gomes Carneiro Filho	144.165.655-34	Veracel Celulose S/A	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Olavo Machado	-	FIEMG	Assembleia Geral Ordinária	18/03/2016	30/04/2017
	Rubens Benini	280.050.228-24	The Nature Conservancy	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
Estatuto	http://www.ibioagbdoce.org.br/estatuto-social/					
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício				Ordinárias	1	
				Extraordinárias		

Fonte: Instituto BioAtlântica - IBIO

Quadro 120 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)	
		2016	2015
Alexandre Gonçalves Fachin	-	-	-
Alysson Paulinelli	-	-	-
Antônio Sérgio Alípio	-	-	-
Eliezer Batista da Silva	-	-	-
Erling Sven Lorentzen	-	-	-
Ernst Brugger	-	-	-
Fernando Veiga	-	-	-
Haakon Lorentzen	-	-	-
Marcos Castrioto de Azambuja	-	-	-
Paulo Brant	-	-	-
Renato Gomes Carneiro Filho	-	-	-
Olavo Machado	-	-	-
Rubens Benini	-	-	-

Fonte: Instituto BioAtlântica - IBIO
Quadro 121 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada			
Nome		INSTITUTO BIOATLÂNTICA- IBIO	
CNPJ		05.112.703/0002-06	
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00) ¹			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	-	Julho ²	R\$ 929.182,49
Fevereiro ²	R\$ 10.975.600,00	Agosto	-
Março	R\$ 1.680.420,52	Setembro	R\$ 3.188.446,21
Abril	R\$ 1.698.176,63	Outubro	
Maio	-	Novembro	R\$ 859.310,45
Junho	R\$ -	Dezembro	R\$ 1.691.406,36
Total	R\$ 14.354.197,15	Total	R\$ 6.668.345,51

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesadiarias/>;
http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2015/AcumuladaRioDoce_2015.pdf
¹ Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

² Incluído repasse adicional de recursos no valor de R\$ 10.975.600,00, conforme previsto no 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão n.º 72/ANA/2011 (para enfrentamento da crise em função do desastre de Mariana)

Quadro 122 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA- IBIO
CNPJ	05.112.703/0002-06
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada	

Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Ínicio	Fim
Ricardo Alcântara Valory	903.846.527-00	Engenharia Agronômica	Pós-Graduado	Ata de Reunião de Diretoria do Instituto BioAtlântica dia 15 de julho de 2014	15/07/2014	-
Fabiano Henrique da Silva Alves	047.927.516-59	Engenharia Agronômica	Pós-Graduado	Ata de Reunião de Diretoria Colegiada do CBH Doce dia 01 de setembro de 2015	16/09/2015	-

Fonte: Instituto BioAtlântica - IBIO

Quadro 123 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA- IBIO					
CNPJ	05.112.703/0002-06					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00) ¹		Exercício 2016			11.525.203,13	
		Exercício 2015			10.624.661,53	
Quadro de Pessoal versus Remuneração Paga						
Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2016	2	431.213,43	13	929.214,67	8	53.288,92
2016*	1	136.838,44	8	572.763,18	10	119.564,83
2015	1	215.442,15	8	303.369,64	11	78.263,29
2015*	2	300.233,94	5	349.170,28	3	11.209.59

Fonte: Instituto BioAtlântica - IBIO

1 - valor referente a repasses acrescidos dos rendimentos financeiros (fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016 - IBIO)

Observação 1: *Custeados com recursos do Contrato de Gestão IGAM 001/2011.

Observação 2: A coluna "Outros" está relacionada com estagiários.

Observação 3: No que toca ao Exercício de 2016 para os valores apresentados na planilha acima, foram considerados o salário bruto somados aos encargos patronais. Cumpre esclarecer que não foram lançados nos cálculos os benefícios tais como auxílio transporte, vale refeição e plano de saúde.

Quadro 124 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO
CNPJ	05.112.703/0002-06
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação	

Nome	CPF	Órgão que representa	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Ínicio	Fim
Juliana Akiko Noguchi Suzuki	043.932.039-92	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 133/2017	22/02/2016	-
Giovanna de Sá Lúcio	013.093.286-84	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 133/2018	22/02/2016	-
Mirella Garaventa	815.499.540-91	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-
Tarcisio Tadeu Nunes Junior	013.472.396-18	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 133/2017	22/02/2016	-
Márcio de Araujo Silva	047.691.377-29	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-
Osman Fernandes da Silva (Coordenador)	527.542.350-00	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-
Ana Christina Ramos do Patrocínio	380.112.981-00	ANA	Técnico de Finanças e Controle	Resolução ANA n.º 133/2016	22/02/2016	-

Quadro 125 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO	
CNPJ	05.112.703/0002-06	
Informações da Prestação de Contas		
Data da Apresentação	deve apresentar até 15/02/2017	
Período de Referência	Data Início	01/01/2016
	Data Fim	31/12/2016
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2017	
*Situação da Análise	não iniciada	
**Decisão	-	
*Situação da Análise: ▪ Concluída ▪ Em andamento ▪ Não iniciada	**Decisão: ▪ Aprovada ▪ Reprovada ▪ Em exigência	

Quadro 126 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO	
CNPJ	05.112.703/0002-06	
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)		

Valores Pactuados		Valores Repassados		Repasso Previsto para o Exercício Seguinte ⁴
Global	Para o Exercício ¹	No Exercício ²	Acumulado Até o Exercício ³	
Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce e recursos adicionais previstos no Contrato de Gestão	R\$ 12.635.132,37	R\$ 20.874.645,00	R\$ 41.888.282,81	R\$ 11.725.417,82
Meta				
Descrição da Meta⁵			Índice de desembolso anual (%)	
Meta do Exercício			Pactuada	60%
			Realizada	68,06%
			% Realização	113,44%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores			2015⁶	100,57%
			2014⁷	101%

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/>;
http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2015/AcumuladaRioDoce_2015.pdf

¹ - INFORME CCG/ANA Nº 011 de 12 de novembro de 2015

² - Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce e parcela adicional de recursos conforme previsto no contrato de gestão.

³ - Valor referente a repasses de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce desde 2011

⁴ - INFORME CCG/ANA Nº 08 de 22 de novembro de 2016

⁵ - Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA.

⁶ - Este percentual tem como referência a meta do exercício de 2015 que foi de 50% de desembolso.

⁷ - Este percentual tem como referência a meta do exercício de 2014 que foi de 35% de desembolso.

Quadro 127 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Identificação da Entidade Contratada					
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA				
CNPJ	05.112.703/0002-06				
Indicador de Desempenho Pactuado					
Nome	1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES				
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 1A, será atribuindo um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. $NP = 10 * \frac{\text{RESULTADO}}{\text{META}}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$				
Unidade de Medida	Item disponibilizado e atualizado (sim/não);				
Periodicidade de Medição	Anual				
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	8				
Resultado do Indicador	<table border="1"> <tr> <td>2016</td><td>Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.</td></tr> <tr> <td>2015</td><td>10</td></tr> </table>	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.	2015	10
2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.				
2015	10				
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.				
Indicador de Desempenho Pactuado					
Nome	2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO				

Fórmula de Cálculo		Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual no exercício 2012; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios subseqüentes, descrevendo os detalhamentos do indicador. Para o indicador 2B, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do relatório de avaliação da execução das ações previstas no - PIRH-Doce, desde que atendidos os requisitos mínimos estabelecidos no detalhamento do indicador. $NP = \frac{10 * \text{RESULTADO}}{\text{META}}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \frac{\sum (NP * PESO)}{\sum (PESOS)}$
Unidade de Medida		2-A: Plano Elaborado (sim/não); 2-B: Relatório apresentado (sim/não);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		2A - 2; 2B - 1;
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
	2015	8,5
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C será atribuído um ponto para cada item disponibilizado da relação de itens constantes do detalhamento do indicador. Para o indicador 3D, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador. $NP = \frac{10 * \text{RESULTADO}}{\text{META}}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \frac{\sum (NP * PESO)}{\sum (PESOS)}$
Unidade de Medida		3-A e 3-B: % Desembolso/Repasso; 3-C: Item disponibilizado; 3-D: Nota atribuída;
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		3A - 50; 3B - 25
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
	2015	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		4 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário; Para o indicador 4B, o resultado será calculado com a seguinte fórmula: número de boletos com recebimento confirmado x 10 (número de boletos gerados pela ana). $NP = \frac{10 * \text{RESULTADO}}{\text{META}}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \frac{\sum (NP * PESO)}{\sum (PESOS)}$
Unidade de Medida		4-A: Meses; 4-B: %boletos recebidos
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		4A-12; 4B-10
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
	2015	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.
Indicador de Desempenho Pactuado		

Nome	5 - RECONHECIMENTO SOCIAL				
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros do comitê, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez); $= \frac{10 * \text{RESULTADO}}{NP} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$				
Unidade de Medida	Nota (0 a 10);				
Periodicidade de Medição	Anual				
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	10				
Resultado do Indicador	2016	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.			
	2015	0			
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2017.				
Fonte:	http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/IBIO/RelatorioGestao_IBIO_2016.pdf				

Quadro 128 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO
CNPJ	05.112.703/0002-06
Resultados	
Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício	Avaliação do exercício de 2016 não iniciada.
Irregularidades ou Illegalidades Apuradas Durante o Exercício	-
Parecer da Comissão de Avaliação	Avaliação do exercício de 2016 não iniciada.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Avaliação do exercício de 2016 não iniciada.

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 129 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da Unidade Administrativa Responsável							
Nome	Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG						
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos	ANA						
Atribuições da Unidade Responsável	Acompanhar a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais						
Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão*							
Direção e Assessoramento		Cargo Efetivo sem Função ou Comissão	Estagiários	Terceirizados			
Qtde.	Custo (R\$ 1,00)**	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)
5	R\$ 95.799,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00

*A CACG é composta por servidores de diferentes unidades organizacionais da ANA, conforme disposto na Resolução ANA n.º 498/2012.

**O valor informado representa o somatório das remunerações mensais brutas dos servidores que compõem a CACG. A dedicação dos membros não é exclusiva a esta comissão, tendo caráter eventual. O acompanhamento sistemático das ações conta com o apoio de servidor lotado na CINCS/SAS.

Quadro 130 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO					
CNPJ	05.112.703/0002-06					
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada						
Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?	
-	-	-	-	-	-	-
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício						
Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRIÇÃO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: NIFLEX	Móvel	-	536,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRIÇÃO: COM ACABAMENTO EM LAMINADO MELAMINICO	Móvel	-	0,01	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRIÇÃO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: NIFLEX	Móvel	-	536,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRIÇÃO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: NIFLEX	Móvel	-	536,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRIÇÃO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: NIFLEX	Móvel	-	536,00	-	-	Não
TRANSECTOR PARA FAC-SIMILE - MARCA: BROTHER - MODELO: INTELLIFAX 775 - SÉRIE: U60117J1K503013	Móvel	-	598,00	-	-	Não
MESA PARA REUNIÃO EM MADEIRA - DESCRIÇÃO: COR CINZA FORMATO REDONDO COM BASE EM METAL	Móvel	-	313,95	-	-	Não
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - SÉRIE: MX19I1Z24T	Móvel	-	1740,00	-	-	Não
PROJETOR MULTIMÍDIA - DESCRIÇÃO: PORTATIL -	Móvel	-	5490,00	-	-	Não

MARCA: EPSON - MODELO: EMP-S1 - SERIE: FCHG393217F					
ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM - DESCRIAO: POTENCIA NOMINAL DE ENTRADA 600 VA / SAIDA 600 WATTS - MARCA: ENERMAX - MODELO: EXS PERSONAL IT - SERIE: 2E1030301281	Móvel	-	158,00	-	-
ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM - DESCRIAO: POTENCIA NOMINAL DE ENTRADA 600 VA / SAIDA 600 WATTS - MARCA: ENERMAX - MODELO: EXS PERSONAL IT - SERIE: 2E1030301275	Móvel	-	158,00	-	-
ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM - DESCRIAO: POTENCIA NOMINAL DE ENTRADA 300 VA, 115 V - MARCA: SMS - MODELO: REVOLUTION - SERIE: 15603483610	Móvel	-	158,00	-	-
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO EM TECIDO - MARCA: RUNAPEL	Móvel	-	215,00	-	-
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO EM TECIDO - MARCA: RUNAPEL	Móvel	-	215,00	-	-
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO EM TECIDO - MARCA: RUNAPEL	Móvel	-	215,00	-	-
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - MARCA: SIEMENS - MODELO: EUROSET 805-S	Móvel	-	35,90	-	-
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - MARCA: SIEMENS - MODELO: EUROSET 805-S	Móvel	-	35,90	-	-
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - MARCA: SIEMENS - MODELO: EUROSET 805-S	Móvel	-	35,90	-	-
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRIAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRIAO: COM 3 GAVETAS,	Móvel	-	287,00	-	-

ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE						
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 15 POLEGADAS - MARCA: ITAUTEC - MODELO: SW500E - SERIE: 2388T15581C31006608	Móvel	-	389,75	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: PROCESSADOR: 3.06 GHZ 775 PINOS; MEMORIA: 1 GB (2 X 512MB DDR 400); PLACA MÃE COM SOM E REDE ONBOARD; PLACA DE VIDEO 128MB PCIE; HD 80GB 7200 RPM SATA. COM GRAVADOR DE DVD. - MARCA: ITAUTEC - MODELO: G5667 - SERIE: G566701800121	Móvel	-	2470,25	-	-	Não
IMPRESSORA LASER - DESCRICAO: COLOR - MARCA: HP - MODELO: LASERJET 1500L - SERIE: CNGGD08005	Móvel	-	3000,00	-	-	Não
CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: 18000 BTUS - MARCA: LG - SERIE: 312KA00547	Móvel	-	1485,00	-	-	Não
PROJETOR MULTIMIDIA - DESCRICAO: PORTATIL - MARCA: SONY - MODELO: VPL-DS100 - SERIE: 12881	Móvel	-	7722,00	-	-	Não
UNIDADE LEITORA E GRAVADORA DE CD-ROM - DESCRICAO: EXTERNA - MARCA: LG - MODELO: VIPOWER	Móvel	-	339,00	-	-	Não
SCANNER DE MESA - MARCA: HP - MODELO: SCANJET 3770 - SERIE: CN468AS080	Móvel	-	479,00	-	-	Não

MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRIAO: M725 - MARCA: DELL - MODELO: LATITUDE 110L - SERIE: 7Z1GK81	Móvel	-	4476,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRIAO: COM GRAVADORA DE CD - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 835614	Móvel	-	1807,23	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRIAO: 15 POLEGADAS - MARCA: POSITIVO - MODELO: PO15L105 - SERIE: LB15HXBA128658N	Móvel	-	293,39	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRIAO: 15 POLEGADAS - MARCA: POSITIVO - MODELO: PO15L105 - SERIE: LB15HXAA101947E	Móvel	-	293,39	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRIAO: 15 POLEGADAS - MARCA: POSITIVO - MODELO: PO15L105 - SERIE: LB15HXBA127803W	Móvel	-	293,39	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRIAO: COM GRAVADORA DE CD - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 835608	Móvel	-	1807,23	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRIAO: COM GRAVADORA DE CD - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 835543	Móvel	-	1807,23	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRIAO: LCD DE 17" - MARCA: HP - MODELO: L176V - SERIE: BRC705B16W	Móvel	-	860,00	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRIAO: LCD DE 17" -	Móvel	-	860,00	-	-	Não

MARCA: HP - MODELO: L176V - SÉRIE: BRC702B1DF						
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAÇÃO: LCD DE 17" - MARCA: HP - MODELO: L176V - SÉRIE: BRC702B1D8	Móvel	-	860,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR . - DESCRICAÇÃO: ATHLON 64, 3500 + (2.0 GHZ) 80 GB, 1 GB DE MEMÓRIA, 16 X, DVD +/- RW. LACRE N° 1164531. - MARCA: HP - MODELO: DC 5750 - SÉRIE: BRB71003HW	Móvel	-	2110,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR . - DESCRICAÇÃO: ATHLON 64, 3500 + (2.0 GHZ) 80 GB, 1 GB DE MEMÓRIA, 16 X, DVD +/- RW. LACRE N° 1164592. - MARCA: HP - MODELO: DC 5750 - SÉRIE: BRB71003JO	Móvel	-	2110,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR . - DESCRICAÇÃO: ATHLON 64, 3500 + (2.0 GHZ) 80 GB, 1 GB DE MEMÓRIA, 16 X, DVD +/- RW. LACRE N° 1164586. - MARCA: HP - MODELO: DC 5750 - SÉRIE: BRB71003H7	Móvel	-	2110,00	-	-	Não
DISCO RÍGIDO (HD) - EXTERNO - DESCRIÇÃO: DE 300 GB - MARCA: SAMSUNG - MODELO: UHD 2311	Móvel	-	565,00	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRIÇÃO: COM 2 PORTAS, COR CINZA - MARCA: BELLALINEA	Móvel	-	510,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR - DESCRICAÇÃO: AMD ATHLON DUAL CORE 2.1 GHZ, 2GB RAM, 667MHZ, SDRAM, DVD/RW 16X, 160GB. LACRE N° 000070. - MARCA: DELL - MODELO: OPTIPLEX 740 - SÉRIE: 9DX3WH1	Móvel	-	1822,13	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO - DESCRICAÇÃO: LCD DE 19" WIDESCREEN, BI-VOLT, COM AJUSTE DE ALTURA, RESOLUÇÃO 1280X1024 PONTOS. ANTIREFLEXIVO E ANTIESTÁTICO. - MARCA: DELL - MODELO: 1908FPC - SÉRIE: BR-OG444H-70713- 89M-0V6U	Móvel	-	887,87	-	-	Não

ESTAÇÃO DE TRABALHO - DESCRIÇÃO: EM " L", NA COR CINZA, COMPOSTA DE MESA PARA ESCRITÓRIO 1,00X0,66X0,75 CM, COM TECLADO REBAIXADO, CONEXÃO ARREDONDADA 0,68X0,68, MESA PARA ESCRITÓRIO 1,40X0,66X0,75 COM 02 GAVETAS.	Móvel	-	463,33	-	-	Não
ESTAÇÃO DE TRABALHO - DESCRIÇÃO: EM " L", NA COR CINZA, COMPOSTA DE MESA PARA ESCRITÓRIO 1,00X0,66X0,75 CM, COM TECLADO REBAIXADO, CONEXÃO ARREDONDADA 0,68X0,68, MESA PARA ESCRITÓRIO 1,40X0,66X0,75 COM 02 GAVETAS.	Móvel	-	463,33	-	-	Não
ESTAÇÃO DE TRABALHO - DESCRIÇÃO: EM " L", NA COR CINZA, COMPOSTA DE MESA PARA ESCRITÓRIO 1,00X0,66X0,75 CM, COM TECLADO REBAIXADO, CONEXÃO ARREDONDADA 0,68X0,68, MESA PARA ESCRITÓRIO 1,40X0,66X0,75 COM 02 GAVETAS.	Móvel	-	463,34	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRIÇÃO: COM 03 PRATELEIRAS NA COR CIZA MEDINDO 980MMX925MMX300MM.	Móvel	-	70,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRIÇÃO: COM 03 PRATELEIRAS NA COR CIZA MEDINDO 980MMX925MMX300MM.	Móvel	-	70,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRIÇÃO: COM 06 PRATELEIRAS COM REGULAGEM MEDINDO 2,00MMX90MMX0,30MM.	Móvel	-	140,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRIÇÃO: COM 06 PRATELEIRAS COM REGULAGEM MEDINDO 2,00MMX90MMX0,30MM.	Móvel	-	140,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRIÇÃO: COM 06 PRATELEIRAS COM REGULAGEM MEDINDO 2,00MMX90MMX0,30MM.	Móvel	-	140,00	-	-	Não

ESTANTE EM ACO - DESCRICAQ: COM 06 PRATELIRAS COM REGULAGEM MEDINDO 2,00MM0X90MMX0,30MM.	Móvel	-	140,00	-	-	Não
MESA PARA REUNIAO EM MADEIRA - DESCRIQ: COR CINZA, FORMATO REDONDO.	Móvel	-	195,00	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAQ: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAQ: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAQ: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAQ: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAQ: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAQ: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAQ: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAQ: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAQ: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAQ: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAQ: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAQ: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAQ: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAQ: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,76	-	-	Não

CONDICIONADOR DE PAREDE - DESCRIÇÃO: TIPO "JANELA" COM 7.500 BTUS 220 VOLTS.	Móvel	-	935,00	-	-	Não
CONDICIONADOR DE PAREDE - DESCRIÇÃO: TIPO "SPLIT" COM 18.000 BTUS 220 VOLTS.	Móvel	-	2776,00	-	-	Não
PURIFICADOR DE AGUA - DESCRIÇÃO: COM COMPRESSOR E SUPORTE CONTENDO CONEXAO HIDRAULICA INTERNA ATOXICA, DUAS TORNEIRAS, RESERVATORIO DE AGUA GELADA COM CAPACIDADE PARA 1,4 LITROS, POTENCIA MINIMA 110W/TENSAO E 127V.	Móvel	-	465,00	-	-	Não
LONGARINA EM METAL - DESCRIÇÃO: COM 03 LUGARES ESTOFADA COM ESPUMA INJETADA E COM REVESTIMENTO EM TECIDO.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRAÇÃO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CRLV ORIGINAL Nº 8202562811 - PLACA: JJJU1021 - CHASSI: 8AFER13P2AJ285976 - RENAVAM: 195324706 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	Móvel	-	54316,50	-	-	Não
GPS DE NAVEGAÇÃO - DESCRIÇÃO: PARA NAVEGAÇÃO - MARCA: GARMIN - MODELO: 76S - SERIE: 17921651	Móvel	-	603,80	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SEM FIO - DESCRIÇÃO: COM SECRETARIA ELETRONICA EM PORTUGUES E IDENTIFICADOR DE CHAMADAS. - MARCA: INTELBRAS - MODELO: LUMI VOICE - SERIE: SA0911120171	Móvel	-	132,55	-	-	Não
FILMADORA DIGITAL - DESCRIÇÃO: PORTATIL. ACESSORIOS: CABOS USB E	Móvel	-	540,50	-	-	Não

TV, CARREGADOR DE BATERIA E BATERIA SONY. - MARCA: SONY - MODELO: DSC-68 - SERIE: 1153955						
CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL - DESCRIÇÃO: LCD DE 2.7 E RESOLUÇÃO DE 14.1 MEGA PIXELS - MARCA: SONY - MODELO: W-320 - SERIE: 6710324	Móvel	-	240,00	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRIÇÃO: COM 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS MEDINDO: 90 X 160 X 40CM (LAP) - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	318,46	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRIÇÃO: COM 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS MEDINDO: 90 X 160 X 40CM (LAP) - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	318,46	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRIÇÃO: COM 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS MEDINDO: 90 X 160 X 40CM (LAP) - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	318,46	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRIÇÃO: COM 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS MEDINDO: 90 X 160 X 40CM (LAP) - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	318,46	-	-	Não
ARQUIVO EM ACO - DESCRIÇÃO: PARA PASTA SUSPENSA COM 4 GAVETAS MEDINDO: 71 X 134 X 47CM (LAP) - MARCA: NOBRE MOVEIS	Móvel	-	352,00	-	-	Não
ARQUIVO EM ACO - DESCRIÇÃO: PARA PASTA SUSPENSA COM 4 GAVETAS MEDINDO: 71 X 134 X 47CM (LAP) - MARCA: NOBRE MOVEIS	Móvel	-	352,00	-	-	Não
ARQUIVO EM ACO - DESCRIÇÃO: PARA PASTA SUSPENSA COM 4 GAVETAS MEDINDO: 71 X 134 X 47CM (LAP) - MARCA: NOBRE MOVEIS	Móvel	-	352,00	-	-	Não

CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA - DESCRIÇÃO: SEM BRAÇO. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	62,46	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA - DESCRIÇÃO: SEM BRAÇO. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	62,46	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA - DESCRIÇÃO: SEM BRAÇO. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	62,46	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA - DESCRIÇÃO: SEM BRAÇO. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	62,46	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA PARA DIGITADOR - DESCRIÇÃO: ESTOFADA COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	79,77	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA PARA DIGITADOR - DESCRIÇÃO: ESTOFADA COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	79,77	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA PARA DIGITADOR - DESCRIÇÃO: ESTOFADA COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	79,77	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA PARA DIGITADOR - DESCRIÇÃO: ESTOFADA COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	79,77	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO - DESCRIÇÃO: ESTOFADA, TIPO PRESIDENTE, COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	147,20	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO - DESCRIÇÃO: ESTOFADA, TIPO PRESIDENTE, COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	147,20	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO - DESCRIÇÃO: ESTOFADA, TIPO PRESIDENTE, COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	147,20	-	-	Não
TELA PARA PROJEÇÃO - DESCRIÇÃO: RETRATIL COM	Móvel	-	252,52	-	-	Não

TRIPE, MEDE.: 1,80M X 1,80M.						
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - DESCRICAQ: LASER COLOR. RESOLUCAO IMPRESSAO 600 X 600 DPI. RESOLUCAO DIGITALIZACAO 1200 X 1200 DPI. - MARCA: HP - MODELO: CC431A - SERIE: BRFHB4P22L	Móvel	-	528,75	-	-	Não
MESA PARA RETROPROJETOR - DESCRICAQ: /DVD, PES EM ALUMINIO E PECAS EM ACO DE CARBONO ZINCADO, DIMENSOES: 34X14X45CM, (LAP) - MARCA: PROJETELAS - MODELO: PRATIC	Móvel	-	306,25	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) INTEL CORE 2 DUO - DESCRICAQ: 2.13 GHZ, MEMORIA 4 GB DDR2, HD 500 GB, GRAVADOR DE DVD, TELA 16.4" HIGH DEFINITION E WEB CAM INTEGRADA. - MARCA: SONY - MODELO: VGN-FW518J/B - SERIE: 275050383001562	Móvel	-	857,25	-	-	Não
CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRIQAO: SPLIT DE 18.000 BTUS. VOLTAGEM 220V - MARCA: LG	Móvel	-	1254,40	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - DESCRICAQ: FUNÇÕES: FLASH, MUTE E REDISCAR. - MARCA: INTELBRAS - MODELO: PREMIUM - SERIE: TF10041200527	Móvel	-	32,10	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - DESCRICAQ: FUNÇÕES: FLASH, MUTE E REDISCAR. - MARCA: INTELBRAS - MODELO: PREMIUM - SERIE: TF10062100033	Móvel	-	32,10	-	-	Não
MESA TELEFONICA PABX - DESCRICAQ: ALIMENTAÇÃO: 100 / 127 V OU 220 V - 50 OU 60 HZ, CONFIGURAÇÃO MÁXIMA: 2 LINHAS E 8 RAMAIS E POTÊNCIA	Móvel	-	545,11	-	-	Não

MÁXIMA 24 W. - MARCA: INTELBRAS - MODELO: 2X8 - SERIE: CE0909210188						
CONDICIONADOR DE AR DE TETO (SPLIT) - DESCRIAO: 30.000 BTUS E 220 VOLTS. - MARCA: ELGIN - MODELO: SRF/Q-30000-2 - SERIE: I.O 3509	Móvel	-	2438,43	-	-	Não
MESA PARA NOTEBOOK - DESCRIAO: ARTICULADA E FLEXIVEL. - MARCA: PANDIN - MODELO: MAN915	Móvel	-	177,11	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRIAO: HORIZONTAL, COM 2 PORTAS E 3 GAVETAS - MARCA: PANDIN - MODELO: DUNNA	Móvel	-	365,75	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRIAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRIAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRIAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRIAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRIAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRIAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRIAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRIAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRIAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,08	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRIAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,76	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRIAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRIAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não

PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
CAPOTA EM FIBRA - DESCRICAO: COM VIDROS LATERAIS TEMPERADOS DE 5MM E TAMPA TRASEIRA COM TRANCA.	Móvel	-	644,00	-	-	Não
PROTETOR DE CACAMBA - DESCRICAO: PARA CAMINHONETE FORD RANGER CABINE DUPLA.	Móvel	-	149,80	-	-	Não
ESTRIBO TUBULAR - DESCRICAO: EM AÇO CROMADO PARA CAMINHONETE FORD RANGER CABINE DUPLA.	Móvel	-	201,60	-	-	Não
SUPORTE VEICULAR - DESCRICAO: PARA GPS.	Móvel	-	60,34	-	-	Não
GRAVADOR DIGITAL - DESCRICAO: MINI GRAVADOR DIGITAL PORTÁTIL, COM MEMÓRIA	Móvel	-	92,85	-	-	Não

INTERNA DE 1G, VISOR LCD, ATIVAÇÃO POR VOZ., ENTRADA PARA MICROFONE E SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO. - MARCA: COBY - MODELO: CX R190-1G						
GRAVADOR DIGITAL - DESCRICAÇÃO: MINI GRAVADOR DIGITAL PORTÁTIL, COM MEMÓRIA INTERNA DE 1G, VISOR LCD, ATIVAÇÃO POR VOZ., ENTRADA PARA MICROFONE E SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO. - MARCA: COBY - MODELO: CX R190-1G	Móvel	-	92,85	-	-	Não

Desempenho do Programa de Desenvolvimento do Setor Água – Interáguas

A implementação do Programa de Desenvolvimento do Setor Água - INTERÁGUAS teve continuidade durante o ano de 2016. Nesse período alguns dos contratos já celebrados tiveram suas atividades concluídas, enquanto outros ainda encontram-se em andamento. Além disso, foram iniciados novos processos licitatórios no ano de 2016, os quais encontravam-se, ao final do período, em diferentes estágios do processo de seleção/contratação.

O quadro abaixo apresenta os contratos firmados ANA no âmbito do Programa INTERÁGUAS com Pessoa Jurídica, uma vez que os contratos com Pessoa Física foram firmados por meio do PCT celebrado com o IICA.

Nº	Atividade	Valor (R\$)	Valor pago até 2016 (R\$)	Obs.
1	Avaliação Hidrogeológica dos Sistemas Aquíferos Cársticos e Físsuro-Cársticos na Região Hidrográfica do São Francisco, com vistas à Gestão Integrada e Compartilhada dos Recursos Hídricos	5.746.864,94	5.459.521,69	Contrato encerrado
2	Elaboração do Estudo Modelagem Quantitativa e Qualitativa de trechos de rio em Bacias Hidrográficas consideradas críticas	4.310.968,84	4.310.968,84	Contrato encerrado
3	Elaboração do Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos	5.246.354,82	4.721.718,90	Contrato encerrado
4	Plano Nacional de Segurança Hídrica – critérios, seleção e detalhamento de intervenções estratégicas*	5.492.753,21	1.922.463,64	Contrato rescindido
9	Serviços de levantamentos aerofotogramétricos da parte seca e batimétricos da parte submersa, com o fim de atualização das curvas Cota x Área x Volume de 30 (trinta) açudes presentes na região	12.459.967,34 (E)	-	Em licitação

	Nordeste do Brasil e norte do Estado de Minas Gerais. (PJ)			
10	Elaboração das Estimativas de Custos de Manutenção de Projetos de Adução de Água Bruta, Incluindo Irrigação, Aplicando seus Resultados ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF	498.760,27	498.760,27	Contrato encerrado
11	Serviços de avaliação de processos pedagógicos para analisar o impacto das ações de capacitação e educação realizadas diretamente ou fomentadas pela ANA para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH	279.895,56	125.953,00	Contrato em execução
	Estudo de Viabilidade do Sistema Adutora do Seridó	6.500.000,00	6.500.000,00	Celebrado convênio com o Estado do Rio Grande do Norte
	Elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (MacroZEE)	1.000.000,00	1.000.000,00	Celebrado TED com a SRHU/MMA
	Desenvolvimento de metodologia para estimar o custeio administrativo de Entidades Delegatárias (EDs) de funções de Agência de Água	400.000,00 (E)		Em processo
	Conclusão do Plano Nacional de Segurança Hídrica: Critérios, Seleção e Detalhamento de Intervenções Estratégicas	4.466.505,00 (E)	0	Em processo
	Atualização e Aperfeiçoamento do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água	8.000.000,00(E)	0	Planejado

Atualizado em Jan/2017

(E) Valor estimado

* Os recursos são provenientes do Ministério da Integração Nacional

Informações mais detalhadas sobre a implementação do Programa (implementação pela ANA e demais executores) constam do 5º Relatório de Avaliação e Monitoramento do INTERÁGUAS, apresentado no Anexo I do presente documento. O referido relatório aborda as atividades compreendidas entre 1º de dezembro de 2015 a 30 de junho de 2016. O 6º relatório de atividades encontra-se em fase de elaboração e estão sendo utilizadas informações disponibilizadas pelas Unidades de Gerenciamento do Programa – UGPs dos Ministérios do Meio Ambiente – MMA, do Ministério da Integração Nacional – MI, do Ministério das Cidades – MCid e da Agência Nacional de Águas – ANA.

Acerca da reestruturação do Programa, o processo iniciou-se no 1º trimestre de 2015 e concretizou-se apenas no 3º trimestre de 2016.

As principais mudanças ocorridas no Acordo de Empréstimo tratam do cancelamento de recursos (cerca de 40 milhões de dólares) além da extensão de prazo, passando de dezembro de 2016 para outubro de 2018.

Apesar da disponibilidade de recursos externos, os executores têm dificuldade de absorver esses recursos de forma orçamentária, o que é percebido ano a ano.

Como destaque das atividades planejadas, o Programa tem executado atividades de cunho transversal e com características de planejamento. Nesse sentido, destacam-se o Plano Nacional de Segurança Hídrica, o qual teve o contrato rescindido, mas terá sua continuidade por meio de

outra licitação (que está em processo) e a Atualização e Aperfeiçoamento do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água.

Gestão de pessoas

Quadro 131 – força de trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	399	330	8	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	399	330	8	6
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	399	300	2	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	12	6	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	4		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	14		4
2. Servidores com Contratos Temporários	-	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	37	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	367	9	7

Quadro 132 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	77	253
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	77	253
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	63	237
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	7	5
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	4
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	7	7
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	25	12
4. Total de Servidores (1+2+3)	102	265

Quadro 133 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	181	177	11	9
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-

1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	181	177	11	9
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	116	7	4
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	7	3	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	14	0	4
1.2.4. Sem Vínculo	-	37	1	1
1.2.5. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	-	3	-	-
1.2.6. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	181	177	11	9

QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A política de capacitação e desenvolvimento dos servidores no âmbito da ANA visa oferecer os conhecimentos, as aptidões e o preparo resultantes desse processo, em sua maioria, para o desempenho de funções técnicas e gerenciais. Anualmente, os servidores participam de processo seletivo simplificado do Programa de Formação Avançada (pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*), tendo um número mínimo de candidatos inscritos, haja vista o alto nível de formação que eles apresentam.

Abaixo, seguem os números referentes à capacitação de servidores no exercício de 2016:

- **Público-Alvo do Plano Anual de Capacitação (servidores em exercício na ANA):**

Especialista em Recursos Hídricos	198
Especialista em Geoprocessamento	26
Analista Administrativo	47
Técnico Administrativo	24
Servidores sem vínculo	37
Outros (requisitados/redistribuídos/exercício provisório/exercício descentralizado)	30
Procuradores	5
TOTAL DE SERVIDORES	367

- **Pós-Graduação (Processo seletivo interno de 2015, para início do exercício em 2016):**

- Especialização: 4
- Mestrado: 1
- Doutorado: 1

- **Dados Gerais da Capacitação dos servidores da ANA em 2016:**

- Total de servidores capacitados: 312
- Total de eventos de capacitação realizados: 183
- Carga Horária média por servidor: 82,34 horas
- Carga horaria total em eventos de capacitação: 25.691 horas

- **Cursos ofertados na formação essencial, técnica-especializada e gerencial:**

- ANA – 42 eventos foram realizados pela própria Agência (298 participantes);
- Patrocínios da ANA – 4 eventos foram realizados por meio de patrocínios da ANA (28 participantes), com destaque do XIII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, realizado em Aracaju/SE (11 participantes);
- USACE – 4 cursos realizados pelo Exército Americano (67 participantes);
- USGS – 3 cursos realizados pelo U.S. Ecological Survey (25 participantes);

-
- Casa Thomas Jefferson – capacitação em língua inglesa para os servidores da Casa (101 servidores capacitados).
 - **Desenvolvimento por Competências**

No ano de 2016 a Agência Nacional de Águas deu início a execução do Projeto DesenvolveRH, cujo objetivo é a criação de um programa de desenvolvimento baseado na metodologia de gestão por competências. A Agência entende que o programa representará um grande avanço para a instituição, tendo em vista que a utilização dessa metodologia poderá identificar os pontos de excelência e os pontos de carência, suprir lacunas e agregar conhecimentos, com base em critérios mensuráveis com vistas ao melhor aproveitamento e à valorização das capacidades existentes. Para tanto, a ANA celebrou um contrato junto à Fundação Dom Cabral - FDC (Contrato nº 059/2015), que permitirá que, a partir de 2017 a Agência utilize um método de desenvolvimento por competências dos seus servidores.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2016									0,00
	2015									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2016	53.634.308,73	3.365.920,39	5.051.443,62	1.700.214,40	1.864.265,79	637.169,39		2.374,80	66.255.697,12
	2015	50.934.261,15	2.902.737,03	4.643.548,16	1.547.786,09	1.315.795,70	499.451,21		2.374,80	61.845.954,14
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2016		1.246.733,78	107.428,29	29.672,71	24.963,00	6.321,51		3.724,43	1.418.843,72
	2015		1.265.004,22	116.423,21	42.290,84	10.470,47	8.291,97		6.353,28	1.448.833,99
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2016		4.609.116,13	404.223,68	138.031,70	211.186,26	24.892,00			5.387.449,77
	2015		4.485.063,30	379.676,84	140.395,50	169.501,21	30.759,52			5.205.396,37
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2016	2.592.757,53		204.648,05	66.828,20	80.579,85	31.645,97			2.976.459,60
	2015	3.354.559,25		290.733,02	98.631,90	82.872,07	21.631,65			3.848.427,89
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2016									0,00
	2015									0,00

Fonte: SIAPE

ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Não há, no âmbito da Agência, controles e ou mecanismos que visem detectar possíveis acumulações de cargos, funções ou empregos públicos. Para esse fim, são adotadas imediatas providências tão logo venham a ser apontadas irregularidades, seja por parte da Auditoria Interna – AUD/ANA ou oriundas de outros órgãos de controle externo: Secretaria de Federal Controle Interno da Controladoria-Geral da União da Presidência da República – SFCI/CGU/PR e Tribunal de Contas da União – TCU.

Ressaltamos que, quando da investidura de servidores nos cargos das carreiras da Agência, aprovados em concurso público, os mesmos declaram em formulário próprio a condição de não acumulação de cargos, funções ou empregos públicos, com vista a dar fiel cumprimento ao contido no art. 133 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

Quadro 135 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2016	2015		
Técnico Administrativo	-	-	-	-

INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

A Agência Nacional de Águas - ANA utilizava, como instrumento de gestão de recursos humanos, a avaliação de desempenho individual e institucional, baseada nas definições de critérios e fundamentos da Resolução nº 725/ANA, de 3 de outubro de 2011. Tal normativo foi revogado pela Resolução nº 1056, de 5 de setembro de 2016, devido à publicação da Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016.

Uma nova forma de avaliar os servidores da ANA tem sido desenvolvida em parceria com a Fundação Dom Cabral, através do Projeto Desenvolve RH, que tem por objetivo a implementação do modelo de desenvolvimento de pessoas com base em competências na agência. A previsão é que o projeto se encerre em dezembro de 2017. Por meio deste projeto, a ANA desenvolverá novas políticas e instrumentos de gestão de pessoas com base em competências.

SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI N° 8.730/93

Análise Crítica

A Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF/ANA veicula comunicado destinado aos servidores da Agência, com vista ao cumprimento da apresentação das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, conforme aludem as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 8.730, de 10 de novembro de 1993.

A declaração deverá ser preenchida em formulário em papel, reproduzido a partir do modelo que constitui o ANEXO I da IN-TCU nº 67, de 6 de julho de 2011, devidamente assinada e entregue na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGEP/SAF, ou eles poderão apresentar autorização de acesso exclusivamente aos dados de Bens e Rendas exigidos nos arts. 13, caput e § 1º, da Lei nº 8.429,

de 1992, e 2º, caput e §§ 1º a 6º, da Lei nº 8.730, de 1993, das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à RFB, nos termos do ANEXO II da IN-TCU.

No exercício de 2016, apenas 2 (dois) servidores apresentaram as declarações reproduzidas de acordo com o modelo do ANEXO I. Os demais servidores autorizaram o acesso aos dados de bens e rendas, mediante o preenchimento do formulário ANEXO II.

Quadro 136 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

O **Quadro 137** abaixo comprehende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2016, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2016, mesmo que não efetivados no exercício. Este quadro deve ser preenchido conforme a descrição abaixo.

Quadro 137 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e vigilância

Unidade Contratante									
Nome: Agencia Nacional de Águas									
UG/Gestão: 443001/44205					CNPJ: 04.204.444/0001-08				
Informações sobre os Contratos									
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados		Sit.
					Inicio	Fim	P	C	
							P	C	

2012	L	O	69/ANA ⁽²⁾ -45	38.054.508/0001	21/09/20 15	21/09/20 17	6 7	6 7					P
2013	V	O	9/ANA ⁽²⁾ -58	72.619.976/0001	01/04/20 13	01/04/20 16			47 ⁽¹⁾ 1)	46 ⁽¹⁾ 1)			P

Observações:

(1) Quantitativo referente a postos de trabalho no regime de regime de 12 x 36 horas.

(2) Contrato rateados entre os partícipes do Complexo.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro 138 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome:					Informações sobre os Contratos								
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F	C	P	C	P	C	
2015	10	O	20/ANA ⁽²⁾	37.077.716/0001-05	14/07/2015	14/07/2017	14 ⁽¹⁾	14	1 ⁽¹⁾	1			A
2013	9	O	30/ANA ⁽²⁾	04.768.702/0001-70	01/07/2013	01/07/2017				19	19	2	2
2012	4	O	037/ANA	08.247.960/0001-62	19/06/2012	19/06/2017	18	18					P
2014	12	O	069/ANA ⁽³⁾	09.072.538/0001-86	15/10/2014	10/04/2016	4	4					E
2015	12	O	007/ANA	26.972.885/0001-84	05/03/2015	05/03/2017			4	4	2	2	A

Observações:

(1) Quantitativo de postos de trabalho no regime de 12 x 36 horas.

(2) Contrato rateado com outros órgãos do Complexo.

(3) Contrato referente à prestação de serviços de carregador.

LEGENDA				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
Área:				1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras									

Fonte:

Gestão do patrimônio e da infraestrutura

Gestão da Frota de Veículos própria e terceirizada

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Resposta: Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008 - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificações, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

- Instrução Normativa SAF/ANA nº 1, de 16 de junho de 2010 – Disciplina o uso dos serviços de veículos terceirizados e de veículos de propriedade da Agência Nacional de Águas –ANA.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Resposta: Os veículos de propriedade da ANA são essenciais no apoio das atividades finalísticas, em especial, no monitoramento e fiscalização do uso dos recursos hídricos de responsabilidade da Superintendência da Gestão da Rede Hidrometeorológica - SGH e Superintendência de Fiscalização – SFI, respectivamente.

Além disso, alguns veículos são utilizados para apoio as atividades de logística na sede da ANA e no prédio localizado no Setor de Indústria e Abastecimento – SIA.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Resposta: Com relação a frota de veículos de propriedade da ANA, informo que a gestão é dividida entre aqueles que estão localizados na sede da ANA, sob o controle da Divisão de Logística e Serviços Geais –DILOG da Coordenação de Logística -COREL, Anexo I, e os que estão cedidos as instituições parceiras nos estados, sob a responsabilidade da Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica – SGH, Anexos II e III (consolidado).

No que tange aos veículos localizados na sede da ANA, informo que consta o registro de 3 (três) veículos sob a responsabilidade da COREL/SAF, conforme indicação pela Divisão de Patrimônio – DIPAT/COREL, com resumo na tabela abaixo:

Item	Patrimônio	Especificação do Veículo
1	022966	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIPOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8614 - CHASSI: WV1DB42H1EA032596 - RENAVAM: 01034074650 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA
2	013237	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRAÇÃO 4X4 - PLACA: HKU5923 - CHASSI: 8AFER13P49J245149 - RENAVAM: 151971706 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2009 – ANO MODELO: 2009 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO

3	02346	CAMINHAO FECHADO TIPO BAU - DESCRIÇÃO: TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV, DIREÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE PARA 3 PASSAGEIROS, 2 PORTAS DIANTEIRAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PAC7540 - CHASSI: 9BFLF49P5FB003500 - RENAVAM: 01046421724 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2014 – ANO MODELO: 2015 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA
---	-------	--

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra "c" supra;

Resposta: Segue tabela com registros consolidados de km, conforme anexos IV a VI.

Veículo	Placa	Km
Volkswagen/Amarok	OZW-8614	2.494
Ford/Ranger	HKU-5923	1.402
Caminhão Ford/F4000	PAC-7540	1.219

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Resposta: Considerando que a maioria dos veículos da ANA estão cedidos às instituições parceiras no país e sob controle da SGH, informo que DILOG/COREL possui os dados fornecidos pelo DIPAT/COREL, Anexo II, evidenciando veículos de fabricação entre 2006 a 2014.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Resposta: Com relação aos veículos localizados na ANA e de uso da DILOG, encaminho tabelas com os registros das despesas (manutenção e abastecimento).

Manutenção			
Veículo	Placa	NF	Valor
Volkswagen/Amarok	OZW 8614	17472	R\$ 700,00

Abastecimento			
Veículo	Placa	QTD (litros)	Valor
Volkswagen/Amarok	OZW-8614	649,95	R\$ 2.193,44
Ford/Ranger	HKU-5923	301,34	R\$ 966,86
Caminhão Ford/F4000	PAC-7540	239,11	R\$ 812,73

g) Plano de substituição da frota;

Resposta: O plano de substituição da frota é de responsabilidade da Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica – SGH, o qual foi apresentado argumentos por meio dos itens II e III do Parecer Técnico nº 491/2016/SGH (Doc. Próton nº 064206/2016-33).

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Resposta: Os veículos adquiridos e que são mantidos na sede da ANA, visam atender as demandas da SGH. Todavia, os veículos são utilizados também às atividades de apoio logístico, com deslocamentos no Complexo Administrativo SPO, ao prédio utilizado pela Agência, no Setor de Indústria e Abastecimento – SIA e eventuais demandas de outras UORGs no âmbito do DF e Entorno.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Resposta: A DILOG apresenta uma estrutura 2 (dois) colaboradores, com apoio de um servidor, para executar atividades das quais destaco:

- Processo para emissão dos Certificados de Registro e Licenciamentos de Veículos – CRLV de todos os veículos de propriedade da ANA, incluindo carretas, quando for o caso;
- Controle de Notificações (penalidades e autuações) de todos os veículos de propriedade da ANA;
- Saneamento de pendências junto ao DETRAN-DF e DER;
- Operacionalização/fiscalização e gestão dos contratos de locação de veículos de frota terceirizada para atendimento às necessidades institucionais em todo o território nacional;
- Controle de pernoite e gestão do cadastro de veículo de servidores e colaboradores dos Órgãos do Complexo Administrativo SPO (ANA, MCTIC, AEB, CNPQ, INCRA, MI, SEFAL-MDA, SESGE-MJ, DPRF, CENSIPAM e MD).
- Desenvolvimento de outras atividades alheias às de transporte (ex: registro no SIASG de dispensa licitação, gestão do contrato de outsourcing de impressão da ANA).

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;

Resposta: Não consta estudo técnico realizado nesta Agência pela opção por terceirização da frota e dos serviços de transporte. Entretanto, considerando a estrutura atual da Divisão de Logística e Serviços Gerais -DILOG e a característica das demandas atendidas nesta Agência, verifica-se que o modelo de frota de veículos automotores terceirizados e de forma contínua, atende adequadamente as demandas da Agência, uma vez que a empresa contratada é responsável pela manutenção dos veículos e demais despesas rotineiras, ex.: combustível, lavagem e manutenção.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;

Resposta: -EPIC Empreendimentos EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 07.244.760/0001-93 (até 01/12/17).

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

Resposta: Segue tabela com o detalhamento:

Contrato nº 055/2015/ANA					
Tipo de Licitação	Nº do Contrato	Vigência	Valor estimado Contratado	total do	Valor pago em 2016
Pregão Eletrônico	55/2015/ANA	1º/12/2017	R\$ 1.290.978,64		R\$ 943.847,99

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Resposta: Além das orientações contidas no Anexo I, Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 15/ANA/2015, a ANA possui a Instrução Normativa SAF Nº 1 de 16 de junho de 2010, que

disciplina o uso dos serviços de veículos terceirizados e de veículos de propriedade da ANA, amparada na Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 3, de 15 de maio de 2008.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Resposta: A frota terceirizado é fundamental para o desenvolvimento das atividades diárias, no deslocamento de servidores e colaboradores em ações institucionais externas.

Os veículos são utilizados para atividades de uso permanente pela Agência, no deslocamento de servidores para participar de reuniões em outras instituições, transporte de materiais entre a sede e o prédio utilizado pela ANA, localizado no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA, eventos institucionais, bem como no deslocamento de servidores para realização de campanhas de fiscalização de recursos hídricos e monitoramento da rede hidrometeorológica no Distrito Federal e Entorno.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Resposta: Segue tabela com detalhamento da frota terceirizada, conforme contrato:

Contrato nº 055/2015/ANA				
Tipo de Veículo	QTD.	Marca/modelo	Placa	Atendimento
Serviços comuns	7	Renault/ Logan	PJS-1813; PJS-4980; PJS-9615; PJS-5676; PJS-5676; PJS-4655; PJS-8986 e PJS-4943	Servidores e colaboradores
Institucional	4	Renault/Fluence	PJS-1243; PJS-8197; PJS-0626 e PJS-4735	Diretoria Colegiada

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

Resposta: Contrato nº 055/2015/ANA

- Veículos de serviços comuns (Logan): 76.984 km.
- Veículos institucionais (Fluence): 48.260 km.

h) Idade média anual, por grupo de veículos;

Resposta: Sobre os veículos disponibilizados pela Contratada, referente ao Contrato nº 55/2015/ANA, informo que todos são 2015, modelo 2016.

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

Resposta: Os custos de manutenção da frota são de responsabilidade da contratada.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

Resposta: A ANA disponibiliza uma sala no bloco L aos motoristas e preposto da empresa Contratada para execução das atividades de transporte. A COREL, por meio da DILOG, supervisiona a execução do serviço com a participação de 2 (dois) colaboradores e o Gestor do contrato exercendo atividades, conforme detalhamento da letra “i” referente à frota propriedade da ANA.

8.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada, contemplando:

a) a estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;

A estrutura de controle e gestão do patrimônio imobiliário no âmbito da Agência Nacional de Águas, conforme inciso II, do art. 92, da Resolução nº 2020, de 15 de dezembro de 2014 (Regimento Interno), equivale à Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços Auxiliares – COAPO.

b) a distribuição geográfica dos imóveis da União;

Todos os imóveis de uso especial utilizados pela ANA estão localizados no Complexo Administrativo no Setor Policial – SPO, Área 5, Quadra 3, em Brasília, Distrito Federal

c) a qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

Esta Agência já fez contato com a SPU para providenciar a regularização dos imóveis do Complexo Administrativo do SPO.

Em relação ao imóvel locado (Contrato nº 020/ANA/2010, descrito no subitem “a” do item 8.3 deste relatório), tem-se que foi registrado, em 26 de maio de 2015, no SPIUnet, sob o RIP nº 970132987.500-2 e RIP de utilização nº 970132988.500-8.

d) informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade jurisdicionada, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;

A ANA possui o Contrato nº 12/ANA/2014, firmado com a Empresa RBA – Comércio de Refeições Ltda. – ME, CNPJ 07.308.233/0001-03, vinculado ao processo nº 02501.002306/2013-16, que tem por objeto a concessão de uso de área pública, nas instalações do Complexo Administrativo no Setor Policial – SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco “Q”, em Brasília – DF, para exploração de restaurante com serviço do tipo *self service* e lanchonete.

A ANA recebe taxa de utilização mensal do espaço, atualmente no montante de R\$ 6.067,58 (seis mil e sessenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), e reembolso total do valor gasto com o ramal telefônico instalado no local. Em relação aos valores de energia elétrica e água e esgoto, o locatário reembolsa 4,5% da cota da Agência nas faturas do Complexo.

No tocante à forma de contabilização, é feita anulação de despesas dos valores referentes à energia elétrica e água e esgoto. Os recursos referentes a despesas de telefone e taxa de utilização são direcionados ao caixa do tesouro nacional.

e) os custos de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis.

Os registros referentes à manutenção dos edifícios estão vinculados ao Contrato nº 030/ANA/2013, processo nº 02501.001497/2012-18, enquanto os pagamentos realizados estão registrados no processo nº 02501.001590/2013-03.

Em relação à área cedida no Contrato nº 12/ANA/2014, a RBA – Comércio de Refeições Ltda. é responsável pela manutenção do local.

8.2.3 – Gestão do patrimônio imobiliário da União

a) a estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;

A estrutura de controle e gestão do patrimônio imobiliário no âmbito da Agência Nacional de Águas, conforme inciso II, do art. 92, da Resolução nº 2020, de 15 de dezembro de 2014 (Regimento Interno), é de responsabilidade da Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços Auxiliares – COAPO

b) a distribuição geográfica dos imóveis da União;

Quadro 139 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	Brasília	09	08
	Subtotal Brasil	09	08
EXTERIOR		00	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		09	08

Fonte: Esta autarquia está em contato com a SPU para regularização da situação. Edifícios M, L e parte dos Edifícios B, E, Q, R, T, U e Z, no Setor Policial, Área 5, Quadra 3.

Todos os imóveis de uso especial utilizados pela ANA estão localizados no Complexo Administrativo no Setor Policial – SPO, Área 5, Quadra 3, em Brasília, Distrito Federal.

c) a qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

Esta Agência já fez contato com a SPU para providenciar a regularização dos imóveis do Complexo Administrativo do SPO.

Em relação ao imóvel locado (Contrato nº 020/ANA/2010, descrito no subitem “a” do item 8.3 deste relatório), foi registrado, em 26 de maio de 2015, no SPIUnet, sob o RIP nº 970132987.500-2 e RIP de utilização nº 970132988.500-8.

d) informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade jurisdicionada, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;

Quadro 140 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel	RIP	9701 21123.500-0
Objeto de Cessão	Endereço	complexo Administrativo no SPO, área 5, quadra 3, bloco “q”, brasília-df
	CNPJ	07.308.233/0001-03

Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	RBA COMÉRCIO DE REFEIÇÕES LTDA - me.
	Atividade ou Ramo de Atuação	restaurantes e similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Llicitação na modalidade convite
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	suprir as necessidades alimentares de servidores, colaboradores e visitantes dos órgãos partícipes que estão alocados no complexo administrativo no spo.
	Prazo da Cessão	12 (doze) meses podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso ii do art. 57 da lei nº 8.666, de 1993.
	Caracterização do espaço cedido	área medindo 390 m ² (trezentos e noventa metros quadrados), contendo espaço para o serviço de "autoatendimento", com capacidade para comportar aproximadamente duzentos lugares.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	taxa de utilização no valor mensal de R\$ 5.498,17 (cinco mil, quatrocentos e noventa e oito reais e dezessete centavos)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	é feita anulação de despesas dos valores referentes à energia elétrica e água e esgoto. os recursos referentes à despesas de telefone e taxa de utilização são direcionados ao caixa do tesouro nacional.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	a empresa ressarcce 4,5% do total da parcela devida pela ANA referente à água, luz e 100% do valor gasto com telefone.

A ANA celebrou o Contrato nº 12/ANA/2014, com a Empresa RBA – Comércio de Refeições Ltda. – ME, CNPJ 07.308.233/0001-03, vinculado ao processo nº 02501.002306/2013-16, que tem por objeto a concessão de uso de área pública, nas instalações do Complexo Administrativo no Setor Policial – SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco “Q”, em Brasília – DF, para exploração de restaurante com serviço do tipo *self service* e lanchonete.

A ANA recebe taxa de utilização mensal do espaço atualmente no valor mensal de R\$ 5.498,17 (cinco mil, quatrocentos e noventa e oito reais e dezessete centavos) e reembolso total do valor gasto com o ramal telefônico instalado no local. Em relação aos valores de energia elétrica e água e esgoto, o locatário reembolsa 4,5% da cota da Agência nas faturas do Complexo.

No tocante à forma de contabilização, é feita anulação de despesas dos valores referentes à energia elétrica e água e esgoto. Os recursos referentes a despesas de telefone e taxa de utilização são direcionados ao caixa do tesouro nacional.

e) os custos de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis.

Os registros referentes à manutenção dos edifícios estão vinculados ao Contrato nº 030/ANA/2013, vinculado ao processo nº 02501.001497/2012-18, enquanto os pagamentos realizados estão registrados no processo nº 02501.001590/2013-03.

Em relação à área cedida no Contrato nº 12/ANA/2014, a RBA – Comércio de Refeições Ltda. é responsável pela manutenção do local.

Gestão da tecnologia da Informação

Principais sistemas de informações

Quadro 141 – Relação dos sistemas de informação e função de cada um deles

Fonte: Plano Diretor de Tecnologia da Informação

Nº	Nome do Sistema	Função do Sistema
1	Aplicativo ImportaSIAGAS	Aplicativo para importação dos dados de poços do SIAGAS para a base de dados da ANA.
2	Sistema de Cadastro de Inspeções Regulares de Barragens	Sistema para o cadastro de inspeções regulares de segurança de barragens - Online
3	Novo Sistema do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNRH40 – Integração das bases de dados estaduais de usuários regularizados pelos Estados	Sistema que registra os dados dos usuários e dos usos de recursos hídricos em todo território nacional, baseado nos 40 campos da Resolução CNRH nº 126/2011.
4	Sistema de Suporte a Decisão para Outorga (SSDO)	Sistema de suporte a decisão para outorga permite avaliar a situação do corpo hídrico levando em consideração um pedido de outorga que está sendo avaliado, permitindo avaliar o grau de comprometimento da disponibilidade hídrica frente a esse pedido de outorga.
5	Sistema de Outorga em Tanques Rede	Sistema que registra os dados para análise e suporte a decisão para as outorgas em tanques rede
6	Sistema de Águas Subterrâneas	Sistema que atual como ferramenta de cadastro para usos de recursos hídricos subterrâneos e de análise técnica e suporte a decisão para outorgas deste tipo de interferência
7	Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB	Sistema que registra as informações sobre a segurança de barragens
8	CNRH Histórico	Sistema que registra os dados históricos dos usuários de recursos hídricos em todo território nacional.
9	Sistema de Regulação de Federal (REGLA)	Sistema que registra os dados das outorgas emitidas pela ANA e implementa a automação do processo de outorga.
10	Sistema de Suporta a Decisão para Outorga (SSDO)	Sistema de suporte a decisão para outorga permite avaliar a situação do corpo hídrico levando em consideração um pedido de outorga que está sendo avaliado, permitindo avaliar o grau de comprometimento da disponibilidade hídrica frente a esse pedido de outorga.

11	Sistema Risk Manager	Sistema que armazena as informações do Cadastro Nacional de Barragens e informações relacionadas à segurança de barragens
12	Sistema do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH 1.0	Sistema que registra os dados dos usuários e dos usos de recursos hídricos em todo território nacional
13	Sistema Digital de Cobrança – DIGICOB I	Sistema para operacionalizar a cobrança pelo uso de recursos hídricos, instrumento de gestão previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/1997)
14	Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR)	Sistema que permite realizar o acompanhamento da operação dos reservatórios do Brasil. Atualmente o SAR contempla informações dos principais reservatórios da região Nordeste e Semiárido Brasileiro, assim com os reservatórios integrantes do Sistema Interligado Nacional.
15	Sistema HIDRO	O Hidro é um sistema que permitir o gerenciamento de uma base de dados Hidrometeorológica, armazenada centralizadamente em um banco de dados relacional, permitir a entrada de dados por parte das entidades que operam uma rede hidrometeorológica, cálculo de funções hidrometeorológicas básicas e visualização de dados (gráficos, imagens etc.).
16	Sistema para Análise de Dados Hidrológicos – SIADH	Sistema para Análise e Tratamento de dados Hidrológicos
17	Sistema de Acompanhamento do Monitoramento Hidrológico do Setor Elétrico – SAMSE	Sistema que permite gerenciar informações sobre empresas, usinas, técnicos, documentos (projetos de instalação, relatórios de instalação, relatório anual, relatório de proposta de batimetria, relatório de batimetria, ofícios, carta externas, etc.). Também permite realizar o relacionamento entre empresa e estação para o WebService relacionado.
18	Sistema Conversor de <i>Retrieves</i>	Aplicativo para conversão de dados dos arquivos (<i>retrieves</i>) de Plataformas de Coletas de Dados (PCDs) para o formato Hidro
19	Sistema HidroWeb II	Sistema usado para disponibilização na internet para toda a sociedade dos dados hidrológicos da Rede Hidrometeorológica Nacional, gerida pela ANA.
20	Sistema para comparação de registros hidrometeorológicos	Sistema para comparação de registros hidrometeorológicos
21	Sistema para elaboração de diagramas de dados de ficha de campo	Sistema para visualizar as fichas de campo das estações hidrometeorológicas.
22	Sistema para visualizador de fichas de campo	Sistema para visualizador de fichas de campo das estações hidrometeorológicas.

23	Sistema para Apresentação de Estatísticas da Rede Hidrometeorológica – SiEst	Sistema para Apresentação de Estatísticas da Rede Hidrometeorológica Nacional
24	Sistema para Avaliação do Desempenho da Operação da Rede Hidrometeorológica – SiADORHA	Sistema para Avaliação do Desempenho da Operação da Rede Hidrometeorológica
25	Sistema para Visualização de Dados Telemétricos – SVDT	Sistema para Visualização de Dados Telemétricos
26	Ferramenta Computacional para intercâmbio de dados com outras entidades operadoras de redes hidrometeorológicas no País	Sistema para intercâmbio de dados com outras entidades operadoras de redes hidrometeorológicas no País
27	Coletores de Dados Telemétricos	Sistema de coleta dos dados das estações telemétricas e inserção no banco de dados Hidro
28	Weservices do Telemetria 1.0	Sistema de disponibilização de dados do Hidro e HidroInfoAna via web service
29	<i>Sistema de Backup Telemetria I</i>	Sistema para realização de backup e organização do histórico dos arquivos das estações telemétricas
30	HidroSat	Sistema para aquisição, processamento e disponibilização de dados hidrológicos, calculados a partir de sensores radiométricos e altimétricos embarcados em satélites ambientais.
31	Sistema InspeçãoPCD	Sistema consiste em disponibilizar fichas para preenchimento em campo e posterior disponibilização web da visita as Plataformas de Coleta de Dados - PCD's
32	Sistema Gestor PCD	Sistema tem por objetivo subsidiar o acompanhamento do status da transmissão dos dados hidrometeorológicos, das Plataformas Automáticas de Coleta de Dados – PCDs, recebidos, em tempo real, na sala de situação da ANA.
33	Sistema Balanço Hídrico	Sistema para divulgar diariamente o volume de água que entra pelas suas fronteiras na Amazônia e o volume que sai para outros países pelas principais bacias do território nacional, além do total que deságua no Oceano Atlântico.
34	Identidade Pluviométrica	Sistema para Visualização de Dados e Informações Pluviométricas
35	Sistema GDH-SMS - Sistema de Gestão de Dados Hidrológico Coletados por meio de SMS	Sistema de Gestão de Dados Hidrológico Coletados por meio de SMS
36	Sistema Hidro-PLU	Sistema para Análise e Tratamento de dados Pluviométricos
37	Sistema Hidro-FLU	Sistema para Análise e Tratamento de dados Fluviométricos

38	Sistema Curva Chave 1.0	Sistema para Análise e Traçado de Curvas-chave
39	Sistema HidroWeb 1.0	Sistema usado para disponibilização na internet para toda a sociedade dos dados hidrológicos em tempo real, da Rede Hidrometeorológica Nacional, gerida pela ANA.
40	Sistema Telemetria 1.0	Sistema usado para disponibilização na internet para toda a sociedade dos dados hidrológicos em tempo real, da Rede Hidrometeorológica Nacional, gerida pela ANA.
41	Sistema de Sincronismo entre as bases (Hidro/HidroInfoANA)	O sistema possibilita a compatibilidade dos dados entre as duas bases de dados
42	Sistema para entrada de dados (cota, chuva e qualidade de água) coletados por equipamentos convencionais, enviados via celular - RMQA	Sistema para a entrada de dados (cota, chuva e qualidade de água) coletados por equipamentos convencionais.
43	Sistema CotaOnline	Sistema para facilitar a entrada de dados (cota, chuva, vazão e volume) coletados por equipamentos convencionais.
44	Sistema Gerador de Backups do Hidro	Sistema para gerador de backups do sistema Hidro
45	Sistema SIG Conjuntura Desktop	Sistema para preparação e análise dos dados a serem publicados anualmente no Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil
46	Sistema de Previsão de Eventos Críticos da Bacia do rio Paraíba do Sul - SISPREC	Sistema computacional que realiza previsões do impacto das inundações, ruptura de barragens e de propagação de poluentes na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, com destaque aos rios Pomba, Muriaé, Carangola, Paraibuna e Paraíba do Sul. O sistema obtém dados automaticamente do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE), do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e da ANA para realizar as previsões de inundações.
47	Novo Sistema Digital de Cobrança - DIGICOB II	Sistema para operacionalizar a cobrança pelo uso de recursos hídricos, instrumento de gestão previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/1997)
48	Sistema SIG Atlas	Sistema para publicação dos resultados do trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das sedes urbanas em todo o País
49	Portal de Metadados	Sistema que disponibiliza os metadados geoespaciais da ANA
50	Portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)	Sistema para publicação na internet de dados geográficos da ANA
51	Sistema para Controle de Eventos de Capacitação (SABERH)	Sistema para gerenciamento e operacionalização dos cursos de capacitação oferecidos aos membros do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

52	Consumo de Energia na Irrigação e Aquicultura (CEIA)	Sistema para estimar o consumo de água na irrigação e aquicultura com base nos dados de consumo de energia disponibilizados pelo setor elétrico
----	--	---

Quadro 142 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2016

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valor desembolsado 2016 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
031/ANA/2010	Prestação serviço comunicação dados rede corporativa ANA	14/10/2015 11/04/2016	02.421.421/0001-11	INTELIG TELECOMUNICAÇÃO LTDA	145.000,00	37.301,01
065/ANA/2011	Prestação serviço conectividade IP com link dedicado 34 Mbps	18/10/2015 18/10/2016 18/10/2017	04.622.116/0001-13	ALGAR MULTIMÍDIA S.A - CTBC MULTIMIDIA DATA NET S.A	232.500,00	232.500,00
100/ANA/2011	Fornecimento de unidades de armazenamento - storages e ativos de rede e prestação serviço	21/12/2011 21/03/2017	04.699.854/0001-69	VA & R INFORMÁTICA LTDA - EPP	740.000,00	0,00
044/ANA/2012	Prestação serviço de telecomunicações, por meio de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre ANA	12/07/2015 12/07/2016	03.420.926/0001-24	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA - GVT	120.300,00	116.325,00
093/ANA/2012	Aquisição de solução de TI composta de software de gerenciamento de bibliotecas com suporte técnico	10/12/2012 10/04/2016	69.112.514/00001-35	PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA	54.500,00	11.570,00
015/ANA/2013	Prestação serviço de atualização e suporte técnico licenças Oracle	08/05/2015 08/05/2016 08/05/2017	59.456.277/0003-38	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	795.528,00	610.000,00
031/ANA/2013	Prestação serviço especializados de TI – Service Desk	28/06/2015 28/06/2016 28/06/2017	65.599.953/0004-06	CPM BRAXIS S.A	791.762,52	865.870,70

052/ANA/2013	Prestação serviço desenvolvimento, manutenção e documentação na modalidade Pontos de Função	23/08/2015 23/08/2016	01.644.731/0001-32	CTIS TECNOLOGIA S.A	13.448.760,00	5.645.364,81
060/ANA/2013	Prestação serviço de link de comunicação de dados	05/11/2014 30/01/2016	72.843.212/0001-41	LEVEL 3 COMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA	600.000,00	47.660,19
070/ANA/2013	Aquisição de switch de configuração fixa com 48 portas 1G/10G L3 e fonte redundante	16/10/2013 16/10/2016	03.353.902.0001-10	DECISION SERVIÇOIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	139.900,00	0,00
072/ANA/2013	Prestação serviço técnico especializado - sustentação a Infra/apoio à Gestão de TIC	21/10/2015 21/10/2016 21/10/2017	65.599.953/0004-06	CPM BRAXIS S.A	6.021.372,53	6.264.527,50
075/ANA/2013	Prestação serviço suporte tecnológico ao ambiente de TI	07/11/2015 07/11/2016	07.171.299/0001-96	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	7.472.173,33	2.401.363,00
088/ANA/2013	Aquisição solução armazenamento de dados - storage	04/12/2013 03/12/2016	03.369.656/0001-74	MAISDOISX TECNOLOGIA EM DOBRO LTDA	3.981.981,00	0,00
090/ANA/2013	Aquisição serviço suporte Microsoft Premier	10/12/2015 10/12/2016 10/12/2017	60.316.817/0001-03	MICROSOFT INFORMATICA LTDA	330.637,26	304.000,00
093/ANA/2013	Aquisição servidores High End	16/12/2013 15/02/2014	08.714.136/0001-75	PARTNERS TI INFORMÁTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA	476.000,00	0,00
096/ANA/2013	Aquisição armazenamento dados - storage	17/12/2013 16/02/2015	11.896.375/0001-06	HASKY AUTOMAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	1.064.168,10	0,00
006/ANA/2014	Aquisição licenças de sw, suporte/atualização RedHat Enterprise Linux	12/02/2014 12/04/2017	26.990.812/0001-15	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	279.750,00	0,00
017/ANA/2014	Aquisição de solução integrada de gestão de dados	28/04/2014 28/04/2015	04.989.440/0001.74	TGV TECNOLOGIA LTDA	2.444.996,00	0,00
025/ANA/2014	Prestação serviço para execução de testes de softwares e controle de qualidade sobre produtos de desenvolvimento de sistemas.	17/06/2015 17/06/2016 17/06/2017	72.827.405/0004-51	RSI INFORMÁTICA LTDA	2.237.256,00	650.000,00

028/ANA/2014	Prestação de serviços de atualização e suporte técnico, conforme política de suporte de hardware	20/06/2015 20/06/2016 20/06/2017	59.456.277/0003-38	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	377.213,48	357.206,74
042/ANA/2014	Prestação serviço de processamento de dados	26/07/2015 25/07/2016	33.683.111/0001-08	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	6.621,36	3.000,00
046/ANA/2014	Aquisição de Solução de Virtualização.	20/08/2014 20/08/2017	71.702.716/0007-74	OFFICER S.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE TECNOLOGIA	368.400,00	0,00
047/ANA/2014	Aquisição de 200 monitores LCD.	20/08/2014 19/08/2018	09.202.645/0001-81	CALC INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOIS LTDA - EPP	192.640,00	0,00
053/ANA/2014	Prestação serviço Técnico especializado de pesquisa e aconselhamento	09/09/2015 09/09/2016 09/09/2017	02.593.165/0001-40	GARTNER DO BRASIL SERVIÇOIS DE PESQUISAS LTDA	245.500,00	245.500,00
062/ANA/2014	Aquisição de solução de TI do tipo data discovery	23/12/2014 23/12/2017	08.689.089/0001-570	TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA	625.927,57	0,00
065/ANA/2014	Prestação serviço de suporte técnico pelo período de 12 meses de 23 licenças Oracle	03/10/2015 03/10/2016	59.456.277/0003-38	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	355.930,09	335.016,96
077/ANA/2014	Prestação de operação assistida para ambiente heterogêneo de sistemas gerenciadores de banco de dados.	18/11/2015 18/11/2016 18/11/2017	04.989.440/0001.74	TGV TECNOLOGIA LTDA	5.150.000,00	1.279.166,66
078/ANA/2014	Aquisição de scanner	27/11/2014 27/03/2018	11.015.572/0001-60	CZAR SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA-PP	72.660,00	0,00
006/ANA/2015	Aquisição de solução de processamento de alto desempenho e a garantia	09/03/2015 09/03/2019	05.704.797/0001-21	SYSTEM IT SOLUTIONS LTDA	1.869.390,00	0,00
014/ANA/2015	Prestação de serviço de aferição e validação dos quantitativos de pontos de função.	13/05/2015 11/05/2016 13/05/2017	02.434.797/0001-60	FATTO CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA -EPP	27.900,00	37.510,00
038/ANA/2015	Aquisição de equipamentos switches, contemplando a garantia de pelo menos de 36 (trinta e seis) meses	22/09/2015 22/09/2018	05.704.797/0001-21	SYSTEM IT SOLUTIONS LTDA	2.414.000,00	0,00

040/ANA/2015	Aquisição de ultrabooks, incluindo garantia on site pelo o período de 36 (trinta e seis) meses	26/11/2015 26/11/2018	03.619.767/0001-91	TORINO INFORMÁTICA LTDA	396.245,00	0,00
042/ANA/2015	Aquisição de solução de videoconferência - Ata da Marinha do Brasil	09/10/2015 09/10/2018	58.619.404/0001-48	SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOIS DE TELE. LTDA	416.920,00	0,00
043/ANA/2015	Aquisição de solução de videoconferência - Ata Ministério da Cultura	09/10/2015 09/10/2018	58.619.404/0001-48	SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOIS DE TELE. LTDA	1.346.900,00	0,00
049/ANA/2015	Aquisição de 200 microcomputadores.	23/10/2015 22/10/2019	72.381.189/0006-25	DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	1.080.000,00	0,00
061/ANA/2015	Aquisição de soluções de nível Enterprise baseada em linux (sistema operacional, virtualização e ger. Sistemas	04/12/2015 04/12/2016	70.597.174/0001-69	GPS - GLOBAL PROJETOS E SISTEMAS LTDA	76.269,60	0,00
063/ANA/2015	Serviço de Telefonia do Tipo E1, para interconexão entre as localidades do Setor Policial, área 5, Quadra 3, Bloco L – Brasília – DF (Ponta A) e o prédio localizado no SIA Sul, trecho 4, lote 370 (Ponta B)	07/12/2015 07/12/2017	04.622.116/0001-13	ALGAR MULTIMÍDIA S.A.	35.091,97	35.091,97
064/ANA/2015	Aquisição de licenças de sistemas operacionais e aplicativos Microsoft (renovação)	16/12/2015 16/12/2016 17/12/2017	00.710.799/0001-00	ALLEN RIO SERVIÇO.E COM.DE PROD.DE INFORMÁTICA LTDA	2.396.538,36	2.396.538,36
067/ANA/2015	Aquisição e instalação da solução de auditoria e gerenciamento de serviços do AD VARONIS	17/12/2015 17/12/2016 18/12/2017	00.710.799/0001-00	ALLEN RIO SERVIÇO.E COM.DE PROD.DE INFORMÁTICA LTDA	636.765,00	113.700,00
074/ANA/2015	Compra direta do serviço de atualização (upgrade) da plataforma ArcGIS e suporte técnico período 48 meses	24/12/2015 24/12/2019	67.393.181/0001-34	IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA	2.403.580,00	600.895,00
075/ANA/2015	Prestação de serviço de suporte e manutenção do sistema de informações documentais - próton	28/12/2015 28/12/2016 28/12/2017	05.355.405/0001-66	IKHON - GESTÃO CONHECIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA	174.944,64	162.272,00

077/ANA/2015	Prestação de serviço especializados em suporte técnico e manutenção do software de gestão Automation System	29/12/2015 29/12/2016 29/12/2017	24.936.973/0001-03	LINKDATA INFORMÁTICA E SERVIÇOIS LTDA	418.100,00	355.200,00
078/ANA/2015	Fornecimento de licenças perpétua de uso de software tipo serviço (QLIKVIEW)	29/12/2015 29/12/2016	06.984.836/0001-54	INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA	1.143.400,00	0,00
079/ANA/2015	Fornecimento e instalação de ativos de rede com vigência de 12 meses (SWITCH DE BORDA)	31/12/2015 31/12/2016	58.619.404/0001-48	SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOIS DE TELE. LTDA	590.019,68	0,00
111/ANA/2015	Aquisição de Certificados digitais para uso seguro dos serviços de correio eletrônico, risk manager	12/02/2015 12/02/2016	14.578.945/0001-08	BM TECH DO BRASIL LTDA - ME	7.999,96	0,00
157/ANA/2015	Aquisição de Notebook do tipo ultrabook para Agencia Nacional de Águas-ANA	11/05/2015 11/05/2016	05.673.799/0001-09	PPN TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA	7.999,00	0,00
213/ANA/2015	Aquisição software APM (Application Process Management)	17/06/2013 17/06/2016	01.162.636/0001-00	B2BR BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA	135.800,00	0,00
371/ANA/2015	Aquisição dos discos rígidos portáteis (HDs)	20/07/2015 20/07/2016	81.433.039/0001-02	SUporte MANUTENÇÃO PARA COMPUTADORES LTDA	24.399,28	0,00
444/ANA/2015	Contratação de serviço de melhorias a serem desenvolvids para software de gerenciamento de biblioteca	01/09/2015 01/09/2016	69.112.514/00001-35	PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA	18.106,00	0,00
453/ANA/2015	Prestação serviço de certificação digital de processamento de dados necessário para disponibilização de acesso	09/09/2015 09/09/2016	33.683.111/0001-08	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	1.746,66	0,00
630/ANA/2015	Aquisição de software Adobe Creative Cloud Enterprise	02/12/2015 02/12/2016	04.198.254/0001-17	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	222.000,00	0,00
071/ANA/2016	Aquisição de access points - Wireless	22/12/2017	06.926.223/0001-60	AMERICA TECNOLOGIA DE INFORMATICA E ELETRO-ELETRONICOS LTDA	536.351,00	536.351,00

050/ANA/2016	Upgrade de licenças da solução de virtualização de servidores de rede - VMWARE	27/09/2019	10.646.995/0001-16	ARROW ECS BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	1.955.900,00	911.492,00
070/ANA/2016	Upgrade – VMWARE e NSX	21/12/2019	10.646.995/0001-16	ARROW ECS BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	4.996.803,45	2.054.246,45
2016NE800261	Certificado Digital para múltiplos domínios e servidor SSL	03/06/2017	14.578.945/0001-08	BM TECH DO BRASIL LTDA - ME	7.999,00	7.999,00
046/ANA/2016	Suporte técnico espec. Manutenção DataCenter.	26/08/2017	20.115.087/0001-50	CHIP7 DE INFORMÁTICA ELETRO ELETRÔNICOS LTDA	41.946,00	17.477,50
045/ANA/2016	Suporte técnico espec. Manutenção DataCenter.	25/08/2017	72.645.872/0001-18	CTX TECNOLOGIA E EQUIPAMENTO EIRELI - EPP	64.177,68	26.740,70
018/ANA/2016	Contratação de serviços especializados de informática à melhoria e desenvolvimento próton digital IKHON	26/04/2017	05.355.405/0001-66	IKHON - GESTÃO CONHECIMENTO E TECNOLOGIA	381.000,00	281.000,00
052/ANA/2016	Manutenção evolutiva e atualização dos aplicativo e solução de segurança. Antivirus	27/09/2017	01.707.536/001-04	ISH TECNOLOGIA S/A	349.447,00	349.447,00
057/ANA/2016	Prest. Serv. De telecomunicações, por meio de circuito dedicado de acesso à internet	21/10/2016	72.843.212/0001-41	LEVEL 3 COMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA	348.843,90	25.000,00
024/ANA/2016	Prest. Serv. Especializados em tec. da informação para suporte técn. ger. de Biblioteca - SOPHIA	25/06/2017	69.112.514/0001-35	PRISMASOFT INFORMÁTICA LTDA	8.742,96	8.742,96
059/ANA/2016	Prest. Serv. De manutenção e suporte de licenças software - ERDAS	08/11/2017	54.512.587/0001-47	SISGRAPH LTDA	138.636,02	46.212,00
042/ANA/2016	Prest. Serv continuados na área de tecnologia da informação e suporte técnico da Oracle - MIDDLEWARE	18/08/2017	11.185.325/0001-02	TAREA GERENCIAMENTO LTDA	3.865.474,30	425.677,70
053/ANA/2016	Fornecimento de conexão à internet para ANA	27/09/2017	00.336.701/0001.04	TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - TELEBRÁS	353.226,80	92.056,70

013/ANA/2016	Prest. Serv de suporte para plataforma (ENAP) QlikView	06/04/2016	08.689.089/0001-57	TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA	134.220,00	134.220,00
055/ANA/2016	Prest. Serv e implantação, de apoio à Gestão	28/09/2017	06.033739/0001-86	TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	3.853.840,00	1.022.700,00
2016NE800439	Solução de – FIREWAL Atualização, novas licenças e suporte técnico	28/11/2017	04.841.288/0001-88	TELC. TELECOM EMPREENDIMENTOS LTDA	809.900,00	809.900,00
2016NE800612	Aquis. De solução de segurança do Datacenter SPO e SAI – sistema Biométrico	29/12/2019	08.342.296/0001-30	BESECURE INFORMÁTICA E SEGURANÇA ELETRÔNICA	7.950,00	7.950,00
2016NE800607	Aquisição de estações de trabalho e computadores tipo Workstation	29/12/2017	03.263.975/0001-09	SYSTECH SISTEMAS E TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA	1.528.879,55	1.528.190,00

Informações sobre o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Plano Estratégico de TI (PETI) – Foi aprovado pelo Comitê de TI o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) para o período de 2015 a 2020, elaborado por equipe interna da STI. O PETI é composto por 11 objetivos estratégicos, alinhados aos resultados esperados do Planejamento Estratégico Institucional da ANA, e conta com 21 indicadores para mensurar o alcance das metas. O PETI foi institucionalizado na Agência por meio da Portaria nº 330 de 22 de setembro de 2015.

Plano Diretor de TI (PDTI) – O CTI aprovou também a prorrogação do PDTI atual até março de 2016, tendo em vista que está sendo elaborado um novo PDTI para o período de 2016-2020, já alinhado ao PETI da Agência.

Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas

Quadro 143 - Relação de necessidades de novos sistemas

Fonte: Plano Diretor de Tecnologia da Informação

Nº	Sistema necessário	Justificativas	Medidas programadas para obtenção desses sistemas

1	Sistema de Envio de Mensagens para celular por SMS	Nas situações de emergência de segurança de barragens a ANA poderia fazer uso de um sistema de emissão de avisos para entidades, órgãos e/ou servidores para alerta.	<p>Contratação de empresas especializadas em desenvolvimento de sistemas, do tipo fábrica de software, fabrica de testes e fabrica de métricas.</p> <p>Os sistemas estão sendo priorizados pelo Comitê de Tecnologia da Informação da ANA.</p>
2	Sistema de Fiscalização	Sistema que integre as atividades de fiscalização, auxiliando no planejamento, gerenciamento e gestão das atividades de fiscalização	
3	Sistema de Acompanhamento do Programa PróGestão que possibilite atualização das informações, dos gráficos, documentos e mapas publicados na página Internet do programa	Os dirigentes da ANA, além dos servidores envolvidos e das UFs integrantes do PROGESTÃO necessitam acesso a partir de qualquer local a dados gerenciais atualizados para uma adequada condução do programa.	
4	Sistema de apoio às ações de capacitação	Necessidade de sistema que permita: a. Administração de contratos/ parcerias; b. Gestão de conteúdos ; c. Gestão de cursos; d. Processos automatizados de seleção, envios de mensagens de prazos (para inscritos); e. Gestão durante curso e gestão pós curso (avaliação) – definição de parâmetros; f. Tela pra inscrição externa para usuários de cursos; g. Gestão de usuários; h. Acesso com login; j. Relatórios	
5	Sistema de Suporte à Operação da Sala de Situação da ANA - operacionalização do Manual da Sala de Situação da ANA	<p>Por intermédio da Sala de Situação, que foi inaugurada em novembro de 2009, a ANA realiza o acompanhamento das condições hidrometeorológicas de bacias hidrográficas prioritárias e de armazenamento dos principais reservatórios do País, com vistas a subsidiar, em especial, a tomada de decisões no que se refere à minimização dos efeitos de secas e inundações.</p> <p>Em 2013, para orientar a operação da Sala, a ANA elaborou o “Manual de Operação da Sala de Situação da Ana e para apoio aos Estados” (doc. nº 028941/2013).</p> <p>Entretanto, para realizar suas atividades de forma mais eficiente, é necessário desenvolver ferramentas de apoio, tais como: automação na elaboração dos boletins e informes da Sala de Situação; página na internet com disponibilização de Diagramas Unifilares para apresentar a situação de rios e reservatórios em tempo real; automação de modelos hidrológicos para obtenção de dados e disponibilização de resultados em gráficos e tabelas, com saída para o Google Earth; aplicativo para realizar análises rotineiras da operação de reservatórios (elaboração de curvas-guia, alocação de volume de espera, prognóstico operacional); entre outras</p>	

6	Sistema de informações dos projetos apoiados no âmbito do Programa Produtor de Água	<p>Atualmente não existe um portal ou sistema instalado na ANA que possa centralizar as informações referentes aos projetos apoiados institucional e financeiramente através do Programa Produtor de Água. Tanto a direção da ANA quanto o corpo técnico e diversas instituições públicas nacionais e internacionais se ressentem de ter um canal com as informações atualizadas e acessíveis.</p>	<p>Contratação de empresas especializadas em desenvolvimento de sistemas, do tipo fábrica de software, fabrica de testes e fabrica de métricas.</p>
7	Sistema de Acompanhamento dos Projetos de Bacias Compartilhada	<p>Atendimento dos acordos bilaterais e de cooperação técnica com países participantes da OTCA, Bacia do Prata e Dinagua</p>	<p>Os sistemas estão sendo priorizados pelo Comitê de Tecnologia da Informação da ANA</p>
8	Sistema para gerenciamento de entrada/saída e controle e equipamentos	<p>Necessidade de controlar o uso e intervenções em equipamentos da RHN, bem como o estoque de itens sobressalentes. O sistema deverá estar integrado com o sistema ASI, ou seu sucessor, e também deverá viabilizar a consulta e registro de solicitações pelas operadoras parceiras</p>	
9	Sistema para Acompanhamento Gerenciamento da Operação da Rede Hidrometeorológica	<p>e</p> <p>O sistema tem por objetivo auxiliar nas ações de gestão da operação da Rede Hidrometeorológica Nacional – RHN.</p> <p>Segue abaixo uma lista de algumas funcionalidades que deverão ser implementadas no sistema:</p> <p>Elaborar relatórios dos principais problemas ocorridos na operação da rede, tais como: falta de informações, falta de fichas de campo, inexecuções de atividades previstas, entre outros;</p> <p>Registrar ações tomadas pelos gestores regionais para solucionar problemas enfrentados, classificando-os por tipos e acompanhando os resultados alcançados, considerando a temporalidade definida para cada tipo de problema;</p> <p>- Controlar as informações geradas por cada tipo de equipamento utilizado na RHN, visando validar seu uso;</p> <p>Controlar a produção de relatórios e elaboração de Pareceres Técnicos.</p>	

10	<p>Sistema para visualização, comparação e correção de dados telemétricos armazenados no banco Telemetria e dados convencionais armazenados no banco Hidro</p>	<p>O sistema tem por objetivo servir de suporte para que o usuário possa identificar, visualizar e corrigir as séries de dados hidrológicos disponibilizadas no Hidro e HidroInfoAna.</p> <p>Para tal, deverão ser implementadas ferramentas de análise gráfica e estatística de séries temporais, bem como ferramentas para preenchimento e aplicação de correções lineares e não lineares em séries temporais. Deverá ser avaliado a possibilidade de integração com o Sistema GestorPCD e/ou SIADH</p>	<p>Contratação de empresas especializadas em desenvolvimento de sistemas, do tipo fábrica de software, fabrica de testes e fabrica de métricas.</p> <p>Os sistemas estão sendo priorizados pelo Comitê de Tecnologia da Informação da ANA</p>
----	--	---	---

Plano de Ação da Agência Nacional de Águas - ANA

Este plano de ação foi ajustado de acordo com o Acordão nº 1018/2014-TCU-Plenário de 25/04/2014 e contempla o cronograma macro de implementação das determinações e recomendações contidas no acórdão após a fiscalização da auditoria para avaliar a implementação dos controles de TI informados em resposta ao levantamento do perfil de governança de TI de 2012 bem como verificar a adição de planos e estratégias para implementação de melhoria da governança de TI – objetivo da fase 1 da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) no período de 13/06/2013 a 21/08/2013.

Recomendações TCU:

Quadro 144 - Plano de Ação da Agência Nacional de Águas

Item Acórdão	Item Relatório Anterior	Determinação	Prazo de Atendimento	Ação	Responsável (nome, cargo e CPF)	Observações	UORG Responsável
--------------	-------------------------	--------------	----------------------	------	---------------------------------	-------------	------------------

9.1.3	166.8	Implemente processo de gestão de nível de serviço de TI, de forma a assegurar que níveis adequados de serviço sejam entregues para os clientes internos de TI.	360 dias	O processo de gestão de nível de serviço foi implementado para 4 serviços e será implementado para o restante dos serviços.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Foi criado em 2012 o processo de gerenciamento de nível de serviços do SNIRH. Foram realizados alguns acordos de nível de serviço com as UORGs da ANA de acordo com o processo definido. A inclusão dos acordos de serviço dos sistemas institucionais serão concluídos até junho de 2017.	SAF/DINFO e SGI
9.1.4	165.1	Elabore, execute e teste periodicamente o plano de gestão de continuidade do negócio da organização.	360 dias	Contratação de empresa especializada para apoio na elaboração do Plano de Gestão de Continuidade do Negócio da Organização.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Em 28/09/2017 foi celebrado contrato com a empresa TS Consultoria para apoio à gestão de TI que irá atuar nos processos de governança de TI da ANA. A previsão é que a empresa finalize a elaboração desse processo até junho de 2017.	SAF/DINFO
9.1.5	165.2	Elabore e execute o processo de gestão de ativos de informação do órgão.	360 dias	Será elaborado para posterior execução do processo de gestão de ativos de informação do órgão	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	A ANA já possui um Inventário de Ativos Físicos (hardware) e Ativos de Software, atualizado anualmente. Além disso foi elaborado em 2016 o processo Gerenciamento de Ativos de Serviço e Configuração de TI da ANA	SAF/DINFO

9.1.6	165.3	Elabore e aprove formalmente a política de controle de acesso a informações e recursos de TI.	180 dias	Esse item é parte integrante da POSIC/ANA, que encontra-se em deliberação no CTI para posterior encaminhamento à DIREC.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	A Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) da ANA foi e publicada em 2015, por meio da Resolução ANA nº 1078, de setembro de 2015. Em 16/09/2016 foi realizada a 4ª reunião ordinária do CSIC, onde foi apresentada minuta de resolução que estabelece regras para a POSIC.	SAF/DINFO
9.1.8	165.4	Elabore, aprove e implemente processo corporativo de gestão de riscos de segurança da informação.	360 dias	Contratação de empresa especializada para apoio na elaboração do processo corporativo de Gestão de Risco de Segurança da Informação.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Em execução pela empresa contratada com previsão de conclusão em março de 2017.	SAF/DINFO
9.1.7	165.5	Institua formalmente equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais.	180 dias	Conforme Norma Complementar no. 05 da IN01 do Gabinete de Segurança Institucional, a Equipe de Tratamento e Resposta à incidentes em redes computacionais deve ser coordenada por um Servidor Público. Este perfil deve ser definido para possibilitar a instituição da equipe.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Conforme Regimento Interno da ANA, a coordenação da Equipe de Tratamento e Resposta à Incidentes em Redes (ETIR) foi atribuída à COINF.	SAF/DINFO

9.1.9	165.6	Elabore e execute processo de gestão de incidentes de segurança da informação, bem como institua formalmente equipe específica para tratar dos incidentes dessa natureza.	360 dias	Contratação de empresa especializada para apoio na elaboração do processo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação. Quanto à equipe, seguir item anterior.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Foi elaborado em 2016 o processo de Gestão de Incidentes e de Problemas. Para 2017 restam a formalização e implementação desses processos.	SAF/DINFO
9.1.12	166.9	Mantenha atualizado o catálogo de serviços de TI do órgão.	180 dias	O catálogo de serviços será implementado.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	O Catálogo de Serviços de TI foi revisto em 2015, como meta institucional da COINF. Porém está em constante evolução. O resultado da revisão está disponível no documento 00000.057814/2015-19.	SAF/DINFO e SGI
9.1.13	Não consta no relatório anterior	Estabeleça formalmente acordos de nível de serviço entre o setor de TI e as áreas internas da instituição, com fundamento nas orientações contidas na seção 6.1.2 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008.	180 dias	Formalizar os acordos de nível de serviço.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Foi criado em 2012 o processo de gerenciamento de nível de serviços do SNIRH. Foram realizados alguns acordos de nível de serviço com as UORGs da ANA de acordo com o processo definido. A inclusão dos acordos de serviço dos sistemas institucionais serão concluídos até junho de 2017.	SAF/DINFO e SGI

Anexo I
Relatório de Monitoramento Interágua



5º Relatório de Avaliação e Monitoramento do Programa INTERÁGUAS

Acordo de Empréstimo Nº 8074-BR

Julho de 2016
Sumário

1	Apresentação	3
2	Aspectos do planejamento	4
3	Aspectos fiduciários	5
4	Aspectos operacionais	10
5	Aspectos institucionais	11
6	Aspectos ambientais e sociais	14
7	Análise da situação do Programa	15
8	Desafios à implementação do Programa e comentários gerais	23
9	Eventos realizados e previstos	25
10	Monitoramento e avaliação	29
11	Anexos	30

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Monitoramento apresenta um panorama geral da implementação do Programa INTERÁGUAS, contemplando o período compreendido entre 1º de dezembro de 2015 à 30 de junho de 2016.

Para a elaboração desse relatório foram utilizadas informações disponibilizadas pelas Unidades de Gerenciamento do Programa – UGPs da Agência Nacional de Águas – ANA e dos Ministérios do Meio Ambiente – MMA, do Ministério das Cidades – MCid e do Ministério da Integração Nacional – MI.

A estrutura do Relatório apresenta uma visão global do andamento do Programa, considerando aspectos, tais como, de planejamento, fiduciários, operacionais, institucionais e ambientais/sociais.

Adicionalmente será apresentado o novo Quadro de Resultados, apresentando alguns resultados parciais já alcançados.

2. ASPECTOS DE PLANEJAMENTO

O planejamento das ações a serem executadas é resultado de um processo que prescinde de uma intensa discussão interna de cada executor e, em alguns casos, entre os executores, naquelas atividades que se caracterizam como intersetoriais.

As atividades previstas têm em sua fundamentação produtos que contribuam para a capacidade de planejamento e gestão do setor água.

Ressalta-se que pela experiência vivida pelo Programa, o planejamento mostra-se extremamente dinâmico e como tal deve ser passível de ajustes e alterações.

Na atual fase do Programa, o documento de planejamento vigente é o Plano de Aquisições definido na Missão de Supervisão, ocorrida em junho de 2015.

O Anexo I apresenta o POA 2016, que reflete as atividades previstas no plano de aquisições que seriam continuadas, iniciadas ou totalmente executadas em 2016.

3. ASPECTOS FIDUCIÁRIOS

Gerenciamento Financeiro

Até o momento foram encaminhados ao Banco 8(oito) Relatórios Financeiros Intermediários - IFRs referentes aos 2º, 3º, 4º trimestres de 2014 e 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2015 e o 1º trimestre de 2016.

A STP continuamente trabalha junto às UGPs solicitando que elas forneçam as informações no tempo certo para que seja possível consolidar os dados e submeter ao Banco, no prazo estabelecido, por meio dos relatórios intermediários (IFRs).

A fonte de informação utilizada para o gerenciamento de informações financeiras é o SIAFI, o qual é gerido pelo Ministério da Fazenda. Consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. Entende-se que a substituição do SIGMA pelo SIAFI foi uma escolha acertada, tendo em vista que é a fonte mais fidedigna disponível no momento.

Orçamento

Como é sabido, alguns executores têm maior flexibilidade em utilizar a fonte externa (fonte 148), não havendo dificuldades em acessá-la.

Um caso especial é o caso da Agência Nacional de Águas, que mesmo prevendo em seu orçamento a utilização da fonte 148, na proporção de 28%, conforme a reestruturação, não consegue de forma efetiva utilizar essa fonte, apesar dos esforços feitos.

Já a SRHU tem uma condição orçamentária e financeira diferenciada, visto que seu orçamento é bastante enxuto, fato que dificulta atender todas as demandas de forma simultânea.

Desembolsos e Fluxo Financeiro

Até o momento, verifica-se que, do total de recursos do empréstimo (US\$ 107,3 milhões), o projeto havia desembolsado aproximadamente US\$ 8,30 milhões, o que representa cerca de 7,7% do valor do Empréstimo.

Ressalta-se que o percentual acima apresentado leva em consideração o valor do empréstimo inicial. Caso se considere o novo valor do empréstimo (63,78 milhões de dólares), o percentual desembolsado se eleva para cerca de 13%.

Em relação aos desembolsos efetuados pelo Programa, apresenta-se abaixo os pedidos de desembolso:

Descrição	Data	Valor US\$
Front-end Fee	03/05/2012	268.331,25
Pedido Desembolso	16/11/2012	2.000.000,00
Pedido Desembolso	09/05/2014	3.900.000,00
Pedido Desembolso	13/11/2014	950.000,00
Pedido Desembolso	19/10/2015	1.185.000,00
Total		8.303.331,25

Em relação aos juros incidentes sobre os valores desembolsados do empréstimo, a tabela abaixo relaciona os pagamentos já realizados desde o início da vigência do Programa:

Vencimento	Valor (US\$)
01/12/2012	1.964,63
01/06/2013	12.484,37
01/12/2013	10.146,99
01/06/2014	9.403,49
01/12/2014	26.814,17
01/06/2015	30.098,63
Total	90.911,88

Em outubro de 2015, a Secretaria do Tesouro Nacional-STN solicitou à ANA uma série de documentos tendo como objetivo a transferência da dívida junto ao Banco Mundial. Dessa forma, o pagamento dos juros passou a ser feito pela STN e a responsabilidade da amortização também ficará a cargo dela. A partir desse relatório essa informação não será mais apresentada.

Acerca dos desembolsos e orçamento, cabe destacar que foi solicitado ao Banco Mundial que a conta designada, que tinha um limite de US\$ 10 milhões, passasse a ter limite variável. Esse pleito visava o atendimento a uma reivindicação do Ministério das Cidades e do Ministério da Integração Nacional, uma vez que o IICA exigia que o valor total dos contratos fosse repassado de uma só vez, evitando assim qualquer interrupção nos pagamentos devidos.

Em 1º de dezembro de 2015 o Banco enviou mensagem eletrônica encaminhando a alteração na Carta de Desembolso, passando o limite para variável, atendendo assim a demanda apresentada.

Pedidos de Saque

A tabela abaixo apresenta os valores individualizados referentes aos pedidos de saques realizados, por executor, como também em seu total geral, desde o início da vigência do Programa até junho de 2016.

PEDIDOS DE SAQUE					
TRIMESTRE	DATA	EXECUTOR	VALOR U\$	Taxa de câmbio	VALOR R\$
2º/2013	06/06/2013	MCID	235.000,00	2,12	498.670,00
3º/2013	12/09/2013	SRHU	120.000,00	2,26	271.800,00
4º/2013	05/11/2013	ANA	127.000,00	2,27	288.798,00
2º/2014	07/05/2014	ANA	384.000,00	2,22	852.480,00
	15/05/2014	MCID	3.355.704,60	2,22	7.439.597,10
	15/05/2014	SRHU	172.000,00	2,22	381.324,00
	23/05/2014	SRHU	12.000,00	2,21	26.520,00
	03/06/2014	SRHU	83.275,82	2,26	187.878,57

3º/2014	29/07/2014	ANA	478.426,34	2,22	1.064.020,18
	29/07/2014	ANA	177.612,96	2,22	395.011,22
	04/08/2014	SRHU	147.489,69	2,25	331.409,33
4º/2014	05/11/2014	SRHU	607.490,59	2,50	1.521.460,18
	11/12/2014	MI	163.000,00	2,63	428.527,00
2º/2015	12/05/2015	MI	68.214,00	3,04	207.513,81
3º/2015	06/07/2015	SRHU	124.806,36	3,13	390.893,52
	21/08/2015	SRHU	69.566,15	3,49	242.507,60
	27/08/2015	MI	59.359,73	3,55	210.489,60
4º/2015	07/10/2015	SRHU	303.607,13	3,839	1.165.547,77
	11/11/2015	MI	113.943,52	3,769	429.453,13
2º/2016	13/05/2016	MCID	929.455,99	3,498	3.251.330,00
	29/06/2016	SRHU	10.615,50	3,2448	34.445,17
	TOTAL		7.813.872,55	-	19.883.487,36

Contrapartida

CONTRAPARTIDA				
TRIMESTRE	DATA	EXECUTOR	VALOR R\$	VALOR U\$
3º/2013	13/12/2012	ANA	525.000,00	256.912,16
	29/08/2013	MCID	1.000.000,00	424.124,18
	12/09/2013	MI	3.890.000,00	1.708.463,26
	20/09/2013	SRHU	30.145,00	13.669,34
1º/2014	19/03/2014	SRHU	-30.145,00	-13.669,34
2º/2014	15/05/2014	MCID	2.500.000,00	1.127.649,98
	05/06/2014	ANA	524.635,43	231.167,84
3º/2014	05/08/2014	ANA	53.163,00	23.362,19
	08/08/2014	ANA	431.096,88	187.547,58
	08/09/2014	ANA	431.096,88	191.675,30
	08/09/2014	ANA	786.953,15	349.896,91
4º/2014	04/11/2014	ANA	13.256,22	5.261,44
	07/11/2014	ANA	159.182,54	61.888,16
	20/11/2014	SRHU	250.434,66	98.402,62
	26/12/2014	MI	137.318,83	51.215,44
	26/12/2014	ANA	431.014,87	160.754,47
1º/2015	08/01/2015	ANA	34.578,39	12.845,35
	12/01/2015	MCID	-1.000.000,00	-424.124,18

12/01/2015	ANA	431.014,87	162.188,10
03/02/2015	ANA	43.109,68	15.931,74
13/02/2015	SRHU	145.458,64	51.232,27
18/02/2015	SRHU	2.909,17	1.023,27
27/02/2015	ANA	726.561,09	252.435,93
09/03/2015	ANA	922.421,80	297.382,74
2º/2015	21/05/2015	ANA	862.029,74
	03/06/2015	ANA	431.096,88
	23/06/2015	SRHU	7.565,34
3º/2015	16/07/2015	ANA	32.265,08
	17/07/2015	ANA	492.370,35
	24/08/2015	ANA	215.548,44
	01/09/2015	ANA	574.686,49
4º/2015	30/12/2015	ANA	571.909,52
2º/2016	14/04/2016	ANA	574.686,48
	22/04/2016	ANA	262.317,72
	13/05/2016	MCID	2.500.000,00
	30/05/2016	ANA	215.548,44
	16/06/2016	ANA	574.686,49
TOTAL		19.179.230,58	6.201.098,60

Auditória Externa

Conforme consta do Documento de Avaliação do Projeto-PAD, o Programa deverá ser submetido a auditoras externas anuais realizadas pela Secretaria Federal de Controle-SFC, da Controladoria-Geral da República-CGU, a qual deverá observar as diretrizes de auditoria estabelecidas nos Termos de Referência satisfatórios para o Banco Mundial, emitindo relatórios anuais de auditoria do Projeto, a serem enviados ao Banco em até seis meses após o fechamento de cada ano civil.

Os trabalhos de auditoria foram realizados na ANA e na SRHU e, diferentemente dos anos anteriores, também foram realizados no Ministério da Integração Nacional (Ordem de Serviço nº 201600130) e no Ministério das Cidades (Ordem de Serviço nº 201600117) em Brasília/DF, no período de 10/02/2016 a 06/04/2016, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, as quais são compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA) aprovadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), tendo como objetivo verificar:

- a execução do Projeto em confronto com as metas estabelecidas no plano de trabalho;
- a adequabilidade dos controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos mantidos pela coordenação do projeto;
- o cumprimento, pelo mutuário, das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeiro e gerencial;

- d) de forma integrada, a conformidade dos processos de licitação/seleção com as políticas do Banco e da legislação nacional aplicável, a adequabilidade dos pagamentos realizados e das solicitações de desembolso apresentadas ao Banco;
- e) a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Projeto.

Até o fechamento deste relatório, a STP não teve conhecimento do resultado final das auditorias realizadas no Ministério das Cidades e Ministério da Integração Nacional, porém, segundo informações da CGU, o referido relatório foi encaminhado ao Banco em 30/06/2016.

4. ASPECTOS OPERACIONAIS

Manual Operativo do Projeto

O Manual Operativo do Projeto (MOP) é um documento que deve refletir os acordos e informações constantes do Documento de Avaliação do Projeto (PAD) e também dos termos do Acordo de Empréstimo. O Manual deve ser revisado sempre que necessário e deverá ser aprovado pelo Comitê Gestor do Programa. Nesse sentido, a STP e as UGPs promoveram uma revisão do MOP. As mudanças mais significativas dizem respeito à apresentação de um roteiro de referência para os procedimentos licitatórios.

Tão logo a reestruturação do Programa ocorra, a STP e as UGPs revisarão do atual Manual Operativo e submeterão para análise e aprovação do Comitê Gestor do Programa.

Projetos de Cooperação Técnica – PCT

Como mencionado no relatório anterior, todos os executores do Programa firmaram seus PCTs com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA.

Entende-se como positivo que agora todos os executores tenham celebrado seus PCT's com o IICA, permitindo assim que esse organismo internacional coopere de forma transversal, possibilitando uma intensa troca de experiências entre os envolvidos no Programa.

A tabela abaixo apresenta os valores dos Projetos de Cooperação Técnica, assinados no âmbito do INTERÁGUAS, com cada um dos executores.

Instituição Executora	Organismo Internacional	Valor total do PCT (R\$)
Agência Nacional de Águas	IICA	5.131.245,00
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano	IICA	7.000.000,00
Ministério da Integração Nacional	IICA	82.786.000,00
Ministério das Cidades	IICA	46.090.800,00
Total		141.008.045,00

O Anexo II apresenta os Relatórios do Sistema de Acompanhamento dos PCTs BRA/IICA/12/003, firmado com a Agência Nacional de Águas, BRA/IICA/13/005, firmado com Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, BRA/IICA/13/001, firmado com Ministério da Integração Nacional e o BRA/IICA/14/004, firmado com o Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano.

5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Arranjo Institucional

A estrutura organizacional do projeto se manteve a mesma, com 4 instituições implementadoras: Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente e Agência Nacional de Águas.

Como já informado no relatório anterior, a participação dos co-executores (estados e municípios) ocorreu de forma diferente da inicialmente prevista. Não houve o repasse de recursos por meio da celebração de convênios, mas sua participação no desenvolvimento dos estudos foi essencial para o bom andamento dos trabalhos, como exemplo a Avaliação Hidrogeológica dos Aquíferos Cársticos da Bacia do São Francisco e Proposição de Estratégias para o Uso Sustentável, Elaboração de Estudos Técnicos para Subsidiar a Construção de Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Goiás, Elaboração de Carta Hidrogeológica de Águas Subterrâneas do Estado do Paraná e, por fim, Modelagem Quantitativa e Qualitativa de Trechos de Rio em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas.

Comitê Gestor do Programa – CGP

O Comitê Gestor do Programa tem, dentre suas atribuições, estabelecer diretrizes de orientação para o planejamento, a programação e a execução física do Programa, como também efetuar a supervisão da execução dos Componentes do INTERÁGUAS.

Ainda não houve no ano de 2016 uma reunião formal do CGP, o que não implica dizer que não houve gestões desse Comitê.

Tendo em vista o afastamento da Presidente da República e o posterior rearranjo nos ministérios executores do Programa, está sendo aguardada a definição dos novos dirigentes para que haja a nomeação do novo Comitê Gestor, o que deverá ocorrer até o mês de agosto de 2016.

Unidades de Gerenciamento do Programa – UGPs

As UGPs mantiveram suas estruturas originalmente propostas, sendo que houve a inserção da Diretora de Programas, Adriana Alves, na UGP do Ministério da Integração Nacional.

Apresenta-se abaixo a composição atual das UGPs:

UGP	Nome	Cargo
ANA	Ricardo Medeiros de Andrade	Coordenador
	Tibério Magalhães Pinheiro	Coordenador Adjunto
	Marcelo Mazzola	Gerente Técnico
	Carlos Araujo Souto	Gerente Administrativo-Financeiro
	Viviani Pineli Alves	Presidente da Comissão Especial de Licitações
	Sarita Silva Câmara	Apoio
SRHU	Cláudia Monique Frank de Albuquerque	Coordenadora
	Antonio Alberto Ferreira da Silva	Coordenador Substituto/Área de Licitação
	Hallyson Oscar de Paula Mamedio	Analista ambiental

	Diego Pereira de Oliveira	Analista de Infraestrutura
	Rafaella Christina Lima da Costa Bosch	Analista Ambiental
	Daniel Nagamine Motta	Administrativo
SNSA	Lauseani Santoni	Coordenadora
	Paulo Rogério da Silva	Coordenador Técnico
	André Braga Galvão Silveira	Analista de Infraestrutura
	João Geraldo Ferreira Neto	Analista de Infraestrutura
	José Dias Correa Vaz de Lima	Analista de Infraestrutura
	Sergio Brasil Abreu	Analista de Infraestrutura
	Caroline Gomes Servo	Analista Técnico
	Elton Costa e Silva	Técnico Administrativo
MI	Adriana Alves	Diretora de Programas
	Pedro Bertone	Coordenador
	Sarita Cavalcante	Coordenadora Técnica
	Claudiomar Filho	Servidor
	Guilherme Alves Rodrigues dos Santos	Servidor
	Alex Christian Kamber	Servidor
	Regiane Cristine de Oliveira Moraes	Servidora

Secretaria Técnica do Programa – STP

A Secretaria Técnica do Programa está localizada na estrutura da Agência Nacional de Águas – ANA, e possui, entre suas competências, a de desempenhar as funções de secretaria executiva do Comitê Gestor do Programa, além de assessorar o Presidente do Comitê no desempenho de suas atribuições. Além disso, a STP tem desempenhado frequentemente um papel de ligação entre o Banco e os executores.

Abaixo segue a composição da Secretaria Técnica:

Origem	Nome	Cargo
ANA	Marco Alexandre Silva André	Secretário Técnico - titular
ANA	Carolina Arantes	Secretária Técnica – substituta
ANA	Maria Izabel Soares	Apoio administrativo-financeiro

A STP também é responsável pela revisão e controle dos desembolsos e pedidos de saque, consolidação dos relatórios financeiros, registros no *Client Connection*, fornecimento de informações sobre questões de Gerenciamento Financeiro e desembolso, atividades essas que dispendem relativa dedicação.

Nesses últimos 6 meses, a STP continuou apoiando a consolidação de documentos e informações visando a estruturação do Programa, além de prestar apoio aos trabalhos de auditoria feita pela Controladoria-Geral da União, dentre outras tarefas.

Comentários gerais acerca dos aspectos institucionais

Nota-se que nesse último período houve um certo distanciamento entre as UGPs e o CGP, o que era de se esperar em razão das mudanças que estavam e estão sendo processadas no cenário do governo federal.

No entanto, tão logo haja a definição dos dirigentes, será marcada uma reunião para um nivelamento de informações acerca do Programa, munindo o novo CGP de informações atualizadas.

6. ASPECTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Este tema é recorrente nas reuniões que ocorrem entre o Banco e os Executores. Conforme é solicitado, o Plano de Gestão Ambiental – PGA deverá ser finalizado tão breve possível.

Ressalta-se que houve inicialmente uma certa dificuldade no entendimento acerca da elaboração do PGA, mas após reuniões com a equipe de especialista do Banco, houve uma maior clareza acerca desta demanda.

Adicionalmente foram disponibilizados arquivos que tratam desse tema, os quais estão sendo analisados.

Espera-se que até o final de agosto o Programa tenha uma minuta de PGA a ser apresentada.

Acerca da capacitação prevista e já apresentado no relatório anterior, ocorrerá entre os dias 11 a 15 de julho o Curso de Avaliação Ambiental Estratégica, promovido pela ANA e ministrado pela professora Conceição de Maria Albuquerque Alves, da Universidade de Brasília, sendo que o curso está estruturado em 2 tópicos: 1) Contexto e fundamentações básicas; 2) Prática e implementação de AAE.

Situações específicas:

SRHU

Acerca do acionamento dos aspectos de salvaguardas socioambientais, destacam-se os processos de contratação de Pessoa Jurídica, a saber: o MacroZEE do São Francisco (Diagnóstico e Prognóstico) e o Plano Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

No que tange ao MacroZEE do São Francisco, tanto o Diagnóstico quanto Prognóstico, questões relacionadas à erosão, biodiversidade, qualidade e quantidade de água disponível à Bacia, uso e ocupação do solo são abordadas. No aspecto social, quesitos relacionados às comunidades tradicionais, especialmente indígenas são elencados.

Em relação ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, as questões ambientais tratadas referem-se à gestão integrada dos resíduos sólidos e ao gerenciamento dos resíduos contemplando a ordem de prioridade, qual seja: a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, conforme previsto no Artigo 9º. da Lei 12.305/2010.

Sobre à ótica social, a temática dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis também será trabalhada no estudo.

7. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PROGRAMA

Abaixo é apresentado um quadro-resumo das atividades previstas e em andamento.

Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos Subcomponente - Planejamento e Gestão

Ministério do Meio Ambiente	Situação
Elaboração de Estudos Técnicos para Subsidiar a Construção de Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Goiás - Serviço de Consultoria - PJ	Contratado: Consórcio Cobrape (Brasil) e Inypsa (Espanha) Contrato finalizado

Elaboração de estudos técnicos para subsidiar a construção do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Pará - Serviço de Consultoria - PJ	Processo cancelado em 16/03/2016 por insuficiência orçamentária. Foi encaminhado o ofício nº 72/2016/SRHU/MMA ao Banco Mundial em 15/03/2016 informando sobre o cancelamento.
Avaliação de desempenho do PNRH nos Eixos: Política Pública e Recursos Hídricos - Serviço de Consultoria – PF	Contrato assinado em junho de 2016
<i>Shopping</i> que subsidia semanário para Avaliação de desempenho do PNRH nos Eixos: Política Pública e Recursos Hídricos	Previsto para meados de setembro/2016. O valor estimado para esta iniciativa é da ordem de R\$100.000,00. Anuênciia prévia solicitada ao BIRD e processo pronto para encaminhamento à Conjur/MMA

Agência Nacional de Águas

Avaliação Hidrogeológica dos Aquíferos Cársticos da Bacia do São Francisco e Proposição de Estratégias para o Uso Sustentável - Serviço de Consultoria - PJ	Contratado: Consórcio Projetec e Techne Contrato encerrado
Estimativa da área ocupada e do consumo de água pela agricultura irrigada na bacia hidrográfica do rio Grande - Serviço de Consultoria - PF	Contratado: César Jordão Contrato finalizado
Elaboração de uma proposta de alternativas para o aperfeiçoamento do instrumento da outorga de direito de uso, tendo em vista as incertezas dos cenários futuros de disponibilidade de água em bacias brasileiras - Serviço de Consultoria – PF.	Contratado: Fernando Rodriguez Contrato Finalizado
Preparar e aplicar curso de capacitação em Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, tendo como público alvo técnicos que atuam no programa INTERÁGUAS -	Esse curso ocorrerá entre os dias 11 e 15 de julho de 2016

Subcomponente - Estudos e Projetos

Ministério do Meio Ambiente

Elaboração de Carta Hidrogeológica de Águas Subterrâneas do Estado do Paraná e Respectivo Texto Técnico	Contratado: Água e Solo – Estudos e Projetos Ltda. Contrato finalizado
---	--

Agência Nacional de Águas

Modelagem Quantitativa e Qualitativa de Trechos de Rio em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas - Serviço de Consultoria - PJ	Contratado: Consórcio Cobrape/CH2M Hill Contrato encerrado
Elaboração das Estimativas de custos de Manutenção de Projetos de Adução de Água Bruta, incluindo Irrigação, aplicando seus Resultados ao PISF - Serviço de Consultoria - PJ	Contrato em andamento

Subcomponente - Desenvolvimento Institucional Agência Nacional de Águas

Avaliação de Impacto das Ações de Capacitação da ANA para o SINGREH - PJ	Contrato em andamento
Contratação de empresa especializada em agenciamento de viagens, compreendendo a prestação de serviços de reservas, emissão, marcação e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais para atendimento das demandas oriundas do PCT ANA/IICA- SLE02 - OST - PJ	Contratado: Écos Turismo Contrato em andamento
Levantamento e sistematização do arcabouço institucional e legal brasileiro relativo ao controle de cheias e inundações e à operação de reservatórios de usos múltiplos - Serviço de Consultoria - PF	Contratado: José Nilson Beserra Campos Contrato finalizado
Contratação de empresa para apoio logístico à realização de visitas técnicas no âmbito do Programa INTERÁGUAS – Aquisição de serviços	Atividade não iniciada. Essa atividade ocorrerá em parceria com o IICA (Roteiro de Aprendizagem)

Componente 2 - Água, Irrigação e Defesa Civil Subcomponente - Planejamento e Gestão Ministério da Integração Nacional

Plano de Ações Estratégias para Reabilitação da Segurança de Barragens da União - Serviço de Consultoria - PJ	Contrato assinado em abril de 2016.
Plano Diretor de Irrigação do DF - Serviço de Consultoria - PJ	Contrato assinado em novembro de 2015.

Plano Diretor de Irrigação do Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraná e São Paulo	TDR e estimativa de custo ajustada encaminhada para análise e NO do Banco em 18/12/2015, reunião realizada em 21/01/2016 e comentários encaminhados em 04/02/2016. Envio de versão consolidada em 31/03/2016. Em 13/04 encaminhou TDR e Memória de Cálculo e envio de comentários do Banco em 30/05/2016
Elaboração de Propostas de Programa de Capacitação no Tema de Água no meio rural	Contrato assinado em abril de 2016
Estudos de viabilidade Técnica e Ambiental e do Anteprojeto de engenharia para a implantação do trecho VIII - Ramal do Piancó	Em 02/03/2016 envio do TDR e estimativa de custos para análise do BM. Em 19/04/2016 BM envia comentários. Reunião em 02/05/2016 e em 18/05/2016 para discussão da atividade. Em 09/06/2016 recebimento dos TDR e estimativa de custo para análise e NO do Banco. Em 24/06/2016 segunda rodada de comentários aos TDR. TDR em elaboração pela área
<i>Subcomponente - Desenvolvimento Institucional</i>	
Atualização das publicações referentes a Contrato assinado em novembro de 2015 manuais técnicos de Defesa Civil da SEDEC - Serviço de Consultoria - PJ	
<i>Componente 3 - Abastecimento de Água e Saneamento Estudos e Projetos</i>	
Preparação de protótipo, desenvolvimento da parte de tecnologia de informação e implantação do SINISA - Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – Serviço de consultoria PJ.	Realizada a Manifestação de Interesse, cujo relatório com a lista curta foi encaminhado ao Banco para “Não Objeção”; SDP elaborada e aguardando a “Não Objeção” para convite das empresas.
Projeto de Gestão das Perdas de Água e do Uso Eficiente de Energia Elétrica, adotando o modelo do Projeto COM + ÁGUA. (Fase 1 - Região Nordeste) – Serviço de consultoria PJ	Contratado: Consórcio WMI, NG Infra e SAGE Processo de Contratação finalizado e contrato em fase de assinatura; Previsão de início das atividades – julho/2016.
Apoio técnico especializado às ações de gestão das perdas de água e uso eficiente de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água - Serviço de consultoria PF	Contratado: Airton Sampaio Gomes Contrato finalizado.
Apoio técnico especializado ao acompanhamento e à elaboração de documentos referentes às ações de redução e controle de perdas de água e uso eficiente de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água - Serviço de consultoria PF.	TdR elaborado e com “não objeção” do Banco. Processo seletivo em andamento;

Projeto de Gestão das Perdas de Água e do Uso Eficiente de Energia Elétrica, adotando o modelo do Projeto COM + ÁGUA. (Fase 2) – Serviço de consultoria PJ.	Elaborada Minuta da Chamada Pública 2ª Fase encaminhada ao Banco para Comentários. Manifestação de Interesse será lançada após disponibilidade orçamentária pelo Ministério.
Desenvolvimento de metodologias para auditoria e certificação de informações do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS), fornecidas por prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário – Serviço de consultoria PJ.	Contratada: Empresa DELOITTE Touche Tomatsu Processo de Contratação finalizado e contrato em fase de assinatura; Previsão de início das atividades – julho/2016.
Assistência técnica, elaboração de estudos e capacitação técnica em regulação e fiscalização de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário – Serviço de consultoria PJ.	Contratado: Consórcio INECON/FEY PROBST & BRUSTOLIN/REINFRA/PEZCO/MACROCONSULTING; Beneficiários: Agências Reguladoras AGEPAN, AGERSA, ARES-PCJ, ARIS, ATR; Contrato em andamento (iniciado em junho/2016).
<i>Subcomponente - Desenvolvimento Institucional</i>	
Contratação de consultor individual para apoio técnico especializado nas atividades de contratação e desenvolvimento do SINISA Serviço de Consultoria - PF	Contratado: João Batista Peixoto Contrato finalizado
Consultor individual especialista no sistema integrado de gestão de serviços de saneamento básico – GSAN - Serviço de Consultoria - PF	Contratado: José Maria Villac Pinheiro Contrato em andamento
Consultor individual especialista no sistema integrado de gestão de comunidade de software livre, aplicado ao GSAN - Serviço de Consultoria - PF	Contratado: Artur Felipe Wendling Contrato finalizado
Consultor individual especialista em regulação da prestação de serviços de saneamento básico - Serviço de Consultoria - PF	Contratado: Wladimir Antônio Ribeiro Contrato em andamento
Consultor individual especialista em estudos, pesquisas e planos de saneamento básico - Serviço de Consultoria - PF	Processo não iniciado
Consultor individual especialista em gestão e planejamento do setor saneamento básico - Serviço de Consultoria - PF	Contratado: Berenice de Sousa Cordeiro Contrato finalizado

Apoio técnico especializado para o projeto técnico-operacional conceitual e institucional para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA - Serviço de Consultoria - PF	TdR em elaboração.
Elaboração de termos de referência - Serviço de Consultoria - PF	Atividade retirada do Plano de Aquisições.
Apoio técnico especializado às ações de projetos e orçamentos de sistemas de drenagem urbana de águas pluviais - Serviço de Consultoria - PF	Processo não iniciado.
Apoio técnico especializado em estudos e pesquisas acerca dos meios de financiamento e subsídios tarifários para famílias de baixa renda no setor saneamento - Serviço de Consultoria - PF	Atividade retirada do Plano de Aquisições
Apoio técnico especializado em governança dos serviços de saneamento básico em regiões metropolitanas - Serviço de Consultoria - PF	Atividade retirada do Plano de Aquisições.
Concepção preliminar e definição dos elementos chaves que orientem o desenvolvimento em informática do Sistema de Planejamento e Controle dos Empreendimentos do Ministério das Cidades - Serviço de Consultoria – PF.	Processo seletivo para contratação de CI em fase final de análise.
Concepção preliminar e definição dos elementos chaves que orientem o detalhamento do projeto técnico-conceitual do Sistema de Planejamento e Controle dos Empreendimentos do Ministério das Cidades - Serviço de Consultoria – PF.	Processo seletivo para contratação de CI em fase final de análise.
Apoio técnico especializado no acompanhamento e avaliação dos trabalhos socioambiental nos empreendimentos do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC em Saneamento Básico – Serviço de Consultoria - PF	Processo não iniciado.
Realizar publicações de editais do Programa Interáguas no DOU e/ou Jornais de circulação nacional – aquisição de serviços - PJ	Contratado: F Lopes Publicidade Ltda. Contrato em andamento:
Fornecer passagens aéreas nacionais e internacionais – aquisição de serviços - PJ	Contratado: Mundo Jovem Turismo E Eventos Contrato em andamento

Componente 4 - Coordenação Intersetorial e Planejamento Integrado

Subcomponente Planejamento e Gestão	
Agência Nacional de Águas	
Atlas Brasil de Despoluição de bacias hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos - Serviço de Consultoria - PJ	Contratado: Cobrape Contrato em andamento
Ministério da Integração Nacional	
Plano Nacional de Segurança Hídrica - critérios, seleção e detalhamento das intervenções estratégicas - Serviço de Consultoria - PJ	Contratado: Consórcio Nippon Koei/Nippon/STE Contrato em processo de rescisão unilateral
Subcomponente Estudos e Projetos	
Ministério do Meio Ambiente	
Estudos para subsidiar a construção de proposta de roteiro metodológico para elaboração do zoneamento ambiental municipal – Serviço de Consultoria – PF (IICA).	Contrato assinado em junho de 2016.
Elaboração de Documento-Base da Estratégia Federal de Gestão Ambiental Urbana	Contrato assinado em 02/05/2016 com previsão de execução em 06 meses.
Estudos Técnicos para Revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos - Serviço de Consultoria - PJ	Em análise de portfólios pela Comissão de Avaliação. Simultaneamente está sendo elaborada a SDP e Estimativa de Custos para o serviço de consultoria.
Estudos técnicos para atualização e complementação do diagnóstico do macrozoneamento ecológico-econômico da bacia hidrográfica do rio São Francisco – Serviço de Consultoria – PJ.	Contrato assinado em 04/02/2016 e Ordem de Serviço em 13/02/2016 com previsão para término em 14/08/2016. Previsão de entrega dos Produtos iniciais em início junho/2016
Estudos técnicos para elaboração do prognóstico e dos subsídios à implementação do macrozoneamento ecológico-econômico da bacia hidrográfica do rio São Francisco - 2ª. fase do MacroZEE.	Em fase de apresentação do TR junto ao BIRD em reunião ocorrida em 16/05/2016. A publicação da SMI ocorreu em 18/maio/2016. Processo de Revisão Posterior. Deverá ser encaminhado ao BIRD o TR ajustado e Estimativa de Custos para fins de anuência
Ministério da Integração Nacional	
Contratação de Consultoria para Elaboração Não objeção do TR solicitada ao banco de Estudo para Determinar a Viabilidade Técnica, Econômica e Financeira - EVTE para a Utilização de Fontes de Energia Renovável Agregadas ao Projeto de Integração do São	

<i>Ministério das Cidades</i>	
Elaboração de Proposta do Plano de Ações para instituir uma política de reúso de efluente sanitário tratado no Brasil - Serviço de Consultoria - PJ	Contratado: Consórcio CH2M Hill Brasil / CH2M Hill Internacional Processo de Contratação finalizado e contrato em fase de assinatura; Previsão de início das atividades – julho/2016.
Apoio técnico especializado ao acompanhamento e à elaboração de documentos referentes às ações de elaboração de Proposta do Plano de Ações para instituir uma política de reúso de efluente sanitário tratado no Brasil - Serviço de Consultoria - PF.	TdR elaborado e com “não objeção” do Banco. Processo seletivo em andamento;
<i>Componente 5 - Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação Ministério do Meio Ambiente</i>	
Capacitação em aquisições pelas Diretrizes do BIRD - Serviço de Consultoria - PF	Contrato encerrado em 29/01/2016. Última parcela paga (último Produto) em 12/02/2016 no valor de R\$ 26.298,00.
Gerenciamento do Programa Interáguas na SRHU - Serviço de Consultoria - PF	Contrato encerrado em 05/12/2015. Última parcela paga (último Produto) em 04/12/2015 totalizando R\$ 12.826,80.

Informações adicionais

Ações em andamento (SRHU)

GT- Revitalização do São Francisco criado pela Portaria MMA Nº 72, de 11 de março de 2016

A Portaria MMA Nº 72, DE 11 DE MARÇO DE 2016 instituiu o Grupo de Trabalho com a finalidade de apresentar propostas de medidas ambientais à revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Esse GT foi criado com 4 objetivos: (i) avaliar e consolidar informações, relatórios e laudos técnicos acerca da questão ambiental da Bacia Hidrográfica do São Francisco com o objetivo de propor alternativas técnicas para a sua revitalização; (ii) articular, se for o caso, com órgãos federais e estaduais para que estes se manifestem quanto às alternativas técnicas de revitalização da Bacia do Rio São Francisco; (iii) avaliar a necessidade de modificações do Decreto de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e; (iv) elaborar fundamentos técnicos a serem apresentados ao Tribunal de Contas da União, relacionadas ao Acórdão nº 3316/2015 - TCU – Plenário.

O GT é composto por todas as Secretarias do MMA, IBAMA, ICMBio e ANA. A resposta ao TCU foi encaminhada por meio de Nota Técnica.

CCZEE e Consórcio ZEE/Brasil

A CCZEE e o Consórcio ZEE/Brasil são coordenados pelo MMA, sendo tais instâncias do governo federal compostas por órgãos da administração federal direta e indireta, respectivamente. No dia 31 de março de 2016 ocorreu, no âmbito do contrato referente à elaboração da Atualização e Complementação do Diagnóstico do MacroZEE/BHSF, o 1º Encontro de Atores Estratégicos da Bacia do São Francisco, ocasião em que os órgãos representantes destas instâncias fizeram-se presentes.

À CCZEE serão apresentados os produtos referentes aos contratos do Diagnóstico e Prognóstico do MacroZEE, enquanto que o Consórcio ZEE/Brasil participará na análise dos referidos produtos nos dois contratos.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco atuará mais precisamente na 2ª. fase do MacroZEE (Prognóstico e implementação do MacroZEE na BHSF), em especial no que tange a divulgação dos eventos que ocorrerão na bacia inerentes a este processo, mobilização dos principais atores e articulação.

8. Desafios à implementação do Programa e Comentários Gerais

Este tópico é uma inovação do Relatório e apresenta o ponto de vista de cada executor acerca dos desafios à implementação do Programa, como também comentários gerais.

Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

Um grande gargalo existente no Projeto INTERÁGUAS, sofrido pela SRHU, é a questão da disponibilidade orçamentária e financeira para a execução das atividades previstas no Plano de Aquisições. A SRHU tem sido fortemente afetada por contingenciamentos orçamentários e insuficiente disponibilidade financeira. O orçamento enxuto já vem ocorrendo durante o processo de elaboração da PLOA do ano subsequente, além dos sucessivos contingenciamentos (cortes) após a sanção da Lei de Orçamento (LOA) do exercício. Este fato tem conduzido a um quadro de grandes dificuldades na execução de atividades conforme planejado.

Em maio/2015 foram cancelados 02 processos licitatórios relacionados à Bacia do rio São Francisco (Componente 4 do Programa) por falta de recursos orçamentários. Em março/2016 ocorreu o cancelamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Pará (PERH/PA), o qual se encontrava na fase de Análise de Portfólios, uma vez que não haveria disponibilidade suficiente para esta iniciativa e outras simultaneamente.

Assim sendo, houve a necessidade desta Secretaria de priorizar as atividades previstas no Plano de Aquisições enfatizando aquelas que apresentam relevância nacional e/ou regional, bem como as de maior amplitude no que se refere ao grau de atingimento (ou impactos) em relação aos objetivos do Projeto, tais como: o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a finalização (ou 2^a. etapa) do MacroZEE da Bacia do rio São Francisco. Esta última será viabilizada, em parte, com a previsão orçamentária do PERH/PA cancelado, conforme mencionado anteriormente.

Mediante à gravidade do quadro fiscal ora apresentando, esta Secretaria tem buscado estabelecer parcerias em que ocorra a transferência de recursos, em especial por meio de um instrumento denominado Termo de Execução Descentralizada (TED). Este instrumento foi utilizado nos seguintes casos: – ANA (2^a. fase do MacroZEE) e SUDENE (Diagnóstico do MacroZEE).

A SRHU tem ainda buscado a elaboração de contratações de Pessoa Física e serviços de não consultoria de pequeno valor (por exemplo, na modalidade *Shopping*), uma vez que estas requerem recursos de menor porte e portanto, mais facilmente atingíveis no atual quadro orçamentário.

Como comentários gerais, a SRHU destaca que a demora na finalização do Processo de Reestruturação, que teve início com a Missão de Revisão de Meio Termo em junho de 2015 ocasionou desaceleração nos processos licitatórios, em especial devido às incertezas quanto à efetiva prorrogação do atual prazo do projeto de dezembro/2016 para outubro/2018. Em razão dessa indefinição, a elaboração de novos Termos de Referência ou inserção de novas atividades robustas (ou de maior duração e valor) foram igualmente prejudicados, o que deverá normalizar-se após a efetivação da reestruturação.

Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

Como sabido, até o presente momento o Componente 3 do Projeto apresenta uma execução abaixo do planejado, conforme apresentado pelo Banco Mundial durante a Missão de Revisão de Meio Termo, as quais decorreram basicamente da: relativa demora em adaptar-se e aprender as regras de licitação do Banco Mundial; Alterações no Plano de Aquisições (algumas ações que foram previstas durante a

negociação do Acordo de Empréstimo foram retiradas do Plano de Aquisições quando o Projeto se iniciou, a alteração de Organismo Internacional atuando em cooperação técnica, entre outros). Entretanto, transpostas grande parte das adversidades para início do Projeto, com a realização das primeiras atividades de consultorias individuais e o desenvolvimento de vários documentos (TDR's e SDP's) foram iniciadas as contratações de consultoria pessoa jurídica, as quais contribuirão fortemente para o atingimento dos resultados e indicadores referentes ao componente sob responsabilidade da SNSA.

Além disso, outro ponto relevante foi a garantia da disponibilidade financeira para a realização de contratações de grande monta, as quais encontram-se em fase final de contratação.

Agência Nacional de Águas

Sabia-se que o Programa INTERÁGUAS era desafiador, uma vez que se tratava de uma experiência inovadora para os quatro executores, sobretudo quando promovem um diálogo acerca de um tema comum.

Situações de toda natureza tornam a execução do Programa ainda mais desafiadora, uma vez que enfrentamos limitações orçamentárias, rotatividade de dirigentes, crise hídrica, reduzida quantidade de servidores, variação cambial, dentre outras.

Percebe-se que o processo de integração é lento, no entanto, percebe-se também que ele é contínuo e crescente, sendo esse um dos maiores legados do Programa

9. EVENTOS REALIZADOS E PREVISTOS

No período de abrangência desse relatório foram realizados alguns eventos, os quais apresentamos alguns abaixo.

Encontros técnicos

O Encontro técnico é um evento onde se tem a oportunidade de apresentar os resultados de atividades que estão ocorrendo no âmbito do Programa. Também serve de momento de troca de experiências entre os técnicos envolvidos, tratando de assuntos técnicos como também operacionais.

No período ocorreu um Encontro Técnico do Programa (01/12/2015), sendo realizado na sede do Ministério do Meio Ambiente - MMA.

Por parte da SRHU foram apresentados os resultados do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Goiás, Cartas de Águas Subterrâneas do Paraná e a iniciativa (Pessoa Física) relacionada à capacitação de servidores no planejamento e gerenciamento de aquisições segundo as diretrizes do BIRD.



Foto 1 – apresentação das Cartas de Águas Subterrâneas do Paraná

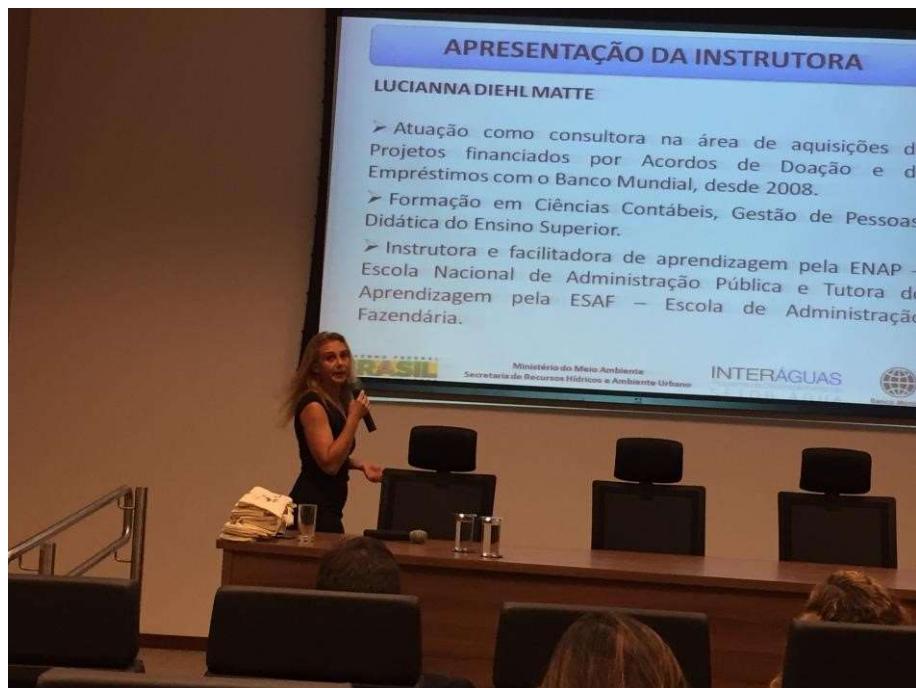


Foto 2 – apresentação dos resultados da capacitação de servidores no planejamento e gerenciamento de aquisições segundo as diretrizes do BIRD

Por parte da ANA foram apresentados resultados parciais do Atlas Brasil de Despoluição de bacias hidrográficas: Tratamento de Esgotos e a apresentação de um levantamento acerca do instrumento de Avaliação Ambiental Estratégica no Brasil.



Foto 3 – Apresentação de resultados do Atlas Brasil de Despoluição de bacias hidrográficas: Tratamento de Esgotos

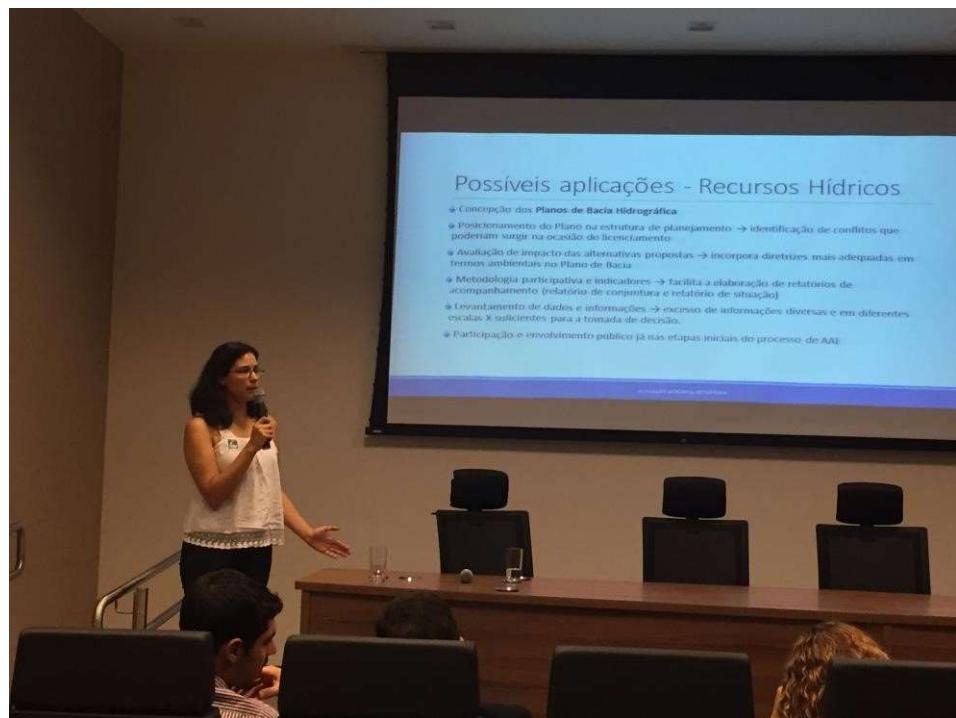


Foto 4 – aplicabilidade da Avaliação Ambiental Estratégica na área de recursos hídricos

Outros eventos

No âmbito do Programa, mas não no formato de um Encontro Técnico, o Ministério das Cidades promoveu o seminário “Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico no Brasil: Desafios e

Perspectivas". Esse seminário teve como objetivo apresentar o resultado do Produto desenvolvido pelo Consultor Vladimir Antônio Ribeiro.



Foto 5 – Evento “Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico no Brasil: desafios e perspectivas”

Eventos Previstos

Seminário para Avaliação de Desempenho do PNRH nos Eixos: Política Pública e Recursos Hídricos, com previsão para meados de setembro/2016.

Mesas de Diálogos para validar a participação social no contrato do Prognóstico do MacroZEE – 2^a.fase, com previsão para meados de 2017. Estão previstas reuniões em Belo Horizonte/MG, Barreiras/BA, Petrolina/PE e Penedo/AL.

Encontro Técnico para apresentação e discussão dos resultados da Avaliação Hidrogeológica dos Aquíferos Cársticos da Bacia do São Francisco e Proposição de Estratégias para o Uso Sustentável e Modelagem Quantitativa e Qualitativa de Trechos de Rio em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas. Data a definir.

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Esse tópico tem o objetivo de apresentar, de forma preliminar, resultados já obtidos pelo Programa, com base no Quadro de Resultados definido na Reestruturação do Programa.

Ressalta-se que é uma primeira avaliação e a mesma poderá sofrer alteração neste ano ainda tendo em vista a apresentação de novas informações, como também pela atualização dos dados.

O Anexo III apresenta o quadro de resultado com atividades que vão ao encontro do resultado esperado.

11. ANEXOS

Anexo I – Programação Orçamentária Anual - POA 2016

Anexo II - Relatório do Sistema de Acompanhamento dos PCTs

Anexo III – Quadro de resultados

ANEXO I

POA 2016 CONSOLIDADO

INTERÁGUAS

PLANO OPERATIVO ANUAL - 2016

EXECUTOR NACIONAL: ANA / SRHU / MI / MCID

COMPONENTE / Subcomponente / Esfera / Atividade	Categoria	Executor	Unidade de Medida	Quant	Período Execução	TRIMESTRES				
						I	II	III	IV	TOTAL R\$
GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS										
1.1. Planejamento e Gestão	1	SRHU	Estudo	1	20 meses	<u>3.697.550,00</u>	<u>4.202.163,36</u>	<u>5.895.495,72</u>	<u>6.728.993,51</u>	<u>20.524.202,59</u>
1.1.1. Ministério do Meio Ambiente						<u>433.800,00</u>	<u>488.413,36</u>	<u>1.131.745,72</u>	<u>1.417.838,51</u>	<u>3.471.797,59</u>
Elaboração de Estudos Técnicos para Subsidiar a Construção de Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Pará Serviço de Consultoria - PJ	1	SRHU	Estudo	1	06 meses	-	-	<u>54.613,36</u>	<u>697.945,72</u>	<u>924.038,51</u>
Elaboração de Diagnóstico e Avaliação dos Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos e de recomendações para a Construção do novo PNRH, com horizonte temporal a partir de 2021 Serviço de Consultoria - PF	1	ANA	Estudo	1	30 meses	-	<u>54.613,36</u>	81.920,05	-	136.533,41
1.1.2. Agência Nacional de Águas	1	ANA	Contrato	1	10 meses	<u>433.800,00</u>	<u>433.800,00</u>	<u>433.800,00</u>	<u>493.800,00</u>	<u>1.795.200,00</u>
Avaliação Hidrogeológica dos Aquíferos Cársticos da Bacia do São Francisco e Proposição de Estratégias para o Uso Sustentável Serviço de Consultoria - PJ	1	ANA	Contrato	1	5 meses	216.250,00	216.250,00	216.250,00	216.250,00	865.000,00
Avaliação do Impacto das Atividades de Capacitação. Serviço de Consultoria - PJ	1	ANA	Contrato	1	07 meses	185.050,00	185.050,00	185.050,00	185.050,00	740.200,00
Sistematização dos dados e apoio na elaboração do Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil. Serviço de Consultoria - PF	1	ANA	Contrato	1	12 meses	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
Análise dos aspectos legais e institucionais na bacias hidrográficas nos rios Paranapanema, Grande e Paraguai. Serviço de Consultoria - PF	1	ANA	Contrato	1	21 meses	20.000,00	20.000,00	20.000,00	-	60.000,00
Levantamento do perfil de linha d'água de novos reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos para averiguação de condicionantes definidas nas outorgas da ANA Serviço de Consultoria - PJ	1	ANA	Estudo	1	7 meses	<u>3.150.000,00</u>	<u>3.150.000,00</u>	<u>4.050.000,00</u>	<u>4.417.405,00</u>	<u>14.767.405,00</u>
1.2. Estudos e Projetos						<u>3.150.000,00</u>	<u>3.150.000,00</u>	<u>4.050.000,00</u>	<u>4.417.405,00</u>	<u>14.767.405,00</u>
1.2.1. Ministério do Meio Ambiente	1	ANA	Estudo	1	07 meses	550.000,00	550.000,00	550.000,00	550.000,00	2.200.000,00
1.2.2. Agência Nacional de Águas						550.000,00	550.000,00	550.000,00	550.000,00	2.200.000,00
Modelagem Quantitativa e Qualitativa de Trechos de Rio em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas Serviço de Consultoria - PJ	1	ANA	Estudo	1	12 meses	100.000,00	100.000,00	100.000,00	167.405,00	467.405,00
Elaboração de estimativas de custos de manutenção de projetos de adução de água bruta, incluindo irrigação, aplicando seus resultados ao PISF Serviço de Consultoria - PJ	1	ANA	Estudo	1	07 meses	100.000,00	100.000,00	100.000,00	167.405,00	467.405,00
Estudos analíticos e propositivos sobre mecanismos e estratégias de indução e apoio à racionalização e eficientização do uso da água na indústria e na agroindústria hidrointensivas Serviço de Consultoria - PJ	1	ANA	Estudo	1	10 meses	-	-	250.000,00	250.000,00	500.000,00
Elaboração da avaliação do Programa Produtor de Água Serviço de Consultoria - PJ	1	ANA	Estudo	1	12 meses	-	-	150.000,00	450.000,00	600.000,00
Estimativa de perdas em trânsito e ressurgências ao longo da calha do rio Verde Grande, para apoio ao marco regulatório. Serviço de Consultoria - PJ	1					2.500.000,00	2.500.000,00	150.000,00	450.000,00	10.000.000,00
Realização de levantamento batimétrico e altimétrico em reservatórios de semiárido	1					<u>113.750,00</u>	<u>563.750,00</u>	2.500.000,00	2.500.000,00	10.000.000,00
						<u>113.750,00</u>	<u>563.750,00</u>	<u>713.750,00</u>	<u>893.750,00</u>	<u>2.285.000,00</u>

4. COORDENAÇÃO INTERSETORIAL E PLANEJAMENTO INTEGRADO				<u>1.386.412,98</u>	<u>1.247.116,69</u>	<u>4.372.900,18</u>	<u>8.318.389,57</u>	<u>15.324.819,42</u>
4.1. Planejamento e Gestão				<u>525.000,00</u>	<u>525.000,00</u>	<u>3.205.555,56</u>	<u>5.151.525,88</u>	<u>9.407.081,44</u>
4.1.1. Ministério do Meio Ambiente				—	—	—	—	—
4.1.2. Agência Nacional de Águas				<u>525.000,00</u>	<u>525.000,00</u>	<u>2.650.000,00</u>	<u>2.962.500,00</u>	<u>6.662.500,00</u>

Atlas Brasil de Despoluição de bacias hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos	1	ANA	Estudo	1	22 meses	525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	2.100.000,00
Serviço de Consultoria - PJ						525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	2.100.000,00
Atualização e Aperfeiçoamento do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano	1	ANA	Estudo	1	16 meses	-	-	625.000,00	937.500,00	1.562.500,00
						-	-	625.000,00	937.500,00	562.500,00
4.1.2.2 de Água						-	-	-	-	
Serviço de Consultoria - PJ						-	-	1.500.000,00	1.500.000,00	3.000.000,00
Planejamento Integrado da Oferta de Água – Regiões Metropolitanas de SP, RJ, PR e MG	1	ANA	Estudo	1	14 meses	-	-	1.500.000,00	500.000,00	3.000.000,00
						-	-	-	-	
						-	-	555.555,56	189.025,88	744.581,44
4.1.3. Ministério da Integração Nacional	1	MI	Contrato	1	18 meses	-	-	555.555,56	833.333,33	1.388.888,89
Carteira 1 /4 - Elaboração de Projetos Básicos, Executivos ou Estudos de Viabilidade de soluções apontadas pelo PNSH. Serviço de Consultoria - PJ	1	MI	Contrato	1	18 meses	-	-	555.555,56	833.333,33	1.388.888,89
						-	-	-	-	
Carteira 2 /4 - Elaboração de Projetos Básicos, Executivos ou Estudos de Viabilidade de soluções apontadas pelo PNSH. Serviço de Consultoria - PJ	1	MI	Contrato	1	24 meses	<u>823.912,98</u>	<u>684.616,69</u>	-	800.136,99	800.136,99
						-	-	-	800.136,99	800.136,99
Política Nacional de Secas (Monitor de Secas, Mapeamento de Vulnerabilidades (bacias críticas), Planos de Contingências (bacias críticas), Mapeamento de Vulnerabilidades - Nacional, Plano de Contingências - Nacional).	1	MI	Contrato	1	24 meses	<u>409.979,03</u>	-	-	-	
Serviço de Consultoria - PJ						-	-	-	-	
4.1.4. Ministério das Cidades	1	SRHU	Estudo	1	07 meses	-	-	<u>343.431,64</u>	<u>1.283.675,39</u>	<u>2.037.086,06</u>
4.2. Estudos e Projetos						-	-	-	-	
4.2.1. Ministério do Meio Ambiente	1	SRHU	Estudo	1	23 meses	-	-	83.860,40	275.197,81	171.998,63
Atualização e complementação do Diagnóstico do Macrozonamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	1	SRHU	Estudo	1	23 meses	-	-	83.860,40	275.197,81	171.998,63
Serviço de Consultoria - PJ						-	-	85.320,54	-	1.111.676,76
						-	-	85.320,54	-	1.111.676,76
4.2.1.2						-	-	240.798,09	-	
Elaboração de documentos técnicos com vistas a subsidiar o processo de revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos	1	SRHU	Estudo	1	06 meses	-	-	240.798,09	-	106.152,40
Serviço de Consultoria - PJ						-	-	-	-	106.152,40
						-	-	45.941,83	-	131.262,37
4.2.1.3						-	-	45.941,83	-	
Elaboração de documento-Base da Estratégia Federal de Gestão Ambiental Urbana	1	ANA	Estudo	1	19 meses	<u>823.912,98</u>	<u>274.637,66</u>	-	350.000,00	<u>510.000,00</u>
Serviço de Consultoria - PF						-	-	-	350.000,00	<u>510.000,00</u>
						-	-	823.912,98	-	350.000,00
4.2.1.4						-	-	274.637,66	-	350.000,00
Construção de proposta de roteiro metodológico para elaboração do Zoneamento Ambiental Municipal	1	ANA	Estudo	1	19 meses	-	-	-	160.000,00	160.000,00
Serviço de Consultoria - PF						-	-	-	160.000,00	160.000,00
4.2.2. Agência Nacional de Águas						-	-	823.912,98	-	160.000,00
4.2.2.1						-	-	37.500,00	<u>37.500,00</u>	<u>1.373.188,30</u>
Eixo de Regional Seridó - Sistema Adutora do Seridó	1	MI	Contrato	1	24 meses	<u>37.500,00</u>	<u>37.500,00</u>	-	823.912,98	<u>1.373.188,30</u>
Serviço de Consultoria - PJ						-	-	-	823.912,98	<u>1.373.188,30</u>
						-	-	-	1.373.188,30	<u>3.295.651,92</u>
4.2.2.2						-	-	37.500,00	-	
Piancó						-	-	37.500,00	-	
Estudos de viabilidade e projeto de engenharia da Adutora Regional do Piancó						-	-	37.500,00	-	
Serviço de Consultoria - PJ						-	-	-	-	
4.2.3. Ministério da Integração Nacional						-	-	-	-	
Plano Nacional de Segurança Hídrica -critérios, seleção e detalhamento das intervenções estratégicas - PNSH	1	ANA	Contrato	1	03 meses	-	-	-	-	
Serviço de Consultoria - PJ						-	-	-	-	
4.2.4. Ministério das Cidades						-	-	-	-	
4.3. Desenvolvimento Institucional						-	-	-	-	
4.3.1. Ministério do Meio Ambiente						-	-	-	-	
4.3.2. Agência Nacional de Águas						-	-	-	-	
Apoio ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) na divulgação do Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono). Serviço de Consultoria - PF	1	MI	Contrato	1	12 meses	<u>43.210,00</u>	<u>33.685,00</u>	<u>10.000,00</u>	<u>10.000,00</u>	<u>10.000,00</u>
4.3.3. Ministério da Integração Nacional						-	-	-	-	
4.3.4. Ministério das Cidades						-	-	-	-	

GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO									
5.1. Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação						<u>26.298,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>24.657,53</u>
5.1.1. Ministério do Meio Ambiente						<u>26.298,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>24.657,53</u>
Capacitação em Planejamento e Gerenciamento de aquisições de						<u>26.298,00</u>	-	-	<u>26.298,00</u>
5.1.1.1 projetos financiados pelo Banco Mundial Serviço de Consultoria - PF						26.298,00	-	-	26.298,00
5.1.2. Agência Nacional de Águas						<u>26.298,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>26.298,00</u>
Apóio logístico à realização de visitas técnicas no âmbito do Programa						-	90.000,00	90.000,00	-
5.1.2.1 INTERÁGUAS						-	90.000,00	90.000,00	-
OST-PJ						-	-	-	-
5.1.3. Ministério da Integração Nacional						<u>26.298,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>26.298,00</u>
5.1.3.1 Serviço de Tradução						-	-	-	-
Serviço de Consultoria - PJ						-	-	-	-
5.1.4. Ministério das Cidades						<u>26.298,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>26.298,00</u>
						-	-	-	-
1	SRHU	Contrato	1	15 meses		<u>26.298,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>24.657,53</u>
						-	90.000,00	90.000,00	-
						-	-	-	-
1	ANA	Contrato	1	08 meses		<u>26.298,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>24.657,53</u>
						-	-	-	-
1	MI	Contrato	1	12 meses		<u>26.298,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>90.000,00</u>	<u>24.657,53</u>
						-	-	-	-
VALOR TOTAL R\$	No Trimestre				5.724.735,62	9.009.866,41	12.456.606,88	20.428.619,75	47.619.828,66
	Acumulado				5.724.735,62	14.734.602,03	27.191.208,91	47.619.828,66	
%	No Trimestre				12,02	18,92	26,16	42,90	100,00
	Acumulado				12,02	30,94	57,10	100,00	

INTERÁGUAS

PLANO OPERATIVO ANUAL - 2016

EXECUTOR NACIONAL: ANA / SRHU / MI / MCID

CRONOGRAMA FINANCEIRO POR CATEGORIA DE GASTO / FONTE DE RECURSO

CATEGORIA DE GASTO / Fonte de Recurso	TRIMESTRES				
	I	II	III	IV	TOTAL R\$
BENS Empréstimo (75%) Contrapartida Executor Nacional (25%)	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
CONSULTORIA Empréstimo (75%) Contrapartida Executor Nacional (25%)	<u>5.709.735,62</u>	<u>8.904.866,41</u>	<u>12.351.606,88</u>	<u>20.413.619,75</u>	<u>47.379.828,66</u>
	4.282.301,72	6.678.649,81	9.263.705,16	15.310.214,82	35.534.871,50
	1.427.433,91	2.226.216,60	3.087.901,72	5.103.404,94	11.844.957,17
CUSTOS RECORRENTES Empréstimo (75%) Contrapartida Executor Nacional (25%)	<u>15.000,00</u>	<u>105.000,00</u>	<u>105.000,00</u>	<u>15.000,00</u>	<u>240.000,00</u>
	11.250,00	78.750,00	78.750,00	11.250,00	180.000,00
	3.750,00	26.250,00	26.250,00	3.750,00	60.000,00
VALOR TOTAL R\$	No Trimestre		5.724.735,62	9.009.866,41	12.456.606,88
	Acumulado		5.724.735,62	14.734.602,03	27.191.208,91
%	No Trimestre		12,02	18,92	26,16
	Acumulado		12,02	30,94	57,10
DESEMBOLSOS	Empréstimo		<u>4.293.551,72</u>	<u>6.757.399,81</u>	<u>9.342.455,16</u>
	Contrapartida Executor Nacional		1.431.183,91	2.252.466,60	3.114.151,72
	TOTAL R\$		5.724.735,62	9.009.866,41	12.456.606,88
					47.619.828,66

ANEXO II

Relatório Executores

IICA



ANA - INTERAGUAS

Relatório do Sistema de Acompanhamento do PCT BRA/IICA/12/003

BRA/IICA/12/003

Título: Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.

Sede do Projeto: Brasília – DF

Área Temática: Recursos Hídricos

Entidade Executora Nacional: Agência Nacional de Águas – ANA

Origem dos recursos da Instituição Nacional Executora: Agência Nacional de Águas – ANA

Valor Total do Projeto/Assistência Preparatória por Fontes: 5.131.245,00

Duração: 06/12/2012 a 31/12/2016 - 48 meses.

Breve descrição do Projeto: O Projeto de Cooperação Técnica objetiva a ampliação da capacidade de planejamento e gestão de recursos hídricos, contribuindo para o desenvolvimento do setor água.

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO PCT

	NOME	EMAIL	CONTATO
Diretor Nacional:	Ricardo Medeiros de Andrade	ricardo.andrade@ana.gov.br	(61) 2109-5220
Ordenador de Despesas:	Luiz André Muniz	luis.andre@ana.gov.br	(61) 2109-5458
Supervisor Técnico:	Gertjan Beekman	gertjan.beekman@iica.int	(61) 2106-5411
Coordenador do Enlace:			

DATAS E HORÁRIOS

Impressão: 20/06/2016 - 21:58

Atualização do Projeto: 01/06/2014

Atualização da Planilha de Gastos (SAP) 16/06/2016

Atualização da Planilha de Balancete (SAP) 16/06/2016

Atualização da Planilha de Execução (SAP) 16/06/2016



Meses Executados: 42

Saldo de Meses para Execução: 6

Orçamento Total: 131.245,00

Total Executado: 1.005.543,34

Saldo Orçamentário: 125.701,66

19,60%

% de Execução sobre Orçamento:

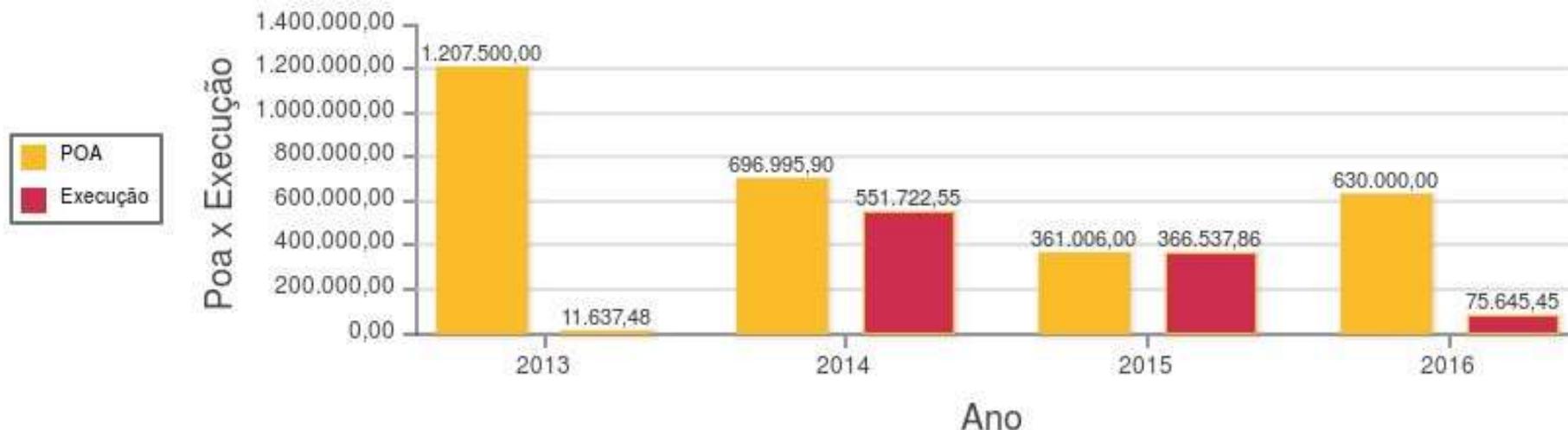
LINHA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO ORIGINAL DO PCT	EXECUÇÃO 2013	EXECUÇÃO 2014	EXECUÇÃO 2015	EXECUÇÃO 2016	SALDO
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Capacitação e Treinamento	1.260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.260.000,00
4 - Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Material de Consumo	185.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185.000,00
6 - Equipamentos e Aluguel	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
7 - Comunicação e	126.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.900,00
8 - Contratos por Resultados (consultorias, prestação de serviços)	3.165.000,00	11.083,31	525.450,05	349.083,68	73.577,48	2.205.805,48
9 - Diversos + TIN	244.345,00	554,17	26.272,50	17.454,18	2.067,97	197.996,18
Sub-Total	5.131.245,00	11.637,48	551.722,55	366.537,86	75.645,45	4.125.701,66
Total	5.131.245,00	11.637,48	551.722,55	366.537,86	75.645,45	4.125.701,66

Total de Meses do PCT:

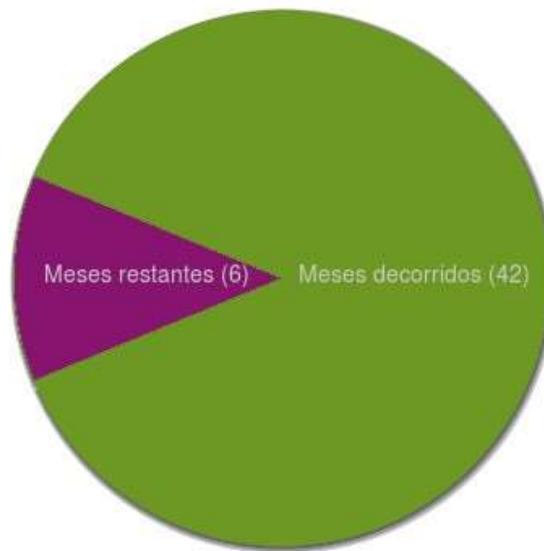
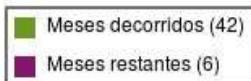
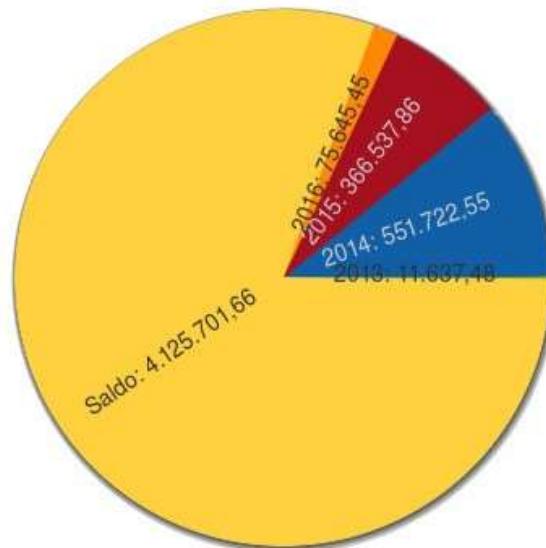
48

GRÁFICOS

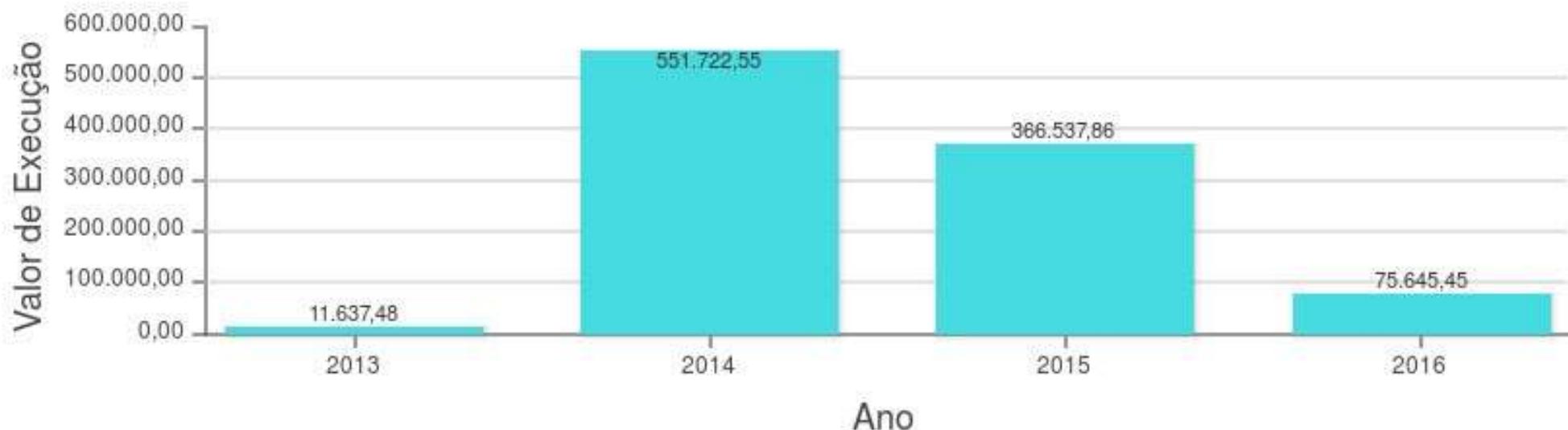
POA x EXECUÇÃO

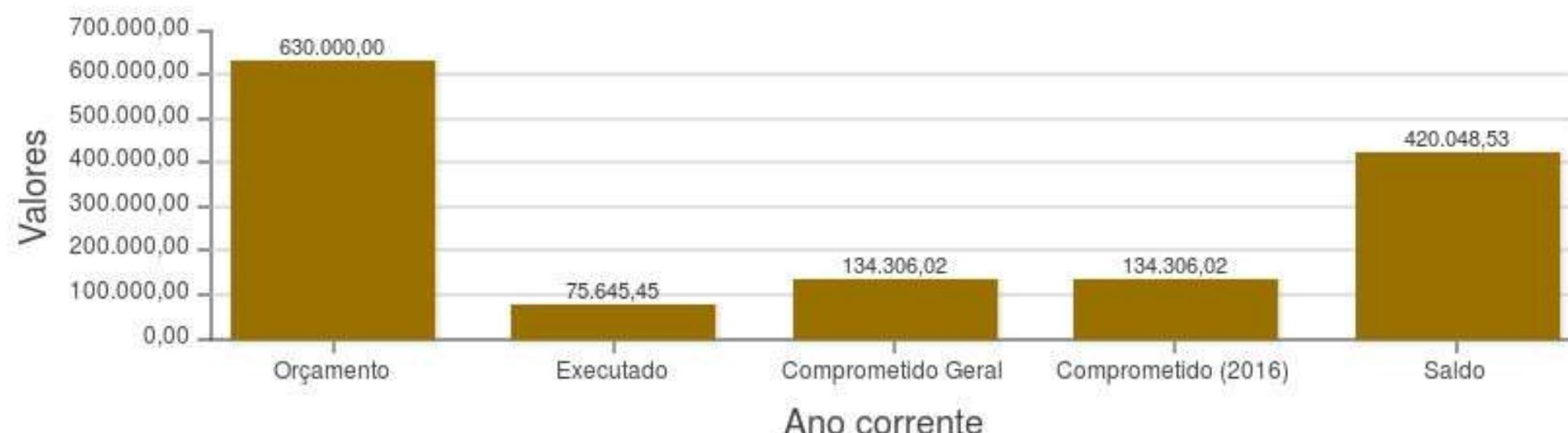


EXECUÇÃO TOTAL

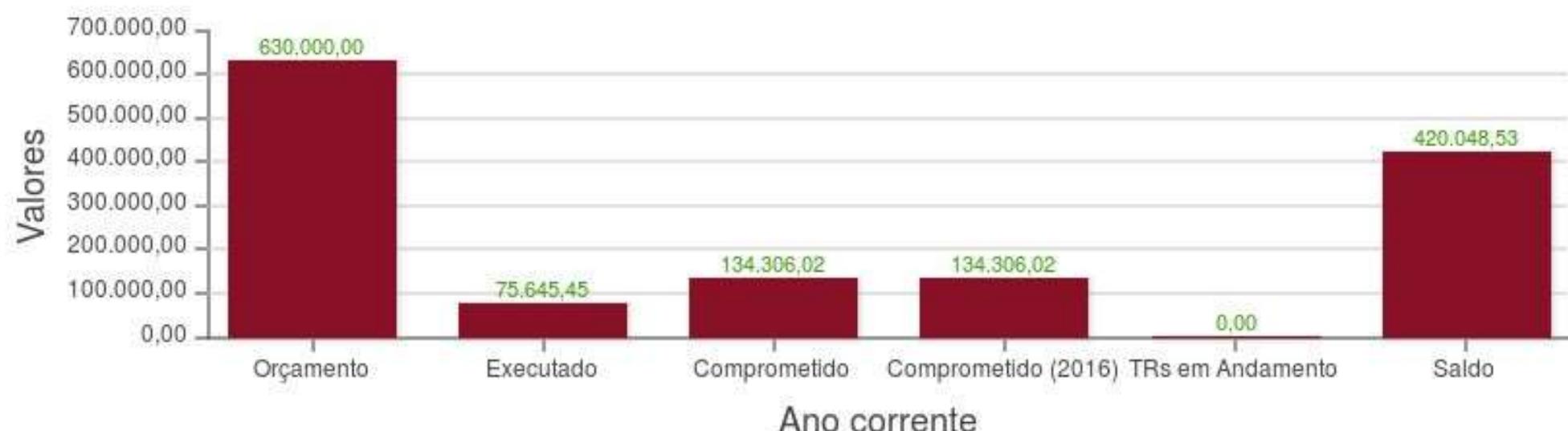


EVOLUÇÃO ANUAL DA EXECUÇÃO





ORÇAMENTO x EXECUÇÃO x COMPROMETIDO x SALDO - ANO CORRENTE



ORÇAMENTO x EXECUÇÃO x COMPROMETIDO x TRs x SALDO - ANO CORRENTE PAGAMENTOS PREVISTOS x
PAGAMENTOS REALIZADOS



BALANÇETO FINANCEIRO DO PCT

PROJETO: T-004076-01-BRL

Fundo: GMIEMBROS	Moeda: BRL
1 - Saldo Remanescente	761.956,88

2 - Ingressos	Repasses	Rendimentos	Diversos	Total
Janeiro	571.909,52	4.307,39	0,00	576.216,91
Fevereiro	0,00	4.280,51	0,00	4.280,51
Março	0,00	4.501,66	0,00	4.501,66
Abril	0,00	4.340,17	0,00	4.340,17
Maio	0,00	4.462,71	0,00	4.462,71
Junho	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	571.909,52	21.892,44	0,00	593.801,96

3 - Despesas	Gastos	Encargos Banc.	CATIS/TIN	Total
Janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	591,85	0,00	29,59	621,44
Março	21.133,00	0,00	1.056,65	22.189,65
Abril	10.404,93	0,00	520,25	10.925,18
Maio	9.229,58	0,00	461,48	9.691,06
Junho	32.218,12	0,00	0,00	32.218,12
Totais	73.577,48	0,00	2.067,97	75.645,45

4 - Diferença Cambial	0,00
5 - Devolução de Saldo	0,00
6 - Caixa Pequena	0,00
7 - Saldo	1.280.113,39

PROJETO: T-004076-01-BRL - ANO: 2016

OGM	Data	Valor	Beneficiário	Detalhe	Referencia
8	15/06/2016	2.288,06	PASSAGEM FT 21643 AD 13 GD 52177	PASSAGEM FT 21643 AD 13 GD 52177	ECOS TURISMO LTDA
8	06/06/2016	28.574,57	2PARCELA PRODUTO2 CONTRATO115269	INFORMAÇÕES SISTEMATIZADAS NO	IANNE CRISTINA DOS REIS FERREIRA
8	01/06/2016	1.355,49	PASSAGEM AEREA FT 21819 AD 12 GED 51782	PASSAGEM AEREA FT 21819 AD 12 GED	ECOS TURISMO LTDA
9	31/05/2016	461,48	COBRANÇA DE TIN MAIO 2016		
8	19/05/2016	1.569,57	PASSAGEM AEREA FT 20950 AD 10 GD 51431	PASSAGEM AEREA FT 20950 AD 10 GD 51431	ECOS TURISMO LTDA
8	13/05/2016	7.431,06	3PARCELA PRODUTO3 CONTRATO116004	PRODUTO3 BASE DE DADOS GEOGRÁFICA	CLAUDIA SILVA TEIXEIRA
8	11/05/2016	228,95	AUXILIO TRANSPORTE AD 09/2016 GED 51150	AUXILIO TRANSPORTE AD 09/2016 GED	MONISE TERRA CEREZINI
9	30/04/2016	520,25	COBRANÇA DE TIN ABRIL 2016		
9	29/04/2016	-520,25	COBRANÇA DE TIN ABRIL 2016		
9	29/04/2016	520,25	COBRANÇA DE TIN ABRIL 2016		
8	29/04/2016	496,85	DIARIAS 02 A 03/05/16 AD 08 GD 50757	DIARIAS 02 A 03/05/16 AD 08 GD 50757	IANNE CRISTINA DOS REIS FERREIRA
8	05/04/2016	9.908,08	2PARCELA PRODUTO2 CONTRATO116004	BASE DE DADOS GEOGRÁFICA CONTENDO	CLAUDIA SILVA TEIXEIRA
9	31/03/2016	1.056,65	COBRANÇA DE TIN MARÇO 2016		
8	28/03/2016	1.069,49	PASSAGEM AEREA FT 20452 AD 07 GD 49647	PASSAGEM AEREA FT 20452 AD 07 GD 49647	ECOS TURISMO LTDA

Relatório de Despesas - Mês de Fevereiro de 2016					
PERÍODO	VALOR	DETALHAMENTO	VALOR	DETALHAMENTO	VALOR
8	07/03/2016	7.431,06	1PARCELA PRODUTO1 CONTRATO116004	BASE DE DADOS GEOGRÁFICA PRELIMINAR	CLAUDIA SILVA TEIXEIRA
8	03/03/2016	9.524,86	1PARCELA PRODUTO1 CONTRATO115269	PREPARAR DOCUMENTO COM O	GIANNE CRISTINA DOS REIS FERREIRA
8	02/03/2016	1.258,25	DIÁRIAS 07A11/03 FOZ DO IGUAÇU AD 05/2016 GED49342	DIÁRIAS 07A11/03 FOZ DO IGUAÇU AD	GIANNE CRISTINA DOS REIS FERREIRA
8	02/03/2016	1.849,34	PASSAGEM AEREA FT 20511 AD 06 GD 49343	PASSAGEM AEREA FT 20511 AD 06 GD 49343	ECOS TURISMO LTDA
9	29/02/2016	29,59	COBRANÇA DE TIN FEV 2016		
8	04/02/2016	496,85	DIÁRIAS 11A12/02 BRASÍLIA AD 02/2016 GED 48735	DIÁRIAS 11A12/02 BRASÍLIA AD 02/2016	GIANNE CRISTINA DOS REIS FERREIRA
8	01/02/2016	95,00	AUXILIO DESLOCAMENTO AD 01 GD 48595	AUXILIO DESLOCAMENTO AD 01 GD 48595	CLAUDIA SILVA TEIXEIRA
8	01/02/2016	95,00	AUXILIO DESLOCAMENTO AD 01 GD 48595	AUXILIO DESLOCAMENTO AD 01 GD 48595	UNIAO DE ASSOCIAOES DE VARZEA DA
8	01/02/2016	-95,00	AUXILIO DESLOCAMENTO AD 01 GD 48595		UNIAO DE ASSOCIAOES DE VARZEA DA
TOTAL		75.645,45			

Relatório de Pagamento de Contratos

Contrato	Fornecedor	Objeto	Inicio	Fim	Valor	Status
115269	GIANNE CRISTINA DOS REIS FERREIRA MENDES	Avaliar o “Projeto Água: conhecimento para a gestão” e identificar as lições aprendidas, indicando sugestões a serem incorporadas em iniciativas futuras.	04/01/2016	03/07/2016	95.248,55	Ativo
		Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	pagamento	Pago ?
	1	9.524,86	03/02/2016	14/03/2016		SIM
	2	28.574,57	03/05/2016	17/06/2016		SIM
	3	57.149,12	02/07/2016			NÃO
	Total Valor Pago		38.099,43	Total Valor à pagar		57.149,12
116117						
	MONISE TERRA CEREZINI	Contratação de profissional especialista em técnica DELPHI para avaliação das metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO.	05/04/2016	04/10/2016	52.386,70	Ativo
		Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	pagamento	Pago ?
	1	10.477,34	15/05/2016			NÃO

	2	10.477,34	14/07/2016				NÃO	
	3	10.477,34	12/09/2016				NÃO	
	4	20.954,68	12/10/2016				NÃO	
	Total Valor Pago		0,00	Total Valor à pagar		52.386,70		
214042								
	ECOS TURISMO LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AEREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, EM VOOS REGULARES E NÃO REGULARES DESTINADAS AOS TECNICOS, CONSULTORES E COLABORADORES EVENTUAIS QUANDO EM VIAGENS A SERVIÇO OU NO INTERESSE DO PCT ANA/IICA- SLE02			08/12/2014	05/12/2016	70.000,00	Ativo
	Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	agamento		Pago ?		
		0,00				NÃO		
116004								
	CLÁUDIA SILVA TEIXEIRA	Obter a sistematização dos dados para o Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2016, bem como o aperfeiçoamento da sua base de dados, além de realizar análises que possibilitem o aprimoramento do Relatório.			11/01/2016	10/06/2016	49.540,41	Ativo
	Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	agamento		Pago ?		
	1	7.431,06	20/02/2016	18/03/2016		SIM		

2	9.908,08	21/03/2016	16/04/2016	SIM
3	7.431,06	20/04/2016	16/05/2016	SIM
4	9.908,08	10/06/2016		NÃO

5	14.862,12	10/06/2016		NÃO	
Total Valor Pago		24.770,20	Total Valor à pagar	24.770,20	
Total Pago	62.869,63	Total à pagar	134.306,02	Total dos contratos	197.175,65

Relatório de Processos em Andamento

Processo	Ano	Objeto	Valor Estimado	Valor Contratado	Saldo	Status
		Saldo Total dos Processos em Andamento			0,00	

Relatório de Processos em Andamento

Processo	Ano	Objeto	Valor Estimado	Valor Contratado	Saldo	Status
		Saldo Total dos Processos em Andamento			0,00	

Processo

Processo	Objeto	TR	Objetivo	Produto
----------	--------	----	----------	---------

Relatório de Reunião

Tema	Data	Participantes	Memórias	Encaminhamentos

Reunião de Acompanhamento de Projetos ANA/IICA	03/07/2014	<p>Data 03/07/2014 - 09:30 às 12:00</p> <p>Participantes:</p> <p>IICA</p> <p>Beekman (gertjan.beekman@iica.int - coordenador de recursos naturais) e Romélia (romelia.souza@iica.int - supervisora do projeto)</p> <p>ANA</p> <p>Viviani Pineli Alves – presidente da CEL (viviani.alves@ana.gov.br);</p> <p>Carolina Arantes – secretária da CEL (carolina.arantes@ana.gov.br);</p> <p>Diana Leite Cavalcanti – gerente técnico da UGP/ANA (diana.cavalcanti@ana.gov.br); Sarita Camara – apoio à STP (sarita.camara@ana.gov.br).</p> <p>André Gualda - coordenador de enlace (andre.oliveira@ana.gov.br)</p> <p>Marco Alexandre - STP (marco.andre@ana.gov.br)</p>	<p>Iniciamos a reunião com a apresentação de cada participante e informação do papel institucional que cada um desempenha no âmbito do INTERAGUAS.</p> <p>Começamos apresentando o relatório de gestão de projetos do IICA e destacando os aspectos relacionados ao desempenho do projeto, avançando depois para o detalhamento das ações, contratos e termos de referência em andamento. A posição atual do projeto é de 1,92% de execução e mais 10 meses de vigência, onde temos:</p> <p>R\$ 5.131.245,00 de orçamento total</p> <p>R\$ 98.183,28 de valores executados</p> <p>R\$ 429.183,28 de valores comprometidos R\$ 243.641,06 de TRs em andamento</p> <p>Percebe-se um incremento importante da execução no ano de 2014, ainda que o desempenho esteja aquém dos 5 milhões do orçamento total do projeto, face ao cronograma de conclusão para os próximos 10 meses. Ponderamos que esse cenário se aplica a todo o Programa INTERAGUAS e que tanto executores quanto o IICA esperam reverter essa tendência até a avaliação de meio termo do Banco que ocorrerá no próximo ano.</p> <p>Também foram apresentados os fluxos no padrão Banco Mundial para contratação de pessoa física e jurídica, a fim de compatibilizá-los entre o IICA e a ANA. Nesse sentido, o IICA contemplará os ajustes solicitados quanto à publicação de editais feitos diretamente pela ANA.</p> <p>A ANA também concordou em, na medida do possível, envolver o IICA nas discussões técnicas antes dos Termos de Referência serem não objetados pelo Banco Mundial, a fim de que o IICA possa agregar aporte técnico mais substantivo às ações com o enfoque da cooperação técnica internacional.</p> <p>Quanto aos contratos de consultores, a UGP/ANA solicitou ao IICA que as notificações de atraso de parcelas NÃO sejam enviadas diretamente aos consultores, mas antes, encaminhadas ao Projeto que fará uma triagem dos produtos que realmente estão em atraso dos produtos que estão sob análise da ANA.</p> <p>Dr. Beekman comentou da pretensão do IICA em organizar em meados de agosto um Momento de Intercâmbio entre os diversos executores do</p>	<p>Assim sendo, as equipes pretendem retomar o contato rotineiramente e continuidade de visitas mensais.</p> <p>Anexos:</p> <p>Fluxos PF. ajustados e</p> <p>Fluxo Shopping</p>
---	------------	--	--	---



MMA/SRHU - Gestão Integrada Recursos Hídricos

Relatório do Sistema de Acompanhamento do PCT BRA/IICA/14/004

BRA/IICA/14/004

Título:	Aprimorar a Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e seus Usos Múltiplos no Brasil
Sede do Projeto:	Brasília-DF
Área Temática:	Recursos Hídricos e Ambiente Urbano.
Entidade Executora Nacional:	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério do Meio Ambiente.
Origem dos recursos da Instituição Nacional Executora:	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério do Meio Ambiente.
Valor Total do Projeto/Assistência Preparatória por Fontes:	R\$ 7.000.000,00
Duração:	30/04/2014 a 31/12/2016 - 32 meses.
Breve descrição do Projeto:	<p>Este projeto de cooperação técnica internacional é um instrumento pelo qual se pretende alavancar as grandes metas estabelecidas para o Setor de Recursos Hídricos, mais especificamente, atuar como apoio à implementação das ações integrantes nos componentes da Gestão de Recursos Hídricos e Ações Intersectoriais, constantes do Programa de Desenvolvimento do Setor Águas – INTERÁGUAS, amparado pelo Acordo de Empréstimo (8074 BR) entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial. Objetiva contribuir para o desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e seus usos múltiplos. De modo geral, tem como objetivos imediatos: (i) Aprimorar a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil; (ii) Fortalecer a Inter-relação entre as Políticas Urbanas e os Recursos Hídricos; (iii) Desenvolver Ações para a Revitalização de Bacias Hidrográficas; (iv) Desenvolver Ações para assegurar o Gerenciamento do Programa INTERÁGUAS. Esta cooperação técnica apresenta uma vertente de integração dos setores de recursos hídricos, incorporando ações voltadas à revitalização de bacias hidrográficas e gestão urbana no Brasil, o que permitirá o alcance dos resultados esperados.</p>

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO PCT

	NOME	EMAIL	CONTATO
Diretor Nacional:	Marcelo Jorge Medeiros	marcelo.medeiros@mma.gov.br	(61) 2028-2076
Ordenador de Despesas:	Cláudia Monique Frank de Albuquerque	claudia.albuquerque@mma.gov.br	(61) 2028-2016
Supervisor Técnico:	Romélia Souza	romelia.souza@iica.int	(61) 2106-5409
Coordenador do Enlace:			

DATAS E HORÁRIOS

Impressão:	20/06/2016 - 22:03
Atualização do Projeto:	12/08/2015
Atualização da Planilha de Gastos (SAP)	16/06/2016
Atualização da Planilha	16/06/2016

Meses Executados: 25

Saldo de Meses para Execução: 6

Orçamento Total: 7.000.000,35

Total Executado: 329.780,03

Saldo Orçamentário: 670.220,32

4,71%

% de Execução sobre Orçamento:

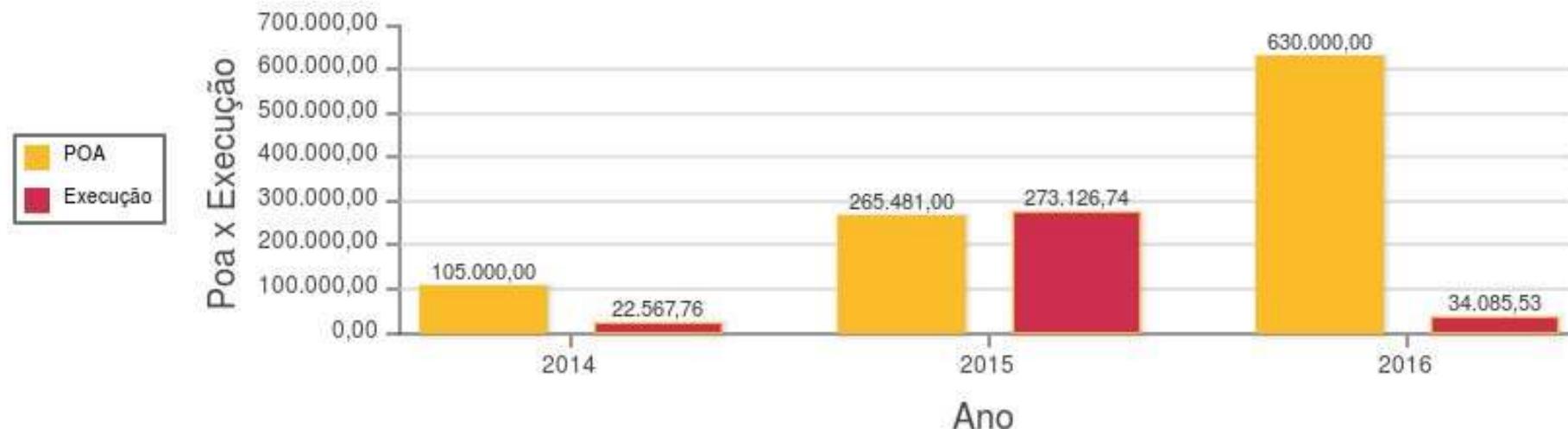
LINHA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO ORIGINAL DO PCT	EXECUÇÃO 2014	EXECUÇÃO 2015	EXECUÇÃO 2016	SALDO
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Capacitação e Treinamento	296.125,00	0,00	0,00	0,00	296.125,00
4 - Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Material de Consumo	400.000,00	0,00	0,00	3.718,07	396.281,93
6 - Equipamentos e Aluguel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - Comunicação e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Contratos por Resultados (consultorias, prestação de serviços)	5.970.542,00	21.493,10	260.120,70	28.754,20	5.660.174,00
9 - Diversos + TIN	333.333,35	1.074,66	13.006,04	1.613,26	317.639,39
Sub-Total	7.000.000,35	22.567,76	273.126,74	34.085,53	6.670.220,32
Total	7.000.000,35	22.567,76	273.126,74	34.085,53	6.670.220,32

Total de Meses do PCT:

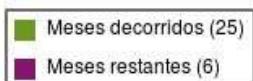
32

GRÁFICOS

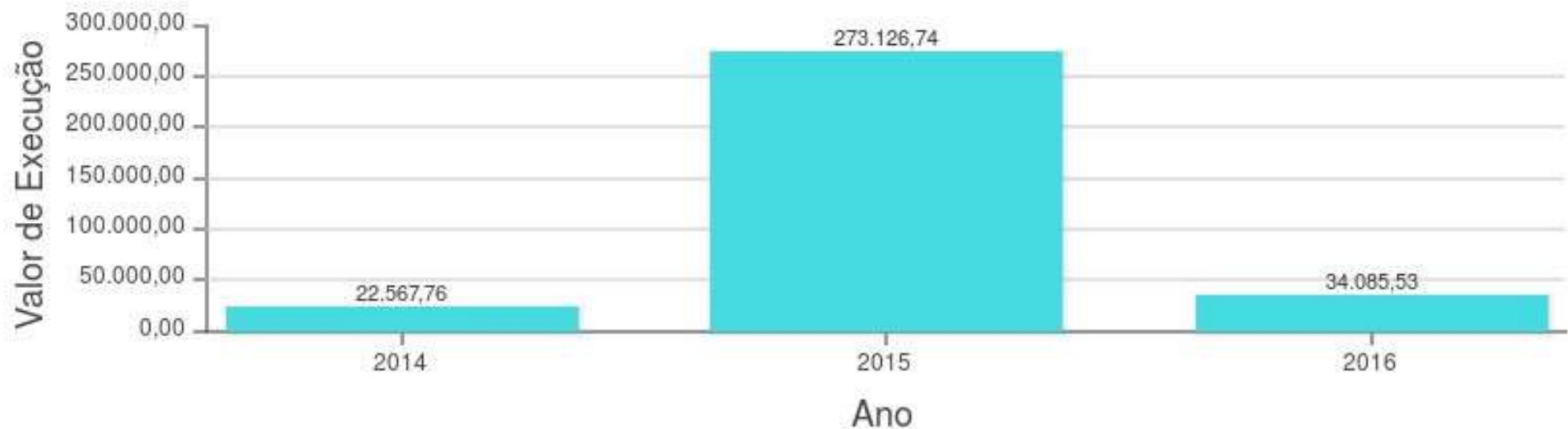
POA x EXECUÇÃO

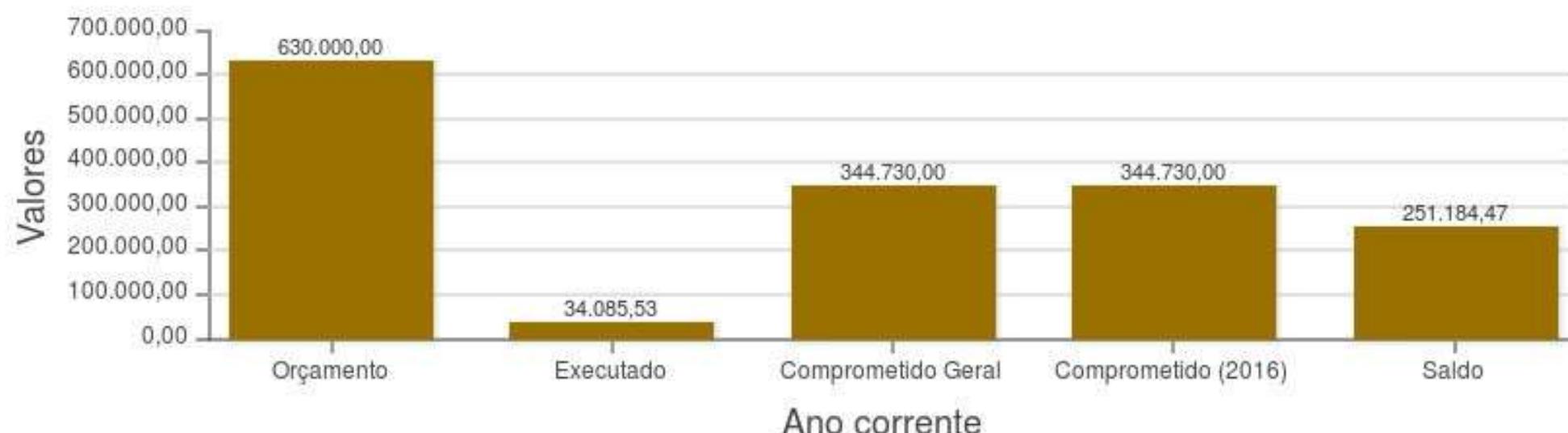


EXECUÇÃO TOTAL

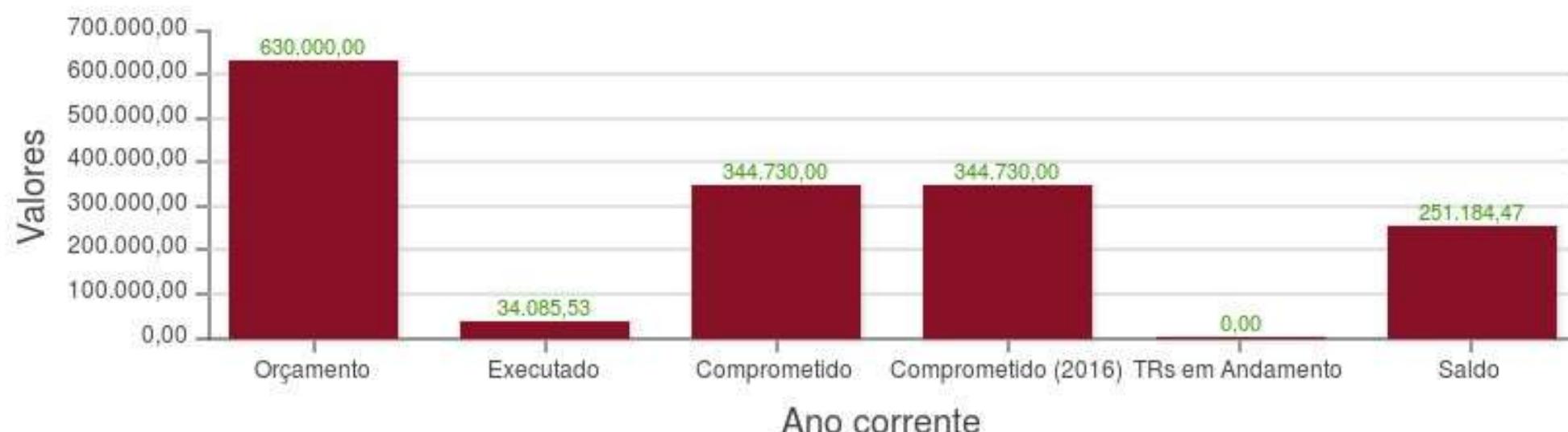


EVOLUÇÃO ANUAL DA EXECUÇÃO





ORÇAMENTO x EXECUÇÃO x COMPROMETIDO x SALDO - ANO CORRENTE



ORÇAMENTO x EXECUÇÃO x COMPROMETIDO x TRs x SALDO - ANO CORRENTE PAGAMENTOS PREVISTOS x
PAGAMENTOS REALIZADOS



BALANÇETO FINANCEIRO DO PCT

PROJETO: T-004285-01-BRL

Fundo: GMIEMBROS	Moeda: BRL
1 - Saldo Remanescente	899.392,67

2 - Ingressos	Repasses	Rendimentos	Diversos	Total
Fevereiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Março	0,00	0,00	0,00	0,00
Maio	0,00	0,00	0,00	0,00
Junho	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	0,00	0,00	0,00	0,00

3 - Despesas	Gastos	Encargos Banc.	CATIS/TIN	Total
Fevereiro	29.424,49	0,00	1.471,22	30.895,71
Março	387,07	0,00	19,36	406,43
Maio	2.453,61	0,00	122,68	2.576,29
Junho	207,10	0,00	0,00	207,10
Totais	32.472,27	0,00	1.613,26	34.085,53

4 - Diferença Cambial	0,00
5 - Devolução de Saldo	0,00
6 - Caixa Pequena	0,00
7 - Saldo	865.307,14

PROJETO: T-004285-01-BRL - ANO: 2016

OGM	Data	Valor	Beneficiário	Detalhe	Referencia
8	14/06/2016	207,10	DIARIAS 14/06/16 AD 14 GD 52141	DIARIAS 14/06/16 AD 14 GD 52141	MARCUS POLETTE
5	13/06/2016	356,70	F LOPES PUBLICIDADE LTDA RECALSSIFICAÇÃO DE OGM	PUBLICAÇÃO NF 0027465 AD 010 GED	
8	13/06/2016	-356,70	F LOPES PUBLICIDADE LTDA RECALSSIFICAÇÃO DE OGM	PUBLICAÇÃO NF 0027465 AD 010 GED	
9	31/05/2016	122,68	COBRANÇA DE TIN MAIO 2016		
8	12/05/2016	207,10	MEIA DIÁRIA E AUX. DESLOCAMENTO AD 013 GED 51243	MEIA DIÁRIA E AUX. DESLOCAMENTO AD	RENATO ARNALDO TAGNIN
8	12/05/2016	672,29	PASSAGEM FT 74078 AD 12 GD 51202	PASSAGEM FT 74078 AD 12 GD 51202	BERLIN VIAGENS E TURISMO LTDA
5	10/05/2016	1.217,52	PUBLICAÇÃO NF 27170 AD 11 GD 51033	PUBLICAÇÃO NF 27170 AD 11 GD 51033	F LOPES PUBLICIDADE LTDA
8	10/05/2016	356,70	PUBLICAÇÃO NF 0027465 AD 010 GED 51032	PUBLICAÇÃO NF 0027465 AD 010 GED	F LOPES PUBLICIDADE LTDA
9	31/03/2016	19,36	COBRANÇA DE TIN MARÇO 2016		
5	21/03/2016	387,07	PUBLICAÇÃO NF 25604 AD 09 GD 48726	PUBLICAÇÃO NF 25604 AD 09 GD 48726	F LOPES PUBLICIDADE LTDA
9	29/02/2016	1.471,22	COBRANÇA DE TIN FEV 2016		
5	16/02/2016	387,07	PUBLICAÇÃO NF 25606 AD 07 GD 48724	PUBLICAÇÃO NF 25606 AD 07 GD 48724	F LOPES PUBLICIDADE LTDA
5	15/02/2016	1.369,71	PUBLICAÇÃO EDITAL 230/15 NF 25500 AD 006 GED 48723	PUBLICAÇÃO EDITAL 230/15 NF 25500 AD	F LOPES PUBLICIDADE LTDA
8	15/02/2016	1.369,71	PUBLICAÇÃO EDITAL 231/15 NF 25605 AD 008 GED 48725	PUBLICAÇÃO EDITAL 231/15 NF 25605 AD	F LOPES PUBLICIDADE LTDA

Relatório de Pagamento de Contratos						
Contrato	Fornecedor	Valor	Descrição	Recomendações para Ações	Ultimo Pagamento	Ultimo Status
8	11/02/2016	26.298,00	AD 19 GED 48712 CONTRATO 114302 7ªPARC	RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES		LUCIANNA DIEHL MATTE
TOTAL		34.085,53				

Contrato	Fornecedor	Objeto	Valor	Previsão de Pagamento	agamento	Pago ?
116142	RENATO ARNALDO TAGNIN	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTO-BASE DA ESTRATÉGIA FEDERAL DE GESTÃO AMBIENTAL URBANA				
		Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	agamento	Pago ?
		1	44.880,00	11/07/2016		NÃO
		2	59.400,00	10/08/2016		NÃO
		3	27.720,00	29/10/2016		NÃO
		Total Valor Pago	0,00		Total Valor à pagar	132.000,00
116164						
	LEONARDO MITRE ALVIM DE CASTRO	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E DE RECOMENDAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO NOVO PNRH, COM HORIZONTE TEMPORAL A PARTIR DE 2021.				
		Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	agamento	Pago ?

	1	60.480,00	14/08/2016			NÃO
	2	45.360,00	30/09/2016			NÃO
	3	45.360,00	14/11/2016			NÃO
	Total Valor Pago		0,00	Total Valor à pagar		151.200,00
116169						
MARCUS POLETTE	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA DE ROTEIRO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO ZONEAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL			31/05/2016	30/12/2016	61.530,00 Ativo
	Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	Pagamento		Pago ?
	1	6.153,00	16/07/2016			NÃO
	2	15.382,50	20/08/2016			NÃO
	3	18.459,00	30/09/2016			NÃO
	4	21.535,50	12/11/2016			NÃO

		Total Valor Pago	0,00	Total Valor à pagar		61.530,00	
216018							
	SLC SERVIÇOS AEROPORTUARIO LTDA ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AEREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, EM VOOS REGULARES E NÃO REGULARES DESTINADAS AOS TÉCNICOS, CONSULTORES E COLABORADORES EVENTUAIS QUANDO EM VIAGENS A SERVIÇO OU NO INTERESSE DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR ÁGUA – INTERÁGUAS, NO ÂMBITO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - PCT BRA/IICA/14/004.			200.000,00	Ativo	
Parcela		Valor	Previsão de Pagamento	agamento		Pago ?	
		0,00				NÃO	
	Total Valor Pago		0,00	Total Valor à pagar			0,00
	Total Pago	0,00	Total à pagar	344.730,00	Total dos contratos		344.730,00

Relatório de Processos em Andamento

Processo	Ano	Objeto	Valor Estimado	Valor Contratado	Saldo	Status
		Saldo Total dos Processos em Andamento			0,00	

Relatório de Processos em Andamento

Processo	Ano	Objeto	Valor Estimado	Valor Contratado	Saldo	Status
		Saldo Total dos Processos em Andamento			0,00	

Processo

Processo	Objeto	TR	Objetivo	Produto
----------	--------	----	----------	---------



Tema	Data	Participantes	Memórias	Encaminhamentos
------	------	---------------	----------	-----------------

Relatório do Sistema de Acompanhamento do PCT BRA/IICA/13/001

BRA/IICA/13/001

Título:	Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água - INTERÁGUAS.		
Sede do Projeto:	Brasília - DF		
Área Temática:	Desenvolvimento do Setor Água		
Entidade Executora Nacional:	Ministério da Integração Nacional		
Origem dos recursos da Instituição Nacional Executora:	Orçamento do Ministério da Integração Nacional: (100%)		
Valor Total do Projeto/Assistência Preparatória por Fontes:	82.786.000,00		
Duração:	05/03/2013 a 30/10/2018 - 67 meses.		
Breve descrição do Projeto:	O Projeto de Cooperação Técnica objetiva apoiar o Ministério da Integração Nacional na melhoria da coordenação e do fortalecimento da capacidade de concepção, planejamento e execução de iniciativas (estudos, plano, programas e projetos) no Setor Água, mediante abordagem integrada dos problemas e soluções identificados no âmbito desse Setor.		
COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO PCT			
	NOME	EMAIL	CONTATO
Diretor Nacional:	Pedro Antonio Bertone Ataíde	pedro.bertone@integracao.gov hr	(61) 2034-4042
Ordenador de Despesas:	Sarita de Paula Pereira Cavalcante	sarita.cavalcante@integracao.gov.br	
Supervisor Técnico:	Romélia Moreira de Souza	romelia.souza@iica.int	(61) 2106-5409
Coordenador do Enlace:			
DATAS E HORÁRIOS			
Impressão:	20/06/2016 - 22:01		
Atualização do Projeto:	11/05/2016		
Atualização da Planilha de Gastos (SAP)	16/06/2016		
Atualização da Planilha de Balancete (SAP)	16/06/2016		
Atualização da Planilha de Execução (SAP)	16/06/2016		

Meses Executados: 39

Saldo de Meses para Execução: 28

Orçamento Total: 785.999,45

Total Executado: 926.662,21

Saldo Orçamentário: 859.337,24

1,12%

% de Execução sobre Orçamento:

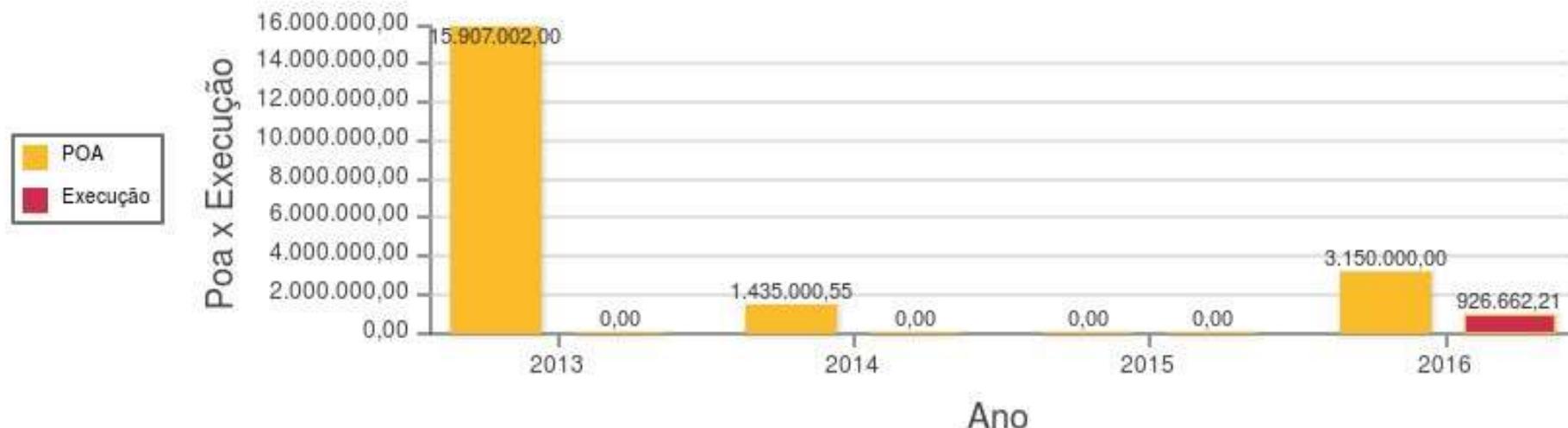
LINHA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO ORIGINAL DO PCT	EXECUÇÃO 2013	EXECUÇÃO 2014	EXECUÇÃO 2015	EXECUÇÃO 2016	SALDO
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Capacitação e Treinamento	7.178.371,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.178.371,00
4 - Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Material de Consumo	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
6 - Equipamentos e Aluguel	9.370.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.370.000,00
7 - Comunicação e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Contratos por Resultados (consultorias, prestação de serviços)	59.969.438,00	0,00	0,00	0,00	910.472,71	59.058.965,29
9 - Diversos + TIN	4.268.190,45	0,00	0,00	0,00	16.189,50	4.252.000,95
Sub-Total	82.785.999,45	0,00	0,00	0,00	926.662,21	81.859.337,24
Total	82.785.999,45	0,00	0,00	0,00	926.662,21	81.859.337,24

Total de Meses do PCT:

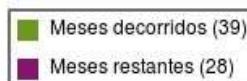
67

GRÁFICOS

POA x EXECUÇÃO

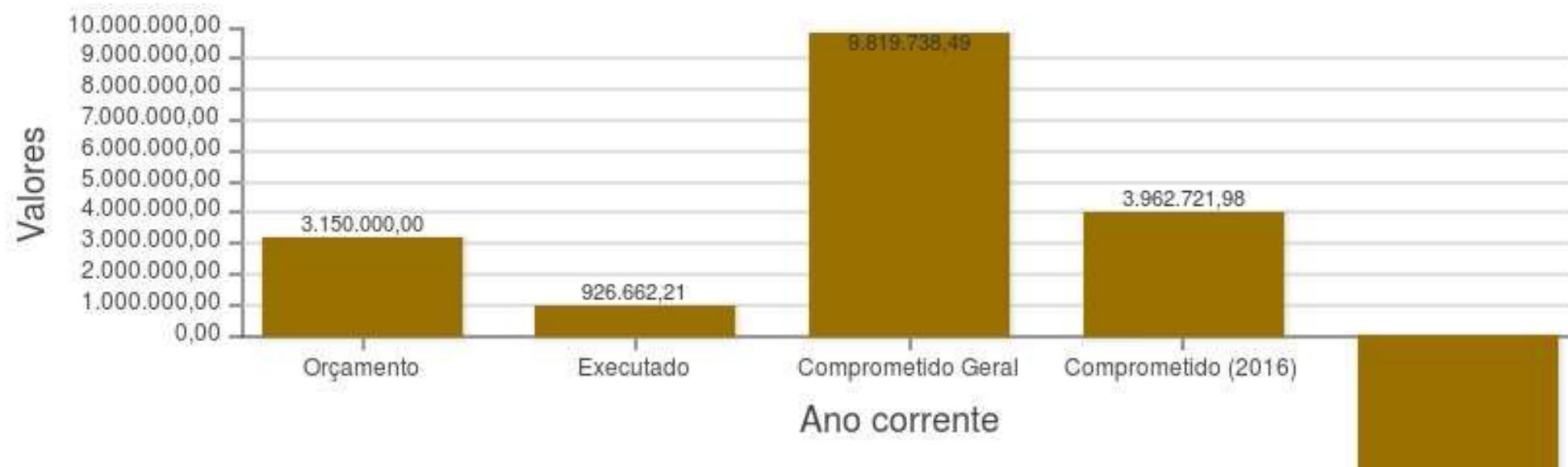


EXECUÇÃO TOTAL

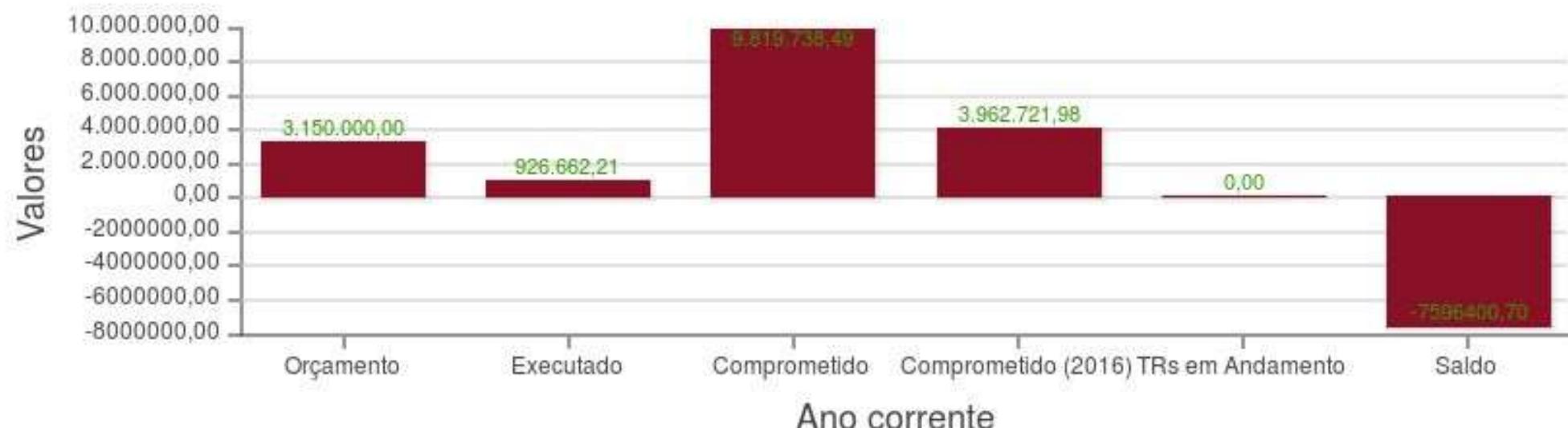


EVOLUÇÃO ANUAL DA EXECUÇÃO





ORÇAMENTO x EXECUÇÃO x COMPROMETIDO x SALDO - ANO CORRENTE



ORÇAMENTO x EXECUÇÃO x COMPROMETIDO x TRs x SALDO - ANO CORRENTE PAGAMENTOS PREVISTOS x PAGAMENTOS REALIZADOS



BALANÇETO FINANCEIRO DO PCT

PROJETO: T-004129-01-BRL

Fundo: GMIEMBROS	Moeda: BRL
1 - Saldo Remanescente	4.207.975,94

2 - Ingressos	Repasses	Rendimentos	Diversos	Total
Janeiro	0,00	13.886,32	0,00	13.886,32
Fevereiro	0,00	13.305,22	0,00	13.305,22
Março	0,00	13.283,53	0,00	13.283,53
Abril	0,00	12.897,96	0,00	12.897,96
Maio	0,00	13.332,66	0,00	13.332,66
Junho	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	0,00	66.705,69	0,00	66.705,69

3 - Despesas	Gastos	Encargos Banc.	CATIS/TIN	Total
Janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	89.117,03	0,00	4.455,85	93.572,88
Março	234.673,05	0,00	11.733,65	246.406,70
Abril	0,00	0,00	0,00	0,00
Maio	0,00	0,00	0,00	0,00
Junho	586.682,63	0,00	0,00	586.682,63
Totais	910.472,71	0,00	16.189,50	926.662,21

4 - Diferença Cambial	0,00
5 - Devolução de Saldo	0,00
6 - Caixa Pequena	0,00
7 - Saldo	3.348.019,42

PROJETO: T-004129-01-BRL - ANO: 2016

OGM	Data	Valor	Beneficiário	Detalhe	Referencia
8	07/06/2016	117.336,53	1 ^a PARCELA PROD 2.1 CONTRATO 215055	AD 32 GED 51910 E NF 120	CODEX REMOTE CIENCIAS ESPACIAIS E
8	07/06/2016	469.346,10	2 ^a PARCELA - PROD 02 CONTRATO 215055	AD 31, GED 51909 E NF 28	GITEC CONSULTORIA BRASIL
9	31/03/2016	11.733,65	COBRANÇA DE TIN MARÇO 2016		
8	01/03/2016	234.673,05	NOVO PAG CONT 215055 NF 21 AD 11 GD 49115	NOVO PAG CONT 215055 NF 21 AD 11 GD	GITEC CONSULTORIA BRASIL
8	29/02/2016	-234.673,05		TED DEVOLVIDA PELO BANCO REF. AO	
9	29/02/2016	4.455,85	COBRANÇA DE TIN FEV 2016		
8	26/02/2016	234.673,05	1 ^a PARCELA - PROD 01 CONTRATO 215055	AD 11 GD 49115 NF 21	GITEC CONSULTORIA BRASIL
8	15/02/2016	89.117,03	1 ^a PARCELA - 10% PROD 01 CONTRATO 215034	AD 09 GD 48761 NF 61	MAGNA ENGENHARIA LTDA
TOTAL		926.662,21			

Contrato	Fornecedor		Objeto			Inicio	Fim	Valor	Status
215034	MAGNA ENGENHARIA LTDA		Elaboração do "Plano Diretor de Agricultura Irrigada para o Distrito Federal"			02/09/2015	26/10/2016	891.170,30	Ativo
			Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	agamento		Pago ?	
			1	89.117,03	12/10/2015	.6/02/2016		SIM	

2	133.675,53	11/11/2015					NÃO
3	222.792,58	09/02/2016					NÃO
4	222.792,58	09/04/2016					NÃO
5	222.792,58	03/05/2016					NÃO
Total Valor Pago		89.117,03	Total Valor à pagar			802.053,27	
214043							
POSITIVE IDIOMAS LTDA		Contratação de empresa especializada visando à prestação de serviços de tradução/versão técnica, com revisão, nos idiomas: inglês e espanhol para o português e vice-versa.			12/12/2014	12/12/2015	24,95 Ativo
	Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	agamento		Pago ?	
		0,00				NÃO	
216010							
GAS NATURAL FENOSA		Elaboração de um Plano de ações Estratégicas para Reabilitação de Barragens da União - PLANERB, com vistas ao atendimento da Lei de Segurança de Barragem (Lei nº 12334/10).			20/05/2016	02/10/2017	6.813.501,16 Ativo
	Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	agamento		Pago ?	

1	68.135,01	29/06/2016		NÃO
2	1.022.025,17	28/08/2016		NÃO
3	1.022.025,17	25/01/2017		NÃO
4	1.022.025,17	25/01/2017		NÃO
5	408.810,07	26/03/2017		NÃO
6	1.226.430,21	24/07/2017		NÃO
7	681.350,12	23/08/2017		NÃO
8	1.090.160,19	22/09/2017		NÃO
9	272.540,05	22/09/2017		NÃO
Total Valor Pago		0,00	Total Valor à pagar	6.813.501,16

216014									
INSTITUTO DE PESQUISA E INOVAÇÃO NA AGRICULTURA IRRIGADA - INOVAGRI		Contratação de consultoria técnica, pessoa jurídica, para elaboração do estudo "Elaboração de Proposta de Programa de Capacitação no Tema Água no Meio Rural".			20/05/2016	21/11/2016	678.809,21	Ativo	
	Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	Pagamento			Pago ?		
	1	81.457,11	29/06/2016				NÃO		

CONTRATOS ATIVOS - PARCELAS

		2	230.795,13	28/08/2016				NÃO
		3	230.795,13	27/10/2016				NÃO
		4	135.761,84	21/11/2016				NÃO
		Total Valor Pago		0,00	Total Valor à pagar		678.809,21	
214034	MONEY TURISMO LTDA	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares destinadas aos técnicos, consultores e colaboradores eventuais quando em viagens a serviço ou no interesse do PCT BRA/IICA/13/001 - Interáguas				29/09/2014	29/09/2015	100.000,00 Ativo
		Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	Pagamento		Pago ?	
			0,00				NÃO	
215055	GITEC BRASIL CONSULTORIA SOCIO-AMBIENTAL LTDA	Contratação de empresa para prestar serviços técnicos especializados visando à atualização dos Manuais Técnicos para atender ao SINPDEC - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil				30/11/2015	30/11/2016	2.346.730,55 Ativo
		Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	Pagamento		Pago ?	
		1	234.673,05	25/12/2015	29/02/2016		SIM	
		2	586.682,63	24/01/2016	08/06/2016		SIM	
		3	117.336,52	08/05/2016			NÃO	
		4	352.009,59	06/08/2016			NÃO	
		5	352.009,59	20/10/2016			NÃO	
		6	234.673,05	19/11/2016			NÃO	
		7	234.673,05	29/11/2016			NÃO	
		8	234.673,05	29/11/2016			NÃO	
		Total Valor Pago		821.355,68	Total Valor à pagar		1.525.374,85	
		Total Pago	910.472,71	Total à pagar	9.819.738,49	Total dos contratos	10.730.211,20	

Relatório de Execução de Processos							
Processo	Ano	Objeto	Valor Estimado	Valor Contratado	Saldo	Status	
160/2014	2014	Contratação de empresa especializada visando à prestação de serviços de hol tradução/versão técnica, com revisão, nos idiomas: inglês e espanhol português para o e vice-versa.	100.000,00	0,00	100.000,00	Em Andamento	
038/2015	2015	Elaboração de um Plano de ações Estratégicas para Reabilitação da União - PLANERB, com vistas ao atendimento da Lei de Segurança 12334/10). Barragens da de Barragem (Lei nº	6.063.587,34	6.813.501,16	-749.913,82	Em Andamento	
209/2015	2015	Contratação de consultoria técnica, pessoa jurídica, para elaboração do estudo da no "Elaboração de Proposta de Programa de Capacitação no Tema Águas do Meio Rural".	711.534,45	678.809,21	32.725,24	Em Andamento	
Saldo Total dos Processos em Andamento							-617.188,58

Processo	Ano	Objeto	Valor Estimado	Valor Contratado	Saldo	Status
047/2016	2016	Manifestação de Interesse de Consultores Individuais interessados referentes em executar serviços à “Elaboração de Termo de Referência para contratação para Elaboração de e instituição obras e Metodologia para parametrização de custos de infraestruturas hídricas, bem;serviços de como para avaliação, quantificação e riscos” em conformidade com a nova locação de inda modalidade orçamentária adv Diferenciado de Contratação (Lei nº 12.462, de do Regime 4 de agosto de 2011)	30.000,00	0,00	30.000,00	Em Andamento
Saldo Total dos Processos em Andamento			30.000,00			

Processo

Processo	Objeto	TR	Objetivo	Produto
----------	--------	----	----------	---------

Tema	Data	Participantes	Memórias	Encaminhamentos
Reunião IICA-MI em 13/05/2014	13/05/2014	Pelo IICA Breno, Pedro e Romélia, pelo MI Claudiomar e Sarita	<p>Foi apresentado o estado de desenvolvimento do projeto, enfatizando o saldo orçamentário (R\$ 82.786.000,00), financeiro (R\$ 3.954.203,44), comprometido (R\$ 0,00), os processos em andamento (PF - R\$ 201.307,30 e PJ - R\$ 1.486.474,45) e espaço orçamentário para ingresso (R\$ 78.826.546,56), além do prazo de vigência (32 meses).</p> <p>Para esse PCT, Sarita e Claudiomar informaram que o MI está concluindo a atualização do Plano de Aquisições e que serão incluídas algumas demandas da SENIR, resultantes de algumas discussões internas. Lembramos também sobre a demanda de uma Especialização na Área de Agricultura Irrigada que precisa ser melhor delineada pela área técnica.</p> <p>Quanto aos processos 'em aberto' a UGP/MI irá consultar à SEDEC sobre os desdobramentos para o caso PF, processos 004/2014 e 005/2014. Para o caso PJ, solicitaram especial apoio do IICA para melhorar a divulgação da Manifestação de Interesse com o objetivo de</p>	<p>Nesse sentido, e face a não formação de lista longa no processo 194/2013, orientamos ao MI:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Manter o edital 'no ar' por mais tempo; 2 - Publicar no jornal 'Folha de SP' num domingo com possibilidade de re-publicação durante a semana, para dar mais publicidade ao mercado; <p>O IICA divulgará esse processo de forma diferenciada, como uma notícia e acionará sua rede internacional (inclusive contatos de Embaixadas) para melhorar a adesão.</p> <p>Essas medidas serão imediatas, caso não surtam os efeitos esperados, rediscutiremos o tema.</p>

Reunião quinzenal de acompanhamento de PCTs MI/IICA	16/06/2014	MI Participantes- Pelo IICA- Romélia e Pedro. Pelo MI- Amarildo, Claudiomar e Sarita-	<p>Iniciamos a reunião tratando de ressaltar os encaminhamentos com relação ao fluxo de contratação de consultoria individual (pessoa física), no âmbito dos PCTs com o Banco Mundial. Ficando a cargo do IICA a atualização do fluxo dos processos 1 e 3 (vide ajuda memória específica) e a cargo do MI provocar por meio de ofício e email os itens 4 e 5 (vide ajuda memória específica).</p> <p>Sobre o item 4 - Uma outra sugestão do MI foi que o consultor individual assinasse o contrato diretamente no IICA, o MI receberia o processo completo e já assinado por todas as partes. Fiquei de verificar isso com a administração do IICA e retornar, assim que recebesse essa solicitação por parte do MI, por email ou ofício.</p> <p>Sarita mencionou que o Banco Mundial pretendia antecipar a reunião de discussão dos fluxos para a semana de 10 de julho, o que nós do IICA consideramos incompatível com a agenda da área técnica do IICA. Para o IICA a semana ideal será de 14-18 de julho, com melhores dias 15-16 e 17. Sarita confirmará essa data junto ao Banco e retornará.</p> <p>1 - Sobre o projeto INTERAGUAS:</p> <p>Discutiu-se a o andamento dos processos de seleção (pessoa física) 004 e 005 , ainda sem retorno da área técnica e, novamente, reiterou-se a necessidade do IICA desenvolver um trabalho de acompanhamento e orientação junto às áreas técnicas do MI, sobretudo no</p>	5- Outros Assuntos <p>A UGP aguarda retorno sobre a consulta a ABC, pelo IICA, sobre a contratação do consultor Rafael Echeverry, na modalidade de consultor internacional. O processo está em andamento e ainda persistem dúvidas sobre a contratação. Segundo Amarildo, Breno ficou de retornar com uma posição.</p> <p>A próxima reunião quinzenal está agendada para 01 de julho de 2014, no MI, às 10:00 hrs.</p>
--	------------	---	--	---



MCID/SNSA -
INTERÁGUAS

**Relatório do Sistema de
Acompanhamento do PCT
BRA/IICA/13/005**

BRA/IICA/13/005

Título:	Desenvolvimento do Setor Água - INTERÁGUAS na Área de Saneamento Básico - Projeto INTERÁGUAS/Saneamento
Sede do Projeto:	Brasília/DF
Área Temática:	Saneamento Básico
Entidade Executora Nacional:	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades – SNSA/MCID
Origem dos recursos da Instituição Nacional Executora:	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades – SNSA/MCID.
Valor Total do Projeto/Assistência Preparatória por Fontes:	R\$ 46.090.800,00
Duração:	30/12/2013 a 31/12/2018 - 60 meses.
Breve descrição do Projeto:	O presente Projeto contempla ações de cooperação técnica, de coordenação e de gerenciamento necessárias à implementação parcial dos componentes 3 - Saneamento Básico e 4 - Coordenação Intersetorial e Planejamento Integrado do Programa de Desenvolvimento do Setor Águas - INTERÁGUAS, com a finalidade de apoiar a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades em sua missão de implementar a Política Federal de Saneamento Básico, promovendo o desenvolvimento do setor em busca da melhoria da qualidade e do alcance da universalização dos serviços públicos de saneamento básico. O Programa INTERÁGUAS se dá no âmbito do Acordo de Empréstimo 8074-BR - BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento.

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO PCT

	NOME	EMAIL	CONTATO
Diretor Nacional:	Ernani Ciríaco de Miranda	ernani.miranda@cidados.gov.br	(61) 2108-1708
Ordenador de Despesas:	Lauseani Santoni	lauseani.santoni@cidados.gov.br	(61) 2108-1779
Supervisor Técnico:	Cristina Costa	cristina.costa@iica.int	(61) 2106-5413
Coordenador do Enlace:	Paulo Rogério Silva	paulo.silva@cidados.gov.br	(61) 2108-1406

DATAS E HORÁRIOS

Impressão:	20/06/2016 - 22:02
Atualização do Projeto:	11/05/2016
Atualização da Planilha de Gastos (SAP)	16/06/2016
Atualização da Planilha de Balancete (SAP)	16/06/2016
Atualização da Planilha de Execução (SAP)	16/06/2016

Meses Executados: 29

Saldo de Meses para Execução: 30

Orçamento Total: 46.090.800,00

Total Executado: 994.574,64

Saldo Orçamentário: 45.096.225,36

2,16%

% de Execução sobre Orçamento:

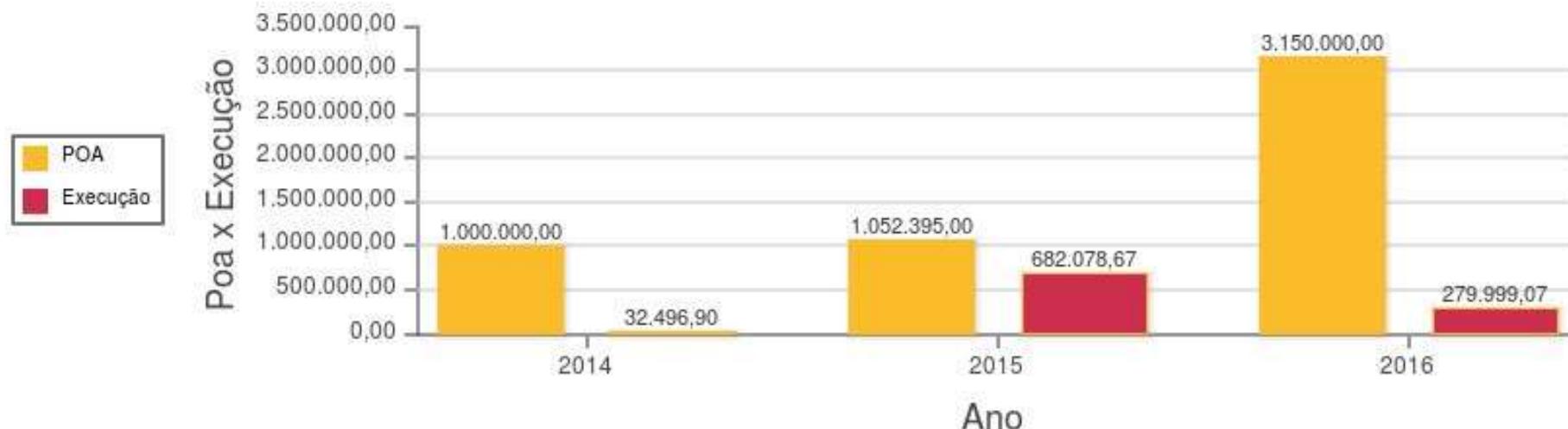
LINHA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO ORIGINAL DO PCT	EXECUÇÃO 2014	EXECUÇÃO 2015	EXECUÇÃO 2016	SALDO
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Capacitação e Treinamento	4.500.000,00	0,00	12.991,00	0,00	4.487.009,00
4 - Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Material de Consumo	350.000,00	0,00	35.189,76	15.932,88	298.877,36
6 - Equipamentos e Aluguel	200.000,00	0,00	0,00	93.000,00	107.000,00
7 - Comunicação e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Contratos por Resultados (consultorias, prestação de serviços)	38.846.000,00	30.949,43	601.417,97	157.860,54	38.055.772,06
9 - Diversos + TIN	2.194.800,00	1.547,47	32.479,94	13.205,65	2.147.566,94
Sub-Total	46.090.800,00	32.496,90	682.078,67	279.999,07	45.096.225,36
Total	46.090.800,00	32.496,90	682.078,67	279.999,07	45.096.225,36

Total de Meses do PCT:

60

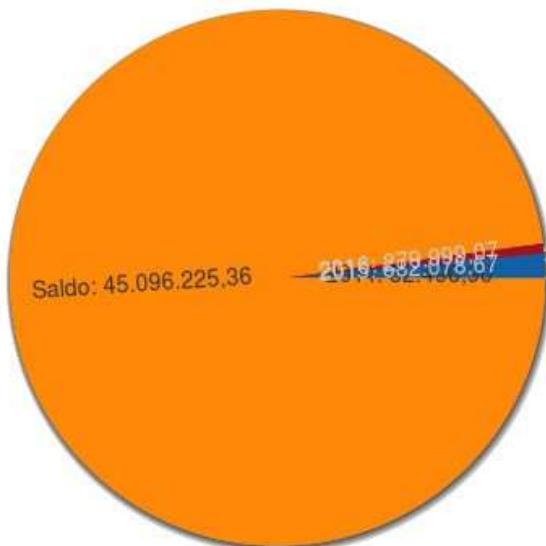
GRÁFICOS

POA x EXECUÇÃO

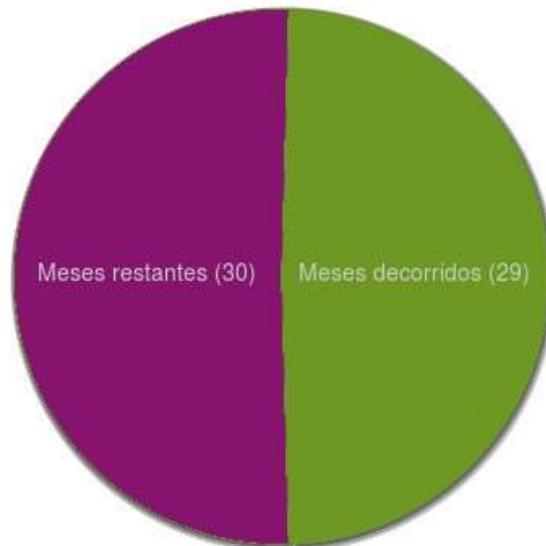


EXECUÇÃO TOTAL

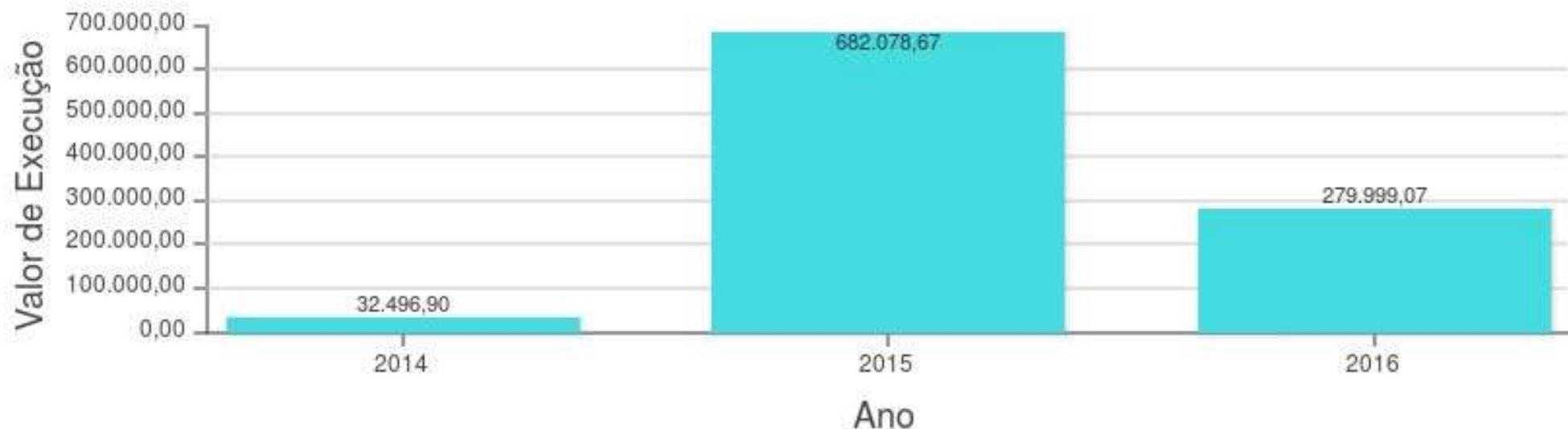
2014: 32.496,90
2015: 682.078,67
2016: 279.999,07
Saldo: 45.096.225,36

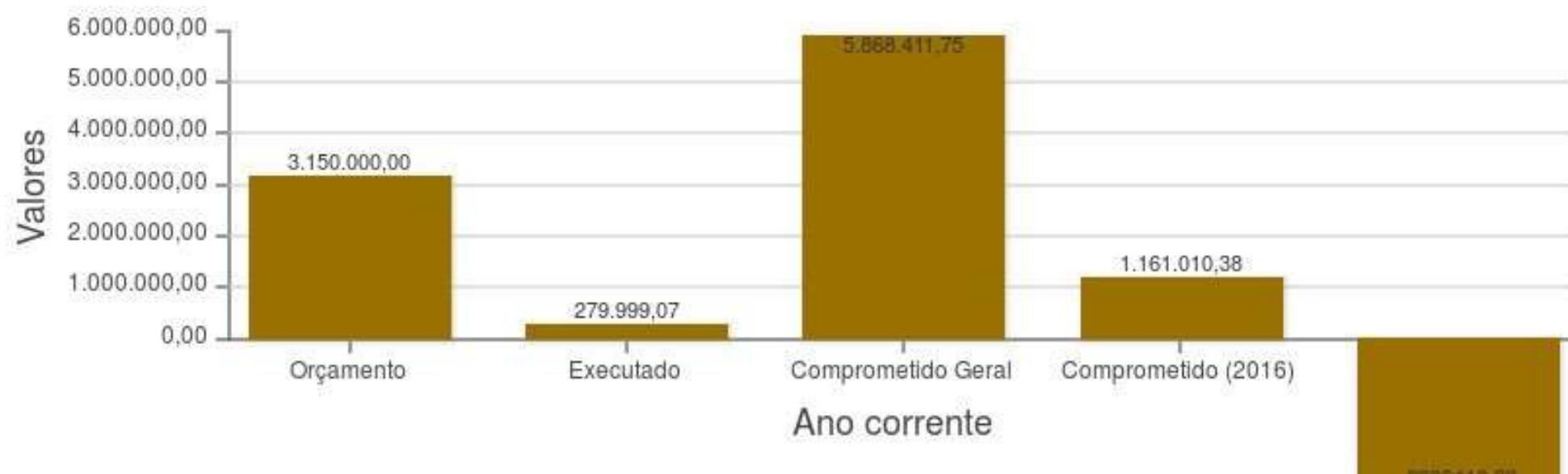


Meses decorridos (29)
Meses restantes (30)

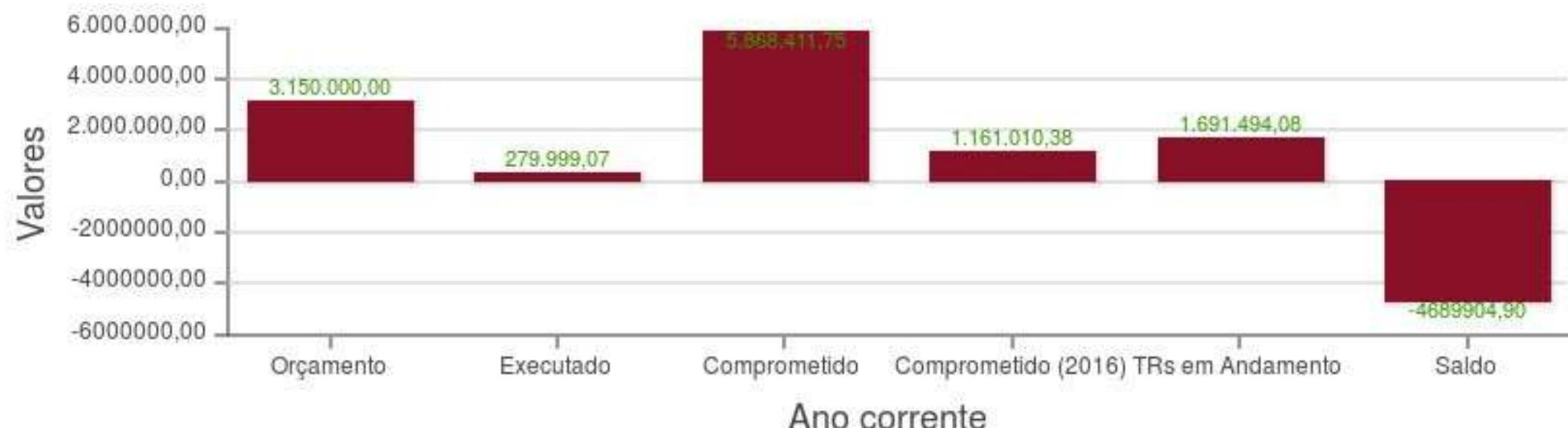


EVOLUÇÃO ANUAL DA EXECUÇÃO





ORÇAMENTO x EXECUÇÃO x COMPROMETIDO x SALDO - ANO CORRENTE



ORÇAMENTO x EXECUÇÃO x COMPROMETIDO x TRs x SALDO - ANO CORRENTE PAGAMENTOS PREVISTOS x
PAGAMENTOS REALIZADOS



BALANÇETO FINANCEIRO DO PCT

PROJETO: T-004270-01-BRL

Fundo: GMIEMBROS	Moeda: BRL
1 - Saldo Remanescente	9.828.378,44

2 - Ingressos	Repasses	Rendimentos	Diversos	Total
Janeiro	0,00	32.432,68	0,00	32.432,68
Fevereiro	0,00	31.543,14	0,00	31.543,14
Março	0,00	33.410,32	0,00	33.410,32
Abril	0,00	32.360,18	0,00	32.360,18
Maio	5.000.000,00	41.201,44	0,00	5.041.201,44
Junho	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	5.000.000,00	170.947,76	0,00	5.170.947,76

3 - Despesas	Gastos	Encargos Banc.	CATIS/TIN	Total
Janeiro	655,50	0,00	32,78	688,28
Fevereiro	4.706,35	0,00	235,31	4.941,66
Março	91.348,22	0,00	4.567,41	95.915,63
Abril	97.927,18	0,00	4.896,36	102.823,54
Maio	69.475,71	0,00	3.473,79	72.949,50
Junho	2.680,46	0,00	0,00	2.680,46
Totais	266.793,42	0,00	13.205,65	279.999,07

4 - Diferença Cambial	0,00
5 - Devolução de Saldo	0,00
6 - Caixa Pequena	0,00
7 - Saldo	14.719.327,13

PROJETO: T-004270-01-BRL - ANO: 2016

OGM	Data	Valor	Beneficiário	Detalhe	Referencia
8	15/06/2016	1.146,88	PASSAGEM FT 5834 AD 171 GD 52119	PASSAGEM FT 5834 AD 171 GD 52119	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS
8	15/06/2016	1.102,28	PASSAGEM FT 5837 AD 172 GD 52120		MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS
8	14/06/2016	431,30	DIARIAS 15 A 16/06/16 AD 170 GD 52101	DIARIAS 15 A 16/06/16 AD 170 GD 52101	VLADIMIR ANTONIO RIBEIRO
9	31/05/2016	3.473,79	COBRANÇA DE TIN MAIO 2016		
8	30/05/2016	34.957,24	AD 167 GED51565 CONTRATO114338 PRODUTO6	RELATÓRIO TÉCNICO DE	JOAO BATISTA PEIXOTO
5	25/05/2016	3.043,80	PUBLICAÇÃO DO EDITAL 27 E 28 NF 26905/26904 AD 168	PUBLICAÇÃO DO EDITAL 27 E 28 NF	F LOPES PUBLICIDADE LTDA
5	25/05/2016	834,88	PUBLICAÇÃO DO EDITAL 27 E 28 NF 27856/27857 AD 169	PUBLICAÇÃO DO EDITAL 27 E 28 NF	F LOPES PUBLICIDADE LTDA
8	19/05/2016	23.304,83	AD163 GED50774 PRODUTOS	PRODUTO 5 RELATÓRIO CONTENDO	BERENICE DE SOUZA CORDEIRO
8	18/05/2016	-1.110,20	DIARIAS 22 A 26/05/16 AD 471 GD 51418		ANA TEREZA FERREIRA ROCHA
8	18/05/2016	1.110,20	DIARIAS 22 A 26/05/16 AD 471 GD 51418	DIARIAS 22 A 26/05/16 AD 471 GD 51418	ANA TEREZA FERREIRA ROCHA
5	17/05/2016	5.724,48	PUBLICAÇÃO NF 27554 AD 166 GD 51252	PUBLICAÇÃO NF 27554 AD 166 GD 51252	F LOPES PUBLICIDADE LTDA
5	17/05/2016	660,40	PUBLICAÇÃO NF 27555 AD 165 GD 51248	PUBLICAÇÃO NF 27555 AD 165 GD 51248	F LOPES PUBLICIDADE LTDA
8	06/05/2016	1.576,08	PASSAGENS AEREAS FT 5737 AD 164 GED 50865	PASSAGENS AEREAS FT 5737 AD 164 GED	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS
3	02/05/2016	-626,00	ESTORNO DE PAGTO INDEVIDO REGISTRADO EM	DIÁRIAS 01/04 SÃO PAULO AD 0001/0530	

9	30/04/2016	4.896,36	COBRANÇA DE TIN ABRIL 2016		
9	29/04/2016	-4.896,36	COBRANÇA DE TIN ABRIL 2016		
9	29/04/2016	4.896,36	COBRANÇA DE TIN ABRIL 2016		
6	27/04/2016	93.000,00	AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES		CIS EMBALGENS EVENTOS &
8	13/04/2016	655,55	02 DIÁRIAS EM BRASÍLIA AD 161 GED 50397	02 DIÁRIAS EM BRASÍLIA AD 161 GED	JOAO BATISTA PEIXOTO
8	12/04/2016	207,10	MEIA DIÁRIA 19/04 BRASÍLIA AD 160 GED 50350	MEIA DIÁRIA 19/04 BRASÍLIA AD 160 GED	VLADIMIR ANTONIO RIBEIRO
3	06/04/2016	626,00	DIÁRIAS 01/04 SÃO PAULO AD 0001/0530 GED 50159	DIÁRIAS 01/04 SÃO PAULO AD 0001/0530	MARTA MORAES RAMOS

3	06/04/2016	-626,00	DIÁRIAS 01/04 SÃO PAULO AD 0001/0530 GED 50159		PAULO LACERDA ALMEIDA E SILVA
3	06/04/2016	626,00	DIÁRIAS 01/04 SÃO PAULO AD 0001/0530 GED 50159	DIÁRIAS 01/04 SÃO PAULO AD 0001/0530	PAULO LACERDA ALMEIDA E SILVA
8	05/04/2016	797,10	DIÁRIAS 11A14/04 NATAL AD 158 GED 50197	DIÁRIAS 11A14/04 NATAL AD 158 GED 50197	JOSE MARIA VILLAC PINHEIRO
8	05/04/2016	2.641,43	PASSAGEM FT 5667 AD 159 GD 50215	PASSAGEM FT 5667 AD 159 GD 50215	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS
9	31/03/2016	4.567,41	COBRANÇA DE TIN MARÇO 2016		
8	22/03/2016	23.304,83	AD155 GED49827 PRODUTO4	PRODUTO 4 DENOMINADO "PRODUÇÃO	BERENICE DE SOUZA CORDEIRO
8	21/03/2016	655,50	DIÁRIAS 28A30/03 BRASÍLIA AD 157 GED 49862	DIÁRIAS 28A30/03 BRASÍLIA AD 157 GED	BERENICE DE SOUZA CORDEIRO
8	15/03/2016	543,40	DIARIAS 21 A 22/03/2016 AD 153 GD 49702	DIARIAS 21 A 22/03/2016 AD 153 GD 49702	JUSSANA MILOGRANA
5	14/03/2016	5.669,32	PUBLICAÇÃO NF 26172 E 26291 AD 152 GD 49648	PUBLICAÇÃO NF 26172 E 26291 AD 152 GD	F LOPES PUBLICIDADE LTDA

Relatório de Pagamentos					
Ordem	Data	Valor	Descrição	Relatório Contendo	Responsável
8	11/03/2016	17.478,62	AD 151 GED 49472 CONTRATO 114323 4ºPARC	RELATÓRIO CONTENDO A	WLADIMIR ANTONIO RIBEIRO
8	04/03/2016	43.696,55	AD 150 GED 49275 CONTRATO 114338 5ºPARC	RELATÓRIO CONTENDO PROPOSTA DO	JOAO BATISTA PEIXOTO
9	29/02/2016	235,31	COBRANÇA DE TIN FEV 2016		
8	18/02/2016	2.630,28	PASSAGEM AEREA FT 5533 AD 149 GD 48931	PASSAGEM AEREA FT 5533 AD 149 GD 48931	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS
8	04/02/2016	797,10	02 DIÁRIAS E MEIA E DESLOCAMENTO AD 148 GED 48738	02 DIÁRIAS E MEIA E DESLOCAMENTO AD	JOELMA DE LIMA GONÇALVES
8	04/02/2016	596,50	REEEMBOLSO DE DESPESAS AD 016 GED 48739	REEEMBOLSO DE DESPESAS AD 016 GED	JOSE MARIA VILLAC PINHEIRO
8	03/02/2016	682,47	PASSAGEM AEREA FT 5520 AD 146 GD 48659	PASSAGEM AEREA FT 5520 AD 146 GD 48659	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS
9	31/01/2016	32,78	COBRANÇA DE TIN JANEIRO 2016		
8	19/01/2016	655,50	DIÁRIAS 27A29/01 BRASÍLIA AD 145 GED 48289	DIÁRIAS 27A29/01 BRASÍLIA AD 145 GED	BERENICE DE SOUZA CORDEIRO
TOTAL		279.999,07			

Contrato	Fornecedor	Objeto	Inicio	Fim	Valor	Status
215031	FOCALIZE EVENTOS	Contratação de empresa especializada visando à prestação de serviços de tradução/versão técnica, com revisão, nos idiomas: inglês e espanhol para o português e vice-versa, para atender as demandas do Programa de Desenvolvimento do Setor Água - Interáguas.	01/06/2015	01/06/2016	98.000,00	Ativo
		Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	agamento	Pago ?
		1	784,00	11/08/2015	2/08/2015	SIM

	2	1.854,00	18/09/2015	.8/09/2015	SIM		
	Total Valor Pago		2.638,00	Total Valor à pagar			0,00
114343							
	WLADIMIR ANTONIO RIBEIRO	Elaboração de diagnóstico situacional, que norteará as ações de reativação da comunidade GSAN junto ao Portal do Software Público, as quais devem promover o seu desenvolvimento, comunicação, capacitação, colaboração e a interação em rede, com vistas a assegurar a participação sustentável e perene de todos os usuários.			04/12/2014	04/08/2016	116.524,14 Ativo
	Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	Agendamento	Pago ?		
	1	11.652,41	13/01/2015	10/03/2015	SIM		
	2	34.957,24	13/04/2015	17/08/2015	SIM		
	3	17.478,62	14/11/2015	11/12/2015	SIM		
	4	17.478,62	19/11/2015	4/03/2016	SIM		
	5	11.652,41	15/04/2016		NÃO		
	6	11.652,41	29/04/2016		NÃO		

	7	11.652,41	08/07/2016				NÃO
	otal Valor Pago	81.566,89		Total Valor à pagar			34.957,23
214036							
	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	Contratação de shopping para prestação de serviços de reserva, emissão, marcação e remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais em voos destinados aos técnicos, consultores e colaboradores a serviço do Interáguas.		06/10/2014	06/07/2016	125.000,00	Ativo
	Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	agamento	Pago ?		
		0,00					NÃO

CONTRATOS ATIVOS - PARCELAS

216013	CONSÓRCIO INECON-FEY	Contribuir para a melhoria das atividades regulatórias, atendendo aos dispositivos estabelecidos na Lei 11.445/2007 e no Decreto 7.217/2010, por meio da transferência de conhecimento, de ações para melhoria da governança, da implementação de metodologias e processos, do planejamento, da instrumentalização de entidades responsáveis pela regulação, da qualificação dos quadros técnicos e do desenvolvimento de estudos técnicos sobre temas de interesse nacional, contribuindo para a melhoria da regulação e, consequentemente, da gestão e qualidade dos serviços públicos ofertados à população, com efeito disseminador para a regulação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o País.	16/05/2016	16/11/2017	5.551.294,00	Ativo
	Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	pagamento	Pago ?	
1	55.512,94	25/06/2016			NÃO	
2	144.333,66	23/09/2016			NÃO	
3	766.078,58	22/12/2016			NÃO	
4	1.321.207,98	21/04/2017			NÃO	
5	1.509.951,97	20/07/2017			NÃO	

CONTRATOS ATIVOS - PARCELAS

	6	771.629,85	18/09/2017				NÃO
	7	982.579,02	14/11/2017				NÃO
Total Valor Pago		0,00	Total Valor à pagar			5.551.294,00	
216045							
	BARCELO EVENTOS LTDA	CONTRATAR SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA OS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO "REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS".			16/06/2016	17/06/2016	1.320,00 Ativo
115089	Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	agamento		Pago ?	
		0,00				NÃO	
115089							
	GILMAR CORREA DOS SANTOS	Aperfeiçoar o Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos – SACI, desenvolvendo módulos que permitam aprimorar a gestão das ações sob a responsabilidade do Ministério das Cidades. Em especial, pretende-se implantar os módulos de acompanhamento orçamentário-financeiro, acompanhamento de operações de crédito contratadas antes de 1 de janeiro de 2007 (Pré-PAC FIN) e acompanhamento das transferências voluntárias (Não PAC).			20/04/2015	19/04/2016	119.172,41 Ativo
	Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	agamento		Pago ?	
	1	11.917,24	14/06/2015			NÃO	
	2	17.875,86	18/08/2015			NÃO	

CONTRATOS ATIVOS - PARCELAS

3	17.875,86	07/10/2015		NÃO
4	17.875,86	26/11/2015		NÃO
5	11.917,24	26/12/2015		NÃO
6	17.875,86	14/02/2016		NÃO
7	11.917,24	20/03/2016		NÃO

	8	11.917,24	29/04/2016		NÃO
	otal Valor Pago	0,00		Total Valor à pagar	119.172,40
114195					
JOSÉ MARIA VILLAC PINHEIRO	Elaboração de diagnóstico situacional, que norteará as ações de reativação da comunidade GSAN junto ao Portal do Software Público, as quais devem promover o seu desenvolvimento, comunicação, capacitação, colaboração e a interação em rede, com vistas a assegurar a participação sustentável e perene de todos os usuários.	20/08/2014	22/06/2016	145.655,17	Ativo
	Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	pagamento	Pago ?

CONTRATOS ATIVOS - PARCELAS

1	17.478,62	29/10/2014	8/03/2015	SIM	
2	17.478,62	28/12/2014	2/08/2015	SIM	
3	14.565,52	02/03/2015	15/10/2015	SIM	
4	21.848,27	25/03/2016		NÃO	
5	17.478,62	09/04/2016		NÃO	
6	17.478,62	25/04/2016		NÃO	
7	21.848,27	26/05/2016		NÃO	
8	17.478,62	22/06/2016		NÃO	
Total Valor Pago		49.522,76	Total Valor à pagar		96.132,40
114196					

CONTRATOS ATIVOS - PARCELAS

	ARTUR FELIPE WENDLING	Elaboração de diagnóstico situacional, que norteará as ações de reativação da comunidade GSAN junto ao Portal do Software Público, as quais devem promover o seu desenvolvimento, comunicação, capacitação, colaboração e a interação em rede, com vistas a assegurar a participação sustentável e perene de todos os usuários.			20/08/2014	22/02/2016	131.089,66	Ativo
	Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	Realizado	Pagamento			Pago ?
	1	19.663,45	29/10/2014	16/03/2015				SIM
	2	23.596,14	28/12/2014	18/07/2015				SIM
	3	20.974,35	21/09/2015	16/10/2015				SIM
	4	20.974,35	21/10/2015					NÃO
	5	23.596,14	21/12/2015					NÃO
	6	22.285,23	22/02/2016					NÃO
	Total Valor Pago		64.233,94	Total Valor à pagar			66.855,72	
216015								

CONTRATOS ATIVOS - PARCELAS

	DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES	Contratação de empresa de consultoria para desenvolver metodologias e guias para auditoria e certificação das informações fornecidas pelos prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao SNIS, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos na gestão da informação e em atividades de regulação dos referidos serviços.						1.955.000,00	Ativo
		Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	Pagamento		Pago ?		
			0,00				NÃO		
216016	CH2M HILL DO BRASIL ENGENHARIA LTDA	Seleção de Serviços de Consultoria para a Elaboração de Proposta do Plano de Ações para Instituir uma Política de Reúso de Efluente Sanitário Tratado no Brasil.						3.444.597,00	Ativo
		Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	Pagamento		Pago ?		
			0,00				NÃO		
216017	CONSÓRCIO WMI - NGINFRA - SAGE	Apoio técnico especializado às ações de gestão das perdas de água e uso eficiente de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água para os prestadores e sistemas selecionados na Chamada Pública 104/2014 visando à transferência de conhecimento e à implementação de metodologias de gestão eficiente de água e energia elétrica, tendo como referência o Projeto COM+ÁGUA e os marcos conceituais estabelecidos pela Força Tarefa da IWA para perdas de água .						9.380.786,80	Ativo
		Parcela	Valor	Previsão de Pagamento	Pagamento		Pago ?		
			0,00				NÃO		

CONTRATOS ATIVOS - PARCELAS

	otal Valor Pago		0,00		Total Valor à pagar	0,00
Total Pago	197.961,59	Total à pagar	5.868.411,75	Total dos contratos	6.066.373,34	

Relatório de Execução das Ações de Gestão da Água e Esgotamento Sanitário

Processo	Ano	Objeto	Valor Estimado	Valor Contratado	Saldo	Status
116/2015	2015	Seleção de Serviços de Consultoria para a Elaboração de Proposta Ações para o Plano de ação para Instituir uma Política de Reúso de Efluente Sanitário no Brasil.	3.473.069,08	3.444.597,00	28.472,08	Em Andamento
166/2015	2015	Apoio técnico especializado às ações de gestão das perdas de água e energia elétrica em sistemas de abastecimento de água para os preselecionados na Chamada Pública 104/2014 visando à transferência de implementação de metodologias de gestão eficiente de água e energia como referência o Projeto COM+ÁGUA e os marcos conceituais e Tarefa da IWA para perdas de água.	9.872.000,00	9.380.786,80	491.213,20	Em Andamento
167/2015	2015	Contratação de empresa de consultoria para desenvolver metodologias e guias para a certificação das informações fornecidas pelos prestadores de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao SNIS, bem como profissionais envolvidos na capacitação dos de gestão da informação e em atividades referidos serviços.	2.322.000,00	1.955.000,00	367.000,00	Em Andamento
168/2015	2015	Contribuir para a melhoria das atividades regulatórias, atendendo aos dispositivos estabelecidos na Lei 11.445/2007 e no Decreto 7.217/2010, por meio da transferência de conhecimento, de ações para melhoria da governança, da implementação de metodologias e processos, do planejamento, da instrumentalização de entidades responsáveis pela regulação, da qualificação dos quadros técnicos do desenvolvimento de estudos técnicos sobre temas de interesse na melhoria, contribuindo para a da regulação e, consequentemente, da gestão e qualidade públicos ofertados dos serviços à população, com efeito disseminador para a rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o País.	6.200.000,00	5.551.294,00	648.706,00	Em Andamento
005/2016	2016	MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA RECEBIMENTO DE PORTFOLIO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DA PRIMEIRA FASE DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SISNISA DO BRASIL	1,00	0,00	1,00	Em Andamento
Saldo Total dos Processos em Andamento						1.535.392,28

Processo	Ano	Objeto	Valor Estimado	Valor Contratado	Saldo	Status

Relatório de Processos em Andamento								
Processo	Ano	Descrição do Processo	Valor Orçamentário	Valor Gasto	Saldo Gasto	Valor Padrão	Valor Padrão Gasto	Estado
027/2016	2016	Apoiar o desenho da parte de tecnologia da informação, incluindo softwares para o planejamento e o inicial da SNSA.	78.050,90	0,00	78.050,90	78.050,90	78.050,90	Em Andamento
028/2016	2016	Apoiar o desenho da parte técnico-conceitual e definir o modelo de governança do Sistema Planejamento e Controle dos Empreendimentos do Ministério das Cidades.	78.050,90	0,00	78.050,90	78.050,90	78.050,90	Em Andamento
Saldo Total dos Processos em Andamento			156.101,80					

Processo

Processo	Objeto	TR	Objetivo	Produto
----------	--------	----	----------	---------

Tema	Data	Participantes	Memórias	Encaminhamentos

<p>Reunião de 19/02/14 entre IICA e MCidades para discutir prioridades técnicas do PCT Interáguas Saneamento e debater os procedimentos necessários para início da execução.</p>	<p>19/02/2014</p>	<p>IICA: Gertjan Beekman, Cristina Costa e Romelia Souza MCidades: Ernani Miranda, Wagner Zácarini, Paulo Rogério Silva</p>	<p>1) Principais prioridades atuais da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental: a) Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA); b) Regulação no Setor Saneamento; c) Melhoria dos operadores brasileiros para redução de perda de água (foco na gestão).</p> <p>2) São realizadas reuniões técnicas no âmbito do Interáguas, com participação dos entes do Governo envolvidos e Banco Mundial. Proposição para o IICA participar dessas reuniões, em média, bimestrais.</p> <p>3) Há a necessidade urgente de desenhar fluxos operacionais e responsáveis a fim de definir como funcionará a gestão do PCT Interáguas/IICA-MCidades-BIRD.</p> <p>4) Na data de 11 e 12/03, há a proposta de realização da Capacitação IICA com MCidades.</p> <p>5) Há a previsão de realização de um encontro com todos os PCTs Interáguas, BIRD, ABC, CGU para discutir os fluxos e temas técnicos conjuntos.</p> <p>6) Discussão de procedimentos imediatos a serem realizados após a assinatura do PCT: a) Publicação do extrato do PCT no Diário Oficial b) Transferência dos recursos financeiros c) Designação do Diretor Nacional e Coordenador do projeto e publicação do ato d) Envio do Cartão de Autógrafo e) Elaboração do Plano Operativo Anual (POA) f) Acesso aos sistemas IICA e Portal de Acompanhamento g) Ingresso ao SIGAP h) Início da execução.</p>	<p>1) São realizadas reuniões técnicas de trabalho no âmbito do Interáguas, com participação dos entes do Governo envolvidos e Banco Mundial. Proposição para o IICA participar dessas reuniões, em média, bimestrais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • IICA fará contato com a Secretaria Técnica (Marco Alexandre) do Interáguas para acordar participação nas reuniões técnicas (próxima 15/4). <p>2) Há a necessidade urgente de desenhar fluxos operacionais e responsáveis a fim de definir como funcionará a gestão do PCT Interáguas/IICA-MCidades-BIRD.</p> <ul style="list-style-type: none"> • IICA enviará proposta inicial de fluxo MI/ANA para análise prévia do MCidades. • Agendou-se reunião IICA com MCidades no dia 26/2, às 14h30, no IICA, para definir proposta de fluxo operacional para execução do PCT. • Na referida reunião, será discutido também o TR SINISA. <p>3) Na data de 11 e 12/03, há a proposta de realização da Capacitação IICA com MCidades.</p> <ul style="list-style-type: none"> • MCidades informará ao IICA disponibilidade de sua equipe para o dia proposto. <p>4) Há a previsão de realização de um encontro com todos os PCTs Interáguas, BIRD, ABC, CGU para discutir os fluxos e temas técnicos conjuntos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • IICA fará contato com a Secretaria Técnica do Interáguas para acordar este encontro, considerando as possíveis mudanças políticas nos órgãos. <p>5) Discussão de procedimentos imediatos a serem realizados após a assinatura do PCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Publicação do extrato do PCT no Diário Oficial: <ul style="list-style-type: none"> • MCidades já publicou extrato do PCT e enviará oficialmente ao IICA cópia do DOU. b) Transferência dos recursos financeiros: <ul style="list-style-type: none"> • MCidades empenhou um total aproximado de R\$ 12 milhões para 2014 e está internamente providenciando os trâmites para solicitação de financiamento. (MCidades enviará ao IICA cópia do processo, para conhecimento). c) Designação do Diretor Nacional e Coordenador do projeto e publicação do ato:
---	-------------------	---	---	---

- | | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | | <ul style="list-style-type: none">• Em função de atuais mudanças políticas, o MCidades está definindo sobre a nomeação do Diretor Nacional e |
|--|--|--|--|--|



ANEXO III

Quadro de Resultados

Preliminar

Results Framework and Monitoring
BR Federal Integrated Water Sector Project – Interágua

Project Development Objective (PDO): The objective of the Project is to support the Government of Brazil to improve the coordination and strengthen the capacity among key federal institutions in the water sector toward an integrated approach

PDO Level Results Indicators	Baseline	Target Values							Frequency	Data Source/ Methodology	Responsibility for Data Collection
		YR1 2012	YR2 2013	YR3 2014	YR4 2015	YR5 2016	YR6 2017	YR7 2018			
Indicator 1: "Interministerial management committee, at the Sector Secretariats or Director (ANA) levels established and functioning regularly* with all institutions that participate in Interágua. (*Functioning regularly means at least 2 meetings per year at Secretariat level.)"	Not established	1	2	2	2	2	2	2	Annual	Minutes of the Interministerial Committee	STP/ANA
Resultado parcial RO: reunião ordinária RE: reunião extraordinária		1 RO	1RO	2 RO	1RO 3 RE						
Indicator 2: Percentage of Project amount executed in water sector integrated actions	0	0	0	2	5	10	20	25	Anual	Progress and technical reports	STP/ANA
Resultado parcial		Aguardando finalização do Atlas para cálculo do percentual									
Indicator 3: A water portal with access to sector specific information systems, studies, and analytical work is implemented and available to the public.	Not established	---	---	---	Not established	Under structuring	Functioning	Functioning	Annual	Online report – Number of accesses to the website	STP/ANA

Resultado parcial		Não estabelecido						
-------------------	--	------------------	--	--	--	--	--	--

Component 1: Water Resources Management

Intermediate Result indicator	Unit of Measure	Baseline	Cumulative Target Values							Frequency	Data Source/Methodology	Responsibility for Data Collection
			YR1 2012	YR2 2013	YR3 2014	YR4 2015	YR5 2016	YR6 2017	YR7 2018			
Intermediate Result 1: Institutions of the National Water Resources Management System strengthened*. (*Through capacity building and direct support from the Project)												
Indicator 1: Professional specialists, members of the National Water Resources System (SINGREH) trained*. (*Through training activities, courses, technical visits carried out by the Project).	Number	0	---	---	91	91	120	120	120	Semiannual	Training reports, monitoring reports	SRHU & ANA
Resultado parcial			91 (30 capacitados do contrato Águas Subterrâneas do Paraná + 60 capacitados por meio do contrato "Capacitação em Planejamento e Gerenciamento de Aquisições de Projetos Financiados pelo Banco Mundial" + 01 servidor da SRHU com capacitação em Avaliação de Impacto de Projetos, na cidade de Lima/Peru)				30 (AAE)					
Indicator 2: Water resources management institutions supported by the Project	Number	0	0	2	5	6	14	14	14	Annual	Reports	SRHU & ANA

Resultado parcial					MG e BA	GO, PR, PB	MG e SP)	ES, BA, MG, SP, RJ, RS, PR, DF e GO + CE, RN, PB e PE					
Intermediate Result 2: Water resources management and regulation instruments improved.													
Indicator3: National Water Resources Plan revised (second revision) and adopted.	Status of the second revision	First revision completed	---	---	---	1 ST revision completed	2 nd revision completed	Second revision completed and adopted	Annual	Reports	SRHU		
Resultado parcial			---			1 ^a revisão completada							
Indicator 4: Water resources planning instruments improved	Number	2	---	---	---	2	4	4	6	Annual	Reports	SRHU & ANA	
Resultado parcial			---										
Indicator 5: Number of critical basins of special interest* to the country's water resources management with qualitative and quantitative water balance finalized for improved water resources management. (*Critical basins of special interest as classified by ANA in Portaria ANA N°62/2013).	Number	---	---	---	---	0	23	23	23	Annual	Reports	ANA	
Resultado parcial			---										

Indicator 6: Studies finalized contributing to improve the analysis of water rights concession	Number	0	0	2	2	3	3	3	3	Annual	Reports	ANA
Resultado parcial				2	2							

Component 2: Water, Irrigation, Disaster Risk Management and Regional Development Policies

Intermediate Result indicator	Unit of Measure	Baseline	Cumulative Target Values							Frequency	Data Source/ Methodology	Responsibility for Data Collection
			YR1 2012	YR2 2013	YR3 2014	YR4 2015	YR5 2016	YR6 2017	YR7 2018			
Intermediate Result 3: Management capacity of the Ministry of National Integration strengthened.												
Indicator 7: Integrated technical planning unit functioning.		Technical team with partial dedication	Unit created	Unit functioning with specific team working with Project's activities.	Unit functioning with specific team working with Project's activities.	Unit functioning integrating other technical areas and established within the Ministry's structure.	Unit functioning integrating other technical areas and established within the Ministry's structure.	Unit functioning integrating other technical areas and established within the Ministry's structure.	Unit functioning integrating other technical areas and established within the Ministry's structure.	Annual	Reports	SECEX-MI
Resultado parcial			Criada a UGP	Criada e nomeada a UGP	Criada e nomeada a UGP	Criada e nomeada a UGP	Criada e nomeada a UGP	Criada e nomeada a UGP	Criada e nomeada a UGP			

Indicator 8: Technical Staff in the areas of Hydraulic Infrastructure, Irrigation, Civil Defense and Regional Development have been trained	Number	0	0	0	0	0	0	50	100	Annual	Reports	SECEX-MI
Resultado parcial			0	0	0	0						

Indicator 9: Technical Hydraulic Infrastructure, Irrigation, Civil Defense and Regional Development manuals established.	Number	0	0	0	0	2	3	4	4	Annual	Reports and webpage	SECEX-MI
Resultado parcial			0	0	0	2						
Intermediate Result 4: New planning and information integrated management; safety, efficiency, and productivity of water infrastructure instruments are established.												
Indicator 10: Strategic Actions Plan for Rehabilitation of Federal Dam Safety established and under implementation	Status	No plan	--	--	--	No plan	Plan under elaboration	Plan established	Plan established and under implementation	Annual	Reports	SECEX-MI & SIH-MI
Resultado parcial			---									
Intermediate Result 5: National Irrigation Policy improved leading to the sustainability of irrigated agriculture												
Indicator 11: National Irrigation Plan prepared and completed	Status of the Plan	No Plan	--	--	--	No Plan	No Plan	Plan completed	Plan completed	Annual	Reports	SECEX-MI & SENIRMI

Resultado parcial			---									
Indicator 12: States Irrigation Plans completed (cumulative)	Number	3	--	--	--	3	4	4	7	Annual	Reports	SECEX-MI & SENIRMI
Resultado parcial		MG, RS e TO já elaborados	---									
Intermediate Result 6: Integrated actions to increase water security for scattered populations implemented												
Indicator 13: Rural water and sanitation program improved including technology and management innovations	Status	Not established	--	--	--	Not established	Not established	Technologic and institutional proposals for rural	Technologic and institutional proposals for rural	Annual	Reports	SECEX-MI & SDR-MI
								Water and Sanitation elaborated	Water and Sanitation elaborated			
Resultado parcial			---									

Component 3: Water Supply and Sanitation

Intermediate Result indicator	Unit of Measure	Baseline	Cumulative Target Values							Frequency	Data Source/Methodology	Responsibility for Data Collection
			YR1 2012	YR2 2013	YR3 2014	YR4 2015	YR5 2016	YR6 2017	YR7 2018			
Intermediate Result 7: Actions to promote water supply and sanitation sector efficiency implemented												
Indicator 14: Regulators supported by the Project represent 12 million WSS service users with access to services which are formally regulated according to Law 11.445	Million	0	0	0	0	3	6	9	12	Annual	Progress reports	SNSA
Resultado parcial			---									
Indicator 15: WSS service providers supported by the Project, which are implementing non-revenue water management and energy efficiency programs, supplying services to at least 12 million users	Million	0	0	0	0	3	6	9	12	Annual	Progress reports	SNSA
Resultado parcial			---									

Indicator 16: The WSS National Information System (SINISA) implemented including all its subsectors (potable water supply, sanitation, solid waste, and drainage) and modules and functioning as evidenced by online data and annual reports.	--	SINISA Functioning with WSS subsectors and operational module				SINISA functioning with WSS, Solid Waste, Urban Drainage subsectors and operational and institutional modules	SINISA functioning with WSS, Solid Waste, Urban Drainage subsectors and operational and institutional modules	SINISA functioning with WSS, Solid Waste, Urban Drainage subsectors and operational and institutional modules	SINISA functioning with WSS, Solid Waste, Urban Drainage subsectors and operational and institutional modules	Annual	Online reports	SNSA
Resultado parcial			---									
Intermediate Result 8: Actions to promote the strengthening of WSS service providers implemented												
Indicator 17: Service providers, users of the Sanitation Integrated Management System – GSAN, benefitted by the System's updating and revision	Number	10	10	10	10	12	15	20	25	Annual	Progress / Online reports	SNSA
Resultado parcial			10									
Indicator 18: Number of water utilities that the Project is supporting. (Core Indicator)	Number	10	10	10	10	15	20	25	30	Annual	Progress reports	SNSA
Resultado parcial			10									

Component 4: Intersectoral Coordination and Integrated Planning

Intermediate Result indicator	Unit of Measure	Baseline	Cumulative Target Values							Frequency	Data Source/ Methodology	Responsibility for Data Collection
			YR1 2012	YR2 2013	YR3 2014	YR4 2015	YR5 2016	YR6 2017	YR7 2018			
Intermediate Result 9: National or regional water sector-related strategies, policies and plans developed in an integrated and coordinated manner among institutions												
Indicator 19: Guidelines for drought preparedness and response developed within MI	Status of the guidelines	No guideline	--	--	--	No guideline	Guidelines under elaboration	Guidelines developed	Guidelines developed	Annual	Reports	SECEX-MI & SECEXSDR
Resultado parcial			---									
Indicator 20: National and/or regional planning instruments developed in an integrated manner	Number	0	---	---	---	0	1	1	3	Annual	Reports	ANA, SRHU, MI, SNSA
Resultado parcial			---									
Indicator 21: Action strategies proposals prepared in the following themes: (i) reuse of treated effluents; and (ii) water supply in the surroundings of large water infrastructure works	Number	0	---	---	---	0	1	2	2	Annual	Reports	MI, SNSA
Resultado parcial			---									
Indicator 22: Metropolitan regions with water supply integrated planning developed	Number	0	---	---	---	0	0	0	6	Annual	Reports	ANA

Resultado parcial				---								
Intermediate Result 10: Integrated water resources management in the river basins part of the São Francisco River Basin Integrated Project improved												
Indicator 23: Ecological-Economic Macro Zoning of São Francisco River Basin completed	Status of implementation	Existent diagnosis	---	---	---	Existent diagnosis	Diagnostic updated and complemented	Macro Zoning under preparation	Macro Zoning completed	Annual	Reports	SRHU
Resultado parcial			---			Diagnóstico existente						

Component 5: Management, Monitoring and Evaluation

Intermediate Result indicator	Unit of Measure	Baseline	Cumulative Target Values							Frequency	Data Source/Methodology	Responsibility for Data Collection
			YR1 2012	YR2 2013	YR3 2014	YR4 2015	YR5 2016	YR6 2017	YR7 2018			
Intermediate Result 11: Interagas adequately managed, monitored, and evaluated.												
Indicator 24: Progress reports, financial management and audits of the program prepared	Number	Not prepared	2	4	6	8	10	12	14	Semiannual	Reports	STP
			0	3								
Intermediate Result 12: Program results and experiences exchanged and disseminated												
Indicator 25: Seminars, workshops or technical meetings held (cumulative).	Number	0	0	2	6	8	10	12	14	Semiannual	Progress reports	STP
			6 (3 ETs + lançamento do Atlas de Despoluição de Bacias Hidrográficas + lançamento do Plano Nacional de Segurança Hídrica + Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico no Brasil: Desafios e Perspectivas)									
Intermediate Result 13: Coordination between Project Management Units (PMU) and Project Technical Secretariat (STP) strengthened												
Indicator 26: Number of PMUs coordination meetings (cumulative)	Number	0	2	4	6	10	16	22	28	Semiannual	Progress reports	STP
			Em levantamento									

Declarações

Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

Eu, **Luís André Muniz**, CPF nº 116.852.711-20, **Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas**, exercido na **Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas- SAF**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais- SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse- SICONV, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 17 de março de 2017,

(assinado eletronicamente)
LUÍS ANDRÉ MUNIZ
Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 865D8D1D.

Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da **Agência Nacional de Águas- ANA**, estão devidamente registrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília, 17 de março de 2017,

(assinado eletronicamente)
NEUZA DE OLIVEIRA
CPF nº 239.718.601-25
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8D264AC8.

Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da **Agência Nacional de Águas- ANA**, obrigados pela Lei 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta **Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas- CGGEP**, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília, 17 de março de 2017,

(assinado eletronicamente)
NEUZA DE OLIVEIRA
CPF nº 239.718.601-25
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D24B8AAB.

Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento –SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 17 de março de 2017,

(assinado eletronicamente)
LUIS ANDRÉ MUNIZ
CPF nº 116.852.711-20
Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2283244F.

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 17 de março de 2017,

(assinado eletronicamente)
LUIS ANDRÉ MUNIZ
CPF nº 116.852.711-20
Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FD31F865.

“Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”

O processo de análise/verificação dos auditores e demonstrativos contábeis para registro da conformidade contábil é realizada pela Coordenação de Contabilidade da ANA, UG 443018, sendo a Execução Orçamentária e efetuada por meio da UG 443003, e a execução financeira das UGs 443001, 440106, 440109, e na UG 443044 é realizada pela UG/Gestão 443001/44205. Durante o exercício de 2016, a Conformidade contábil foi registrada com restrições para as UG's informadas abaixo:

Conformidade contábil registrada

UG/Quant	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	ago	set	Out	Nov	Dez
443001	3	3	4	3	3	3	3	3	3	3	3	3
443003	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1
443044	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Informa-se que as restrições registradas no decorrer do exercício de 2016, foram provenientes de Convênios e/ou Instrumentos congêneres a repassar, a comprovar e a aprovar. Sendo que as pendências na UG/Gestão: 443044 foram regularizadas, bem como, os Termos de Execução Descentralizada na UG 443003, e que embora tenha permanecido restrições nas UG's 443001 e 443003 observa-se que houve uma redução significada "de pendências" na quantidade desses instrumentos.

Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA	44205		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei nº 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2016, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p>			
<p>Unidade Gestora 443001</p> <p>Ressalvas:</p> <p>657 - Convênios a aprovar com data expirada</p> <p>665 - Termo de parceria a comprovar com vigência expirada</p> <p>773 - Termo de Execução Descentralizada a comprovar com vigência expirada.</p> <p>Unidade Gestora 443003</p> <p>Ressalva:</p> <p>773 - Termo de Execução Descentralizada a comprovar com vigência expirada.</p> <p>Justificativas para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2016:</p> <p>A Setorial Contábil considerando sua competência de Setorial de Unidade Gestora e de Órgão acompanhou, por meio das demonstrações e auditões contábeis, as inconsistências e restrições registradas no sistema SIAFI.</p> <p>Das equações contábeis apresentadas no auditor (CONDESAUD) que ocasionaram restrições no decorrer do exercício de 2016 foram regularizadas em tempo hábil.</p> <p>No que se refere às restrições registradas por esta Coordenação de Contabilidade, quando do registro da conformidade contábil de UG e de Órgão, no decorrer do exercício de 2016, e que encontra-se remanescente até a presente data, não são registradas na "transação" CONDESAUD, e decorrem de saldos de convênios e instrumentos congêneres, com prazos de vigência expirados – a comprovar e a aprovar.</p> <p>Constata-se que embora permaneça as restrições supramencionadas para convênios e instrumentos congêneres nas situações de A COMPROVAR e A APROVAR com data de vigência expirada, houve durante o exercício de 2016 uma diminuição significativa na quantidade desses instrumentos, pendentes de regularização nas UG's 443001, e 443003, e ainda, a regularização da restrição 657 - Convênios a aprovar com data expirada na UG 443044, bem com a regularização da restrição 662 - TED a Repassar na UG 443003.</p> <p>Em continuação às ações desta CCONT/COGEF/SAF para regularização dos saldos foram encaminhadas às áreas competentes as Comunicações Internas nº's. 5/2017/COGEF/SAF, Doc 002145/2017-00 e, 6/COGEF/SAF, Doc. 2149/2017-80.</p> <p>Registra ainda, a existência de saldos referentes a Contratos de Repasse, a Liberar, a Comprovar, e a aprovar registrados na UG 443002, e que embora a responsabilidade quanto a execução seja da Caixa Econômica Federal, UG 443002, foi informado à Coordenação de Orçamento e Finanças (COORF/SAF), UG 443003, por meio da Comunicação Interna nº 2/2017/CCONT/COGEF/SAF, Doc. nº. 001913/2017-08, uma vez que os saldos refletem nas demonstrações contábeis do Órgão 44205. Registra-se, enfretanto, que a</p>			
<p>Conformidade Contábil dessa UG não é registrada por esta Setorial de Contabilidade, pois a CEF, UG 443002, possui gestores e contador próprios.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	24/02/2017
Contador Responsável	Helviza Laurentino de Lima Souza	CRC nº	010866/O-9-DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1FDC08C0.